UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA NELMA GOMES COELHO

O Movimento Sindical Metalúrgico na Zona Sul de São Paulo: 1974 a 2000

São Paulo
2007

MARIA NELMA GOMES COELHO

O MOVIMENTO SINDICAL METALÚRGICO NA ZONA SUL DE SÃO PAULO: 1974 a 2000

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do titulo de Doutora em História Econômica.

Área de Concentração: Poder e Relações Econômicas no Mundo Urbano

Orientadora: Profa. Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura

São Paulo

2007

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C672

Coelho, Maria Nelma Gomes
O movimento sindical metalúrgico na Zona Sul de São Paulo : 1974 a 2000 / Maria Nelma Gomes Coelho ; orientadora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. -- São Paulo, 2007.
241 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Área de concentração: Poder e Relações Econômicas no Mundo Urbano) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Industrialização – São Paulo (SP) – História. 2. Indústria metalúrgica (Economia; História). 3. Sindicalismo (1974-2000) – São Paulo (SP). 4. Metalúrgicos – História - São Paulo (SP). I. Título.

21ª. CDD 338.098161

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo aquele que tem a capacidade de sonhar, seja uma criança que sonhe idéias pueris e inocentes, seja um adulto que sonhe com o fim da exploração humana. Dedico aos sonhadores porque este trabalho é fruto de um sonho, o de poder contribuir no debate de idéias para o amadurecimento de um mundo mais humano. Assim como este difícil sonho é hoje real, creio firmemente que a humanidade alcançará o tempo do respeito e da solidariedade.

Dedico também, e não com menos ênfase, ao meu filho Raimundo Eduardo, que mesmo ausente, é vivo na memória dos que o amam.

Dedico com mais ênfase ainda ao meu filho Carlos Daniel, aos meus netos e a esposa do meu filho, que muito poderão contribuir para a construção desse mundo novo.

Por último, dedico com muito amor, aos metalúrgicos de São Paulo, pelo muito que me ensinaram e alimentaram a minha esperança de uma sociedade verdadeiramente humana, onde todos tenham possibilidades iguais de acesso aos bens necessários à vida e a participar na decisão social.

AGRADECIMENTOS

Essa tese não chegaria a esse final se eu não tivesse contado com o apoio e solidariedade de muita gente, às quais, sou profundamente grata.

À Ângela, à Isa que se fizeram presentes em momentos difíceis. À Maria Isabel que, além do apoio me forneceu os mapas necessários para a ilustração do tema.

Ao Cristiano que generosamente me concedeu as entrevistas que havia feito e que me foram muito úteis. À Luisa, bibliotecária muito capacitada e atenciosa do CPV e a todos que me forneceram materiais.

Ao CNPq, cujo apoiou financeiro foi fundamental para a viabilização desta pesquisa.

Agradeço aos professores que estiveram na minha banca de qualificação Prof Dr. Wilson e a profa. Dra. Maria Inês, que muito contribuíram com suas críticas. Agradeço especialmente a minha orientadora profa. Dra. Esmeralda que teve a maior paciência comigo, possibilitando que eu superasse as minhas dificuldades.

Agradeço a minha irmã Ana que esteve comigo nos piores momentos e muito me ajudou de diversas formas. Ao meu filho Carlos Daniel, que se revelou na sua solidariedade.

Agradeço a todos os trabalhadores que me concederam suas ricas entrevistas.

RESUMO

Esta Tese historia a implantação e o desenvolvimento do Parque Industrial da Zona Sul de São Paulo, no que tange as indústrias metalúrgicas, a luta dos trabalhadores metalúrgicos desde o regime militar até o ano 2000. Historia a organização do movimento sindical nas fábricas, as diversas correntes sindicais existentes, os problemas enfrentados. e a atuação do Sindicato. As vitórias e derrotas, e as contradições existentes no seio da categoria e o a transformação do seu Sindicato de pelego agente aberto do capital. A história do Parque Industrial é reconstituída desde o processo de criação da infra-estrutura, na década de 1920, quando Santo Amaro ainda era Município e historia a luta sindical dos metalúrgicos da Região desenvolvida entre 1974 a 2000. O fio condutor é a luta entre o Trabalho e o Capital.

Palavras chave: história econômica, história da industrialização da Zona Sul de São Paulo, metalúrgicos, luta sindical, comissão de fábrica, corrente sindical, sindicato.

ABSTRACT

This thesis investigates the establishment and the development of the industrial park of the southern area in São Paulo city, focusing on metallurgy industries, the metallurgists' struggles dating from the military régime up to the year 2000. It analyses the organization of the unionized movement inside the industrial plants, its different existing streams, the problems it faced and the Trade Union's performance**.** It also analyses the conquests and weaknesses, the existing contradictions inside this unionized group and the transformation of a stool-pigeon Trade Union into an open agent of capital.

The history of this industrial park is described since the very beginning of its substructure in the 1920s, when Santo Amaro was still a town. The metallurgists' unionized struggle is investigated from 1974 to 2000. The main interest is centered on the dispute between Labor and Capital.

Key words: history of the industrialization in the southern area in São Paulo city, metallurgists, unionized struggle, plant labor organization, Trade Union.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Parque Industrial da Zona Sul

ANEXO B – Indústrias Zona Sul Distrito de Santo Amaro

ANEXO C – Indústrias Zona Sul Distrito Campo Grande

ANEXO D – Indústria Zona Sul Distrito Socorro

ANEXO E – Indústrias Zona Sul Distrito Pedreiras

ANEXO F – Indústrias Zona Sul Distrito Cidade Dutra

ANEXO G – Indústrias Zona Sul Distrito São Luis

ANEXO H – Indústrias Zona Sul Distrito Capão Redondo

ANEXO I – Indústrias Zona Sul Distrito Vila Andrade

ANEXO J – Indústrias Zona Sul - Distrito Itaim Bibi

ANEXO L – Indústrias Distrito Zona Sul Campo Belo

ANEXO M – Indústrias Zona Sul Distrito Jabaquara

ANEXO N – Indústrias Zona Sul Distrito Cidade Ademar

ANEXO O – Indústrias Zona Sul Distrito Grajaú

ANEXO P – Indústrias Zona Sul Distrito Campo Limpo

ANEXO Q – Concentração das Grandes Fábricas

ANEXO R – Centros Comerciais e Shopping Centers, Segundo Faixas de Área Construída Região Sul – Município de São Paulo

ANEXO S – Área Urbanizada 1930/1949

ANEXO T – Área Urbanizada 1963/1974

ANEXO U – Favelas na Zona Sul em 2000

SUMÁRIO

Introdução 07
a) Considerações Iniciais 07
b) Contextualização 10

Capítulo I – O Parque Industrial 22

Capítulo II – Uma Categoria Combativa se Levanta: 1974 a 1979 47

Capítulo III – A Luta e a Organização da Categoria e das Correntes Sindicais para Ocupar Espaços: 1980 a 1989 78

Capítulo IV – As Divergências entre as Correntes e as Eleições Sindicais 104

Capítulo V – O Avanço do Neoliberalismo e o Desmonte do Parque Industrial: 1989 a 2000 134

Conclusão 204

Referências Bibliográficas 212

Anexos 222

INTRODUÇÃO

a) Considerações iniciais

A pesquisa de doutorado, objeto desta tese, buscou historiar o surgimento, a implantação e o desenvolvimento do Parque Industrial da Zona Sul de São Paulo, no que tange às indústrias metalúrgicas e ao processo de luta sindical dos metalúrgicos, sua organização nas fábricas, sua relação com o Sindicato, e os problemas enfrentados, no período entre 1974 e 2000.

A pesquisa foi iniciada com o estudo da bibliografia existente sobre os metalúrgicos de São Paulo, da qual foi retirada a parte relativa ao objeto de estudo da presente Tese. A pesquisa teve por base, também, uma entrevista com um operário da região. Em seguida, foi estudado o material disponibilizado por Cristiano dos Reis Souza, pesquisado durante seu Mestrado, que cedeu graciosamente uma série de entrevistas feitas com metalúrgicos da região.

Com o estudo deste material, foram verificados aspectos importantes da história dos Metalúrgicos em São Paulo, ainda não abordados. Um desses aspectos refere-se a corrente sindical ligada ao PC do B, sobre a qual pesavam acusações de traição do movimento de oposição, assim como a responsabilidade do Sindicato dos Metalúrgicos ter se mantido nas mãos dos pelegos. Contudo, não havia registros do posicionamento histórico dos elementos dessa corrente. Para historiar a luta dos trabalhadores na Zona Sul fazia-se necessário esclarecê-los, uma vez que seus atores pertenciam à região. Decidiu-se, então, buscá-los através da história oral, entrevistando alguns dos principais atores.

Por outro lado, em algumas das entrevistas de Souza, encontravam-se depoimentos esclarecedores de outras questões até então obscuras, questões importantes na história da luta dos Metalúrgicos da Zona Sul. Buscou-se obter, então, autorização dos entrevistados para a utilização na presente Tese.

Uma das principais fontes de pesquisa das lutas desenvolvidas diz respeito aos materiais distribuídos nas fábricas e na categoria, arquivados no Centro Pastoral Vergueiro, CPV. Esta Instituição possui excelente arquivo sobre a luta dos Metalúrgicos em São Paulo, aberto aos pesquisadores. Lá, há materiais do MOSMSP, do Sindicato e das diversas outras correntes sindicais.

No que se refere ao trabalho com números sobre as empresas metalúrgicas e seus empregados, foi utilizado um banco de dados de Cleodon Silva, organizado a partir de Cadastro Industrial do SENAI de 1985 e de 1991. Também foi utilizada uma relação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de Empresas que fecharam ou que saíram da Zona Sul.

Outra fonte de dados foi o jornal Folha de São Paulo (CD-ROM Folha edição 1999). Neste material, estão compiladas 2.300 reportagens sobre os Metalúrgicos de São Paulo, sobre fatos ocorridos entre 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1998. Com esta fonte foi trabalhado “O Sindicato como Trincheira do Neoliberalismo” no capítulo V da presente Tese.

Buscou-se, também, materiais tendo por base pesquisa de Internet. Esta fonte tornou-se muito útil no caso das histórias das principais fábricas, com dados extraídos de seus próprios sites das empresas.

Na pesquisa, todas as lacunas de informações existentes em materiais escritos, foram preenchidas com a História Oral. Há casos em que esta fonte, a

História Oral, se contrapõe a outras fontes. Deste modo, a História Oral está presente em todos os capítulos, com predominância nos capítulos II, III e IV.

O Primeiro Capítulo aborda "O Parque Industrial". Nele é historiado o surgimento e desenvolvimento do Parque Industrial da Zona Sul. Também neste capítulo é enfocado o processo de industrialização da região desde a construção da infra-estrutura até o processo de surgimento e desenvolvimento das fábricas metalúrgicas, a distribuição das fábricas na região e a história da implantação das principais unidades fabris.

O Segundo Capítulo, "Uma categoria combativa se levanta: 1974 à 1979," trata da luta dos trabalhadores durante a década de 1970, de seu surgimento e desenvolvimento durante o Regime Militar. Trata, também, do movimento grevista do final da década e da repressão que se abateu sobre ele, além de historiar o inicio do processo de divisão no seio da categoria.

O Terceiro Capítulo, "A luta e a organização da categoria e das correntes sindicais para ocupar espaços: 1980-1989," historia as lutas na categoria, a ação das diversas correntes de oposição sindical e a ação do Sindicato que destruía as bases do velho peleguismo e disputava as bases nas fábricas com a oposição sindical, em especial com o MOSMSP.

O Quarto Capítulo, "As divergências entre as correntes e as eleições sindicais" historia e estuda os processos eleitorais realizados no período. Estuda, também, as alianças entre as diversas correntes sindicais com suas contradições, metodologia e divisões. Como corolário deste processo, aborda a vitória do sindicalismo a serviço do capital.

O Quinto Capítulo, "O avanço do neoliberalismo e o desmonte do Parque Industrial: 1989 a 2000," historia as ações do Sindicato como vanguarda na luta pela

implantação das políticas neoliberais no Brasil e a aplicação de medidas que destruíam as conquistas trabalhistas, cuja aplicação afrontou as conquistas históricas da Legislação Trabalhista e as conquistas sociais da Constituição Federal. Este capítulo aborda, também, a ação conjunta dos dirigentes sindicais e dos empresários, na aplicação da política de desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, igualmente, a ação dos governos neoliberais nesse processo.

Através desses Cinco Capítulos o presente trabalho objetiva historiar o processo de implantação do parque industrial e a luta sindical entre o Trabalho e o Capital desenvolvida entre os anos de 1974 e 2000 no Parque Industrial da Zona Sul e as contradições existentes no seio do movimento sindical metalúrgico. Analisa, também, a relação dos trabalhadores com seu órgão de classe ao longo deste período histórico. O Sindicato, inicialmente, preposto dos militares, com a atuação dos interventores, se transformou ao longo deste processo, em agente aberto do capital e assumiu a vanguarda da luta pela aplicação da política neoliberal no Brasil.

b) Contextualização

Os metalúrgicos de São Paulo são organizados em um grande e poderoso Sindicato, fundado em dezembro de 1932, na onda de oficialidade oferecida pela primeira legislação sindical do país, editada no governo de Getúlio Vargas em 1931. Antes dele, já existia a União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, com ação autônoma frente ao Estado. Seguia a orientação anarco-sindicalista e rejeitava as normas que a Lei de Sindicalização estabelecera. Apesar de não ser reconhecida pela legislação do governo, possuía “relativa representatividade” no seio da categoria. Até 1935, ano do levante comunista, conviveu com “‘o sindicato livre dos

anarquistas". Após 1939, com a criação do imposto sindical, o sindicato, denominado Sindicato dos Operários Metalúrgicos da Grande São Paulo, ganha fôlego e amplia as atividades de sua sede. Em 1962, desmembrou-se em três: o de Osasco, o de Guarulhos e o de São Paulo. É um sindicato atrelado às normas oficiais do governo desde o início do processo de sua criação[1]. Considerado o maior sindicato da América Latina, em 1965, abrigava em sua base de atuação 4.424 empresas com 228.000 operários[2]. Tratava-se de um sindicato combativo, teve participação destacada nos movimentos reivindicatórios nas greves de 53, 57 e 63 e nas mobilizações pelas reformas de base no governo de João Goulart; possuía, na época do golpe militar de 1964, 1.800 delegados sindicais de empresa que, na maioria, eram integrantes ou simpatizantes do PCB.[3] Tornou-se, a partir do regime militar, um instrumento a serviço dos órgãos repressivos do governo e dos patrões, através da ação de interventores, desmontando as organizações de base existentes na categoria. A primeira tarefa desses interventores foi localizar e perseguir os 1.800 delegados sindicais de empresa. Do grupo de interventores faziam parte muitos componentes dos Círculos Operários Católicos, que já participavam, antes do golpe, da oposição ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Afonso Dellélis, em 1964.[4]

Esses Círculos[5] possuíam uma orientação e prática definidas "a partir dos

---

[1] Retrato do Brasil, Editora Política. São Paulo,vol. II, p.300. e Antunes, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil um estudo sobre a consciência de classe da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados. São Paulo 2ª ed. 1988 p. 94.

[2] Retrato do Brasil, Editora Política. São Paulo, vol. II, p. 300 e Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p 109, com base na ata de encerramento da campanha salarial deste ano.

[3] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. pp. 57/58.

[4] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 58.

[5] Existiam, à época do Golpe, por toda a cidade de São Paulo 15 Círculos Operários Católicos. No Estado de São Paulo existiam 60 Círculos com 200.000 sócios, uma média de 3.333 por círculo. Com base nessa média, os 15 localizados na Capital, esta com maior população que o interior, poderiam contar com mais de 50.000 sócios. Manfredi, Sílvia Maria. Formação Sindical no Brasil: História de uma prática cultural.. São Paulo. Escrituras Editora, 1996 p. 93.

marcos de um modelo social e político estabelecido para e pelas classes dominantes".[6] Eram apoiados e inspirados pelo IPES, este ligado ao American Institute for Free Labor Development - AIFLD, que formava e implementava a política trabalhista norte-americana para a América Latina. Sua política tinha como base três princípios:

"Primeiramente, 'dividir as classes trabalhadoras na tentativa de se criar uma aristocracia trabalhista privilegiada e sindicalizada, que defenderia ganhos materiais contra pessoas desempregadas e trabalhadores não-sindicalizados. Em segundo lugar, fazer oposição à militância operária, por meio da luta contra trabalhadores militantes', evitar a infiltração comunista e, onde ela já existisse livrar-se dela'. E finalmente, negar a luta de classe, obtendo um 'consenso' entre empresário e trabalhador baseado na implementação de maior produtividade. O AIFLD era também eminentemente apropriado para servir como uma sutil rede de coleta de informação devido à sua posição dentro dos movimentos trabalhistas da América Latina."[7]

O levantamento para perseguição da massa de delegados sindicais, localizados em 41% das empresas, constituindo quase 1% (0,8%)[8] da categoria, coube a Orlando Malvezzi, o interventor, que contou "com a participação direta de Joaquim dos Santos Andrade e seu grupo", com integrantes dos Círculos Operários Cristãos, que conheciam como estavam estabelecidos os delegados de empresa. Após os interventores terminarem esse primeiro "serviço" para o regime militar, que ficou completo em 1965, foi eleita, concorrendo com uma única chapa, a primeira diretoria dos interventores. Mas, em novembro, a categoria entra em greve por 80%

---

[6] Manfredi, Sílvia Maria, op. cit 1996 p. 93.
[7] Dreifuss, Rene' Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1981, pp. 315 - 317.
[8] Cálculos com base nos dados de Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit.

de reajuste, greve realizada de acordo com a legislação do governo, Lei 4.330/64, com quase a metade dos associados presentes à assembléia que decidiu por ela. Depois de três dias de greve, o Ministério do Trabalho determinou 45% de aumento. Em 1966, o governo decreta a redução do papel da Justiça do Trabalho nos acordos salariais, passa a determinar o índice de reajuste para o dissídio coletivo[9] e impõe o arrocho salarial.

Ainda em 1966, é abolida a estabilidade na fábrica após dez anos de trabalho com a Lei 5.107/66, modificada, em seguida, pelo Decreto-Lei nº. 20, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS. Todos os operários que entraram nas empresas a partir desta data foram obrigados a optar pelo FGTS[10]. A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, promulgada em 1943, garantia ao trabalhador com mais de um ano na empresa, o direito de, para ser demitido sem justa causa pelo patrão, receber uma indenização igual ao número de anos que esteve a serviço da empresa, multiplicado pelo seu maior salário. Após dez anos, era lhe garantida a estabilidade; só seria demitido por grave falta, avaliada pela Justiça do Trabalho. Com o FGTS, o empregador passou a depositar 8% do salário do empregado nesse fundo, que garantia ao patrão o direito de dispensar o empregado quando lhe interessasse e ao empregado apenas a indenização do dinheiro que estava em sua conta no FGTS.[11]

Dessa forma, o FGTS não só acabou com a estabilidade, como também criou a rotatividade dos operários nas fábricas e, com ela, mais um mecanismo de arrocho do salário, sem mencionar a própria política de arrocho salarial do governo. No período do reajuste, garantido pelo dissídio coletivo, o empregador demitia os trabalhadores de menor qualificação e os substituía por outros que, por serem

---

[9] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. Cit. p. 58 e 59.
[10] Cadernos do CEAS, nº. 32. Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, BA, jul/ ago, 1974, p. 7.
[11] Retrato do Brasil, Editora Política. São Paulo, vol. II, p.266.

novos, não tinham direito ao mesmo. Além disso, as lideranças não se enraizavam nas fábricas porque, quando não estavam presas, eram demitidas. Assim, o governo mantinha a política do arrocho salarial, garantindo aos empresários altas taxas de lucro e aos operários um salário miserável. O tradicional instrumento de luta da classe operária, seu sindicato, agia a favor dos patrões e do governo, contra a própria classe, delatando as lideranças que perdiam empregos e eram presas.[12]

A Diretoria do Sindicato não desenvolveu apenas uma política de repressão, mas "articulou bem o aspecto demagógico com o aspecto repressivo às lideranças emergentes. Radicalizou no discurso, ameaçou greve, criticou o regime militar e o patronato nas assembléias, chegou até mesmo a sensibilizar lideranças da classe",[13] consolidando-se como uma máquina assistencial[14] para as massas da categoria e como "um centro de delação"[15] das lideranças combativas para os empresários e militares. Os diretores denunciavam às direções das empresas as lideranças das lutas, que perdiam imediatamente o emprego.[16] Inúmeros foram, também, os casos de torturas, perseguições, interrogatórios policiais, prisões e até assassinatos, sem fazer referência às demissões. O governo militar tratava as lutas contra essa exploração exorbitante nas fábricas como um caso de segurança nacional.[17]

Ao mesmo tempo, o arrocho salarial e a rotatividade acelerada da mão-de-obra possibilitada pelo FGTS forçavam os operários a trabalhar em condições inseguras e insalubres, bem como a fazer um número exagerado de horas extras. Em 1973, o salário dos trabalhadores ligados à produção "era apenas 15% do valor

---

[12] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit .p. 58.
[13] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit .p. 64.
[14] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 127.
[15] Definição de um metalúrgico apud Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit .p. 124.
[16] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit .p. 128.
[17] Pedreira Filho, V. S. Comissões de Fábrica: um claro enígma. Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, São Paulo, 1997, pp. 60 e 61.

da transformação industrial"[18]. De 1969 a 1974, foi o período do alardeado "milagre brasileiro", que se caracterizou pelas altas taxas de crescimento econômico, sustentadas por grandes investimentos tanto de capital estrangeiro quanto estatal, e pela política de arrocho salarial.[19]

Em 1968, entre as fortes manifestações contra o regime militar, ocorrem greves grandes, as dos metalúrgicos no distrito industrial de Contagem (MG) e a dos metalúrgicos de Osasco, na grande São Paulo. A greve de Osasco marcou muito os metalúrgicos de São Paulo[20]. Naquele município, a oposição havia ganho a eleição do sindicato e a base para essa vitória havia sido seu trabalho principalmente na Cobrasma, em cuja fábrica foi criada uma comissão, que foi também a base para a primeira mais importante greve após o golpe de 64, da qual participaram 6.000 operários.[21]

Nessas condições de arrocho salarial e de péssimas condições de trabalho, apesar da repressão, os operários precisavam sobreviver. Nas fábricas em São Paulo, a revolta dos operários era contida pela alta repressão e pela postura do sindicato; no entanto, bastava um operário mais ousado convocar os companheiros a reagir para que a seção parasse imediatamente, muitas vezes, chegando a paralisar algumas outras seções simultaneamente. Todo o aparato repressivo caía sobre os operários rapidamente, vários eram demitidos e alguns só não seriam presos se conseguissem fugir antes de serem pegos[22].

---

[18] Pereira, Duarte. Perfil da Classe Operária: Ditadura nas Fábricas. HUCITEC ,SP. 1981, p. 48.
[19] Pedreira Filho, V. S. Comissões de Fábrica: um claro enigma. Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, São Paulo, 1997 p. 58.
[20] Pedreira Filho, V. S., 1997, op. cit. p. 58 e Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit.
[21] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 80.
[22] Eu era militante da AP (Ação Popular) e trabalhei nessa época em algumas fábricas, nas quais vivi esta situação.

A repressão intensifica-se ainda mais, em dezembro, a Junta Militar promulga o AI-5, suspende a Constituição, fecha o Congresso, cassa o mandato de deputados.

Sem poder utilizar o sindicato, seu tradicional instrumento de luta, para se organizar e lutar, os operários conscientes buscaram alternativa: passaram a desenvolver um trabalho nas fábricas de conscientização e a se articular fora do sindicato.

Em 1968, no dia 13 de dezembro, o mesmo dia em que surgiu o AI-5, um grupo de metalúrgicos que desenvolvia trabalho nas fábricas e fazia oposição à diretoria, inclusive com o lançamento de uma chapa em 1967, lança a União Metalúrgica de Luta (UML)[23], composta por operários militantes das diversas organizações e partidos de esquerda, tanto marxistas, quanto cristãs. Possuíam experiências de luta acumuladas no interior dessas organizações. Eram militantes de organizações ligadas ou formadas sob influência da Igreja Católica, como a JOC, a ACO, a AP, "grupos anarquistas, representados pelos trotskistas das diversas facções, e militantes e dissidentes dos partidos comunistas (PCB, PC do B, PCBR, Polop etc.). *Os princípios defendidos pela UML eram norteados pela constatação de que o movimento sindical era fraco em sua base e cupulista. A União propunha, portanto, a criação de comissões de fábrica como única condição que possibilitaria o surgimento de um sindicalismo de base, em oposição à estrutura sindical corporativista."* Uma exigência da coordenação da UML para a entrada de novos militantes operários era a disposição de desenvolver a organização clandestina na fábrica em que trabalhassem: criar pequenos grupos de operários ou participar de algum caso existisse.[24] A fábrica era, para essa vanguarda, o local privilegiado de

[23] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.154.
[24] Pedreira Filho, V. S., 1997, op. cit. p. 59. Itálico da autora.

trabalho da oposição.[25]

O início da década de 70 transcorre com a ação de pequenos grupos nas fábricas, desenvolvendo pequenas lutas, organizando-se e tentando manterem-se empregados. Mas, sempre que descobertos, eram demitidos e as lideranças presas. Duas lideranças foram mortas nesse período: Olavo Hans, metalúrgico da Oposição Sindical em 1968, morto no 1º de maio de 1970, e Luis Hirato, coordenador da União Metalúrgica, assassinado em 1971. Com a intensificação da repressão, a UML se extingue, mas seus militantes mantêm-se articulados como oposição sindical[26]. Nesse período, desenvolvem nas fábricas pequenas lutas enfrentando problemas do cotidiano, "lutas de resistência", como pode se observar no relato de um operário em entrevista concedida a Faria,:

> "São pequenas lutas, mas que, na consciência do cara, representa uma puta coisa, porque é uma vitória, é a questão da vitória. O cara sente que foi uma conquista dele, sabe? Botar um rolo de papel higiênico no banheiro pode não ser porra nenhuma, assim, no sentido de uma grande luta, agora, pro cara que participou daquilo, que discutiu aquilo, ele acha que é muito importante, foi. uma vitória dele, que a firma não queria por. O cara fez uma discussão, fez um abaixo assinado, foi lá, brigou com o chefe e tal e o rolo de papel higiênico tá lá. Ou a questão do café, o cara acabava tendo briga na fila porque um chegou primeiro, o outro não, parecia um enxame de abelha lá, todo mundo querendo pegar o café antes que terminasse, porque ia dar os 10 minutos. Pô, depois que os caras brigam, brigam com o chefe, brigam com o gerente, brigam com o diretor e tal, o cara sente que foi uma conquista dele porque a firma num primeiro momento não quer por. Não foi um negócio assim: ó, a gente está precisando isso' e tudo bem. Quer dizer, houve um preparo, houve pixação no banheiro, houve briga mesmo, nêgo chegar pro chefe e dizer: 'Pô assim não dá', todo mundo ir reclamar, esse tipo de reclamação que a gente chama de reclamação... que isso a gente usava muito. Isso num plano mais geral de luta parece pequena vitória, mas acho que é muito importante pro cara que participou daquilo, porque ele sente que é um negócio que o cara não queria dar e foi obrigado".[27]

Para chegar a articular os operários, para fazer essas pequenas reclamações, os operários de oposição tinham muito cuidado, havia todo um caminho a percorrer

[25] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.103.
[26] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit p. 162.
[27] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit p. 163.

antes de se expor. Conhecer os colegas através de uma relação de amizade era fundamental. Os depoimentos abaixo, feitos por operários a Faria, demonstram o tipo de trabalho que foi realizado:

> "A gente ficava com um medo desgraçado que alguém fosse dedar":
>
> "'Esse cara é subversivo', 'Esse cara e terrorista'... ou que mesmo não falasse nada e dedasse pra fábrica e tal. Então era um trabalho assim, eu diria desconfortável, de pisar em lâmina, você tinha que conversar, conhecer, ir na casa do cara, ter uma determinada amizade com ele, mesmo que ele não concordasse com você, mas a partir daí a gente tinha um relacionamento que também não abria brecha pra ele chegar pra chefe e colocar a questão da luta dentro da fábrica. Então, foi uma época que se desenvolveu poucas pessoas, agora, era um relacionamento bem profundo... Isso de certa forma ajudou um pouco quando a coisa começa a melhorar um pouco mais, que existia um relacionamento."
>
> "Sim, porque você precisava saber quem era o companheiro. Então o que significava esse trabalho? Esse trabalho significava você entrar numa fábrica e primeiro conquistar a amizade dos companheiros. Nessa conquista de amizade, você ia aos poucos colocando a questão da luta, e à medida que você ia colocando a questão da luta, você ia descobrindo quem despontava pra luta, e eram esses companheiros que você ia trabalhando e levando pras assembléias e discutindo as questões."
>
> "Se procurava conversar às coisas naturais que os trabalhadores conversam, mas através ou de urna notícia de jornal, ou de um comentário de rádio, ou de um boletim, procurava mudar o eixo da conversa normalmente, introduzir o elemento da luta operária. Então, as condições de trabalho, refeitório, ritmo de trabalho, limite para ir ao banheiro e salários baixos. E, conversando cada vez mais, procurar ordenar a conversamos no sentido de que o pessoal começasse a descobrir que os problemas existiam porque tinham causas que nós não estávamos ainda descobrindo. E que era preciso buscar as causas dos problemas pra poder atuar na tentativa de solucionar esses problemas. E começava a aflorar pros trabalhadores que havia um sistema de exploração elaborado, que a visão do patrão era o lucro e não o homem, que o homem era tido apenas como uma peça de máquina no processo de produção..."
>
> "Enfim, era um tipo de conversa que tinha que ser bem devagar. Você tinha que ganhar a confiança do cara, isso era fundamental. E eu acho que a partir daí num prazo, assim, de seis meses, um ano, podia contar com 10 pessoas, assim, de confiança, né? Nessa conversa, você ia vendo o sujeito que não ia ter condições, ou porque tava a favor do governo. Tinha bastante. Nunca foi a maioria."[28]

[28] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. pp. 165 - 167.

Era um método utilizado por todas as correntes sindicais (marxistas e católicas) e que nesse momento trabalhavam juntas.

Sem se destacar dos demais colegas, pois isso poderia facilitar uma identificação pelos elementos da repressão que estavam infiltrados, também, nas fábricas, enxertavam pequenas idéias sobre a exploração cotidiana na produção. Essas idéias mais pareciam reflexões surgidas espontaneamente no decorrer dos bate papos diários com os companheiros de trabalho. Além disso, essas conversas só ocorriam individualmente e apenas com operários que nas suas atitudes não apresentasse sinais de um puxa-saquismo, buscando dessa forma evitar uma possível futura delação.

Em meados da década de 70, começaram a surgir greves nas fábricas em São Paulo e as fábricas de Santo Amaro destacavam-se. Em 1973, na Villares, fábrica localizada na Avenida das Nações Unidas em Santo Amaro, 2.500 trabalhadores entram em greve por questões salariais, principalmente pelo não desconto da antecipação salarial, e conseguem uma pequena vitória. "A greve da Metalúrgica Villares é o movimento fabril mais amplo do início da década, verdadeiro ponto de inflexão e resistência. A partir daí, os movimentos crescem em número e amplitude."[29]

Após as demissões provocadas pela greve da Villares em 1973, os ativistas de oposição demitidos passam a se encontrar periodicamente, independente das fábricas em que estavam trabalhando. Esses encontros são denominados de "interfábricas". Neles foi possível o comparecimento de trabalhadores de dez fábricas importantes. Lá estavam operários de empresas como a Metal Leve, a Caterpillar, a MWM e muitas outras grandes unidades fabris. No período de dois

[29]Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. pp. 131, 183, 184 e 255.

anos, foram realizadas reuniões com o comparecimento em média de 20 operários em cada reunião. Além de as interfábricas darem ao movimento na Zona Sul novo vigor, elas também contribuíram para superar a desarticulação em que se encontrava a oposição sindical metalúrgica do município, que devido à prisão de 70 operários da Oposição Metalúrgica, dentre eles os militantes mais antigos, e da Pastoral Operária, ocorridas no início daquele ano, encontra-se com baixo nível de articulação.[30]

Essas reuniões realizavam-se apoiadas na Pastoral Operária da Igreja Católica. Desenvolviam um trabalho miúdo no cotidiano da fábrica, um trabalho de base e articulavam- se fora da fábrica, tendo a Igreja Católica como guarda-chuva para as reuniões e como uma tribuna de propagação de suas idéias na periferia e nos bairros onde moravam os operários. Esse trabalho da Pastoral Operária desenvolvia-se desde 1971, no entanto, é a partir de 1974 que ele se intensificara e é entre os metalúrgicos que ele se fará mais presente.[31] Esses encontros tratavam das questões imediatas das lutas nas fábricas e das questões sindicais. O seguinte depoimento de um operário demonstra esse trabalho sob o guarda- chuva da Igreja:

> "Em 71 já estávamos funcionando. Era algumas atividades, assim, no bairro. Sabe? Pelas circunstâncias da repressão, o pessoal não tinha campo, assim, no sindicato, partido político, outras coisas assim. Mas o único campo onde se podia fazer alguma coisa à sombra da Igreja, onde era permitido,onde a Igreja apoiava, era os bairros. Então, junto com a reflexão, estudo, o pessoal começou a tomar a iniciativa de trabalho, assim, um pouco mais concreto, que refletissem um pouco, dessem possibilidade de ampliar o grupo... Então, por exemplo, as reflexões de 1º de maio nós sempre fizemos, às vezes num salão pequeno com 20/30 pessoas. Mas sempre foram feitas celebrações até chegarem ao ponto de serem mais abertas... então a gente fazia missa sobre isso, o pessoal falava nas missas."[32]

Nesse trabalho miúdo e individual, os militantes da oposição passaram os anos de maior repressão. Possuíam com os companheiros de trabalho uma relação

---

[30] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p 228
[31] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. pp. 125-126, 129 - 131.
[32] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.231.

mais afetiva e espontânea, discutiam as pequenas coisas do cotidiano da fábrica em nível do entendimento do colega, sem expor nenhuma opinião que os destacasse dos demais. Mesmo anos depois esse método afetivo e espontâneo continua. Vital Nolasco da corrente sindical ligada ao PC do B conta que certa vez, preparando um 1º de Maio, havia convidado um operário, que garantira a presença, para participar de uma palestra com operários a ser realizada por um dirigente de seu partido, no entanto na hora de iniciar a palestra esse convidado não estava presente. Vital Nolasco pede aos presentes para aguardá-lo enquanto ele iria à casa do colega buscá-lo. Ao chegar á casa "ele estava no telhado e falou que tinha havido uma ventania e algumas telhas haviam caído. "Subi e ajudei a reconstruir o telhado. Demorou para a gente chegar, mas chegamos e ele participou da reunião"[33].

[33] Vital Nolasco, operário da Metal Leve e diretor sindical na gestão 84/87. Entrevista realizada por Maria Nelma G. Coelho em 7 de maio de 2007.

Capítulo I – O Parque Industrial

O Parque industrial da Zona Sul de São Paulo teve início na década de 40[34]. Nessa década, a cidade de São Paulo já concentrava aproximadamente 60% de toda a atividade industrial do Estado em "diversos bairros fabris como Mooca, Brás e Ipiranga, entre outros. Entre 1939 e 1956 houve uma expansão da concentração industrial da capital com a ocupação, pelas indústrias, de áreas próximas, um "prolongamento natural do núcleo industrial".[35] A expansão ocorreu nos ramos industriais de maior complexidade: "química, metalurgia, plásticos, material de transportes, mecânica, borracha e material elétrico"[36] Com isso houve uma aceleração do processo de concentração industrial do estado de São Paulo, que detinha cerca de 48% do VTI (Valor de transformação Industrial) brasileiro em 1949 e passou a deter cerca de 52,2% em 1956. A ampliação do núcleo industrial da capital foi a responsável principal pela elevação dos índices do Estado no VTI nacional. Esse núcleo ampliado registrou um salto na sua participação no índice nacional, de cerca de 29,3% em 1939 para cerca de 34,8%, em 1956. A capital, embora caindo a sua participação em relação a outras regiões do Estado, de 53,9% em 1939 para 51,1% em 1956, também cresceu a participação em relação ao Brasil, isto é, passou de 24,5% em 1939 para 26,7% em 1956.[37] Essa incorporação e conseqüente crescimento dos parques industriais dos municípios próximos à Capital,

---

[34] Rochel, Renato. (do Banco de Dados). Santo Amaro. http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/bairros santo amaro.htm, maio, 2005.
[35]Assis, M. et al (Diretoria de Pesquisa, Estudos e Avaliação). A Indústria em São Paulo sua evolução e distribuição espacial. Senai São Paulo, SP, 1992, pp. 13-14.
[36] Negri, Barjas Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996(Coleção Momento) p. 88.
[37] Negri, Barjas 1996 op. cit. p. 86 e 87.

constitui-se o embrião da posterior Grande São Paulo.[38] Santo Amaro, que também fora município até 1935[39], foi uma dessas áreas para onde se deslocaram empresas industriais dos antigos parques da capital.

Embora fosse um bairro da periferia da Capital, Santo Amaro possuía a infra-estrutura necessária à industrialização. Desde 1886 ali funcionava a estrada de ferro São Paulo-Santo Amaro, que fora substituída por bondes elétricos em 1906[40]. Ainda como cidade, desde o início do século XX vinha se aparelhando, juntamente com a capital, com os "serviços essenciais de infra-estrutura tais como o fornecimento de energia elétrica em escala, extensão dos serviços de fornecimento de água, de gás encanado, de transportes com os bondes elétricos e posteriormente com ônibus."[41] Entre 1952 e 1957 foi construída a estrada de ferro que iniciava na estação Vila Leopoldina e se ligava no alto da serra do mar à ferrovia Mairinque-Santos. Sua extensão era de 54,2km, transportava passageiros e carga, "passou a operar para valer, em 1957 (...) teve relevante influência para a formação do parque industrial instalado em Santo Amaro ao redor dos rios Pinheiros e Jurubatuba".[42] Apesar da forma de produção dessa infra-estrutura ter levado a que as principais áreas que foram providas tenham sido apropriadas pela Light (Brazilian Traction Light & Power Cy. Ltd.), empresa canadense portadora de uma concessão para canalizar o Rio Pinheiros e seus afluentes rio Grande e Guarapiranga, Essas obras de canalização abrangiam uma vasta área, que ia desde as barragens dos rios à drenagem de suas

---

[38] Assis, M. et al,op. cit. p.14.
[39] http://www.sampa.art.br/SAOPAULO/Bairro%20Santo%20Amaro.htm, Bairro de Santo Amaro.
[40] Lopes, Carmen Lucia Evangelho. A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo. Tese de doutorado, FFLCH – USP, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1992, nota de rodapé nº 4, p. 2.
[41] Lima, Odette Carvalho de. Meandros dos rios nos meandros do poder : Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado) FFLCH - Fac de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, 1987 p. 154.
[42] Lima, José Marcos de. "Os caminhos de ferro" Nossa Região Revista CompanySul – Um veículo de informação oficial da Associação Empresarial da Região Sul – AESUL, São Paulo .(distribuição dirigida) Ano 0, n.3, agos 2006. p. 8 e 9.

várzeas. Quando foi concluído o serviço da Ligh "apenas 10% das terras continuaram nas mãos dos antigos proprietários".[43]

No início da década de 60, o Brasil, embora continuasse subdesenvolvido, tornou-se um país industrializado. Com o complexo industrial, estruturara-se um grupo de interesses econômicos formado por umas poucas dezenas, que direta ou indiretamente, garantem o mercado à empresas que subcontratam, "detêm a iniciativa dos projetos importantes e do diálogo com os poderes públicos" embora altamente concentrado na região de São Paulo, possui vinculações em todo o nacional e "articulações no exterior". Os "mais de cem mil estabelecimentos industriais no país" aparentam uma descentralização o que "encobre um elevado grau de estruturação em âmbito local e nacional". Esse grupo possui interesses diretos em todo o território nacional e poder efetivo sobre o conjunto da economia e "hegemonia no sistema nacional de poder."[44]

O Estado de São Paulo, segundo o Censo de 1960, concentrava aproximadamente 60% das "'indústrias dinâmicas'" brasileiras e cerca de 56% do que era produzido industrialmente no país[45].

Além do período de expansão da economia iniciado na "segunda metade da década de 50," também, o qüinqüênio 68/73, é caracteristicamente uma época de "expansão do sistema industrial brasileiro, concentrado no espaço geoeconômico da RGMSP – Região Metropolitana da Grande São Paulo"[46]. Nesse período, a

---

[43].Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit. p. 244. Para melhor entendimento ver um pouco a história da ação dessa empresa na apropriação das terras da região ao final do capítulo.
[44] Furtado,Celso. Análise do "Modelo" Brasileiro. 7ª edição, civilização Brasileira, 1982, pp. 33 e 34.
[45] Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. DIFEL, SP – RJ, 1987, p. 11.
[46]Rattner, H. "A Evolução da Economia Brasileira entre 1963 a 1976: panorama geral e a situação da pequena e média empresa"..In Rattner, H. et al, Pequena e Média Empresa no Brasil. Ed. Símbolo, São Paulo, 1979. p. 43.

economia brasileira cresceu cerca de 11,2%. A produção industrial esteve à frente desse desenvolvimento com uma taxa média de cerca de 13,1% ao ano.[47]

Nesse período as indústrias dos setores metalúrgico, mecânico, de material de transporte, de material elétrico e de comunicações brasileiras apresentaram um significativo ritmo de expansão. Em 1967, elas representavam cerca de 30,1% da indústria de transformação do país, tendo passado em 1970 para cerca de 32,1% e chegado a 1975 com cerca de 35%.[48]

Embora com uma evolução apresentando queda nos índices econômicos as indústrias de transformação do Estado de São Paulo, mantiverem uma participação expressiva no país. Em 1970, era de 56,1% no V P e de 58,2% no VTI. Em 1975, tanto o V.P. quanto o VTI foram de 55,9%.[49] As indústrias dos ramos da metalúrgica, da mecânica, de material de transporte, de material elétrico e de comunicações representavam, em 1967, cerca de 36%do VTI das indústrias de transformação do Estado de São Paulo. Em 1970, cerca de 37,2%, em 1975, cerca de 40,9%, em 1980, cerca de 41,7% e em 1985, cerca de 40,7%.[50] O Estado de São Paulo teve, em 1970, uma participação no PIB nacional de 39,4%, o setor industrial representava 56,5%.[51]

Nessa fase a economia brasileira teve um desempenho avaliado como bom também em outros setores além do crescimento: a inflação, que vinha alta, declinou para uma média anual inferior a 20%; as exportações, em 1970, eram de US$ 2,7 bilhões e chegaram, em 1973, a US$ 6,2 bilhões; embora as importações tenham

---

[47] Fonte Fundação Getúlio Vargas, apud Brun, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 19a. edição. Ed. Vozes, Petrópolis - RJ 1998, p. 328.
[48] Negri, Barjas 1996 op. cit. tabela II.2 - modificação na estrutura setorial na indústria de transformação brasileira no período 1967/1990.151.
[49] Negri, Barjas 1996 op. cit. tabela II.3: evolução da indústria de transformação do estado de São Paulo: 1959-1985, p. 161.
[50] Negri, Barjas 1996 op. cit, tabela II.4 - modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do estado de São Paulo: 1967/1985, p. 162.
[51] Negri, Barjas 1996 op. cit, tabela II.5 - Estado de São Paulo: composição do PIB a custos de fatores e participação em relação ao total do Brasil: 1970-1990, p. 170.

superado as exportações passando de US$ 2,8 bilhões para US$ 7,0 bilhões, houve um aumento das reservas internacionais que em 1969 eram de US$ 656 milhões e subiram, em 1973, para US$ 6,417 bilhões. Mas a dívida externa do país alçou, de US$ 3,4 bilhões, em 1967, para US$ 12,6 bilhões em 1973.[52]

Segundo o Cadastro do Senai de 1985, na Zona Sul, 11 empresas iniciaram suas atividades até 1938. Uma delas tem registrado o seu início no final século XIX, 1898, No entanto isso não significa que ela estivesse instalada em Santo Amaro desde essa época. Uma outra empresa, a Prada, consta no referido cadastro seu início em 1936, no entanto, seu próprio site registra que a mesma, em fase de expansão, transferiu-se para novas instalações no Bairro de Santo Amaro em 1963. [53]

Feitas as ressalvas acima, entre 1939 e 1955 foram implantadas em Santo Amaro 81 empresas. Esse número corresponde a 9% do número de empresas existentes em 1985. Entre 1956 e 1961 implantaram-se na região 88 empresas, cerca de 9,8% das empresas existentes em 1985. Entre 1962 e 1966 foram instaladas 81, cerca de 9% das empresas existentes. Entre 1967 e 1973 foram instaladas 197 empresas, cerca de 22%.[54]

Entre 1939 e 1973 tiveram início 447 empresas. Entre 1942 a 1973 foram criadas 442, dentre estas 36 possuíam acima de 500 trabalhadores na década de 1980 e representavam cerca de 75% das empresas que nessa década contavam com mais de 500 trabalhadores.[55]

A partir do Plano de Metas, as empresas que se instalaram eram, principalmente, novas empresas com unidades produtivas mais modernas, nacionais

---

[52] Brun, Argemiro, 1998. op. cit, p. 328.
[53] Conforme Cadastro Senai 1985, banco de dados cit. http://inventabrasilnet.t5.com.br/prada.htm
[54] Cálculos a partir do Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.
[55] Cálculos a partir do Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.

e estrangeiras, engendradas a partir da indústria automobilista.[56]. Durante o "regime militar (…), o Parque Industrial cresceu muito com o milagre econômico."[57]

No final da década de 60, o parque industrial de Santo Amaro estava implantado e, na década seguinte, com a maioria das grandes empresas da região já em funcionamento, constituiu-se no maior pólo industrial da cidade de São Paulo. As fábricas metalúrgicas, mecânicas, químicas e plásticas, estavam em pleno funcionamento e demandavam operários. Cresciam ali, também, a construção civil, o comércio local e diversas empresas de serviços de limpeza e vigilância.[58]

O setor metalúrgico é constituído pela indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria de material elétrico, indústria de material de transporte.

Em 1950 havia 1.123 estabelecimentos industriais deste setor na cidade de São Paulo, número correspondente a 21,3% das indústrias da capital, com 58.357 operários, constituindo 22,1% dos operários do município[59] 90% da empresas tinham menos de 100 operários e somente 0,3% tinham mais de 1.000. Santo Amaro - Ibirapuera, com 53 operários por empresas, abrigava apenas 8,2% dela e com 9,9% dos operários da categoria; Bras-Mooca, 29,7% com 31,5% de operário, em média 46,8 por empresa.[60]

É muito difícil conseguir dados objetivos baseados em números sobre a indústria metalúrgica dessa região, especialmente da década de 1970 e início da de 1980. Segundo o depoimento de várias lideranças o parque industrial de Santo

---

[56] Sader, Emi, op. cit. p. 68.
[57] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[58] Maria Aparercida Mercado R. Lima, questionário enviado por M. N. G. Coelho e respondido em 9/04/2001, p.2. Em 1970 a Secretaria do Bem Estar Social criou o NUCOP, que tinha como uma de suas atividades orientar trabalhadores que chegavam a São Paulo a procura de emprego. Além de providenciar documentação, Lima, M. A. M. R. a técnica responsável por esse trabalho em Santo Amaro, visitava os departamentos de pessoal das empresas na Região para localizar as vagas existentes e orientar esses trabalhadores.
[59] Lopes, Carmen Lucia Evangelho. A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia da FFLCH – USP, 1992.
[60] Lopes, Carmen Lucia Evangelho op. cit. Tabela XVI, cuja fonte Guia de Recolhimento do Imposto Sindical.

Amaro chegou a ter 400 mil trabalhadores metalúrgicos. Os dados encontrados são a partir de meados da década de 1980, após a onda de desemprego que levou ao quebra-quebra do Largo 13 de Maio em 5 de abril de 1983[61].

Existe um banco de dados em Excel sobre a indústria metalúrgica da cidade de São Paulo, organizado por Cleodon Silva a partir do Cadastro Industrial do SENAI/1985, com o qual Batistoni, [62], trabalhou em sua Tese de Doutorado e concluiu que, em 1985, havia na Zona Sul 115.072 trabalhadores metalúrgicos e 947 empresas com mais de 5 empregados. Representavam cerca de 30,6% da mão-de-obra do setor e cerca 21% das empresas metalúrgicas da capital.[63] Trabalhei com esse mesmo Banco de Dados[64], delimitando a Zona Sul a partir de materiais de "Convocação de reuniões por setores" e comando de luta para campanha salarial dos metalúrgicos de novembro de 79, onde aparece: Sto. Amaro, Socorro, Campo Limpo, Jurubatuba, Várzea de Baixo (fica na região da Avenida João Dias), Chácara Santo Antônio, Vila Olímpia, Brooklim Paulista, Vila Sta. Catarina.[65] Cheguei a número de empregados e empresas 899 menor que o de Batistone, 113.605 metalúrgicos trabalhando em 1985, ou seja 1.467 trabalhadores e 48 fábricas a menos. Os números a que cheguei são diferentes, o universo que trabalhei deve ser menor, mas os dados

---

[61] Munhoz, Sidnei José. A Ordem do "Caos"Versus o Ocaso da Ordem, (saques e qubra-quebras em SP. – 1983). Dissertação de Mestrado - UNICAMP, Campinas, 1989.

[62] Batistoni, Maria Rosangela. Entre a fábrica e o sindicato: dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987) Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.p. 136.

[63] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 136.

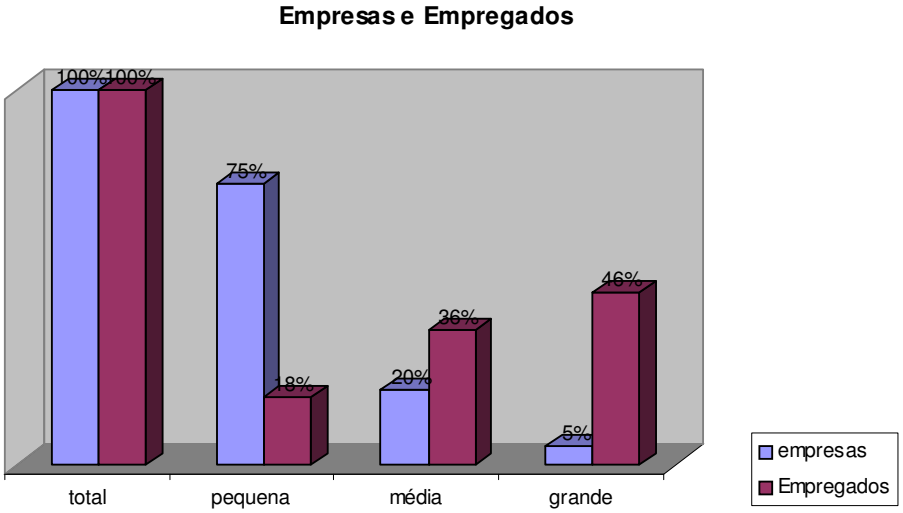
[64] Cleodon Silva me forneceu esse banco de dados. É maior e mais variado banco de dados que consegui, embora tenha procurado em diverso locais, até mesmo no SENAI. Mas esse banco de dados contém incorreções. Pesquisando em outros locais (vários guias da cidade, com o material do Sindicato) corrigi muitas coisas. No Sindicato dos metalúrgicos, as diversas pessoas contatadas afirmam não possuir esse tipo de dado. Certa vez um funcionário que me atendeu, muito bem por telefone, chegou a me afirmar que esse tipo de dado o Sindicato não forneceria por tratar-se de uma questão de "segredo de Estado": através desses dados seria possível chegar a quantia arrecadada pelo sindicato. A assessoria técnica me informou que não possuíam um bom computador na época e que portanto os registros se perderam. Deu-me apenas um total de fábricas e de operários e um registro em Excel ("banco de dados") das fábricas que fecharam ou foram transferidas..

[65] "Convocação de reuniões por setores". com data a lápis - 30/8/79 e filipeta com horário de plantão do Comando da Zona Sul. Trabalhadores Metalúrgicos SP São Paulo .Pasta 1 - Documentos 1979.

possibilitam um desenho global com as várias nuances da realidade e apesar de possíveis erros aproxima-se do real.

Segundo a assessoria técnica do SMSP, existiam 109.526 trabalhadores, em maio de 1987 empregados em 1.700 empresas. Esses números incluíam desde as micro empresas, que possuíam de 1 a 4 trabalhadores, a aquelas com mais de mil trabalhadores. Representavam "20% da base do Sindicato, e 20% das empresas" metalúrgicas da capital.[66]

Em 1985, a Zona Sul concentrava 899 fábricas que possuíam de 5 a mais de 1.000 empregados com um total de 113.448 trabalhadores, cerca de 15,% dos quais qualificados, perfazendo um total de 17070 e cerca de 3% semiqualificados perfazendo um total de 3763 trabalhadores.[67] Distribuíam-se em três grupos de fábricas: a) pequenas - aquelas que possuíam de 5 a 99; b) médias - aquelas que possuíam de 100 a 499 trabalhadores e c) grandes - aquelas que possuíam de 500 e mais trabalhadores.[68]



[66] Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, (SMSP) Assessoria técnica. Relação em Excel das empresas da Zona Sul, que deram baixas no Sindicato a partir de 1978 até 2000.
[67] Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.
[68] Conforme classificação SENAI, apud Assis, M. et al,op. cit. p. 45.

As pequenas empresas representavam em torno de 75% do total das unidades produtivas com 5 a mais de 1000 empregados existentes na região, eram 667 unidades com 20.474 trabalhadores, cerca de 18% do total de trabalhadores da categoria na região. Tinham 4.061 trabalhadores qualificados, o que representava cerca de 19,8% dos trabalhadores das fábricas pequenas e em torno de 23,8% dos empregados qualificados da categoria na região. Existiam 1.054 operários semi qualificados, número que representava cerca de 25,9% dos trabalhadores das pequenas empresas e em torno de 28% dos trabalhadores semi qualificados da região.[69]

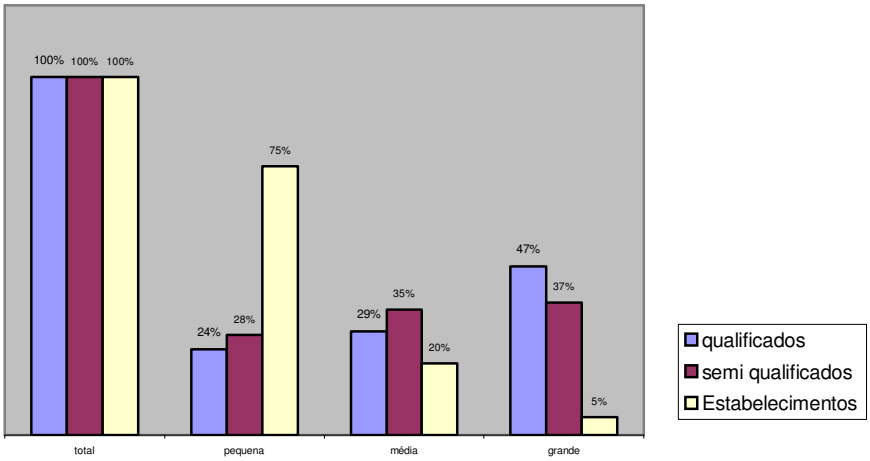
As médias empresas representavam em torno de 20% do total das unidades produtivas com 5 a mais de 1.000 empregados existentes na região, eram 180 unidades com 40.494 trabalhadores, cerca de 36% do total de trabalhadores da categoria na região. Tinham 5066 trabalhadores qualificados. Isso representava cerca de 12,5% dos trabalhadores das fábricas médias e em torno de 29,7% dos empregados qualificados da categoria na região. Existiam 1.319 operários semi qualificados. Este número representava cerca de 26% dos trabalhadores das médias empresas e em torno de 35% dos trabalhadores semi qualificados da região.[70]

As grandes empresas representavam em torno de 5% do total das unidades produtivas com 500 a mais de 1.000 empregados existentes na região, eram 46 unidades com 52.480 trabalhadores, cerca de 46% do total de trabalhadores da categoria na região. Tinham 7.938 trabalhadores qualificados. Isso representava cerca de 15,1%dos trabalhadores das fábricas grandes e em torno de 46,5%dos empregados qualificados da categoria na região. Existiam 1.390 operários semi qualificados. Este número representava cerca de 17,5% dos trabalhadores das

[69] Cálculos a partir de dados do Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.
[70]Cálculos a partir de dados do Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.

grandes empresas e em torno de 37% dos trabalhadores semi qualificados da região.[71]

Empregados Qualificados e Semiqualificados por grupo de Empresa



Essas indústrias se distribuíam por uma extensa área que incluía além dos diversos bairros que constituíam anteriormente o município de Santo Amaro e que foi ao longo dos anos se desmembrando em vários outros bairros: Campo Grande e Campo Belo, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Cidade Ademar, Pedreira, Jardim São Luis, Jardim Ângela, Campo Limpo, Vila Andrade, Capão Redondo e o próprio Santo Amaro. E também por vários outros distritos: Jabaquara, Pinheiros, Saúde e Butantã. (Ver ANEXO A) [72] Existiam fábricas dispersas por toda a região, como na Guarapiranga: "já chegando nos bairros ... tinha uma que o Santo Dias trabalhou, acho que a Burdi". Existia também uma variedade de tipo de produção, fábrica de: autopeças, elétricas, eletrônicas, de ferragens, de ferramentas, de empilhadeiras, de tornos, de informática (fabricavam computador e placas), de bicicletas, rádios, ferro elétrico, de fundição pequena, enfim, "tinha empresas de tudo".[73] A Concentração e dispersão desse parque industrial pode ser observada nos mapas dos vários distritos

[71] Cálculos a partir de dados do Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.
[72] Os mapas com a localização das fábricas foram elaborados pela arquiteta Maria Izabel Paulino.
[73] Wagner Almeida, membro da comissão de fábrica da MWM, entrevista concedida à autora em 17/06/2005.

abaixo discriminados:

a) O distrito de Santo Amaro, que abrange:

- a região central de Santo Amaro, onde havia não apenas pequenas e médias empresas, mas também as grandes, tais como: a rolamentos INA, que era uma fábrica importante com mais de mil operários, que costumavam fazer greves; e a Burroughs, na rua. Antonio Bento, que fabricava máquinas de escrever.[74]
- a região da Avenida das Nações Unidas, na várzea do rio Jurubatuba (rio Grande) onde existia uma concentração de fábricas algumas médias, a maioria grandes, tais como Villares, Metal Leve, Monark, Wapsa, Walita, Caterpillar, MWM. A maioria era indústria multinacional, mas havia, também, fábricas brasileiras.
- a região da João Dias, com pequenas e médias indústrias. Lá, havia também as grandes, como a Wapsa, com 4000 funcionários, a Pial, a Leigral e, atrás dessas, havia outras. "Entre Santo Amaro e João Dias, tinha um miolo de fábricas".[75]
- a região da Chácara Santo Antônio, onde havia muitas empresas pequenas e médias, de propriedade de capital nacional, de autopeças, elétricas, de ferragens, entre outras. Havia, também, as grandes, como a Heine, a Monark com uns 8000 funcionários, a Rolamentos Tinter, a Suigor e a Gradiente.[76]
- a região da Avenida Interlagos, onde havia várias empresas; a carburadores Weber, por exemplo, que era uma grande empresa perto do Café Solúvel.[77]

(Ver ANEXO B)

---

[74] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[75] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[76] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[77] Wagner Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.

b) O distrito de Campo Grande na região da Sabará, com muitas fábricas, em especial a Silvania, com cerca de mil operários, onde Santos Dias foi assassinado. (Ver ANEXO C)

c) O distrito do Socorro, uma área que começa a partir da ponte do Socorro, por um lado, entra na Avenida Guarapiranga, indo até a Avenida Guido Caloi; por outro, abre para o Veleiros, para a região da Avenida Rio Bonito. Havia muitas pequenas empresas, bem como médias, com 600 funcionários, que tinham peso no movimento sindical. O operário Wagner Almeida afirma que os operários dessas empresas chegavam ao sindicato e batiam no peito "eu trabalho em tal fábrica." Havia nessa região até empresas grandes, com mil funcionários ou mais, como a Pirelli e a CALOI, que tinham 2000 operários. Na região do Socorro, na Chácara Santo Antonio, Santo Amaro, havia muitas empresas brasileiras de autopeças, elétricas, ou de ferragens. Nessa área, localizavam-se as fábricas grandes, médias e pequenas, "pequenininha mesmo, às vezes você chegava ou no Socorro, ou na Chácara Santo Antonio, e tinha lá uma garaginha e um cara com um torno e com uma freza, o dono lá trabalhava com um peão mesmo, isso pequenininho mesmo"[78]. (Ver ANEXO D)

d) O distrito da Pedreira, onde estavam instaladas a Cibié e as Máquinas Piratininga[79]. (Ver ANEXO E)

e) O distrito de Cidade Dutra. (Ver ANEXO F)

f) O distrito de Jardim São Luis. (Ver ANEXO G)

g) O distrito de Capão Redondo. Ver ANEXO H).

h) O distrito de Vila Andrade. (Ver ANEXO I)

---

[78] Wagner Almeida, 2005.entrevista, concedida à autora, cit.
[79] Wagner Almeida, 2005.entrevista, concedida à autora, cit.

i) O distrito de Itaim Bibi, onde ao qual pertence a Vila Olímpia, onde existiam mais de 20 empresas. (Ver ANEXO J)

j) O distrito de Campo Belo. (Ver ANEXO L)

k) O distrito de Jabaquara onde fica onde fica a Vila Santa Catarina. (Ver ANEXO M)

l) O distrito de Cidade Ademar. (Ver ANEXO N)

m) O distrito Grajaú. (Ver ANEXO O)

n) O distrito de Campo Limpo, com pequenas e médias empresas, mas também com uma grande.[80]. (Ver ANEXO P)

Havia fábricas distribuídas por toda essa vasta região. Mas as grandes empresas que possuíam acima de 1000 operários localizavam-se na Avenida Marginal Pinheiros[81] ou em trono dela, principalmente no Distrito de Santo Amaro. (Ver ANEXO Q) Entre elas destacavam-se:

A BICICLETAS CALOI S/A que, em decorrência das dificuldades de importação durante a II Guerra, iniciara a produção de suas peças próprias, em um barracão no bairro do Brooklin, em 1945, transformara-se em Indústria e Comércio de Bicicletas Caloi S.A em 1948 e, na década de 50 instalou-se, com uma fábrica maior na Avenida Guarapiranga, 1440, esquina com a Avenida Guido Caloi. Nas décadas de 70, 80 e 90 ela se "consolida no mercado brasileiro e internacional."[82] Em 1985, possuía 1687 empregados, dos quais 57 eram qualificados e 99 semi qualificados.[83]

---

[80] W. Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[81] Também denominada Avenida das Nações Unidas.
[82] http://www.caloi.com.br/indexp.php e Dias, Luciana et al. Santo Dias: Quando o passado se transforma em História. Ed. Cortez, São Paulo, 2004, p. 55. (Dias, Luciana é filha de Santo Dias).
[83] Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit. Segundo Quem é quem na Economia Brasileira, Visão agosto de 1985, o número de trabalhadores era maior: 1.866. Montou uma empresa

A BICICLETAS MONARK S/A, instalada, em 1948, no bairro de Bela Vista, inicialmente importava as peças e montava as bicicletas e, posteriormente, passou a fabricá-las. Em 1951 transferiu-se para a avenida Eng. Mesquita Sampaio 782, Chácara Santo Antonio em Santo Amaro, ainda como montadora, tendo a partir de 1962 se transformado em fabricante de bicicletas.[84] Em 1985, possuía 4400 empregados, dos quais 133 eram qualificados, não havendo registro de semi qualificados.[85] Durante a década de 1990 terceirizou-se quase toda, através de cooperativa e tem apenas 20 funcionários registrados.[86]

A CATERPILLAR BRASIL S/A, empresa norte americana, iniciou suas atividades no Brasil, em 1954, na Lapa, em São Paulo, "com um armazém para comercialização, fabricação e estocagem de peças e componentes", suas máquinas possuíam motores a diesel, que na época era o que existia de mais avançado. Seus produtos eram comercializados no Brasil por uma rede de revendedores. Em 1955 comprou uma área de 164.000 m² na Avenida das Nações Unidas 22540 e Octalles M Ferreira s/n, Jurubatuba em Santo Amaro, segundo investimento da empresa fora do seu país. Com a fábrica instalada, passou a funcionar, em 1960, e começou a fabricar equipamentos no processo de substituição das importações. Em 1967, toda unidade da Lapa transferiu-se definitivamente para Santo Amaro. Em 1985, possuía 2481 empregados, dos quais 898 eram qualificados e 62 semi qualificados.[87] No início da década de 90 mudou-se definitivamente para Piracicaba desativando

---

em Atibaia com nova tecnologia, praticamente fechou em São Paulo, tem apenas o escritório e guarda tomando conta da fábrica., Conforme informações da Assessoria técnica Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, (SMSP), março de 2007.

[84] http://pt.wikipedia.org/wiki/Monark.

[85] Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit.

[86] Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, (SMSP) Assessoria técnica. doc. cit.

[87] Cálculos a partir do Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit. e http://brasil.cat.com/cda/layout?m=64120&x=12.

completamente a fábrica de Santo Amaro.[88]. Ela "produz atualmente 24 modelos de máquinas que incluem Motoniveladoras, Tratores de Esteiras, Carregadeiras de Rodas, Retroescavadeiras, Compactadores, Escavadeiras Hidráulicas e Grupos Geradores. Todos estes produtos são exportados para mais de 120 países. Hoje, ela emprega 4800 pessoas e se classifica entre as 20 maiores empresas exportadoras brasileiras".[89] Em 1993, terminou o processo de transferência para Piracicaba.[90]

A COMPANHIA METALURGICA PRADA, do grupo Prada que surgiu de um entreposto comercial criado na cidade de Limeira (SP), em 1876, por uma família italiana. Ainda em Limeira inicia, em 1907, a fabricação de chapéus. Seguiram-se depois "atividades de geração e distribuição de energia elétrica e de refino de óleos alimentícios". Em 1936, foi fundada, no Bairro do Belém na Cidade de São Paulo, uma refinaria de óleos de oliva, com a matéria prima importada da Europa. O envasamento era feito em latas produzidas pela própria empresa que, com o tempo, passou a oferecer seu excedente de produção de embalagens a outros envasadores. Por fim, em 1944, Agostinho Prada decidiu encerrar as atividades de refinação de óleos e concentrar-se na produção de embalagens metálicas. Esse negócio evoluiu de imediato. Para atender a demanda crescente de embalagens metálicas dos mercados de tintas e de produtos químicos em geral, além dos alimentícios a empresa mudou sua razão social para Companhia Metalúrgica Prada e em 1963, em face da expansão, transferiu-se para novas instalações no Bairro de Santo Amaro. Esta empresa "detém 35% do mercado de embalagens de aço".[91] Em 1984, possuía 2.223 trabalhadores e ocupava entre as 1000 maiores empresas do

---

[88] Atualmente, no interior, produz "24 modelos de máquinas que incluem Motoniveladoras, Tratores de Esteiras, Carregadeiras de Rodas, Retroescavadeiras, Compactadores, Escavadeiras Hidráulicas e Grupos Geradores. Todos estes produtos são exportados para mais de 120" e possui 4800 empregados .(http://brasil.cat.com/cda/layout?m=64120&x=12).
[89] http://brasil.cat.com/cda/layout?m=64120&x=12.
[90] Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, (SMSP) Assessoria técnica. doc. cit.
[91] http://inventabrasilnet.t5.com.br/prada.htm.

país o 360º lugar por faturamento e 65º por lucro[92]. Em 1985 possuía 2.038 trabalhadores, dos quais 309 eram qualificados.[93]

As INDÚSTRIAS VILLARES S/A, fabricavam os elevadores Atlas. A fabricação desses elevadores começou com uma pequena oficina de instalação e manutenção de elevadores importados em 1918 no Canindé, localizando-se, posteriormente no viaduto de Santa Efigênia. Em 1971 sua torre "de testes e desenvolvimentos de elevadores" na fábrica da Avenida Interlagos é destaque em São Paulo[94] Situada na Avenida Interlagos nº. 4455, em 1984, possuía 5.657 empregados. Entre as maiores indústrias da economia brasileira, ocupava o 466º lugar por faturamento e o 650º lucro.[95] Em 1985, ambas as fábricas possuíam um total de 3372 empregados, dos quais 1429 eram qualificados e 51 eram semi qualificados.[96] Há registro de que uma unidade foi fechada em 27/11/1992 e a outra de que foi dada baixa em 16/2/2000.[97] Um ano antes, 1999, o Grupo Schindler comprara as ações da Elevadores Atlas S/A.[98]

A MWM MOTORES DIESEL LTDA, capital alemão, fábrica de motores diesel, instalou-se no Brasil em 1964. Situada na Av. Nações Unidas, nº. 22.002, no bairro de Jurubatuba, sua produção destinava-se principalmente às indústrias automobilísticas instaladas no Brasil (Chrysler, Ford, Valmet), e exportava apenas uma pequena parte da produção. Os motores movidos a diesel eram destinados a caminhões, caminhonetes e tratores. A Fábrica da Freios Knorr foi incorporada à MWM num processo iniciado em 1982. Em dezembro de 1978, seu principal

---

[92] Quem e Quem na Economia Brasileira 1985. Revista Visão agosto de 1985.
[93] Cálculos a partir do Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit.
[94] http://www.atlas.schindler.com/sao_index/sao_kg_1.htm, http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/empreendedor/emp15.htm
[95] Quem e Quem 1985, pesquisa cit.
[96] Cálculos a partir do Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit..
[97] SMSP, doc cit.
[98] http://www.atlas.schindler.com/sao_index/sao_kg_1.htm.

acionista era Knorr Baemse KG[99]. Em 1978, possuía, aproximadamente 2 200 empregados; e em 1984, 1 640[100]. Em 1985, com 2150 trabalhadores, destes 445 eram espcializados.[101] Foi vendida para o capital Americano recentemente.

A METAL LEVE foi a primeira fabricante de pistões no Brasil, fábrica de capital alemão e brasileiro (Ernst Mahle e José Mindlin) instalada, em 1950, no Cambuci. Transferida a linha de pistões, em 1957, para a Rua Brasílio Luz, às margens do rio Pinheiros em Santo Amaro. Após a volta do sócio alemão para seu país em 1965, a Metal Leve, sob a direção de José Mindlin se desenvolveu e, em 1978, foi ali estabelecido um Centro Tecnológico junto à fábrica em Santo Amaro. A Metal Leve continuou se desenvolvendo e abriu fábricas em outras cidades e inclusive nos Estados Unidos. Mas em 1996, o controle da Metal Leve é assumido pela Mahle.[102] Em 1984, possuía 4.617 empregados e, entre a maiores indústrias da economia brasileira ocupava o 193º lugar por faturamento e o 103º por lucro.[103] Em 1985, possuía 3774empregados, dos quais 907 eram qualificados e 4 semi qualificados.[104] E a fábrica foi transferida para Mogi Gauçu.

A PHILIPS DO BRASIL LTDA, subsidiária da Royal Philips Electronics da Holanda, que possui aproximadamente 126 mil funcionários em mais de 60 países em todo o mundo. No Brasil, esta empresa atua há 82 anos.[105] Iniciou sua produção em São Paulo, em 1947, e, em 1964 instalou-se na rua Professor Campos de Oliveira 605, em Santo Amaro, produzindo eletrodomésticos. Em 1985, possuía 1114 trabalhadores, dos quais 156 eram qualificados e 35 semi qualificados.[106]. Em

---

[99] Apud Souza, C. R. dos. Comissões de fabrica: Oposição Metalúrgica de São Paulo. Dissertação de Mestrado FFLCH – USP 2005 p. 65.
[100] Souza, C. R. dos. Op. cit. p.66.
[101] Cadastro Industrial do SENAI 1985.
[102] http://www.acaoereacao.net/mahle0203.html
[103] Quem e Quem 1985, pesquisa cit.
[104] Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit.
[105] http://www.philips.com.br/About/company/global/Section-13826/Index.html.
[106] Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit.

1971, incorporou a Walita fábrica que fora fundada em 1939. É fechada em 23/07/1990.[107]

A ROLAMENTOS FAG LTDA, capital alemão, instalou-se em São Paulo em 1960, na Avenida das Nações Unidas, 21.612, Jurubatuba em Santo Amaro. Em 1985 possuía 1661 empregados dos quais 338 eram qualificados.[108]. Em 1984, associou-se a INA-Schaeffler KG, outro grupo alemão. Produz rolamentos, guias lineares, componentes para motores, produtos de precisão.[109]

A SHARP INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA, localizada na Estrada de Campo Limpo 6197, em Campo Limpo. Em 1984 encontrava-se entre as maiores indústrias da economia brasileira, ocupava o 223º lugar por faturamento e o 160º por lucro.[110] Em 1985, possuía 1503 empregados, dos quais, 20 eram qualificados.[111]. Após pedido de concordata solicitado, em 2000, a fábrica teve sua falência declarada em 2003[112] É fechada oficialmente em 04/06/1993.[113]

WEBER DO BRASIL S/A, mudou o nome para MAGNETI MARELLI DO BRASIL IND. E COM. LT em 1991 e foi oficialmente fechada em 28/03/1996.

A MASSEY-FERGUSON DO BRASIL S.A., era localizada na Estrada do Campo Limpo, 6.197, fabricava tratores, concorrendo com a Caterpillar. Possuía mais de 1800 trabalhadores no início da década de 80 quando fechou sua fábrica no Campo Limpo e se transferiu para Canoas no Rio Grande do Sul.[114]

---

[107] SMSP, doc. cit.
[108] Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit.
[109] "Incorporada (…) janeiro de 2007 pela Schaeffler Brasil Ltda. Este grupo possui "80 fábricas, 100 escritórios de vendas e aproximadamente 58 mil colaboradores em todos os continentes". Atua no Brasil desde 1958, com a fábrica na Zona Sul de São Paulo.
http://www.luk.com.br/content.schaeffler.com.br.
[110] Quem e Quem 1985, pesquisa cit.
[111] Cadastro Industrial do SENAI 1985, banco de dados cit.
[112] http://www.stj.gov.br/webstj/Noticias/detalhes_noticias.asp?seq_noticia=8280.
[113] SMSP doc. cit.
[114] CPV Pasta Trabalhadores metalúrgicos de São Paulo (SP) oposição Massey-Ferguson.

A contribuição de São Paulo no PIB do país cai a cada década e a participação do setor industrial nesse PIB também. Índices sobre a composição dos setores agrícola, industrial e de serviços no PIB do Estado apresentam um crescimento da participação do setor industrial entre 1970 e 1980: passou de 43,9%, em 1970, para 47,5% em 1980, mas caiu para 42% em 1990.[115]

A participação da capital quanto às indústrias de transformação no Estado apresenta os índices de participação no VTI caindo a cada década. Em 1959, contribuía com 54,8% do VTI, em 1970 com 48,1%, em 1975, com. 44,0%, em 1980, com 34,8% e,em 1985. com 29,8%.[116]

Vale mencionar que, nesse parque industrial, as empresas consideradas grandes são bem menores que as da região do ABC, onde uma grande empresa poderia possuir em torno de 30.000 operários. Na Zona Sul, uma empresa com mais de mil operários era classificada como grande. As médias seriam aquelas que possuíam cerca de 400, 500 ou 600 operários. Mas as empresas que possuíam acima de 700 operários eram, às vezes, entendidas como grandes e, às vezes, como médias. As pequenas empresas eram muitas e muito pequenas.[117]

Essa região tornou-se um centro industrial para onde foram atraídas massas de trabalhadores das diversas regiões do país. Como havia a maior concentração de indústrias metalúrgicas da cidade de São Paulo, com grandes e modernas empresas,[118] tais como MWM, Villares, Caloi, Caterpilar, Prada, Metal Leve, Cibié,

---

[115] Negri, Barjas 1996 op. cit, tabela II.5 - Estado de São Paulo: composição do PIB a custos de fatores e participação em relação ao total do Brasil: 1970-1990, p. 170.
[116] . Negri, Barjas 1996 op. cit. tabela II.6 - modificações espaciais da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1959/1985, p. 181.
[117] Almeida, 2005.entrevista cit.
[118] Faria, Hamilton José Barreto de, - a Experiência Operária dos anos de Resistência, A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978), Dissertação de Mestrado, PUC, 1986,.p. 240.

Monark, Pial, Wapsa eWeber, as maiores fábricas da capital na época[119], os metalúrgicos constituíram-se na maior categoria operária da região. Nela, estava concentrado mais de um terço dos metalúrgicos da capital[120]. Existia "uma grande base operária, um grande contingente. Dizem que naquele tempo tinha 150 mil metalúrgicos na zona sul, então tinha peso."[121]

Sua força de trabalho era originária dos mais diversos Estados do país, com predominância de nordestinos, e mineiros, com "o nível cultural e de instrução muito baixo."[122] A grande maioria dos operários constituía-se de afrodescendentes e sem qualificação, sendo que entre os metalúrgicos apenas cerca de 15% eram qualificados. O negro que fora excluído do mercado de trabalho industrial quando da passagem do trabalho escravo ao trabalho livre pelo governo brasileiro,[123] foi incorporado ao parque industrial da Zona Sul, mas ganhando salários baixos, salário mínimo ou em torno dele. O SM no mercado formal de trabalho brasileiro, possuía o poder de determinar o salário dos trabalhadores não qualificados. Em torno dele se situava a remuneração desses trabalhadores e quanto menor o tamanho da empresa maior o número de trabalhadores recebendo o salário mínimo ou bem próximo dele.[124]

A capacidade de compra dos trabalhadores não aumentava de acordo com os níveis de crescimento da economia. "Nos primeiros anos do Governo Militar, a perda de poder aquisitivo do Salário Mínimo provocou a queda dos salários mais baixos, enquanto os mais altos e outras formas de rendimento cresceram rapidamente."

---

[119] Luciana et al. Santos Dias: quando o passado se transforma em História, Cortez Editora, São Paulo, 2004, p. 227.
[120] .Batistoni, Maria Rosangela. Entre a fábrica e o sindicato: dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987) Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
[121] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[122] Aurélio Peres, 2006 entrevista cit.
[123] Moura, Clovis. Dialética Radical do Brasil Negro. SP, Editora Anita, 1994.
[124] Sabóia, João L. M. A controvérsia sobre o salário-mínimo e a taxa de salários na economia brasileira: novas evidências. in Revista Economia Política. V. 5, nº 2, abril/junho/1985, pp. 39 -65.

Entre 1965 e 1974 a capacidade de compra do salário mínimo, no país, correspondia apenas a cerca de 69% em relação ao seu valor de quando foi criado em 1940. Entre 1975 e 1982 caiu para cerca de 61%. Entre 1983 e 1991 essa capacidade de compra caiu para apenas 43% do valor inicial.[125] A política do regime militar conhecida como "arrocho salarial" levou a que o SM perdesse o seu valor a cada ano. Mesmo no período de taxas de crescimento econômico elevadíssimas, do "milagre econômico" entre 1968 e 1974, o salário mínimo continuou despencando. No Estado de São Paulo, apesar de se tratar de um estado de maior SM, em 1974 ele chegou, a 54% do valor que possuía em 1940, foi menor que o índice de queda no país, porém é bom ressalvar que os trabalhadores perderam mais da metade do seu poder de compra em um período que era propagado como de crescimento econômico. Além de a política salarial provocar uma constante queda isso foi agravado pelo governo haver manipulado para baixo os índices da inflação de 1973, base do reajuste dos salários em 1974.[126] A grande massa dos trabalhadores industriais ganhava em torno do salário mínimo. Em 1973, no Estado de São Paulo, constituía-se de 67,3% dos operários da industria metalúrgica e 79,5% da Indústria Mecânica e Material Elétrico e Eletrônico, ou seja, 73,4% dos trabalhadores desses ramos industriais ganhavam salários próximos ao salário mínimo.[127]

Para calculá-lo, o Estado sempre levou em conta a necessidade de acumulação das diversas frações do capital. Assim preocupado com a possibilidade de se fixado em um nível mais elevado, das grandes empresas, poderia criar problemas às pequenas e médias, em um nível mais baixo. Seu valor era

---

[125] O Salário Mínimo. Pesquisa do DIEESE, nº 4 abril de 1992, Edição Especial, p.10-11.
[126] Sabóia, João. salário mínimo A Experiência Brasileira. Coleção Universida LivreL&PM. Editora Ltda.. Porto Alegre, 1985, pp. 33, 69 e 87.
[127]Cálculos feitos a partir dos dados da tabela 2 de Sabóia, João L. M. "A controvérsia sobre o salário-mínimo e a taxa de salários na economia brasileira: novas evidências". Revista Economia Política. Vo. 5, nº 2, abril/junho/1985 p. 47.

estabelecido levando em conta as necessidades do pequeno capital e criando condições para que eventualmente o grande capital pagasse salários acima do nível estabelecido.[128] Mas essa elevação só ocorria com as lutas dos trabalhadores. No entanto "A repressão ao movimento sindical, a perseguição aos seus líderes(...) a progressiva eliminação da estabilidade no emprego (..), através da criação do FGTS e da política de Arrocho Salarial caminharam no sentido de uma efetiva concentração de renda."[129]

No entanto a liberdade de ação do capital com o poder público dando-lhe condições para fazer do Brasil seu paraíso, não ocorreu no Parque Industrial da Zona Sul só nas linhas de produção. A história da construção da infra-estrutura desse parque pela Light e como ela se apropriou das terras é bastante esclarecedora.

Essa empresa já era possuidora do monopólio da produção de eletricidade, e a partir de 1927 recebe a concessão do Estado para canalizar o Rio Pinheiros e seus afluentes, os rios Grande (também denominado Jurubatuba) e Guarapiranga. A canalização abrangia desde as barragens dos respectivos rios e a drenagem de suas várzeas. Com base nessa concessão, a Light apropriou-se de forma oficial, do Vale do Pinheiros, e de forma ilegal, com a enchente provocada em 1929, mas posteriormente legalizada.[130] Sem levar em conta as necessidades e interesses da nação, norteada apenas pelos interesses do capital, esta concessionária pode agir livremente graças ao desconhecimento do poder público de nossas fontes de energias, - não havia sequer um levantamento das quedas d'água, das principais bacias hidrográficas, e à inexistência na administração pública nacional de

---

[128] Sabóia**,** João L. M. A controvérsia sobre o salário-mínimo e a taxa de salários na economia brasileira: novas evidências**.** in Revista Economia Política. Vol. 5, nº 2, abril/junho/1985, pp. 39 -65.
[129] O Salário Mínimo. Pesquisa do DIEESE, nº 4 abril de 1992, Edição Especial, p.10-11.
[130] Lei nº. 2249 de 27 de dez. de 1927, Lei nº. 2249 de 27 de dez. de 1927 e Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..P. 82, 162,.165, 171, 176 a 178.

jurisprudência que regulamentasse as relações do Estado com essas empresas estrangeiras concessionárias da produção de energia.[131]

O grupo Light possuía grande influência na burguesia brasileira, e, com seus "lobbies" teve força na elaboração do Código de Águas. Obstruiu seu processo de discussão no Congresso entre 1921 e 1930 e quando o Código passou a vigorar a partir de 1934,[132] garantiu à concessionária das obras de canalização e drenagem a propriedade sobre as terras dos leitos dos rios nas áreas em que suas obras alterassem o curso das águas.[133] Esta empresa estrangeira agiu livremente na execução de estratégias que objetivavam a valorização do seu capital. Seus negócios, decorrentes da concessão do Pinheiros, não foram iniciados pela obra, mas "pela compra de vastas propriedades antes mesmo de 1928, ano em que são autorizadas as obras, e pela demarcação da linha perimétrica de enchente, para definir no terreno a sua área de jurisdição, que foi definida pelos limites da Enchente de 1929."[134] Enchente por ela mesmo provocada e que contou, para legalizar a fraude, com a ajuda "de um corpo de engenheiros da Escola Politécnica para no campo fixar os marcos necessários aos registros de nível, e em seguida conseguir que peritos oficialmente designados reconhecessem, também, no campo, as demarcações realizadas".[135] As obras deveriam iniciar em 1933, mas, somente em 1937 é encaminhado seu "memorial descritivo (...) e as plantas do canal do [rio] Pinheiros foram submetidos à aprovação."[136] A empresa, até então, não havia iniciado os serviços para os quais recebera a concessão, mas, já possuía um Departamento de Terras do Pinheiros, que fazia levantamento de todas as

---

[131] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..p. 159, 167,
[132] Bárbara Levy comunicação apresentada no 1º Congresso Nacional de História no Brasil – Eletropaulo, São Paulo – 1986, apud Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..p. 159, 160.
[133] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit. p. 160.
[134] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit. p.172
[135] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..p. 191.
[136] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit. pp. 161 e 171.

propriedades que havia adquirido nesse período e possuía, também, “Fiscal de Terras, cuja função era andar pelo vale e zelar pelos interesses da Companhia.”[137]

Após 1937, depois de aprovada a sua área jurisdição com base na enchente por ela provocada em 1929, os proprietários de loteamentos existentes ás margens do rio Pinheiros, “que formavam pequenos bairros e que estavam inseridos abaixo da ‘linha da enchente,’” foram enfrentados pela The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited e no fim da década de “quarenta o seu domínio sobre o rio e as várzeas era quase absoluto.” As obras que deveriam terminar em 1943, “sob pena de caducidade da Concessão", somente em 1957, após sucessivas prorrogações foram terminadas.[138]

Nesse período Santo Amaro, passou por diversas mudanças: foi transformado em bairro de São Paulo, em 1935; “o processo de industrialização brasileira passa por diferentes fases”[139] e quando com a “desconcentração” industrial da década de cinqüenta, na cidade de São Paulo ocorre a industrialização da região, a Light era dona das áreas apetrechadas de infra-estrutura, “apenas 10% das terras continuaram nas mão dos antigos proprietários”[140] Isto além de vender a energia a preços de monopólio[141].,

A instalação do parque industrial da Zona Sul de São Paulo não surgiu nem da necessidade da região ou do país, surgiu das necessidades do capital. O Parque Industrial da Zona Sul de São Paulo, não nasceu das necessidades da região, mas a partir de interesses de fora, do capital. Este, desde o início da construção da infra-estrutura urbana, teve total liberdade de ação para atender aos seus interesses, não levando em conta as necessidades nem os sacrifícios impostos ao povo e

[137] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..p. 202.
[138] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit. p. 171.
[139] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..p. 243.
[140].Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit. p. 244.
[141] Seabra, Odette Carvalho de Lima, .op. cit..p. 166.

trabalhadores e à natureza. O primeiro grande movimento de implantação de fábricas se deu no bojo do processo de saída das indústrias do centro da cidade que procuravam terras mais baratas para construir suas plantas industriais; o segundo movimento foi em decorrência das necessidades da industria automobilística que se implantaram no Brasil com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek e o terceiro ocorreu durante o milagre econômico do Regime Militar, que não só teve o surgimento de novas industrias como as já implantadas se ampliaram.

Capítulo II – Uma Categoria Combativa se Levanta: 1974 à 1979

Neste período, o movimento sindical dos metalúrgicos começou a ampliar suas lutas e sua organização. As lideranças do movimento possuíam uma experiência de trabalho com a categoria cujo método de aglutinação, discussão e mobilização baseava-se principalmente na relação de amizade com os companheiros de fábrica. Os maiores debates se davam sob o guarda-chuva da Igreja.

Como já visto na introdução, o movimento sindical dos metalúrgicos, após dez anos de repressão, ocupação de seu Sindicato por pelegos a serviço dos empresários e do Governo Militar, começava se reorganizar em condições extremamente desfavoráveis, sob a repressão tanto na fábrica, quanto no Sindicato. Contava, para isso com os espaços que a Igreja havia aberto. Enfrentando o Arrocho Salarial, começava a eclodir a luta nas fábricas em São Paulo. Na Zona Sul, onde havia uma forte concentração de indústria moderna, seus metalúrgicos se destacam nessa luta e após demissões dos grevistas da Villares em 1973, estes se dispersaram por toda a região e se articularam, no grupo interfábricas, que se reuniam com o apoio da Pastoral Operária da Igreja Católica.

A Igreja Católica abriu sua estrutura aos operários que buscavam lutar pelos interesses de classe. Eles tinham a poderosa estrutura do seu órgão de classe, o sindicato, contra os interesses da categoria e contra os próprios trabalhadores perseguindo-os e defendendo os interesses dos patrões e do Regime Militar. Diante desta situação, a abertura dos espaços e a segurança possibilitada pela Igreja foi solução mais viável encontrada pelo movimento.

Em decorrência da estrutura da Igreja, na qual se apoiavam, ter força nos bairros pobres, esses grupos se multiplicavam pelos bairros operários. Este movimento teve uma dinâmica de crescimento diversa da estrutura sindical. Cresceu nos bairros periféricos operários e nas fábricas. Em razão desta dinâmica, , além das questões ligadas à fábrica, outras demandas surgiram, como a luta por melhoria das condições de vida na periferia, por água, luz, creches e transportes coletivos.[142]

Um depoimento de um metalúrgico ilustra a questão:

> ” ”A Pastoral fazia isso. Os trabalhos tinham relação que era muito profunda e nós participávamos disso, havia reuniões amplas de trabalhos populares. Tinha metalúrgicos, donas-de-casa, eram amplas, não para discutir questões sindicais, era pra discutir a luta na região... ”[143]

Nestas lutas nos bairros, os sindicalistas de oposição procuravam localizar possíveis ativistas para o movimento sindical operário. Buscavam “fortalecer o trabalho de organização fabril, criando grupos de trabalhadores nas fábricas,”[144] como evidenciado nos depoimentos a seguir:

> “... a discussão nossa girava que o local de mais combatividade mesmo era dentro da fábrica... porque ali que tava o nível de exploração total, nível do salário, político, tudo tava dentro da fábrica... quer dizer, todo trabalho no bairro caminhava pruma luta mais pra dentro da fábrica, quer dizer, é lá que você passa o dia inteiro trabalhando, a sua vida ta lá dentro...”[145]

> “Agora, não resta dúvida que foi muito interessante durante essa época por mais crítica que se possa ter, que esse trabalho da Pastoral contribuiu pra caramba. No sentido seguinte, você convocava, você tinha uma missa pra convocar o pessoal, você chegava no meio da missa, fazia uma comunicação: - ‘Oh! depois da missa vai ter uma reunião de metalúrgicos e tal’. Você convidava os caras no bairro em nome da Pastoral. Depois, quando as pessoas sentavam e discutiam é que você introduzia a questão da Oposição Sindical. Inclusive tinha um pessoal bom na coordenação da Pastoral nessa época, que a maioria era operária, o Anísio, o Santo Dias... Tinha alguns padres. Era o trabalho de ponta da Igreja com operário.

---

[142] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.232.
[143] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 233.
[144] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.232.
[145] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 234.

> Isso permitiu que a gente descobrisse, durante essa época aí, uma série de companheiros que talvez, pela fábrica, a gente fosse levar um pouco mais do tempo pra descobrir, então a gente acabou descobrindo no bairro esse pessoal... E você, a partir da descoberta dele no bairro, discutia pra ele voltar pra fábrica no sentido da militância. Então você pegava o cara que estava dentro da fábrica, preparava o cara no bairro pra ele atuar dentro da fábrica. Então é isso que eu acho que foi muito interessante, que ajudou a descobrir muita gente de Oposição."[146]

Com isso, a ação da oposição confundiu-se com a ação da pastoral durante o segundo e o terceiro quartil da década de 70. "De 1974 a 1977, os setores de oposição eram setores de Igreja"[147]. afirma um operário:

> "(...)só a partir de 1976 que essa distinção dos trabalhos ficará clara com a reorganização da Oposição e a criação de uma coordenação própria das regiões Sul e Leste. A Oposição passa a reorganizar os seus setores a partir de características industriais, regiões industriais, e não por critérios de organização da Arquidiocese."[148]

Tratava-se de uma nova oposição que, a partir de 1975, começou a contar com um conjunto de novos militantes, forjados nessa atividade possibilitada pela Pastoral Operária, que garantiram à Oposição Sindical Metalúrgica, pulverizada em 1974 em decorrência das prisões, novas forças e características que teriam como referência no trabalho dessa vanguarda operária, não mais só a fábrica, como também o bairro e as regiões industriais.[149]

Na vanguarda desse movimento que ocorreu em São Paulo, estava o trabalho na Zona Sul, pois havia relevante concentração fabril, com grandes e modernas indústrias, bem como bairros periféricos.

Neste contexto, a partir de 1975, ainda na Zona Sul de São Paulo, inicia-se um amplo movimento operário e popular, que, lutando pela melhoria do transporte

---

[146] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.237.
[147] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 235.
[148] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.235. 237.
[149] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.235. 237.

coletivo, aglutinava os vários movimentos de bairro e deu início, no ano seguinte, ao Movimento contra o Custo de Vida.[150]

O líder deste Movimento, o operário Aurélio Peres, que era um dos coordenadores da Pastoral Operária, relata que teve que direcionar sua luta da fábrica para o bairro, decorrente da repressão que o prendera em 1974 e o impedira de atuar na fábrica e no movimento sindical:

> "...porque eu fui preso em 1974 no movimento sindical, e eu fui enquadrado na lei de segurança, então eu estava praticamente impedido de atuar mas abertamente no movimento sindical, eu direcionei a minha força para o movimento de bairro e passei a coordenar o movimento de bairro e o movimento de bairro acabou desembocando no Movimento de Custo de Vida em 1976."[151]

O papel do trabalho de base na Zona Sul, apoiado na Pastoral Operária, é afirmado também por outro sindicalista:

> "A Oposição foi morrendo aos poucos, começou a morrer com as prisões... não decidia coletivamente, não pensava numa estratégia de luta... As prisões não desorganizam o trabalho de base, mas a organização. A organização da Oposição balança e o trabalho de base não, porque tem a situação criada em Santo Amaro pela ação pastoral, um violento de um trabalho de base. Se a gente fosse pensar mesmo, dava pra reunir umas 50 pessoas, em 1974, na região Sul"[152]

Nas fábricas da Zona Sul havia sindicalistas de oposição das mais diversas correntes políticas, tais como o PCB, o POC, a ALN. O PC do B tinha uma política de não exposição de seus militantes, pois ainda sofria os efeitos da repressão à Guerrilha do Araguaia. Como explicitou um operário da Pastoral sobre a não identificação dos ativistas desta organização: "(...) fingir-se de morto, não abriam de jeito nenhum que eram organizados".[153]

No trabalho de oposição sindical sob o guarda-chuva da Igreja, encontravam-

---

[150]Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.240.
[151] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit,.
[152] Entrevista de um operário concedida a Marli Rodrigues e a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 256.
[153] Nelson Kokiti, operário ligado a Pastoral Operária e a CUT, trabalhou na Villares, MWM entre outras fábricas da região. Entrevista concedida à autora em 5 de outubro de 2007.

se todas as correntes de esquerda, contudo nenhuma detinha a hegemonia do movimento. Este movimento, não obstante a participação das diversas correntes políticas, sofria certo controle da Igreja. Esta dependência pode ser observada no relato de um operário: "dependeu muito do bispo. Eu lembro, muitas vezes Dom Paulo colocou um veto nalgumas coisas da P0 [154], documentos, iniciativas que a gente queria tomar."[155]. Mesmo com este controle, era o único espaço onde os sindicalistas de oposição poderiam propor e debater idéias, como demonstra o relato a seguir:

> "Existem muitos militantes que sai das organizações de certa forma rompidos e que compreendeu a questão de que era uma relação muito autoritária, muito de cima, com regras estabelecidas, que é o pessoal que rompe vendo a questão da democracia interna do partido, ele não sentia espaço pra discutir dentro do partido, colocar suas preocupações. E na Oposição ele vai encontrar isso, porque numa determinada época, nesse período 74/77, ela acaba sendo um grande fórum da esquerda que tinha trabalho operário... era o espaço do cara discutir sua proposta, levar sua proposta... ao mesmo tempo que não se submetia a nenhum grupo, nenhum grupo era hegemônico dentro da Oposição, sempre teve uma boa camada independente que não estava ligada a nenhum partido, nem à Igreja, que dava o balanço, vamos dizer assim, das posições... quem das organizações da época tinha trabalho operário, ela tinha que estar dentro da Oposição, porque era onde tinha operários..."[156]

Naquele momento histórico, a Igreja era a única estrutura que possibilitava a reunião e o debate de uma ação consciente de luta pelos interesses de classe e de oposição ao Regime Militar, portanto, no Movimento de Oposição Sindical reuniam-se, sob a proteção da Pastoral Operária militantes das mais diversas origens. Não estavam só aqueles que haviam rompido com suas organizações marxistas, mas também os militantes de organizações cujas origens estavam ligadas à Igreja,[157] havia também aqueles que continuavam nas suas organizações e divergiam da

---

[154] Pastoral Operária.
[155] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p 233.
[156] Entrevista de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 257.
[157] A AP (Ação Popular) teve sua origem na JUC (Juventude Universitária Católica) inseriu-se na luta operária e ainda na primeira metade da década de 70 ingressou no PC do B.

orientação das direções.[158] Na Zona Sul a Igreja do Socorro destacou-se nessa abertura e abrigo para os ativistas sindicais metalúrgicos.[159]

Um fato que marcou o movimento neste período foi a divulgação, em agosto de 1976, pela imprensa nacional, de um relatório do Banco Mundial contendo a acusação de que o governo brasileiro falsificara os índices inflacionários provocando, somente no ano 1973, uma perda salarial de 34,1%..[160] O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, assessorado pelo DIEESE iniciou uma campanha pela reposição dos 34,1%.

A situação do arrocho salarial agravada no período, levou, em 1978, ao início do Grande Movimento Grevista de contestação às perdas salariais no ABC., mas a estrutura sindical que atrelava o Sindicato ao Estado, bem como a Lei Antigreve transformou esta greve num confronto aberto contra o Estado.[161]

O Movimento Grevista em São Bernardo propagou-se espontaneamente por São Paulo e as greves de maio e junho de 1978 na cidade surpreenderam tanto o Sindicato quanto, até mesmo, os sindicalistas de oposição.. Nos locais onde já havia presença da oposição, a organização da greve ocorreu a partir do trabalho desses militantes com a reivindicação de aumento salarial e de questões enfrentadas cotidianamente pelos operários na fábrica, tais como: problemas nos banheiros, no restaurante, perseguição das chefias e atrasos de pagamento. Mas, a revolta contra o Arrocho era tão grande que o Movimento Grevista, em muitas fábricas onde não havia lideranças organizadas, foi deflagrado por ativistas isolados que se organizaram rapidamente no bojo do processo que envolveu o centro fabril da Zona

---

[158] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit,.
[159] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit,.
[160] Costa, Silvio. Tendências e Centrais Sindicais, o movimento sindical brasileiro 1978 – 1974. Editora Anita Ltda, São Paulo, SP, 1985, p. 31.
[161] Costa, Silvio op. Cit. p. 33.

Sul.[162]

As greves propagaram-se na Zona Sul. Esta região embora não tivesse a tradição de luta anterior ao golpe como possuía a Zona Leste, nela havia se expandido e desenvolvido uma concentração industrial em torno da Avenida das Nações Unidas, nos distritos de Santo Amaro e Socorro, com mais de 14 fábricas que concentravam acima de 1000 operários[163]. Nessas fábricas havia diversos sindicalistas que trabalhavam e se articulavam clandestinamente, uns mais clandestinos que os outros, conforme suas filiações ideológicas.

Este fenômeno foi observado por lideranças sindicais de oposição,

> "as fábricas que deram os exemplos iniciais, ou que vieram renovar o 'fôlego' do movimento, contavam com trabalho de grupos internos, que preparavam a greve já há algum tempo, ou que se organizavam com rapidez para a organização dessas lutas."[164]

Houve exemplos destes fenômenos nas fábricas da Zona Sul (Caterpillar, Metal Leve, Massey Ferguson). Nelas houve a explosão da greve a partir da fábrica, do seu interior, através de comissões de fábrica, fruto do trabalho anterior da oposição, ou surgidas no processo da greve. Este movimento paredista teve a adesão de grande parte da categoria.[165]

No mês de maio de 1978, foi registrada uma média de 4 mil operários entrando em greve diariamente, a maioria das greves ocorrendo em fábricas grandes e médias. Tratavam-se de "greves por dentro" ou "greves por ocupação," realizadas a partir da iniciativa dos próprios operários da fábrica. Nelas, foram vivenciadas

> "as primeiras e mais importantes experiências de comissões de fábricas dessa conjuntura, dentre as quais se destacaram a dos

---

[162] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. pp. 307, 309, 372.
[163] Em 1985 quando o parque já havia passado por uma onda de demissões havia 14 fábricas.
[164] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 307.
[165] Pedreira Filho, V. S. Oposição cit. 1997 p.93.

> metalúrgicos da Toshiba (...), da Bárbara, da Caterpilar, da Metal Leve, da Siemens, da Philco, da Masey-Ferguson e da MWM."[166].

A maioria dessas fábricas pertencia ao Parque Industrial da Zona Sul.

Embora muitas demissões tenham ocorrido, com o objetivo de desarticular as comissões de fábrica, ocorreu um avanço da organização dos operários nas greves de maio/junho, bem como uma atuação mais organizada da oposição sindical, que tinha base de apoio dentro das fábricas e se fazia presente na maioria dos movimentos reivindicatórios. Estas mudanças criaram condições para a Oposição Sindical de disputar a hegemonia do Sindicato. A Direção do Sindicato passou a se sentir ameaçada.[167].

Cabe destacar o papel das Comissões de Fábricas, importantes para a efetividade da organização grevista na Zona Sul. Antes das Greves de 1978, as comissões de fábricas "eram clandestinas. Com a eclosão das greves muitas se oficializaram "e "funcionaram em uma série de fábricas durante o ano de 1978."

Segundo depoimento de trabalhadores, na Zona Sul evitava-se a inclusão de todos os ativistas (sindicalistas de oposição) nas comissões. Usava-se incluir apenas um deles para compor a comissão oficial. Os outros se mantinham organizados clandestinamente. Na Comissão a maioria dos membros eram trabalhadores que tinham apenas o nível de consciência geral da categoria. Um operário relata:

As Comissões de Fábrica que antes das greves de 1978 eram clandestinas, oficializaram-se com as greves e embora houvesse demissões de seus membros, elas se mantinham porque apenas alguns dos ativistas iam compor a comissão oficial. A maioria dos membros das Comissões de Fábrica era de trabalhadores sem militância. Isto possibilitava que, quando os ativistas membros da Comissão fossem

---

[166] Pedreira Filho, V. S. Oposição cit. 1997 p.93.
[167] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 389.

demitidos, haveria outros para substituí-los. Esta forma de organização era previamente deliberada, fruto de discussão. Segundo o depoimento de um operário sobre o processo de formação da Comissão de Fábrica da Caterpillar, por exemplo, os ativistas existentes na fábrica concluíram que embora todos se mantivessem empenhados, somente haveria a participação de um sindicalista. Esta tática possibilitou que as Comissões subsistissem mesmo com as demissões de seus membros durante as greves. Nesta dinâmica, o movimento continuou, como pode ser observado no trecho dessa entrevista de um dos ativistas:[168]

> "era uma forma inteligente de se preservar, isso era discutido: vai formar a comissão de fábrica da Caterpillar, só entra um e os outros são do povo e o nosso pessoal fica dando suporte, que às vezes essas comissões eram mandadas embora e o movimento continuava, prosseguia, isso aí era feito muito..., aí esses grupos de ultra-esquerda começaram a ver a comissão como o embrião de um partido revolucionário, então, de repente, a comissão de fábrica às vezes tinha que negociar dentro dos limites do capitalismo, era aquele rolo: porque não pode negociar, você está fazendo concessões à burguesia, com o patrão, isso era o que os caras diziam, então começa a ter aquele negócio de dizer que o cara, é... aquela visão deles: vamos criar o verdadeiro partido da classe operária a partir da comissão de fábrica."[169]

Segundo outro metalúrgico: Na Caterpillar, na preparação da greve de 1978, estavam mobilizados (reunindo e discutindo a greve) 120 trabalhadores, distribuídos em "3 níveis de organização. Por isso que nós agüentamos a greve durante sete dias." Este trabalhador afirmou que para respeitar o processo que os trabalhadores viviam internamente na fábrica não entraram imediatamente em greve, conforme pode ser observado:

> "na data definida pela Oposição, (...) mas não saímos porque tínhamos diversos níveis de organização pelos qual deveria passar até chegar a decisão de greve. Demoramos por volta de uma semana para começar a greve, mas por outro lado seguramos a greve durante uma semana. A Massey Ferguson também fez greve mais ou menos no mesmo período, a greve dela e da Villares foram

[168] Wagner de Almeida, membro da Comissão de Fábrica da MWM. entrevista concedida à autora em 17/06/2005.
[169] Wagner de Almeida, 2005, entrevista cit.

> as maiores greves e as duas conquistaram a Comissão de Fábrica."[170]

Uma visão diferente do mesmo processo pôde ser verificada no depoimento de outro operário, para quem, a Caterpillar e outra fábrica na Zona Leste, que continuaram em greve, buscavam ser a vanguarda do movimento: "nós vamos segurar, a greve vai servir de exemplo para as outras fábricas, as outras vão voltar a greve e nós derrotaremos os patrões e o sindicato." Com a manutenção da greve isolada, o operário relata que: "(…)houve intervenção do DOPS dentro da fábrica(…)" também perseguição dos grevistas.[171]

A direção sindical contrapunha o Sindicato às lutas da categoria e dirigia sua ação no sentido da desorganização da categoria.. Para Arnaldo Nogueira, nesse momento

> o Sindicato dos Metalúrgicos, cuja base principal estava nas pequenas e médias empresas do setor, cumpria suas funções legais de assistência e de realização de acordos coletivos de trabalho, não estabelecendo para a categoria nenhuma estratégia de organização e luta em torno dos seus problemas. A feição 'pelega' e conservadora da direção metalúrgica imprimia um elemento de desorganização coletiva no interior do conjunto do movimento operário. Enquanto isto, a oposição metalúrgica criava as Comissões de Fábrica, tentando afirmar uma nova concepção de sindicalismo, cujo traço principal era a luta operária na fábrica e a busca da autonomia e da liberdade sindical como parte da luta contra a exploração do homem pelo homem."[172]

As organizações eram todas clandestinas na fábrica. De acordo com o operário, a clandestinidade era a única forma de sobrevivência pois, naquela época, havia não só a repressão policial dentro da fábrica mas, também, a do sindicato. Para ele esta era pior, já que os elementos da diretoria quando descobriam que algum operário tinha ligação com a oposição, faziam com que perdesse o emprego

---

[170] Nelson Kokiti 2007. Entrevista, concedida à autora, cit.
[171] Entrevista com Wagner realizada na sala da comissão de fábrica da MWM por Cristiano.
[172] Nogueira, Arnaldo José F. M. A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Dissertação de mestrado UNICAMP, 1990, p. 81.

imediatamente.[173] Esta relação de delação a opositores não ocorria, segundo ele, entre as correntes de oposição na década de 70. Embora tivessem várias divergências, nunca ocorreu nenhum caso de uma.

Aurélio Peres, afirma que naquele momento, já havia muitas divergências entre as organizações. Ele, por exemplo, era ligado unicamente à Igreja, era muito próximo de Santo Dias, que também era da Igreja e que possuía uma posição contrária à luta agressiva. Relata que havia uma corrente com estilo muito agressivo, a organização MR8, com intervenções do tipo: "de quebrar e tal..., era o pessoal da porrada (...) no movimento sindical, nas assembléias. (...) porque eles tinham isso como método de trabalho."[174] Refere-se, também, aos trotskistas, grupo que era mais radical no conjunto do movimento. Na fábrica, essas divergências e diferenças nunca se constituíram em problema para o trabalho[175]

Segundo depoimento de um metalúrgico, até 1978, as correntes sindicais de oposição, na Zona Sul, embora com orientações ideológicas diferentes, trabalharam na criação da organização na fábrica. Mesmo com divergências, promoviam um trabalho unificado com vistas à hegemonia da categoria (disputar a eleição do sindicato), à exceção do PCB que, segundo ele:

> "(...) possuía uma tática de que para entrar no sindicato era preciso fazer aliança com os pelegos (...) um ou outro divergia da direção geral, mas a direção geral direcionava para esse rumo, era preciso fazer aliança para ganhar a diretoria, só através da aliança, por isso que nesse movimento da oposição sindical na Zona Sul de São Paulo os pecebistas não tiveram espaço, pois eles estavam em outra."[176]

---

[173] Aurélio Peres, por exemplo, foi demitido da Metal Leve, por causa de denuncia de um "secretário da diretoria sindicato, que era um funcionário" dessa empresa. Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[174] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[175] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[176] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

Para este operário, a organização PCB tinha atitudes questionáveis, como por exemplo, quanto à inclusão de pessoas estranhas ao movimento, como no caso de Medeiros.[177]

> Sobre sua corrente sindical, a do PC do B, o sindicalista afirmou que "A preocupação de trabalho da minha corrente dentro da fábrica era realmente você levar discussão política apesar de todas as limitações que nós tínhamos e avançar na organização, a discussão política na época tratava principalmente do fim da ditadura, era a bandeira política da época. (...) Não era comum, naquele período de ditadura produzir documentos para dentro de uma fábrica, (...) eu era muito mais ligado ao PC do B e nós não produzimos nada específico para uma fábrica, apenas uma vez ou outra fazíamos algum material. (...)as únicas fábricas que produziram alguma coisa específica foi a Caterpillar e a MWM, (...). Mas não foi produzido pela minha corrente."[178]

A partir de 1978, após as greves do ABC e o ascenso das greves também na região pesquisada, começaram a eclodir as divergências político-ideológicas entre as diversas correntes da oposição sindical. Para as correntes de oposição sindical marxistas não trotskistas a corrente de oposição sindical denominada MOSMSP, formada pela aliança entre elementos da igreja e elementos trotskistas, tinha uma postura contra a diretoria do sindicato, que negava a própria estrutura sindical. Era uma posição que estava ligada a uma postura contra o próprio Sindicato enquanto organização dos trabalhadores. Algumas de suas facções caracterizavam, como pelego, até mesmo lideranças de oposição que defendessem a sindicalização e a participação dos trabalhadores nos fóruns do Sindicato. Mesmo que o intuito dessa participação fosse envolver o sindicato nas greves. Esta posição tinha muita "força porque tinha o apoio da igreja". Entretanto, deve ser ressaltado que naquele momento histórico existia uma parte dos sindicalistas ligados à Igreja, que não apoiavam essa linha. Seu expoente maior na Zona Sul era o operário Santo Dias,

---

[177] Aurélio Peres, 2006 entrevista cit.
[178] Aurélio Peres, 2006 entrevista cit.

que defendia a participação no sindicato. Esta posição perdeu força com sua morte.[179]

A posição de não sindicalização em massa era comum a todas as correntes de oposição: "Havia uma mentalidade, que predominava em todas as forças da oposição, principalmente nas direções, de sindicalizar só quem estivesse politizado." Somente a Diretoria do Sindicato fazia o trabalho de sindicalização da categoria.[180]

Um operário relatou que nas fábricas havia atuação em conjunto das correntes de oposição sindical. Afirmou que, por exemplo, na comissão de fábrica da MWM havia a corrente da igreja, do PC do B, sendo que o operário Santo Dias também trabalhou nesta fábrica.[181]

Embora houvesse divergências entre as correntes de oposição, estas desenvolviam o trabalho em conjunto. O MOSMSP, por exemplo, "defendia um sindicato paralelo" mas, na relação com eles, as outras correntes de oposição sindical, estas não colocavam do no centro da discussão esta divergência. Os pontos de união nas discussões eram as questões centrais, como a retomada do sindicato, a organização da categoria, a luta política contra a Ditadura.[182]

A posição de negação do sindicato do MOSMSP, pode ser notada em depoimento de outro operário, João Carlos Gonçalves, Juruna, que na época era ligado à Pastoral Operária e hoje é Secretário Geral da Força Sindical

> "Os companheiros ligados ao MOSMSP e eu também que era ligado a Pastoral Operária, nós tínhamos uma visão de que as comissões de fábrica deveriam ser independentes do sindicato. Buscava-se uma organização na fábrica que não fosse atrelada ao sindicato e que pudesse gerar um novo tipo de estrutura sindical. Essa maneira de querer esse tipo de comissão era baseada na experiência das comissões obreiras da Espanha, onde o pessoal desenvolvia um tipo de organização interna no local de trabalho, que apareciam nos momentos de mobilização e de greve, se ligavam a estrutura vigente

[179] W. Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[180] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[181] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[182] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

> e depois desapreciam, ficavam na clandestinidade e iam gerando uma rede, com novas comissões que iam nascendo."[183]

Este metalúrgico afirmou que na época o trabalho sindical era desenvolvido com todas as forças de oposição em conjunto

> " (…) Pastoral Operária, extrema esquerda, Convergência, pessoal do MOSMSP mesmo, pessoal do Trabalho, Libilu, PC, PC do B e MR8. Está todo mundo junto e trabalhando as comissões de fábrica na concepção independe do sindicado. Em 1978, nasce comissão de fábrica na Massey Ferguson no Campo Limpo, na Villares em Interlagos, na Toshiba na João Dias, (...), na Metal Leve em Santo Amaro."[184]

Este trabalho conjunto das correntes de oposição sindical afastado do sindicado, sofreu, em 1978, um abalo com o contato dos sindicalistas da Zona Sul com a experiência bem sucedida das Comissões de Fábrica do ABC paulista. No ABC nasceu, sob a influência do PCB, uma outra experiência de Comissões de Fábrica. De acordo com esse sindicalista, no movimento sindical de São Bernardo "as comissões surgem a partir das fábricas, mas são incorporadas ao sindicato, com o sindicato assumindo a direção das lutas. (...)" Com o bom desenvolvimento das comissões do ABC, "os partidos mais ligados ao Marxismo-Leninismo, o PC do B, o MR 8, eles começam a valorizar aquele tipo de organização de fábrica que estivessem vinculadas às organizações sindicais mesmo que fossem da estrutura sindical vigente".Segundo Juruna, passou então a haver em São Paulo duas concepções distintas de Comissão de Fábrica "que se debatiam."[185]

Na visão do sindicalista, naquele contexto de avanço das oposições, surgiram então

> "duas correntes, uma mais moderada, com influência decisiva dos militantes do Partido Comunista Brasileiro PCB e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e independentes e outra mais autêntica e radical, com predominância da Pastoral Operária e de outros

---

[183] João Carlos Gonçalves – Juruna, secretário geral da Força Sindical. Entrevista concedia a Souza, C. R. dos. Modificada pelo entrevistado e autorizada à utilização em 2/4/07.
[184] João Carlos Gonçalves – Juruna, entrevista de cit.
[185] João Carlos Gonçalves – Juruna, entrevista de cit.

grupos de esquerda".[186]

Estes acontecimentos levaram ao seguinte quadro sindical a se desenhar na eleição de diretoria de junho de 1978. Houve, com o ascenso das greves, o crescimento do movimento das Comissões de Fábrica. Com isto a oposição aumentou sua influência nas formas de luta e no próprio movimento sindical e o Sindicato mantinha-se afastado das lutas da categoria.

As eleições sindicais ocorreram nesse quadro novo. A oposição saía "da semilegalidade para um trabalho mais amplo" com quase todas as forças juntas para concorrer às eleições em uma chapa única. Os nomes da Chapa foram indicados em uma assembléia que contou com a presença de 150 metalúrgicos. A Zona Sul se destacou nesse processo, tendo indicado Santo Dias, como candidato a presidente nesta chapa, a Chapa 3[187], Contudo, nesta assembléia, seu representante saiu como candidato a Vice-presidente.[188] Outra chapa de oposição, a Chapa 2, divergia da chapa 3 porque não pretendia acabar com a estrutura sindical atrelada à Ditadura, apenas concentrava o foco de sua luta"na mudança da diretoria do sindicato." Essas duas chapas também divergiam no que se referia à organização do trabalho na fábrica. Enquanto a Chapa 2 defendia Comissões de Empresa controladas pelo Sindicato, a outra defendia Comissões de Empresa com autonomia frente ao Sindicato[189].

O resultado desta importante eleição e seus reflexos para o movimento sindical será objeto de análise no Capítulo IV.

Em novembro do mesmo ano, foi realizada a primeira greve geral dos

---

[186] Nogueira, Arnaldo José F. M., 1990, op. cit. p.81.
[187] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986, op. cit. p. 333, 336, 337.
[188] "o nosso candidato para presidente da chapa era o Santo Dias e eles tiveram a pachorra de levar pra uma assembléia e naquelas forçadas que eles fazem, com um pouquinho de gente a mais que eles levaram, eles fizeram aprovar o candidato deles à presidente, o Anísio." Wagner de Almeida, 2005, Entrevista, concedida à autora, cit.
[189] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986, op. cit. p.p. 335.

metalúrgicos do Estado de São Paulo após a Ditadura. A categoria aderiu ao movimento com aproximadamente 80%, de 200 mil trabalhadores. A diretoria do Sindicato de São Paulo, na tentativa de evitar a perda de espaço para a oposição sindical, assumiu a greve. Contudo, procurou centralizar e engessar todo o processo da greve para que as reivindicações e o movimento não fugissem de seu controle. Ao mesmo tempo, a oposição procurou inserir-se e ocupar os espaços nos órgãos sindicais que mobilizaram a greve.[190]

Nessa campanha salarial os metalúrgicos reivindicavam "70% de aumento, reajustes trimestrais e estabilidade para as comissões de fábricas", mas o governo havia estabelecido o índice de 43% e a Diretoria propunha 15% acima desse índice, perfazendo 58%. Nesta campanha salarial a participação dos operários nas assembléias do sindicato foi aumentando progressivamente, de 6.000 na primeira assembléia, a 20.000 na assembléia geral em que foi aprovada a greve geral, contra a vontade da Diretoria, que queria manobrar marcando para outra data. A deflagração da greve foi proposta na referida assembléia pela Comissão de Salários, integrada por membros da Oposição Sindical e das comissões de Fábrica: "é aprovada a greve geral encabeçada pela Comissão de Salários, contra a vontade da diretoria do Sindicato, que desejava marcar outra data para sua decretação."[191]

No movimento pararam 26 fábricas da Zona Sul, seis da sudeste, sete da Zona Oeste e nove da Mooca-Leste.[192] A Federação das Indústrias (FIESP) enfrentou a greve de forma organizada e imediatamente., tomou diversas medidas que buscavam impedir a greve e também, caso não conseguisse, orientou os empresários a não abrir os portões das fábricas para que os grevistas não entrassem. Conforme Faria, 1990:

---

[190] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 340.
[191] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.341, e Dias, Luciana et al., 2004, p. 247.
[192] Dias, Luciana et al., 2004, p. 247.

"As suspensões e os portões fechados foram recursos utilizados amplamente pelos empresários para esvaziar a greve. (...), houve em torno de 200 mil suspensões de trabalhadores."[193]

Conforme relato do Jornal Em Tempo, os empresários, de forma organizada e conjuntamente tomaram medidas drásticas para esvaziar o movimento paredista:

> "Numa atitude quase que conjunta, a tática empregada foi suspensão coletiva do trabalho a partir de terça-feira, demonstrando clara intenção de esvaziar a greve. Empresas como Telefunken, Melal Leve, Burrougs, Massey Ferguson, Villares e outras utilizaram-se desta forma de pressão. (...) Na Massey Ferguson às 8h:30. Cortaram todas as linhas telefônicas internas, mandaram fechar o restaurante e, até 11 horas já haviam circulado entre os grevistas duas cartas de advertência. Mesmo, assim o pessoal continuou parado."[194]

Mas apesar das formas de despotismo no interior das fábricas e da utilização do instrumento de cooptação de lideranças recém-despontadas, a greve geral se ampliou. Na Villares, por exemplo, dois mil operários, mesmo com todos os ônibus cortados pela empresa, ocuparam a fábrica e na Telefunken, os operários, apesar das ameaças de perda do pagamento, do domingo e do feriado, continuaram parados.[195]

Frente às proporções que o movimento estava tomando, a Diretoria do Sindicato, por meio de um golpe, encerra a greve. Joaquinzão, o presidente, fechou um nefasto acordo com a FIESP e se negou a colocá-lo em votação na assembléia da categoria sob a alegação de que não seria democrático uma pequena parcela decidir sobre o total da Categoria.[196]

A Assembléia em questão, fora a maior até então realizada, com a presença de 35 mil metalúrgicos. Joaquinzão impôs, na assembléia, que a decisão sobre o

---

[193] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 342.
[194] Jornal Em Tempo, Edição Extra. São Paulo 1º de novembro/78, apud Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 342.
[195] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. P. 342 e 343.
[196] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 344.

nefasto acordo deveria vir de votação em cédulas, no dia seguinte. Contudo, na data marcada, a repressão havia ocupado o sindicato e até as adjacências. Impediu, então, a participação da categoria na decisão. Joaquinzão trocou a decisão dos 35 mil metalúrgicos da assembléia, por 6.612 votos de metalúrgicos que tiveram o acesso à sede e à votação franqueado pelos agentes da repressão, num claro golpe aos interesses da categoria.[197]

Faria, relata que a repercussão negativa deste golpe foi tão grande que muitos metalúrgicos, revoltados com a traição: "(…) rasgam a carteirinha do sindicato, outros fazem fogueira com as carteiras na porta das empresas. Nas portas das grandes empresas a diretoria do sindicato fica impossibilitada de comparecer por algum tempo."[198]

Os trabalhadores da Zona Sul, juntamente com os da Zona Sudeste, tentaram manter o movimento. Tomaram diversas medidas nesse sentido., mas o desânimo implantou-se de forma generalizada. Relata que os operários estavam desorientados com a postura da Diretoria do Sindicato: "com esse sindicato, eu não faço mais greve. " [199] Mesmo assim, a greve ainda continuou em algumas fábricas, principalmente na Zona Sul.[200]

As demissões ocorreram em massa, atingiram o número de 1.200 trabalhadores somente no município de São Paulo. O alvo das demissões eram os membros das Comissões de Fábrica:

> "Mesmo as Comissões que haviam conquistado estabilidade foram atingidas. Na Ingersol Rand, a comissão estável por um ano foi toda mandada embora. Na Massey Ferguson, foram demitidos dois integrantes da comissão com estabilidade de dois anos. Em outras empresas, as Comissões que não tinham conseguido estabilidade foram atingidas em cheio: na Caterpillar, a Comissão formada em

[197] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 344.
[198] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 344.
[199] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 346, 347.
[200] Dias, Luciana et al., 2004, p. 247.

> julho, integrada por quarenta metalúrgicos, reduziu-se a quatro; na Filtros Mann, entre os 206 dispensados estão incluídos todos os pertencentes à Comissão; na Fundição sob Pressão (FSP), toda a Comissão foi mandada embora assim como as principais lideranças de quase todos as fábricas."[201]

Os estilhaços dirigidos à diretoria do sindicato, atingiram até mesmo os membros da oposição sindical. Em fábricas em greve, como a Villares, a Caterpillar, a Guthman, onde existiam Comissões de Fábrica, das quais a oposição fazia parte. Porém, em decorrência da oposição haver praticamente centralizado toda a sua ação na campanha salarial, usando o Sindicato como referência e pensando que teria força para neutralizar as manobras da Diretoria, ela não se apresentou como tal para a categoria. Não ficou clara, para os trabalhadores, a diferença existente entre a oposição e a Diretoria do Sindicato. Ainda no momento em que trabalhavam com material do sindicato, eram questionados: "'era da oposição, agora traz material do Sindicato. Como você explica isso?' "[202]

Segundo Batistoni, após a greve geral de 1978, as divergências existentes dentro da oposição sindical sobre concepções da relação entre oposição, Sindicato e Comissão de Fábrica acirraram-se. Este acirramento levou um grupo de 21 lideranças, entre elas algumas militantes históricas, da Zona Sul como Santo Dias, a se retirarem do seu primeiro congresso em março do ano seguinte. [203]

As posições que permearam as divergências no congresso e que levou a saída de um grupo são relatadas abaixo conforme Dias:

> "O grupo que se retirou propunha a participação maciça da categoria no sindicato existente, por meio de uma sindicalização ampla. Argumentava que o sindicato era reconhecido pelos trabalhadores, mas apresentava duas contradições naquele momento: era atrelado ao Estado e sua direção não era representativa e nem responsável pela categoria. Então era preciso 'ocupá-lo, dinamizando a vida

---

[201] Jornal Dia a Dia, ano 1, n. janeiro 79, p. 4, apud Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 388, 389.
[202] De uma entrevista de Santo Dias, no Jornal da Vila Ano 1, n.9, novembro de 1978, retirada por Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 348 e 390.
[203] Batistoni, Maria Rosângela, 2001, op. cit. p. 257.

> sindical pelas bases, e a Oposição seria responsável pela promoção desse processo. Esse grupo apontou suas concepções em um documento e denunciou também o risco do sindicalismo paralelo, enfatizando a necessidade de combinar as formas de luta no e fora do sindicato oficial.
> O grupo que permaneceu no congresso enfatizava dois pontos fundamentais no eixo da organização da OSM: combate do controle dos sindicatos pelo Estado e defesa desse controle pelos trabalhadores. Atarefa da Oposição estaria em destruir a atual estrutura sindical e construir outra, independente, a partir da organização da fábrica. Nesse processo, as comissões de fábrica eram elementos primordiais, 'alavancas de destruição da estrutura da estrutura sindical' e sua multiplicação extinguiria o sindicato existente, sem mediação de instância políticas ou de outros sujeitos."[204]

Segundo o operário Nelson Kokiti, esse congresso foi o maior erro cometido pela oposição. Para ele, teria sido melhor ter realizado um simpósio ou uma conferência pois, o congresso:

> tentou enquadrar todas as pessoas em uma determinada linha, acho que era exatamente o que estávamos trabalhando ao contrário. De ser um movimento, de ser mais fluído e se enquadrou dentro da visão de grupos políticos mais organizados.
> Nós rachamos naquela época , e a oposição continuou já como uma entidade não como um movimento. Como uma instituição (...). ela mesma era o sindicato (...) 'sindicato paralelo' ... É essa visão que o congresso da oposição instituiu uma entidade oposição sindical, (...) com recursos próprios e estrutura própria."[205]

A derrota decorrente das manobras e da traição da Diretoria do Sindicato afetou profundamente a consciência espontânea da categoria, o que levou a um baixo comparecimento nas assembléias da campanha salarial de 1979 e, também, contribuiu para essa situação a destruição de grande parte da organização dentro das fábricas, provocada pelas demissões e perseguições. [206]

Se, por um lado, o salário e as condições de vida colocavam a necessidade de ir à luta, por outro lado, havia a desconfiança na Diretoria do Sindicato. No entanto, esta Diretoria passou a buscar a recuperação de sua liderança e o controle

---

[204] Dias, Luciana et al., 2004, p. 249 e 250.
[205] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[206] Batistoni, Maria Rosângela,. Entre a fábrica e o sindicato: dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987) Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, pp. 256, 257, 266 e 269.

sobre a categoria: perdoou parcialmente as dívidas de atraso de mensalidade, acatou a decisão de participação dos não-sócios nas assembléias da campanha salarial, colocou a possibilidade de criação de subsedes nas regiões e procurou atrair setores reformistas e conciliadores para enfraquecer as oposições. [207]

A Campanha Salarial de 1979 inicia em um momento em que a repressão aos trabalhadores intensificava-se, com oito grevistas já assassinados naquele ano. Antevendo um duro embate na campanha e aprendendo com a experiência anterior, a oposição se unificou para a campanha, reabilitou-se frente à parcela que participava e passou a "'ganhar' sistematicamente todas as assembléias." Conseguiu se impor como direção da campanha salarial, sua proposta de índice de reajuste de 83% foi aprovada na assembléia à revelia da Diretoria que estabelecera como "índice aceitável" 50%, este também era defendido pela corrente ligada ao PCB, a Unidade Sindical. No entanto, a participação nas assembléias foi inferior à participação na campanha anterior, contando com a presença de 3 a 4 mil metalúrgicos.[208]

Segundo Batistoni, não só a oposição estava mais preparada, como também a FIESP e o Regime Militar. Havia estoque de produtos extras nas fábricas para o caso eventual de greve geral. Afirma que esta preparação pôde ser notada na noite em que a greve foi decretada. Mesmo sendo um domingo, as subsedes e os comandos regionais foram invadidos por forte aparato policial, que prendeu centenas de trabalhadores na tentativa de impedir a ação dos piquetes, fundamentais nas greves gerais, deflagradas do lado de fora da fábrica. Na Zona Sul, foram presos cerca de 113 metalúrgicos. Os policiais não agiram só na subsede, mas também dentro de fábricas, como a Caterpillar, onde intimidaram

[207] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. pp. 277, 278.
[208] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. pp. 273, 281, 285 - 286.

ostensivamente os operários. Mesmo assim, relata que a greve atingiu 60% da categoria no primeiro dia, exceto na Zona Sul, que parou cerca de 30% por ser "reduto da oposição"; nela foi concentrada a repressão policial.[209]

No segundo dia de greve houve um fato que mudaria a história do movimento, o índice geral de adesão havia caído para 40%, quando Santo Dias, então operário da Filtros Mann, foi assassinado por um policial que o alvejou pelas costas, durante um piquete na Fábrica Silvânia. O assassinato deste líder da oposição sindical da Zona Sul foi um divisor para o movimento paredista.[210]

Embora no início do movimento, a greve geral não fosse assumida pela maior parte dos trabalhadores como sua, quando os piquetes chegavam às suas portas, eram bem recebidos pela grande massa, que muitas vezes parava prontamente para, em seguida, voltar às máquinas, sem que a greve conseguisse se consolidar inteiramente. A partir do assassinato de Santo Dias, o movimento grevista que se encontrava encurralado irrompe e avança, mobiliza vários setores sociais e a greve que estava fadada ao fracasso transformou-se numa grande luta contra a violência policial e em defesa do direito de greve.[211]

Segundo Batistoni, naquele momento, os "grupos mais conseqüentes e a esquerda da Oposição Sindical conseguiram assumir a direção do movimento" e foram realizados atos políticos de massa, contando com a participação de milhares de metalúrgicos da Capital de São Paulo, no velório, passeata com o corpo do metalúrgico assassinado da Igreja da Consolação à Catedral da Sé e no enterro do líder, covardemente assassinado, que ocorreu no dia seguinte à morte. A indignação dos metalúrgicos com o assassinato do companheiro, após a grande experiência de luta política vivenciada nas manifestações, teve seu desdobramento nos grandes

[209] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 289.
[210] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. pp. 290. Dias, Luciana et al., 2004, p. 257 e 258.
[211] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 292. Dias, Luciana et al., 2004, p.257.

piquetes nas portas de fábricas que se seguiram.[212]

Essa autora narra, também, que o enterro do líder metalúrgico foi um grande ato, Santo Dias foi sepultado no cemitério de Campo Grande em Santo Amaro e a Diretoria do Sindicato convocou, para o mesmo dia, no Estádio do Pacaembu, do outro lado da cidade,uma assembléia para a categoria na expectativa de que haveria baixa participação e de que os presentes votariam pelo final da greve, mas isto não ocorreu. “A diretoria do Sindicato e seus aliados passaram a agir diretamente para confundir a categoria, explorando as diferenças de experiência e organização no seu interior e omitindo-se diante da repressão.”[213]

Após o assassinato, a repressão recuou na ostensividade e os piquetes tornaram-se enormes, chegando, na Zona Sul, a ser formados por 15 mil trabalhadores, os “piquetões”, que tomavam a conotação de manifestações políticas com palavras de ordem contra o Regime Militar, “percorrendo por doze horas seguidas os principais distritos industriais da região: Avenida Nações Unidas, Socorro e Chácara Santo Antônio”. A greve com forte motivação política passou a variar entre 80% a 90% nas grandes empresas; o que ocorreu até 5 de novembro quando a repressão retomou sua agressividade.[214]

Apesar dos trabalhadores quererem a greve as fábricas não paravam por dentro, seus operários iam ao comando pedir piquetes e ficavam no horário da entrada nos portões à espera do piquete. A greve dependia do piquete, que era bem recebido às portas das fábricas. Batistoni lembra que, no sétimo dia da morte, houve um ato público com 15 mil participantes e uma assembléia com 20 mil, que votou pela continuidade da greve. No dia seguinte, a greve foi declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. O comando da Zona Sul, que funcionava em uma

[212] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p.290.
[213] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 290.
[214] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 291.

igreja no Socorro, com a presença de 300 pessoas, foi invadido por policiais, que espancaram e fizeram diversas prisões. Os comandos de outras regiões também sofreram invasões. Sobre os piqueteiros, abateu-se uma violência brutal[215]. A greve declinava sob a violência, a Diretoria do Sindicato se omitia e a oposição não conseguiu se aglutinar em torno de uma saída para a greve.[216]

Após 12 dias de paralisação e com o recrudescimento da repressão, foi encerrada a greve. Os metalúrgicos conseguiram aumento salarial superior ao proposto inicialmente pela FIESP, contudo à custa de muitas demissões, prisões e até da morte de Santos Dias.

Há poucos registros sobre a participação feminina nesta época. Constatou-se, entretanto, que em 1979, foi realizado o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, organizado pelo Sindicato com a preparação de "três meses de trabalho, reuniões setoriais, farto material de esclarecimento, inscrições nas portas de fábricas e três dias de congresso."[217]

Constatou-se, também, que nessa época a mulher ganhava 42% a menos que o homem em um trabalho igual., segundo o DIEESE. Diante deste quadro, entre as diversas reivindicações que saíram deste 1º Congresso, destacavam-se: salário igual para trabalho igual, estabilidade no emprego, creche, jardim da infância para seus filhos e ônibus à disposição das mães com filhos para amamentar; redução da jornada de trabalho, eliminação da hora extra, abono das faltas e atrasos em decorrência de levar os filhos ao médico; aposentadoria aos 25 anos; limitações ao trabalho noturno da mulher; licença gestante de 6 meses, pré-natal a partir do 1º mês de gravidez; garantia do emprego e estabilidade à gestante; proibição da

---

[215] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 295.
[216] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 295.
[217] O Metalúrgico.Jornal do Sindicato. Edição Especial do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, Ano XXXIX, setembro de 1979 nº 271.Arq CPV.

raspagem e curetagem da mulher sem anestesia nos hospitais; criação de departamento feminino no sindicato, incentivo à participação feminina na luta sindical, organização nas lutas específicas, realizações de seminários, simpósios e congresso da mulher metalúrgica.[218]

A igreja católica, com a disponibilização de sua estrutura foi quem efetivamente deu abrigo ao movimento de oposição operária neste período. Este apoio foi essencial, pois, embora a cúpula da Igreja houvesse participado da implantação do Regime Militar que tinha como alvo "a ameaça comunista" com as chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade"e que publicara um "documento oficial com o qual a Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) saudou o golpe, divulgado em junho de 1964, os bispos agradeceram a Deus e aos militares por terem salvado o país do perigo comunista."[219] Nesse mesmo período se desenvolvia na própria Igreja Católica um processo com base nas Encíclicas de João XXIII mater e magistra (1961) e pacem in terris (1963) "que encorajava a luta contra as injustiças sociais e pelos direitos humanos.". Havia uma clara contradição interna entre estes setores da Igreja Católica.

Nesse processo de aplicação das encíclicas de João XXIII, na Igreja formavam-se "grupos pequenos, mas muito numerosos de trabalhadores católicos em comunidades eclesiais de base e em Pastorais (da Terra, das Mulheres, Operária). Nesses grupos se discutia a Teologia da Libertação que tinha o frade brasileiro Leonardo Boff como um de seus principais teóricos. A Teologia da Libertação defendia a opção preferencial pelos pobres, e se inspirava no conflito entre o opressor e oprimidos, tomando o partido do segundo." Quase uma década

---

[218] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. Edição Especial do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, Ano XXXIX, setembro de 1979 nº 271

[219] O Declínio da Teologia da Libertação. Retratos do Brasil. Editora manifesto Belo Horizonte, MG 2006, p. 31.

depois da divulgação do documento de 1964, surge outro documento da CNBB, em 1973, criticando o "milagre brasileiro"[220] Neste Documento a Igreja Católica tomou uma posição contrária ao Regime Militar. A Pastoral Operária é criada neste processo, no início da década de 1970.[221]

Nela, reuniam-se sob a supervisão da Igreja, as oposições sindicais. No final da década surgiu o movimento grevista na Zona Sul. Este movimento, como já dito anteriormente, caracterizava-se pelo recrutamento de ativistas no trabalho dos bairros sob a égide da Pastoral Operária. Nele surge o também mencionado Movimento Contra o Custo de Vida, cujo principal expoente, Aurélio Peres, um dos coordenadores da Pastoral, neste processo se ligou à organização comunista – PC do B.

Aurélio, que fora preso em 1974, ao sair da cadeia e ser impedido de militar abertamente no movimento sindical, voltou sua militância para a luta dos bairros. Já no processo da luta contra o Custo de Vida, Aurélio foi eleito deputado federal em 1978. Ao ser investido do mandato parlamentar, colocou-o inteiramente a serviço do movimento metalúrgico de onde surgira. Sua presença era constante nas portas de fábricas e seu comitê passou a ser procurado para abrigar reuniões dos operários. Como relata o próprio Aurélio:

> "na porta de fábrica da região Sul, ganhou uma grande força no movimento operário, os operários se sentiram muito mais seguros, (...) porque a repressão estava em cima, a repressão não era só policial, era a repressão interna da fábrica, então eu acho que com o meu mandato não resolveu o problema, mais aliviou bastante" durante esse período surgiram, entre outras a "comissão de fábrica da MWM, da Vilares, da Monark, da Caterpillar". Era o "guarda-chuva que a igreja começou a tirar.".[222]

---

[220] O declínio da Teoria da Libertação. Retratos do Brasil, op. cit.p. 31e 32.
[221] Pastoral Operária 35 anos a serviço da classe trabalhadora urbana http://www.pastoraloperaria.org.br/telas/historia.html Copiado em 8 de novembro de 2007
[222] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

Mas até o final da década de 1970 a ajuda da Igreja, abrigando as reuniões dos sindicalistas das diversas correntes e abrindo seus espaços, suas comunidades de base, para que esses sindicalistas discutissem com os trabalhadores que a freqüentavam foi fundamental para o movimento sindical metalúrgico da Zona Sul se organizar, preparar suas lutas, inclusive as greves e crescer. As prisões do comando de greve na Igreja do Socorro não ocorreram por acaso, mas porque ali era o local de reunião dos grevistas. Foi também a partir desse espaço que o Movimento Contra o Custo de Vida pode se desenvolver, e ser eleito um Deputado operário que passou a colocar seu mandado a serviço da categoria.

Um operário, a respeito do apoio dado pelo comitê do já deputado Aurélio Peres, afirma que:

> "Em 1978 a gente se organizava lá fora, meio escondido, na surdina, através do diretório do deputado Aurélio, da Irmã Passoni. Chegamos a fazer reunião da MWM com 300 pessoas. Quando descobriram nossa organização já estávamos fortes. Foi conversar com a diretoria que deu um voto de confiança, contratou alguém de fora para fazer palestra"[223]

A Igreja era o "guarda chuva" do movimento, mas muito sindicalistas ligados aos partidos comunistas que participavam da Oposição Sindical não se expunham como tal, resguardavam a sete chaves sua filiação político ideológica Estavam escondidos sem poder expor suas idéias político ideológicas. As idéias propagadas não ameaçavam a hegemonia da Igreja no movimento, serviam apenas para seu fortalecimento, pois, a Igreja Católica, mesmo antes do golpe disputava a hegemonia do movimento sindical com os comunistas. A probabilidade do movimento de oposição crescer era real. A Igreja se alarmou quando percebeu que os comunistas também estavam agindo dentro de seu espaço e conquistando sua

[223] André Vicente Nascimento operário da MWM, entrevista concedida a Luciano.

liderança. Diante disso, passou a tomar medidas para “proteger seu rebanho” da ameaça comunista.

Decide então, através de Dom Angélico, separar a Pastoral Operária da oposição sindical, com o argumento de que o movimento de oposição estava muito heterogêneo. Retirou o apoio que possibilitava às diversas correntes sindicais se reunir em seus espaços. Não havia mais espaço em que o conjunto da oposição sindical pudesse se reunir. Por outro lado, o sindicato continuava nas mãos dos pelegos e vigiado pela repressão.

Enquanto estiveram juntos, os metalúrgicos avançaram, apesar das divergências entre as várias correntes e das demissões que ocorriam. A atuação da oposição sindical, que tinha base de apoio dentro das fábricas chegara a um nível em que colocava a direção do sindicato sob a ameaça de perda do poder.

É no curso da segregação imposta, que sindicalistas da Igreja aliados a sindicalistas de correntes trotskistas realizaram o já referido congresso de 1979, com o intuito de difundir e firmar a posição de “sindicato paralelo”. A partir dele foi organizado o MOSMSP (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo). Este movimento, segundo depoimento de operários, contou com financiamento externo[224] construindo uma organização de oposição com uma grande estrutura. Os defensores do MOSMSP na Zona Sul eram minoria. Contudo, a partir do assassinato de Santo Dias ele se fortaleceu.

Há elementos que indicam que o processo vivenciado pela oposição sindical de São Paulo, com a intervenção da Igreja Católica, não foi um fato isolado. Esta organização., tinha à frente Karol Wotjtyla, o Papa João Paulo 2º, que muito antes

---

[224] “Defendíamos um movimento de oposição, só que ela se estruturou como uma organização, com uma estrutura própria, com recursos, não recursos que o pessoal de fábrica dava, com recursos que vinha do exterior: o MOMSP, um sindicato paralelo.” Nelson Kokiti, 2007, entrevista, concedida à autora, cit.

de ser papa já contava com “experiência no embate direto com (...) comunistas”. João Paulo II desempenhou papel ímpar no desmantelamento dos regimes comunistas da URSS e do leste europeu.[225] Estava atento também ao processo que ocorria com a Igreja Católica no Brasil, pois estava empenhado na luta contra os comunistas em todo o mundo, trabalhando em conjunto com a CIA. “João Paulo II passaria a ter um canal de comunicação privilegiada com o governo americano. (...) recebia relatórios freqüentes da CIA, o serviço de inteligência dos Estados Unidos, a respeito do que acontecia no Leste Europeu” “Inclusive aquelas provenientes de satélites militares e escuta eletrônica.” Essa “troca de informações entre o governo americano e o Vaticano extrapolava o âmbito europeu. Abarcava também a América Latina, onde a dita ala progressista da Igreja tentava promover uma exótica simbiose entre catolicismo e marxismo, por meio da Teologia da Libertação. Um dos alvos preferenciais de João Paulo II, o esquerdismo clerical latino-americano sucumbiria à sua mão de ferro, como demonstram as profundas transformações ocorridas na Igreja brasileira desde a década de 80,” tendo conseguido “dizimar as fileiras da Teologia da Libertação.”[226]

No combate conjunto à Teologia de Libertação e às CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base), “o Departamento de Estado Norte Americano pronunciou-se, contundentemente, através de dois documentos chamados "Santa Fé": "a Teologia da Libertação e suas células (as CEBs) representam uma doutrina política disfarçada de crença religiosa, com um significado antipapal e antilivre empresa, destinadas a debilitar a independência da sociedade frente ao controle estatal"

---

[225] O papa João Paulo 2º aliou-se aos EUA e teve papel destacado no desmantelamento dos regimes comunistas do leste europeu . Organização social: o Vaticano e a política - cruzada conservadora. Retratos do Brasil. Editora manifesto Belo Horizonte, MG 2006. E Apud Tad Szulc, jornalista “autor de uma alentada biografia de João Paulo” Pastor e político Veja online Edição Histórica Papa João Paulo II. 6 de abril de 2005. http://veja.abril.com.br/especiais/papa/p_024.html.

[226] Politi, Marco e Bernstein, Carl. Sua Santidade – João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo. Apud Veja on-line Edição Histórica Papa João Paulo II. 6 de abril de 2005. http://veja.abril.com.br/especiais/papa/p_024.html.

(Santa Fé II).” As CEBs começaram a declinar sensivelmente com o crescimento do movimento da renovação carismática católica que, não por acaso, teve suas origens nos Estados Unidos da América.[227]

A ligação de Wotjtyla com o Sindicato Solidariedade era pública. Numa “greve gigantesca comandada pelo operário Lech Walesa, líder do sindicato Solidariedade (...)” que era clandestino, após grandes lutas conquistou o reconhecimento, “o direito dos trabalhadores à livre associação (...). No momento de assinar o acordo, em um gesto carregado de simbolismo, Walesa sacou do bolso uma caneta com o retrato do Papa.”[228]

A Cia agia no sindicato em treinamentos de sindicalistas que ocorriam no México em organizações a ela ligadas. Quem cuidava desse mecanismo era um membro da diretoria do sindicato, chamado Orlando Malvezi (...) O Joaquinzão foi treinado lá.[229]

Embora enfrentando a repressão, muitas demissões tenham ocorrido, atingindo as comissões de fábrica, o avanço dos operários nas greves de maio/junho e a atuação mais organizada da oposição sindical, que tinha base de apoio dentro das fábricas e se fazia presente na maioria dos movimentos reivindicatórios, criaram condições que colocavam a direção do sindicato ameaçada de perder uma eleição[230].

Pode se concluir que a ação da Igreja tentando controlar o movimento sindical metalúrgico e impor sua ideologia abortou o processo que os metalúrgicos vinham desenvolvendo. Impediu que os trabalhadores enfrentassem as contradições e

---

[227] http://pt.wikipedia.org/wiki/Lech_Wa%C5%82%C4%99sa. Retirado em 10 de Outubro de 2007.
[228] Tad Szulc, jornalista “autor de uma alentada biografia de João Paulo” Pastor e político Apud Veja on-line Edição Histórica Papa João Paulo II. 6 de abril de 2005. http://veja.abril.com.br/especiais/papa/p_024.html
[229] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit,.
[230] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 389

divergências ideológicas, existentes entre eles e com elas e apesar delas, fizessem alianças para conquistar sua tradicional organização de classe o Sindicato, fundamental para que o conjunto da categoria enfrentasse a luta contra os patrões e avançasse na luta contra o Capital.

Capítulo III – A Luta e a Organização da Categoria e das Correntes Sindicais para Ocupar Espaços: 1980-1989

Este período foi marcado pelo desemprego e pelo refluxo das greves. No que tange à organização sindical, foi marcado pelas contradições no seio das correntes sindicais de oposição e pela "modernização conservadora" da Diretoria do Sindicato.

A década de 80 começou, segundo Nogueira, com as greves em refluxo. "Considerando apenas os setores dos trabalhadores industriais, ocorreram 104 greves em 1978, 61 em 1979, 19 em 1980 e 28 em 1981". Havia uma clara tendência de greves por empresa, tendência esta que já podia ser sentida desde meados da década anterior. Estas greves totalizaram 56% das greves do período de 1976 a 1981. Este fenômeno teve seu clímax entre 1981 e 1982, quando foram feitas apenas greves parciais nas fábricas. Ainda em 1981 foi realizada a 1ª CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), em que houve embates entre as diversas tendências político-sindicais do novo e do velho sindicalismo, embates fundamentais para a definição dos rumos que o sindicalismo brasileiro passou a tomar.[231]

No final de 1982 e no início de 1983 ocorreram demissões em massa. Estas demissões criaram uma massa de desempregados sem condições de subsistência. A crise do emprego era tanta que centenas ou mesmo milhares de pessoas eram demitidas diariamente. "(...) os setores mais organizados do proletariado brasileiro,

[231] Nogueira, Arnaldo José F. M. A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Dissertação de mestrado UNICAMP, 1990, p. 103 - 104.

passaram a articular estratégias..."[232] de enfrentamento do desemprego coletivo. No dia 22 de março de 1983 ocorreram em diversas cidades do país manifestações, "contra o Arrocho Salarial e o Desemprego" convocadas pela Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em São Paulo, a manifestação da Praça da Sé contou com a presença de cerca de cinco mil pessoas. Em Santo Amaro, o Movimento contra o Desemprego e o Custo de Vida convocou um ato público, a exemplo de outras vezes, para o Largo 13 de Maio, no dia 4 de abril. Nesse dia às 08h30 min., havia na praça em torno de 150 pessoas. Quando sindicalistas da Oposição Metalúrgica e do Sindicato dos Químicos instalaram-se nas escadarias da Igreja utilizando-se de um precário aparelho de som, instalado em uma perua Kombi, e passaram a discursar, denunciando "a crise econômica, o desemprego e o arrocho salarial, foram atraindo uma multidão significativa, que aos poucos foi se tornando inquieta. Com as críticas à situação de penúria e miséria a agitação foi crescendo e a multidão tornando-se mais frenética".[233]

Esses desempregados apoderaram-se das ruas da região e liberaram sua revolta, que assustou a todos: desde os organizadores (que haviam perdido o controle da situação), os manifestantes, os comerciantes e até os policiais. Do Largo, parte da multidão saiu em duas passeatas, outra parcela permaneceu no local. Há indícios de que esta cisão ocorreu por falta de acordo da organização "quanto ao destino e continuidade daquela manifestação."[234] Uma das passeatas seguiu em direção à Assembléia Legislativa e a outra rumou em direção à Administração Regional de Santo Amaro. Esta última, ao chegar ao prédio, que considerado como da Administração Regional passou a depredá-lo. Os comerciantes vizinhos, com

---

[232] Munhoz, Sidnei José. A Ordem do "Caos" versus o ocaso da ordem (Saques e quebra-quebras em São Paulo -1983) Dissertação de Mestrado - UNICAMP, Campinas, 1989, p. 33.
[233] Munhoz, Sidnei José. op. cit. pp. 37, 38 e 39.
[234] Munhoz, Sidnei José op. cit. p. 39.

medo, foram fechando suas portas. Mas para muitos não adiantou, porque a revolta de alastrou pelos estabelecimentos comerciais e carros que estavam no local.[235]

Nos supermercados e nas lojas os manifestantes pegaram tudo o que encontraram. Levaram: alimentos, produtos de limpeza e aquilo que não puderam levar destruíram. A polícia interveio, mas os distúrbios continuaram noite adentro. Santo Amaro fora "transformada em uma verdadeira 'praça de guerra' ".[236]

Não existem dados do número de metalúrgicos da Região na época, mas, anos depois, em 1985, quando esse parque industrial já havia passado pela fase do desemprego em massa do início da década de 80, que levou ao quebra-quebra do Largo 13 em 4 de abril de 1983,[237] ainda havia na região, por volta de 30,6% da mão-de-obra do setor e cerca de 21,9% das empresas metalúrgicas da capital[238],

A década de 1980 foi a década de democratização do país, das lutas pelas diretas e pela reorganização dos partidos políticos. As questões político-ideológicas que estavam presentes nestas lutas influíram no movimento sindical e acirraram as contradições existentes entre as correntes de oposição.

Um exemplo da influência político ideológica no movimento sindical, pôde ser notado em 1982 na Villares, na abordagem do Jornal "Por Dentro das Fábricas," quando houve a proibição de "Utilização do Restaurante Bandeja Lisa" e que os operários "tomem refeições usando uniformes de trabalho, devendo portanto, trocarem de roupas no horário do almoço." Com esta imposição, os trabalhadores teriam que trocar as roupas imediatamente após almoçarem, uma vez que, ficaria

---

[235] Munhoz, Sidnei José op. cit. p. 40.
[236] Munhoz, Sidnei José op. cit. p. 46.
[237] Munhoz, Sidnei José. 1989, op. cit.
[238] Batistoni, Maria Rosangela. Entre a fábrica e o sindicato: dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987) Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.p. 136.

"mantido o uso de uniforme no respectivo local de trabalho, dentro dos procedimentos de cada empresa."[239]

Havia indícios de que o refeitório proibido servia a melhor comida, pois que a portaria interna da empresa afirmava: "Se porventura, os usuários optarem pela troca para o Refeitório Bandeja Estampada, os vales existentes (...) serão reembolsados."[240]

Imediatamente após a proibição, ainda em junho, um jornalzinho de duas folhas, denominado, "Por Dentro das Fábricas", denunciava a medida da Villares explicitando a discriminação e a exploração:

> "Queremos dizer que o óleo, a graxa, a fuligem de nosso nossas roupas são marcas do nosso trabalho. Elas não nos envergonham, pelo contrário, o nosso macacão nos marca como classe operária e muito nos orgulhamos disso.
> Queremos lembrar aos senhores da Villares que somos nós, operários, que produzimos toda a riqueza que existe sobre a terra...
> É do nosso trabalho, do nosso suor, que os senhores, que sempre estão de roupas limpas, tiram toda a riqueza e o luxo que o Srs. ostentam ...
> Somos grandes e somos fortes porque somos a classe operária: O ferro é forte e nós rasgamos o ferro dando-lhe forma.. Somos mais fortes que o ferro... Nossas mãos são calejadas. Somos rudes, sim, mas se um dia parar nosso braço vigoroso, todas as máquinas pararão. E a nossa força prevalecerá.
> E a nossa grandeza prevalecerá."[241]

Continuava o "Por Dentro da Fábrica" afirmando que os operários não desanimariam nem com discriminação de patrões e nem tampouco com "desrespeito da diretoria do sindicato" e que "Tudo isso mostra que a gente tem que contar com as nossas próprias forças". E convocavam os trabalhadores "mais combativos" a se organizar nas seções e a continuar: [242]

---

[239] "Por Dentro das Fábricas" de Junho de 1982. CPV, Pasta trabalhadores Metalúrgicos São Paulo, SP, fábricas Villares – Periódicos
[240] Correspondência interna, Villares de 9/6/82 Trabalhadores metalúrgicos São Paulo. São Paulo trabalhadores metalúrgicos São Paulo São Paulo fábricas Villares.
[241] "Por Dentro das Fábricas" de Junho de 1982. CPV, Pasta trabalhadores Metalúrgicos São Paulo, SP, fábricas Villares – Periódicos
[242] "Por Dentro das Fábricas" de Junho de 1982. CPV, Pasta trabalhadores Metalúrgicos São Paulo, SP, fábricas Villares – Periódicos.

"insistindo na formação de uma comissão de fábrica, (...) eleita democraticamente por todos os" trabalhadores da Villares para defenderem seus interesses. E afirmava que era a "organização dentro da fábrica que vai ser a base de um sindicato independente do governo e dos patrões... Um sindicato realmente dos trabalhadores."[243]

Outro caso pôde ser notado na fábrica Weston,[244] em que a corrente CUT pela base, distribuiu um boletim em 1986, que denunciava o "Pacote econômico do governo que congelou os salários, na verdade não congelou o lucro das empresas que cada vez ganham mais à custa do suor dos trabalhadores" [245]

Convocava os operários a cobrar dos patrões o que fora "roubado e que está nos seus lucros", informava que "em várias empresas, os companheiros têm conseguido grandes vitórias como: aumento de salário, comissão de fábrica, estabilidade de emprego e redução da jornada de trabalho." Citava o exemplo de fábricas que haviam conquistado aumento e outras reivindicações porque foram à luta, sendo que sete delas fizeram greve, entre elas uma que fez paralisação de apenas 05 minutos, assim como citava duas outras que conquistaram as reivindicações utilizando-se tão somente da negociação:[246]

> "Villares quinze dias de greve--------10% aumento real e equiparação salarial;
> Monark um dia e meio de greve--------2% a 16% de aumento real;
> Weber três dias e meio de greve-----10% aumento real até três salários mínimos
> ----------Jornada de 43h semanais
> ----------Estabilidade de emprego por 60 dias
> ----------Creche

[243] "Por Dentro das Fábricas" de Junho de 1982. . CPV, Pasta trabalhadores Metalúrgicos São Paulo, SP, fábricas Villares – Periódicos.
[244] Fábrica que deve localizar-se na Zona Sul, porque todas as levantada no panfleto como exemplo para os operários são da zona Sul, mas talvez o nome seja diferente.
[245] Metalúrgico da CUT, Oposição metalúrgica: alternativa sindical, Construir a Cut pela base. Acorda Weston. sem data. Carimbo do CPV datado 15 de julho de 1986.
[246] Metalúrgico da CUT, Oposição metalúrgica: alternativa sindical, Construir a Cut pela base. Acorda Weston. sem data. Carimbo do CPV datado 15 de julho de 1986.

> ----------Comissão de Fábrica;
> Caterpillar seis dias de greve----------8,5% de aumento real de salário
> ----------Comissão de fábrica (com um ano de estabilidade)
> ----------Equiparação salarial;
> Tinken dois dias de greve------10% de aumento real até 7 salários mínimos
> ----------Estabilidade no emprego por 90 dias
> ----------Comissão de fábrica
> ----------Equiparação salarial;
> FSP negociação----------10% aumento real de salário
> ----------Redução do preço da refeição;
> Elabra sete dias de greve----------8 a 10% de aumento real de salário
> ----------60 dias de estabilidade no emprego
> ----------Fim do trabalho temporário;
> MWM negociação----------8% de aumento real de salário
> ----------42h semanais
> ----------7 meses de estabilidade no emprego;
> Parafusos Continental----------3 dias de greve de 10 % a 33% de aumento real
> ----------40h semanais
> ----------90 dias de estabilidade no emprego;
> Carton cinco minutos de greve--------15% de aumento real de salário"[247]

Naquele período, na Fábrica Carton, houve a convocação para uma reunião a ser realizada no Largo do Socorro, em um domingo. Os convocados foram apenas "os companheiros de confiança" e as questões a serem tratadas resumiram-se a:

> "1º) resultado da negociação (sindicato versus empresa) da nossa pauta de reivindicação;
> 2 º) preparação para as eleições da CIPA."[248]

Em 1986, os trabalhadores da Walita, indústria multinacional holandesa do grupo Philips, reivindicavam 20% de aumento salarial, redução na jornada de trabalho e equiparação salarial. Como a empresa se negava a atendê-los, entraram em greve e cerca de 300 empregados fizeram uma manifestação em frente ao consulado da

[247] Metalúrgico da CUT, Oposição metalúrgica: alternativa sindical, Construir a Cut pela base. Acorda Weston. sem data. Carimbo do CPV datado 15 de julho de 1986.
[248] Pasta trabalhadores metalúrgicos de São Paulo são Paulo /fábrica Carton.

Holanda, buscando a intermediação do governo holandês para que a empresa abrisse as negociações.[249]

Na ocasião, promoveram também uma concentração no portão do Palácio dos Bandeirantes (sede do governo paulista) para pedir a intermediação do governo na reabertura das negociações com os patrões, uma vez que desde a visita do presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho ao Governador, para exigir maior policiamento nas greves, a Walita não quis mais negociar com os grevistas. Na ocasião, a Walita mudou de forma radical e não atendeu nem ao pedido feito pelo Secretário das Relações do Trabalho do Estado para reabrir o processo de negociação. Essa posição, de não negociação com os trabalhadores, foi inédita. Então, frente à intransigência da diretoria da empresa, os trabalhadores, em assembléia, decidiram realizar uma série de ações para atrair a atenção da opinião pública e de todas as forças que pudessem contribuir para a solução dos seus problemas trabalhistas.

Na manifestação do consulado, entregaram um documento "denunciando ' a exploração do capital estrangeiro no Brasil' e acusando a empresa de desrespeitar o Plano Cruzado." O documento falava ainda que a empresa para ludibriar o congelamento de preços imposto pelo Plano Cruzado, havia maquiado um ferro a vapor que fabricava, ou seja, cobrava mais caro pelo produto afirmando tratar-se de modelo novo. O documento denunciava, também, a demissão de 400 trabalhadores e a ausência de creche ou convênio na empresa, a despeito do número de mulheres

[249] Apelo a Holanda, xerox JB (deve ser Jornal do Brasil) CPV Trab. Met. SP. Pasta da fábrica Walita. Kokiti contou na entrevista à autora que costumavam xerocar materiais de jornal para discutir com os trabalhadores. Nelson Kokiti, 2007, entrevista concedida à autora cit.

empregadas.[250] Robert Olivier, o cônsul, ao ouvir tais queixas, prometeu aos trabalhadores que intercederia junto à direção da empresa.[251]

A Diretoria do Sindicato (gestão 1984 a 1987), que já havia sofrido o processo da "modernização conservadora"[252], em 11 de agosto de 1986, no compasso do movimento grevista, lançou uma carta aberta à população sob o título "Chega de exploração holandesa". Nela, informava que os 2000 trabalhadores da Walita, pertencente à divisão da Philips do Brasil, tiveram que entrar em greve porque a empresa não atendia às reivindicações dos trabalhadores, afirmava que a empresa manteve-se intransigente sem querer negociar:

> "O único instrumento de luta que os trabalhadores dispõem para garantir os seus direitos é a greve. Na Walita essa foi a única resposta que poderia ser usada contra a intransigência dos patrões".
> "Essa multinacional holandesa só quer saber de aumentar a sua produção e os seus lucros às custas da exploração da mão-de-obra e pagando sempre salários baixos.
> Além de aumento real de salário (pois 43% dos trabalhadores da Walita ganham menos de 5 (cinco) salários mínimos), os metalúrgicos reivindicam, ainda, classificação correta da função em carteira, equiparação salarial, fim da repressão das chefias, redução da jornada de trabalho, fim da obrigatoriedade das horas extras e outros itens. Mas os patrões se recusam a negociar tanto com o sindicato como com os trabalhadores.
> Isso é um absurdo!
> O grupo Philips é o maior produtor europeu de equipamentos elétricos e eletrônicos, e vem aumentando seus lucros a cada ano que passa. Apesar disso, continua explorando seus funcionários, ao mesmo tempo em que outras empresas concorrentes já fecharam acordos concedendo aumentos a seus trabalhadores, como no caso da Sharp, que deu 10% de aumento real recentemente, sem que fosse necessário recorrer à greve.
> Somente após o Plano Cruzado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo já comandou mais de 170 greves, que resultaram em aumento para 120.000 metalúrgicos. Foram definidos acordos com grandes empresas, como a Villares, Monark, Siemens, Surfunge e tantas outras. Porque na Walita continua essa intransigência?
> Os trabalhadores da Walita não aceitam a posição da multinacional e se mantém firme na luta, junto com o sindicato. Essa situação está

---

[250] Custódio ,Roberto. Grevista da Walita pedem apoio ao Montoro. DIPO (deve ser xerox do Diário Popular). CPV Trab. Met. SP. Pasta da fábrica Walita

[251] Xerox com JB escrito à mão. Xerox de vários Jornais. CPV Trab. Met. SP. Pasta da fábrica Walita.

[252] Nogueira, Arnaldo José F. M. A. Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Dissertação de mestrado UNICAMP, 1990.

> sendo denunciada a todos os trabalhadores do grupo Philips em todo Brasil, e também à população que precisa saber que o nome dessa multinacional vem crescendo às custa da exploração do trabalhador brasileiros.
> A diretoria"[253]

Nesta gestão (1984 a 1987) havia a presença minoritária de várias correntes de esquerda na Diretoria do Sindicato.

Um relato desta presença e dos reflexos que ela causou na política sindical da entidade, foi feito por uma operária[254], esposa de um diretor sindical de corrente ligada ao PC do B. Maria Ester relata que até aquele momento as demandas da mulher operária eram praticamente alheias à luta sindical, relata também como este quadro começou a mudar.

A ex-operária conta que em 1984, com a entrada do marido na diretoria do sindicato, passou a trabalhar com as mulheres operárias da Zona Sul. Trabalhava em um setor e nele acompanhava a rotina de sete fábricas, dentre elas a Filtros Mann, com cerca de 13% de sua mão de obra composta por mulheres e a Metafil, cerca de 20,0%. Embora as mulheres fossem minoria nas fábricas, havia fábricas em que chegavam a ter grande expressividade, como no caso da Sharp, com cerca de 40,0% da mão de obra e da Semp Toshiba, em que grande parte da mão de obra também era feminina. O trabalho de Ester se iniciou com contatos com as operárias na porta da fábrica nos horários de troca de turno e de almoço. Ester relata casos das lutas das mulheres nas Fábricas:[255]

Na Metafil, "a alimentação era péssima e o tratamento para com as mulheres, muito desrespeitoso. Elas só podiam ir ao banheiro em horários pré-determinados,

---

[253] Carta aberta à população de 11 de agosto de 1986. O Metalúrgico, boletim do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Trab Met. SP. Pasta Walita, CPV.
[254] Maria Ester Martins da Vitória foi metalúrgica, presa pela repressão entre 1970 e 1971, esposa de Vital Nolasco, é militante do PCdoB, entrevista concedida à autora em 7 maio 2007.
[255] Maria Ester Martins da Vitória, entrevista concedida à autora em 7 maio 2007, e Cadastro Senai 1985 e 1991, banco de dados Cleodon Silva . O banco de dados de Cleodon Silva não registra o número de mulheres no cadastro de 1985, por isso recorremos ao de 1991 para dar uma idéia das fábricas.

norma que as submetiam a situações humilhantes no período em que estavam menstruadas" A partir do trabalho que realizou "houve uma grande luta para que pudessem ir ao banheiro quantas vezes precisassem" e resolver os outros problemas. A fábrica parou por umas três vezes, "algumas mulheres ganharam grande liderança" e passaram a integrar a Comissão de Fábrica. "Isso levou a que as mulheres participassem mais da luta sindical."[256]

Ester conta que realizaram, perto da fábrica em salão no Campo Limpo um encontro no dia das mulheres, para o qual, houve preparação com antecedência nas fábricas. A aceitação foi grande e no dia do encontro elas deslocaram-se em passeata da fábrica até o local. No encontro houve discussão política, cada mulher recebeu uma rosa. Depois daquele dia foram feitos outros encontros, marcados no Sindicato que buscavam atrair a mulher para a entidade. Relata que elas iam ao Sindicato e participavam.[257]

Segundo a ex-metalúrgica, era a primeira vez que no Sindicato era feito um trabalho específico com a mulher. Mas havia fábricas em que as mulheres já participavam e também havia o trabalho de uma Diretora do Sindicato. Nair que era feminista e ligada à corrente do PCB. Embora a participação das mulheres fosse relativamente bem menor que a dos homens, havia fábricas em que elas participavam e, segundo Ester, houve muita aceitação deste trabalho especifico para o segmento.[258]

Desenvolveram algumas lutas:

> "contra ganharem menos que o homem fazendo o mesmo trabalho (...). Dependendo da fábrica algumas conseguiram melhorar o salário, mais no geral eram poucas as conquistas (...), os homens sempre tinham maiores conquistas. Ainda era pouca a participação da mulher, mas já estava começando, em algumas fábricas já tinha

[256] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.
[257] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.
[258] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.

> mulher nas comissões, especialmente onde a maioria era mulher. Nas outras correntes havia mulheres, a Sumara e outras, mas não lembro dos nomes, uma delas casou-se com um assessor do sindicato, juntaram, porque na época ele era casado, mais tiveram filhos, essa era da comissão da fábrica onde trabalhava."[259]

No MOSMSP participavam algumas mulheres da Zona Sul, como as ativistas Anahí, Ângela, Carmem e Rita.[260]

Nessa época, segundo Ester, havia um médico ginecologista na zona sul, na sub sede de Santo Amaro, que se preocupava com o problema da mulher, e também contribuiu muito. Eram dadas palestras sobre saúde da mulher. Para as reuniões eram feitos convites e entregues nas fábricas."[261]

A ex-operária conta que o trabalho encontrava diversas dificuldades, principalmente ocasionadas pelos assessores dos diretores do Sindicato, conforme trecho abaixo:

> "O que atrapalhou o trabalho com as mulheres, naquela época foram os homens. Tinham alguns assessores da diretoria que eram machistas e aproveitadores de mulheres (...) as mulheres que se destacavam estavam participando, se transformando em liderança, se ela era carente, e no geral a mulher é carente, eles começavam a se aproximar dela e a namorar (...). o namoro não ia em frente e a mulher ficava sozinha e acabava se afastando por causa dele. Isso ocorreu com várias mulheres que estavam avançando no trabalho."[262]

Relata que nas fábricas havia muito assédio sexual por parte dos chefes. Embora a diretoria tenha tentado combater, poucos exemplos tiveram bom termo, porque as mulheres tinham muito medo de perder o emprego e recuavam na luta quando ameaçadas.

> "Tinha uma fábrica que tinha o chefe que aproveitava das mulheres usavam as mulheres para sair com ele se ela dissesse que não, ele mandava embora. Uma vez foi uma comissão delas no sindicato, eu estava junto, aí o Vital deu a idéia de fazer um boletim e denunciar o chefe, citando o nome dele no boletim e denunciando o que tava ocorrendo que o chefe estava usando a mulher e se aproveitando do

---

[259] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.
[260] http://blog.iiep.org.br. Retirado em 5 de outubro de 2007.
[261] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.
[262] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.

> fato de ser o chefe. Lançamos o boletim na fábrica. (...) O chefe abriu processo contra nós, cobrando que Vital provasse. O Vital era diretor do sindicato e havia assinado o boletim. Qual seria a prova? Seria as mulheres testemunharem, mas não teve uma que quisesse testemunhar. Todas recuaram para não serem mandadas embora. E o Vital por causa do processo teve que se retratar. (...). Em outras fábricas também ocorriam vários fatos de assédio sexual da parte dos chefes. Em algumas a luta foi melhor preparada e elas enfrentaram, mas foram poucas, porque tinham medo de perder o emprego." [263]

Conta também que as mulheres eram trabalhadoras sem qualificação. No setor do Diretor Vital Nolasco, Ester conta que viu "apenas uma mulher especializada," a quem chamavam de Dil. Ester conta que no geral, a mulher ganhava bem menos que o homem, chegando às vezes menos da metade, tendo que cuidar de filhos sem poder contar com creche e ainda era desrespeitada na fábrica pelos chefes:

> "a mulherada não estava ainda preparada naquela época para o combate, por causa das condições em que viviam, para não ficarem desempregadas porque tinham famílias para sustentar (...) no geral a mulher operária é muito carente e os homens se aproveitam disso." Relata que os homens, em especial os assessores do Sindicato, para atrair a mulher que era liderança, namoravam-na, "eu até brigava muito com um deles por causa disso."[264]

Em 1985, de 29 a 31 de março foi realizado o 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, organizado pelo Sindicato, que contava com duas mulheres em sua Direção: Nair e Mariazinha.[265]

Na preparação do 2º Congresso foi realizada uma pesquisa pelo Sindicato, feita através de distribuição de questionário nas fábricas. Segundo resultados da pesquisa,[266] a maioria das metalúrgicas era solteira, 53,7% e apenas 38,7% eram casadas. As trabalhadoras possuíam em sua maioria menos de 35 anos: 43,9% tinham até 25 anos e 35,1% possuíam de 26 a 35 anos. Ainda, de acordo com a pesquisa, 28,9% das metalúrgicas estavam no emprego há mais de cinco anos e

---

[263] Maria Ester Martins da Vitória, 2007, entrevista cit.
[264] Maria Ester Martins da Vitória e Vital Nolasco entrevistas concedidas a autora em 7 maio 2007.
[265] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, Ano 44, setembro de 1979 nº 321.Fornecido por Juruna (João Carlos Gonçalves).
[266] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, Ano 44, setembro de 1979 nº 321.

25,4% ainda não haviam completado um ano no emprego. Cerca de 45,7% tinham entre um e cinco anos no trabalho. A esmagadora maioria, 72,1%, ganhava entre 1 e 3 salários mínimos. Apenas 27,9% recebiam acima de 3 salários, 33,9% recebiam de 2 a 3 salários, 38,2% apenas de 1 a 2 salários. Quanto ao Sindicato, embora a esmagadora maioria, 73,4%, tenha respondido que não participavam e apenas 32,6% que eram associadas, 92,1% responderam que apoiavam a atuação do Sindicato.[267]

Os principais problemas levantados foram: a falta de creche nas fábricas (97,7%), por não terem possibilidade de acesso à creche deixavam seus filhos pequenos com os filhos mais velhos, parentes ou vizinhos; o excesso de horas extras; a pressão dos chefes; a falta de higiene; a má qualidade da alimentação e da condução.[268]

O Congresso contou com a participação de 200 delegadas eleitas e teve dois temas básicos: "Mulher, Fábrica e Sindicato e Mulher, Democracia e Constituinte" e as seguintes resoluções:

> "Mulher, fábrica e sindicato
> Organizar as mulheres, a partir do local de trabalho, para resistir aos abusos das empresas e das chefias.
> Lutar para que o SENAI amplie os cursos para a profissionalização das mulheres.
> Lutar para que se efetive o direito das mulheres de concorrerem com igualdade de condições nas promoções, e que sejam anotadas na CTPS as funções efetivamente exercidas.
> Que se obedeça ao princípio da igualdade salarial no desempenho de funções idênticas.
> Redução da jornada de trabalho para 40 horas a todos os trabalhadores sem redução de salário.
> Que a trabalhadora grávida tenha assegurado o direito do exercício de suas funções, e que o seja em condições compatíveis com seu estado.
> Que haja uma efetiva participação das mulheres nas CIPAs.
> Ampliar a luta pela organização de creches nas fábricas e nos bairros e que funcionem em horários compatíveis com a jornada de trabalho.
> Que o Sindicato promova uma ampla campanha de sindicalização.
> Que se incentive uma maior participação das mulheres em todos os

[267] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, Ano 44, setembro de 1979 nº 321.
[268] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, Ano 44, setembro de 1979 nº 321.

> eventos do Sindicato e na direção das lutas por ele promovidas.
> Que o Sindicato organize reuniões, seminários, assembléias e outras atividades para discutir e encaminhar as reivindicações das mulheres.
> Que o Sindicato promova reuniões, palestras e outras atividades, a fim de conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade da sua participação ativa na futura Assembléia Nacional Constituinte.
> Lutar para que as mulheres metalúrgicas de São Paulo estejam representadas no Conselho Nacional da Condição Feminina.
> O 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, ratifica as resoluções do 7º Congresso da Categoria.
> Que o Sindicato prepare o 8° Congresso da categoria,
> Mulher, democracia e constituinte
> Neste sentido as mulheres metalúrgicas entenderam que a Constituinte deverá atender os seguintes pontos:
> 1 - Representação de todos os brasileiros e a extensão do direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados.
> 2 - Representação de todas as correntes de pensamento com direito de livre organização partidária.
> 3 - Revogação imediata da Lei de Segurança Nacional e de todas as demais leis de exceção.
> 4 - Desestruturação imediata do aparelho repressivo.
> 5 - Igualdade de condições de acesso aos meios de comunicação para todos os candidatos.
> 6 - Lutar para que as mulheres estejam representadas efetivamente na, Assembléia Nacional Constituinte.
> Que a Constituição incorpore os seguintes princípios:
> - Liberdade e autonomia sindical
> - Direito de greve
> - Estabilidade
> - Representação sindical na fábrica
> - Salário mínimo real de acordo com os cálculos do DIEESE
> - Reforma agrária
> - Reforma tributária.
> Finalmente, que os princípios constitucionais sejam observados na revisão da legislação ordinária em geral, em especial do Código Civil e do futuro Código do Trabalho."[269]

Em 2 de maio de 1985 cerca de 300 pessoas protestaram contra a demissão arbitrária de uma cipeira da fábrica LH Flexíveis. Demitida por haver se negado a sair como o supervisor. Executando uma decisão do 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, o Sindicato convocou um ato. O ato contou, segundo O Metalúrgico, com a presença de operárias das fábricas "Mapria, Saad, Telefunken e outras". Também o Conselho da Condição Feminina e a União de Mulheres participaram da convocação do ato. Segundo O Metalúrgico, "o Sindicato (...) vai intensificar o

[269] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. 2º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo,Resoluções. Ano 44, setembro de 1979 nº 321.

combate a esse tipo de situação constrangedora, infelizmente ainda muito comum.”.[270]

Um Diretor do Sindicato conta que:

> “teve grandes lutas naquele momento de 1984 a 1987, muita luta e muita greve aqui na região Sul. Chegamos a fazer grandes passeatas aqui para a campanha salarial pela Avenida das Nações Unidas, enfim, foi um momento propiciado pela democratização, mas foi uma época que eu acho que os trabalhadores sejam metalúrgicos, ou de outras categorias tiveram muita conquista, a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais, o aumento de salário. Eu mesmo na Metal Leve onde eu era diretor do sindicato, ali conquistei muita coisa, inclusive adicional de turno, porque a empresa precisou fazer 3 turnos e para fazer 3 turnos, além de fazer noturno teve que adicionar o diurno também, então foi uma época que nós fizemos muitas conquistas, claro que em um processo de desenvolvimento logo naquele plano cruzado, mas de qualquer forma fizemos muitas conquistas. O que mostra é que quando houver mais liberdade e houver mais crescimento dentro do capitalismo, vai ter mais avanço e essa é a concepção que nós tínhamos, inclusive essa concepção de que os trabalhadores precisam de mais democracia para poder avançar nas suas conquistas.”[271]

Durante a gestão 1984 a 1987 foram diversos os registros encontrados de lutas operárias, com a participação do sindicato. Em junho de 1986 as fábricas La Fonte, Alfa Laval, Niagara estavam em greve reivindicando melhores condições de trabalho, aumento salarial de 20%, estabilidade no emprego, equiparação salarial e fornecimento de uniformes e equipamento de segurança aos funcionários. A fábrica La Fonte possuía, segundo O Boletim, cerca de 1000 empregados, e conforme o Censo Senai, cerca de 750 trabalhadores. A Alfa Laval Equipamentos, possuía cerca 365 trabalhadores, em 1985 e a Niagara S/A Comercio e Indústria, cerca de 260 trabalhadores.[272]

---

[270] O Metalúrgico. Jornal do Sindicato. Protestos na LH Flexíveis. Ano 44, setembro de 1979 nº 321.
[271] Vital Nolasco, 2007, entrevista cit.
[272] Boletim do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo de 20 de junho de 1986, com xerox de jornais. CPV, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo e Censo do Senai de 1985 conforme Bando de dados cit.

Segundo o Diretor, na gestão 1984-1987 houve muitas lutas e conquistas na região, no entanto, apesar de no Sindicato a parte da Diretoria pertencente às correntes sindicais de esquerda ter conseguido desenvolver um trabalho nas fábricas e criado base de apoio, novamente as correntes de esquerda não se uniram. Mesmo tendo condições de ganhar o Sindicato, não conseguiram se aliar para a eleição. Então, a chamada renovação conservadora se impôs no Sindicato e, a partir de 1987, as Comissões de Fábrica passaram a ser destruídas sistematicamente[273]. Esta situação levou a que, na década de 1990, o Sindicato estivesse nas mãos de parceiros do capital, sem capacidade de enfrentar os embates para defender o emprego e lutar contra a implantação das medidas do neoliberalismo.

No final da década de 80, a reestruturação produtiva estava se iniciando na região. A empresa Aeg Telefunken Sistemas Industriais, que em 1985 possuía 249 trabalhadores (61 qualificados),[274] do ramo de eletroeletrônica, foi a primeira a planejar sua produção em plano mundial. Nessa empresa ocorreu a primeira greve contra a reestruturação produtiva na Zona Sul. Embora os trabalhadores ainda não conhecessem esse processo de planejamento mundial da produção e não acreditassem que a empresa iria fechar o patrimônio em São Paulo para transferir-se para Manaus, houve muita luta, os trabalhadores "deitaram em frente dos ônibus. Foi uma greve muito combativa. (...) se dependesse da combatividade seria uma luta vitoriosa." Nessa greve se destacou o operário Chico Gordo, liderança ligada ao MOSMSP [275]

Quanto ao trabalho de formação e na fábrica, o MOSMSP fez jus à sua infra-estrutura própria. Nesta pesquisa, além de ser encontrado vasto material específico da organização distribuído nas fábricas, percebeu-se que o MOSMSP também

[273] João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário geral da Força Sindical, Juruna, entrevista de cit..
[274] Conforme Cadastro Senai 1985, banco de dados cit.
[275] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

desenvolvia cursos de formação dos operários. Em 1987, a organização ministrou curso aos trabalhadores com o objetivo de ensinar "a falar, apresentar suas idéias de maneira que elas sejam melhor compreendidas", preparando o participante do curso para que pudesse melhor "contribuir para o trabalho diário de mobilização e organização dos companheiros nas fábricas, no bairro, nas interfábricas, no sindicato, etc." O curso foi ministrado durante um mês e tinha flexibilidade de horário de acordo com a disponibilidade do trabalhador e abordava:

> "as formas de organização, a consciência dos trabalhadores desde o surgimento da classe operária; como nasceu e como funciona a organização sindical no Brasil; Como os trabalhadores brasileiros participam da luta política hoje; as lutas atuais, a organização e o futuro do movimento operário.".[276]

Embora não se tenha encontrado materiais específicos do PC do B para as fábricas, foram encontrados dois documentos sobre a greve da Villares distribuídos pelo partido e assinados por Aurélio Peres, deputado operário e pelo presidente de seu diretório em Santo Amaro, Gilberto Natalini,[277] em apoio aos grevistas:

> "Trazemos aqui a nossa solidariedade e o mais restrita apoio as reivindicações de vocês:
> Pelo aumento real de salários para todos e equiparação salarial!
> Por melhores condições no refeitório!
> Pela estabilidade no emprego!
> Pelas 40h semanais!"[278]

Outro panfleto intitulado "Ilegal é a Exploração!!!" protestava contra, criticava a Justiça do trabalho por declarar a greve ilegal e defendia algumas bandeiras da luta política, como pode ser observado abaixo:

> "As reivindicações dos companheiros da Villares são mais do que justas e legítimas. O movimento grevista tem sido vitorioso pela unidade e disposição da luta de cada um.
> No entanto, a intransigência dos patrões, a arbitrariedade da lei e a Justiça do Trabalho comandada pela classe patronal, decretaram ilegal a greve da Villares. Mas a nossa luta pelos nossos direitos é

---

[276]Questionário "Curso de imprensa operária e de capacitação política e sindical." Com carimbo do CPV 18/8/87. CPV ,Pasta trabalhadores Metalúrgicos São Paulo, SP, fábricas Villares – Periódicos.
[277] Poucos anos depois Natalini se transformou em quadro do PSDB.
[278] Não há data no panfleto, que está com o carimbo do Setor de Documentação do CPV de 18 de agosto de 1987. Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.

> correto e legítimo, não abrimos mão das reivindicações mesmo sabendo que essa Justiça do Trabalho é patronal e a Lei de Greve é fascista, sendo utilizada contra os trabalhadores.
> A classe operária saberá dar a respostas que os exploradores merecem!
> Trazemos aqui nosso total e irrestrito apoio à luta dos companheiros da Villares e nosso repúdio a mais esta injustiça praticada contra a classe operária!
> Somente com a verdadeira democratização do país, a mudança profunda na legislação fascista, através da assembléia nacional constituinte livre e soberana e a organização independente combativa da classe operária poderemos impedir os golpes do Governo e dos patrões contra a nossa luta!
> Pelo imediato atendimento das reivindicações dos trabalhadores da Villares!
> Pelo direito irrestrito de greve!
> Pela autonomia sindical!
> Pela assembléia nacional constituinte democrática progressista!
> Viva a luta da classe operária."[279]

Para um operário ligado à pastoral operária, os militantes das organizações de esquerda não possuíam a liberdade de ação e reflexão que os da Igreja possuíam. Estes tinham a liberdade de ver a situação concreta, refletir sobre ela. Já os militantes ligados às organizações marxistas, quando iam para a atividade com os trabalhadores, iam apenas para executar as decisões que foram tomadas em suas organizações, não procuravam ouvir os companheiros de trabalho no sentido de ver qual ação, reivindicação estaria mais adaptada às condições, ou o que atenderia melhor às necessidades do conjunto envolvido. Tinha que executar aquilo que lhe fora passado para fazer,

> "não tem que trabalhar consciência, se você tem a verdade para trabalhar (...)? Você não precisa pensar, só a organização tem a verdade, você vai lá se mata, faz. Tem a verdade tirada do marxismo, visão correta de como deve ser o processo revolucionário."[280]

[279] Não há data no panfleto, que está com o carimbo do Setor de Documentação do CPV de 18 de agosto de 1987. Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.
[280] Nelson Kokiti, 2007, entrevista concedida à autora cit.

Mas, o operário também afirmou que os militantes de correntes ligadas à Igreja estavam errados no seu método, iam para o outro extremo, não tinha direcionamento para atividade sindical "O pessoal ligado a Igreja era mais flexível, era basista, eu era um basista. Isto era um outro problema, não tínhamos essa formulação político ideológica. A gente ficava muito ouvindo o povo, bom, mas ouvir o povo para ir para onde?"[281]

Para ele, a oposição queria ter trabalhadores que a apoiassem, mas a formação da consciência dos trabalhadores não era uma questão importante, o importante era ter trabalhadores, "não importava muito qual o nível de consciência," fazia-se amizade, não importando muito qual o nível de consciência do trabalhador. Afirma também que os trabalhadores eram conquistados através de pequenos favores:

> "(...) a mãe de fulano está doente, vamos resolver isto.... Esse foi o grande problema para a comissão de fábrica. (...) A comissão fez muita coisa, muita luta. Agora do ponto de vista de consciência que poderíamos ter trabalhado, pouca coisa. (...) fazia um pequeno favorzinho e depois levava a pessoa para votar. Criar vínculo (...), resolviam um monte de problemas pessoais, não faziam um trabalho de elevar o nível de consciência. (...) era uma aproximação complicada, a partir só de interesses pessoais, não de interesse da coletividade e do significado daquela organização, do conjunto do movimento dos trabalhadores."[282]

Quando Medeiros assumiu a Presidência do Sindicato, passou a disputar as fábricas através de um marketing apelidado de "Décio Malho":

> "Estamos por dentro das fábricas.... os diretores do sindicato foram colher as denúncias sobre as condições de trabalho nas portas das fábricas ...Aqui nossos diretores dão uma de "Décio Malho" e vão à porta das fábricas investigar o que esta ocorrendo..."[283]

---

[281] Nelson Kokiti, 2007, entrevista concedida à autora cit..
[282] Nelson Kokiti entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[283] "O Metalúrgico" março de 1980' no. 275. p.4.É importante assinalar que a elaboração do jornal e dos documentos boletins etc, do Sindicato tinha assessoria técnica e Política da OBORÉ Editorial Ltda. entidade ligada ao PCB durante Período. Apud Nogueira, Arnaldo José F. M 1990, op. cit. p. 118.

"A dinâmica do Processo de aproximação do Sindicato à fábrica começava com as reclamações dos metalúrgicos na fábrica, transmitidas ao diretor ou representante do Sindicato. Este, por sua vez, encaminhava o problema ao repórter "Décio Malho" que organizava a informação para denúncia no jornal `O Metalúrgico" ou boletim do Sindicato, retornando à fábrica com a promessa de que providências seriam tomadas. Os passos eram os seguintes: Reclamações da base na fábrica; Presença do diretor do Sindicato: Repórter "Décio Malho": Denúncia no Jornal ou Boletim do Sindicato; Retorno à fábrica com promessa de providências do Sindicato: Negociação com a empresa, outras ações do Sindicato; Registro dos resultados e Retorno da informação à fábrica."[284]

O começo da década de 1980 caracterizou-se principalmente pela crise de desemprego, pela disputa das correntes sindicais e pela mudança da forma de controle do sindicato, que se aproveitou da incapacidade de união das correntes de esquerda e do método de trabalho desenvolvido nas fábricas com os operários.

A luta entre capital e trabalho se intensificou e os patrões que já não conseguiam controlar a classe com os mecanismos da repressão dos tenebrosos anos de ditadura, buscaram novas formas de controle.

Por outro lado, as outras correntes sindicais de oposição buscavam construir seus espaços. Foi um período em que o poder mudava no país e as organizações políticas ideológicas, desestruturadas durante o Redime Militar, buscaram se reestruturar, esta dinâmica que se refletiu com intensidade no movimento sindical.

Durante esta década, a relação da Diretoria do Sindicato com as fábricas passou por um processo de mudança denominado por Nogueira de “renovação conservadora”.[285] No início, o Sindicato estava fora das fábricas. Quando Joaquinzão

[284] Nogueira, Arnaldo José F. M 1990, op. cit. p. 119.
[285] Nogueira, Arnaldo José F. M 1990, op. cit.

aliou-se ao PCB passou a ter certa inserção. Medeiros, já no final da década, passou a disputar as fábricas com as correntes de esquerda, e, nesta luta por espaço, passou a defender as reivindicações dos trabalhadores para criar uma base de apoio.

O MOSMSP, com sua infra-estrutura, possuía um trabalho próprio dentro das fábricas da Zona Sul. Atuava nas Comissões de Fábrica. Além disso, propagava suas idéias através dos materiais para as Fábricas, diferenciava-se das demais correntes de oposição sindical. No entanto, nas Comissões de Fábrica existiam outras correntes de oposição, a da MWM, por exemplo, chegou a ser chamada de "caldeirão ideológico".

O MOSMSP, em sua linha de atuação, não aceitava aliança com outras correntes ligadas aos Partidos Comunistas e, na luta contra o Sindicato, pregava outra estrutura, destacava-se por desenvolver trabalho nas fábricas. A situação da mulher operária na década de 1980 era de exploração e desrespeito. Ao receber salário menor que o dos homens era tratada como trabalhadora de segunda classe, ao sofrer assédio sexual, muitas vezes calava-se por medo de perder o emprego. Nem ao banheiro tinha o direito de ir caso ficasse menstruada.

A mulher não detinha grandes espaços na luta sindical, com raras exceções ocupava diretorias sindicais, ou seja, não tinha, no universo do Sindicato, um reflexo de sua realidade, pode-se dizer que Sindicato era coisa quase que exclusivamente de homem neste período.

Nesta época, foi encontrado material em que o Sindicato, na gestão de 1984 a 1987, começou a enfocar a questão após um Congresso de Mulheres Operárias. Como decorrência deste Congresso, o Sindicato passou a tomar algumas medidas de enfrentamento da questão da mulher trabalhadora.

Quanto à corrente ligada ao PC do B, este trabalho constatou incongruências, como, por exemplo, o fato de somente ter sido encontrado material voltado para a atuação sindical, de assinatura do médico, então presidente do partido na Zona Sul, Gilberto Natalini, que mais tarde, veio a ser conhecido como um quadro importante do PSDB, partido que implantou a política neoliberal. Não se questiona aqui a migração ideológica do médico subscritor do material, mas a ausência do atuante núcleo operário daquela organização na elaboração e na autoria dos materiais encontrados.

De um modo geral, observou-se que as correntes de esquerda não conseguiram trabalhar em conjunto para unificar as forças necessárias à derrota dos pelegos no Sindicato. O momento estava propício a mudanças, pois a ditadura estava enfraquecida e havia um processo de democratização no país. O movimento poderia avançar na luta contra o peleguismo, mas a divisão no movimento sindical entre as forças de esquerda, ainda na oposição, se aprofundava e, como conseqüência, o maior Sindicato da América Latina, continuou em mãos dos aliados dos patrões. Ressalta-se que, com a renovação conservadora, os pelegos passaram a usar os mesmos métodos de trabalho da esquerda, para com ela disputar a base metalúrgica nas fábricas.

Alguns depoimentos mostram que o método utilizado pelo sindicato pelego, de delação de sindicalistas, foi, muitas vezes, utilizado de forma indireta pela oposição sindical, pois uma corrente que via entrar na fábrica onde desenvolvia seu trabalho, um membro de outra corrente buscava “rifá-lo”.

As contradições do movimento, neste período, não se encerram neste contexto. Além das contradições existentes entre o capital e o trabalho havia também as contradições geradas no seio das fileiras do trabalho, muitas delas importadas da experiência da luta de outros países, sem o conhecimento necessário de suas

causas. Estas contradições foram muito bem exploradas pelos representantes pelegos.

Os metalúrgicos, em sua maioria, possuíam baixo nível de escolaridade, apenas 15% eram qualificados, e, com este nível de conhecimento, não tiveram a possibilidade de entender o conjunto de interferências presentes no seio de sua classe naquele momento histórico. Sempre lutaram heroicamente, mas, por não haverem entendido as questões centrais da luta e identificado os verdadeiros inimigos de classe, não os enfrentaram corretamente. Mesmo não faltando combatividade às suas lideranças.

Estes fatores fizeram com que os “oportunistas” pudessem agir livremente para ganhar e manter o Sindicato. A experiência da gestão em que parcela das correntes de esquerda, mesmo compondo com os pelegos, estiveram no Sindicato, Gestão 1984 a 1987, demonstrou a importância deste instrumento na luta da categoria.

Os trabalhadores da Zona Sul haviam demonstrado combatividade nos diversos períodos de luta. Durante o Regime Militar lutaram heroicamente e, apesar das várias correntes distintas de pensamento, mantiveram-se unidos, tanto que conseguiram se organizar, mesmo com a repressão nas fábricas e no Sindicato. A falta de unificação nas suas lutas, em especial para a disputa sindical, a enfraqueceu.

Neste período, a reestrurução produtiva que iria marcar as relações do trabalho, já se iniciava sem que as correntes de oposição percebessem. Não havia debate claro das idéias sobre o conjunto dos problemas da classe. As várias correntes estavam preocupadas em ter “quem apoiasse seus grupos” e não se preocupavam em elevar o nível de consciência dos trabalhadores. Estabeleciam relações baseadas em interesses pessoais. Havia também a utilização de rótulos, acusações para afastar os trabalhadores das outras correntes. Aurélio Peres, por

exemplo, após ter sido eleito deputado federal, foi acusado de traidor da classe e de burguês e também sofreu com o anticomunismo que grassava nas correntes originárias da Igreja.

As correntes de oposição agiam na defesa dos interesses dos metalúrgicos, possuíam idéias diferentes sobre as soluções dos problemas. Contudo, o local privilegiado para o debate das divergências seria o Sindicato. Mas estava repleto de agentes, primeiro os da repressão, depois os do próprio Sindicado.

O tão evitado debate coletivo das diversas correntes junto à categoria poderia fazer com que houvesse avanço de consciência entre os trabalhadores. Poderia quebrar o sectarismo reinante e levar as correntes à superação de estreitezas e de limites. Mais ainda, poderia demonstrar a importância de ouvir. Não somente que os trabalhadores ouvissem as lideranças de suas correntes, mas que ouvissem outros pontos de vista sobre o capitalismo, sobre a exploração, sobre o processo produtivo, sobre a luta de classe, enfim, sobre as questões gerais que os cercavam, ou seja, poderiam os católicos e as diversas correntes comunistas ver o quanto estavam estreitados em suas visões.

Divergências surgidas das lutas de classe de outros países, dentro das condições em que se descortinaram no movimento operário, provavelmente não foram devidamente consideradas pelas lideranças e pela própria categoria.

Os militantes das diversas correntes de oposição eram realmente comprometidos com a causa que defendiam. No entanto, os métodos de trabalho favoreceram o surgimento e possibilitaram que oportunistas crescessem no seio da categoria. A falta do debate claro de idéias, substituído pela política de busca de apoio dissociada do debate político tirou da oposição sindical, seu diferencial de luta e afastou-a do terreno que lhe era favorável.

Na política do clientelismo e do assistencialismo, as classes dominantes e seus prepostos na luta sindical, atuavam em campo que lhe era historicamente propício, pois sempre se relacionaram com a classe trabalhadora por meio de pequenos favores e de relações pessoais. Assim, para se perpetuar no poder, desenvolveram o hábito de corromper as lideranças suscetíveis.

Já na Presidência do Sindicato, Medeiros, enxertado no seio da classe operária, na Zona Sul, através do PCB, suplantou o peleguismo tradicional do sindicato e o transformou em uma trincheira aberta a serviço do capital. Para tal, utilizou toda estrutura do Sindicato, tal como o clube de campo e outros espaços na companhia da Diretoria. Entendia que nestas ocasiões de festividades e de cursos, o dia para o operário seria muito diferente do monótono, repetitivo e suado tempo que passava à frente das máquinas dentro da fábrica.

Além disso, montou um marketing de "solução dos problemas dos operários" com a colheita de suas queixas imediatas. Os Diretores iam às portas das fábricas, recebiam denúncias dos "probleminhas" dos trabalhadores, publicavam-nas no jornal do sindicato e voltavam à fábrica prometendo solução. Na surdina, negociavam com a empresa e os resultados eram publicados para capitalizar a imagem da Diretoria junto ao trabalhador com baixo nível de entendimento. Para este trabalhador, o Sindicato estava defendo arduamente seus interesses. Com esta fórmula, a base de apoio da Diretoria e de Medeiros estava garantida.

Neste compasso, as correntes da oposição se debatiam, o MOSMSP negava-se a fazer aliança com outras correntes de esquerda comprometidas com os trabalhadores, o PC do B tinha na direção da Zona Sul (eminentemente operária) um médico. O caso do PCB foi ainda mais grave, a organização introduziu no movimento o seu maior algoz, elemento que, aproveitando-se do despreparo da categoria,

suplantou o peleguismo tradicional do sindicato e o transformou em uma trincheira aberta a serviço do capital.

Capítulo IV – As Divergências Entre as Correntes e as Eleições Sindicais

Havia, nas fábricas da Zona Sul, sindicalistas de oposição das mais diversas correntes: PCB, POC, ALN. O PC do B antes das greves tinha uma política de "fingir-se de morto, não abriam de jeito nenhum que eram organizados." "Sabia-se que existia gente do PCB na fábrica, mas não iam às reuniões."[286]

As divergências entre estas várias correntes de oposição existiram desde o início do trabalho coletivo destas correntes.

> "O movimento de oposição Sindical que existia, era rachado desde o início. Os vários grupos de oposição representavam os vários grupos políticos existentes (...), as diversas organizações estavam lá dentro"[287]

Na zona Sul, já em 1975, com o crescimento do número de ativistas da oposição oriundos dos trabalhos desenvolvidos nos grupos de fábrica, nas reuniões interfábricas e nos bairros, foi pensado em disputar a diretoria do Sindicato. Com a aproximação das eleições sindicais, dezenas de militantes de oposição de diversas fábricas se reuniram, buscando lançar uma chapa única para concorrer às eleições no meio do ano. Os militantes reuniram representantes de 15 fábricas, dentre elas: a Caterpillar, a Metal Leve, a Villares, a Massey e a Ingersol. Fizeram uma preparação longa, garantiram dezessete nomes possíveis para concorrer. Os militantes da Zona Leste, no entanto, foram contra a idéia, alegaram que não havia condições da oposição lançar chapa porque os nomes daquela região não poderiam concorrer porque se encontravam "queimados" em decorrência das prisões de 1974. Apesar da alegação ser objetiva, a causa desse veto ocorria porque os militantes da Zona Leste eram os mais antigos e históricos; coordenavam, então, as atividades da

---

[286] Nelson Kokiti, 2007, entrevista, concedida à autora, cit.
[287] Nelson Kokiti 2007, entrevista, concedida à autora, cit.

oposição. Os da Zona Sul, que haviam surgido do "crescimento das lutas operárias, articulação de interfábricas, movimentos populares", eram militantes novos e os antigos não confiavam.[288]

Estas divergências podem se constatadas no depoimento de um operário:

> "Então não tinha uma confiança recíproca entre os fundadores da Oposição (os elementos mais antigos) e esse pessoal novo nascido de lutas, dos embates de 73, 74 e mesmo 75, não tinha uma confiança recíproca de que um não era pelego e o outro não era porraloca. Quando foi a época de formar a chapa, houve uma negativa dos elementos mais velhos de querer deixar aparecer uma chapa que fosse composta substancialmente pelo pessoal mais novo. Os mais velhos tinham impossibilidade de concorrer devido à falta de atestado ideológico. Então, houve um boicote do pessoal mais velho em deixar sair uma chapa naquele momento"[289]

Mas, para Aurélio Peres, que também era dos velhos e que também fora preso, não houve o lançamento de chapa porque aqueles que defendiam essa posição não tiveram força suficiente para fazê-lo.[290]

Embora os sindicalistas de oposição da Zona Sul não tenham conseguido lançar a chapa para concorrer às eleições, o esforço desenvolvido possibilitou a reorganização da oposição naquele mesmo ano. Outra coordenação foi eleita, com militantes novos, gerados nas lutas daquele período (de 1973 a 1975), que dividiam a coordenação com "os históricos", os militantes da década anterior. A Coordenação era composta por oito componentes da Zona Leste e por oito componentes da Zona Sul. Os critérios para a organização dos seus setores passaram a ser "de concentração operária e não mais critérios que tinham como referência os trabalhos da Pastoral"[291].

Toda a oposição naquela época era afastada do Sindicato, porque muitos operários foram presos e até mortos nos duros anos da Ditadura Militar. Para eles, ir

---

[288] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p.p. 292/293.
[289] Depoimento de um operário concedida a Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 293.
[290] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit,.
[291] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 258 e 293.

ao Sindicato significava ir a um local arriscado, como pode ser observado nas palavras de um operário:

> "Havia os interventores e a vigilância que o DOPS fazia nas unidades sindicais", "(...) as lideranças ficaram com medo de atuar no sindicato." Para não serem presas ao saírem da "assembléia do sindicato todo mundo tinha que vir em grupos para casa, (...), a orientação (era) 'ninguém sai sozinho**,** todos em grupos', aconteceu que mesmo o pessoal que defendia a linha sindical, acabou aderindo à tese de ficar só nas fábricas e nos bairros e não nos sindicatos."[292]

Além da atuação da repressão dentro do Sindicato, este fazia também a denúncia dos sindicalistas de oposição aos patrões, como se pode observar com esse depoimento: "eu perdi um emprego muito importante porque fui denunciado pelo sindicato (...).Eu perdi o emprego da Metal Leve, por causa de denuncia do pessoal do sindicato, muito mais pelo secretário da diretoria que era um funcionário da Metal Leve."[293]

Se o Sindicato era local arriscado, nas fábricas havia as comissões clandestinas, compostas por grupos de operários que se reuniam fora, na interfábricas. Em espaço da Igreja era preparada toda a atividade sindical, que funcionava como uma organização paralela ao Sindicato, como evidencia o depoimento de um operário:

> "Sempre que tinha uma campanha salarial, na assembléia do sindicato era eleita uma comissão de negociação onde você colocava algumas pessoas da fábrica para participar da comissão de negociação, quem ia fazer parte da comissão de negociação se afastava do serviço, não me lembro quanto tempo, ia nas reuniões da FIESP, nas assembléias da categoria falava." (...)" Era quem iria ser indicado para representar, discutia tudo. Quem ia "prestava contas, esse trabalho que era feito clandestino, paralelo ao sindicato."[294]

Além desta vivência, fruto das condições impostas pela Ditadura, os sindicalistas de oposição sofriam influência das comissões operárias da Espanha.[295]

---

[292] Wagner de Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[293] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[294] Wagner de Almeida, 2005 entrevista, concedida à autora, cit.
[295] Wagner de Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit. e entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

Isto levou a um sindicalismo paralelo, como explicita um trabalhador: "acabou descambando um pouco pra aquilo que é o sindicato paralelo."[296]

Articulado com o movimento sindical, crescia o movimento nos bairros periféricos, como, por volta de 1976, o Movimento do Custo de Vida nos bairros,[297] em que agiam as diversas correntes, sob a proteção da Igreja Católica. As correntes que atuavam na semiclandestinidade sabiam que a Igreja era a única instituição, nesse período, que poderia dar proteção às pessoas perseguidas pelo regime. Um operário relata que isso não significava que ela tenha dado cobertura, pois esse "guarda-chuva" "foi muito mais em tolerar do que propriamente estimular, ela tolerou e sabia que" diversas correntes inclusive marxistas estavam usando sua estrutura.[298] Mas, esta posição começou a mudar, segundo o mesmo operário, quando a Igreja percebeu "que o movimento de bairro também ganhou uma expressão maior, e ela começou a perceber que poderia perder a direção."[299]

Nessa época, vigorava o arrocho salarial, não havia nenhum aumento real de salário, mas apenas a reposição da inflação com índices do governo. A categoria que vinha a muito arrochada, começou a lutar por aumento durante as campanhas salariais. Nas propostas levadas para a Assembléia do Sindicato havia sempre divergências dentro das oposições, que, contudo, agiam conjuntamente.

---

[296] Wagner de Almeida, 2005 entrevista, concedida à autora, cit.

[297] " O movimento de bairro abriu as portas para o movimento sindical, exatamente no período que a repressão bateu duro." Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

[298] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

[299] "o movimento ganhou uma outra dimensão e principalmente a corrente do PC do B começou a jogar um peso muito importante nesse trabalho. Porque apareceu aí o pessoal do PC do B mesmo, o pessoal da Freguesia do Ó e eles até deram uma contribuição boa, uma contribuição muito valiosa, porque a idéia do baixo assinado saiu deles e depois na organização desse baixo assinado, aquele a baixo assinado famoso que arredondou na assembléia da catedral, então eu acho que com a entrada do PC do B e essa virada de todas as correntes que começaram a seguir o movimento de bairros, a igreja deu essa recuada." Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

Um operário lembra que:

> "uns propunham: 'vamos colocar uns 10% a mais, pra ter um objetivo para se lutar e que não seja impossível de ser atendida e que derrubava o alicerce do arrocho salarial da Ditadura Militar'. Outros discordavam 'não, se for para lutar por 10% a mais, vai ter que fazer greve toda semana, a inflação já passou não sei de quanto, e não sei o quê, tatatá, aí defendia que tinha de ser 150%, outro já defendia 200%, porque barulho, 'um elemento desses grupelhos que defendia esses números malucos, é aquele (...) alemãozinho da Central Sindical que sempre apoiou o Fernando Henrique e Cia Limitada, ele era do grupo radical na época e ele trabalhou na Caterpillar.' Nesse período, 1976 e 1977 as assembléias não eram grandes. Os oradores da oposição se dividiam no microfone desde 1964 o trabalhador já perdeu tanto por cento.' Eram uns grupelhos, mas faziam muito e o sindicato simplesmente pedia 'alguma coisinha a mais sem fazer greve, sem nada." [300]

Lembra ainda que "Na greve de 78 tivemos um objetivo mais possível de ser defendido, de se lutar por ele."[301]

Preocupado com o crescimento da influência marxista, Dom Mauro Moreli, Bispo Auxiliar de São Paulo da Região Sul, chamou o responsável pela coordenação do movimento de bairro e questionou sobre a possibilidade do Coordenador perder o controle do movimento. O Coordenador respondeu "que estava tudo sob controle e que o dia que (…) percebesse que estava perdendo o controle (…) sairia da direção." Essa direção ficou com ele até sua eleição para deputado federal em 1978[302] O que o Bispo não sabia era que a influência marxista na pastoral se dava principalmente na figura do Coordenador a quem questionava.

As divergências existentes entre a CSC (Corrente Sindical Classista), nome dado posteriormente à corrente ligada ao PC do B e o MOSMSP não se aguçaram de repente. Segundo Vital Nolasco, por volta de 77/78, criou-se uma certa desconfiança desde um episódio, quando, um documento que deveria ser lido por

---

[300] Wagner de Almeida, 2005, entrevista cit.
[301] Wagner de Almeida, 2005, entrevista cit.
[302] Após a sua saída o "PC do B acabou assumindo a direção do Movimento de Custo de Vida e tocou para frente, mais a Igreja retirou o apoio." Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

Waldemar Rossi numa assembléia, não foi lido, mas somente distribuído. Este documento, cujo teor versava contra a política de arrocho salarial do governo, foi elaborado a partir de um levantamento feito por alguns técnicos do DIEESE e falava sobre a inflação real. Identificava, pela primeira vez, que os índices de inflação eram manipulados. Logo em seguida houve outro episódio, o surgimento do PT, que vinha embutido de uma forte postura anticomunista, "que não nasceu para fazer aliança com os comunistas, ele nasceu para combater os comunistas." Relata que até o surgimento do PT, atuavam todos em conjunto.[303]

Em 1978, houve uma importante eleição sindical. Nela, a Chapa 1 era formada pelos tradicionais diretores do Sindicato e encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, que vinha desde 1965 na presidência do Sindicato. Ela defendia suas realizações assistenciais e novas promessas: "Colônia de Férias, Ambulatório Médico, Ambulatório de Análises Clínicas e promessas de conclusões de obras, Centro de Lazer dos Metalúrgicos e Sede-Escola dos Metalúrgicos." Mas já apresentou na sua plataforma de campanha medidas que demonstravam consciência da necessidade de se renovar para manter-se na direção. Inseriu questões até então alheias a sua plataforma: "liberdade e autonomia sindical (...) 'contato com os companheiros associados nos locais de trabalho visando o aumento da sindicalização, bem como dar maior eficácia ao trabalho de formação das comissões de fábrica,'" questões que se tratavam de bandeiras das oposições.[304]

Embora quando apurados os votos e tenha a Chapa 1, de Joaquim dos Santos Andrade saída vencedora, segundo Faria, foi impossível avaliar os resultados objetivos das urnas, uma vez que as eleições ocorreram num clima de total irregularidade e de fraude:

> "urnas sem lacre, urnas que não cumpriam o itinerário das fábricas, não permissão aos fiscais, por parte dos mesários, de ficarem no

[303] Vital Nolasco, 2007, entrevista cit..
[304] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986 op. cit. p. 378, 379.

> local de votação, proibição de os fiscais assinalarem o lacre da urna, não exigência de identificação do votante em vários locais. "[305]
>
> Como relata um operário:
>
> "A eleição de 78 foi uma eleição completamente tumultuada, por que nesse período de crescimento que nóis vem falando houve uma portaria nova, o Ministério do Trabalho modificou uma portaria, baixou uma portaria aonde o presidente do sindicato é autoridade responsável pelo processo eleitoral... O pelego aceita toda a proposta e segura essa portaria pra se manter no poder. E pra nós foi ruim em termos de participação nois não tivemo acesso, assim nas eleições em termos de mesário. No segundo dia das eleição fomo obrigado a abandonar a eleição, assim em termos de acompanhamento, porque no primeiro dia não tivemo condição de acompanhar a grade, tava muito vista, aparelho de TV, rádio, jornal, acompanhava e chegavam urna sem lacre, sem tampa, sem cadeado, umas num tinha cadeado, outras tinha saído sem chave. E nóis não acompanhemo mais a fiscalização em sinal de protesto. A única coisa que a gente teve de fazer foi montar todo um esquema de denunciar a fraude, provar que existiu a fraude e tentar anular a eleição no auge da apuração. E conseguimo anular. Depois o Ministério do Trabalho dava a vitória pro Joaquim."[306]

Apesar de todas as irregularidades que levaram ao questionamento judicial do processo eleitoral "apuração é interrompida pelo procurador da Justiça do Trabalho, após a contagem de 36.538 votos, devido a evidências de fraude,"[307] Joaquim dos Santos Andrade foi empossado.

As correntes sindicais de oposição, unidas, estavam com grande penetração na categoria. O número de sindicalizados era muito baixo, além disso quem sindicalizava era a Diretoria, "porque as facções mais barulhentas do MOSMSP eram contra o sindicato enquanto instrumento de organização dos trabalhadores. Elas diziam que a estrutura sindical era a da carta de lavoro." Por isso, a sindicalização era combatida. Relata também que nem todas as correntes pensavam assim, havia as "que defendiam a participação no sindicato, que tinha que sindicalizar, que tinha que fazer as lutas partindo do nível de compreensão dos trabalhadores, colocando um objetivo para se lutar por ele e levar ele a participar do

---

[305] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986, op. cit. p.337.
[306] Faria, Hamilton José Barreto de, 1986, op. cit. p. 337.
[307] http://www.vermelho.org.br/museu/principios/figu31/31.8-luiz.anexo.htm.

sindicato e fazer a sua experiência, ter as greves, inclusive envolvendo o Sindicato"[308]. Segundo ele, estes sofriam ataques:"Se você falava em sindicalizar, você já era pelego." Havia ainda, parte da oposição que era contra a participação no sindicato, sendo que esta participação só era recomendável aos mais politizados "Porque eles tinham um pouco aquela mentalidade de sindicalizar só quem tivesse politizado."[309]

Relata ainda que havia uma parte da oposição, fortalecida pela Igreja, da Região Leste, que afirmava que "não tem que sindicalizar", o que deveria ser feito era "queimar esse sindicato que está aí." Continuando seu depoimento, o operário afirma que este segmento da oposição ia para as reuniões para desmoralizar o sindicato enquanto organização, não se tratava de desmoralizar somente a Diretoria[310].

Embora com divergências, as correntes de oposição trabalhavam juntas, assim, o movimento desencadeado com as greves de 1978 crescia. Este processo de crescimento foi interrompido com a intervenção de Dom Angélico, Bispo que assumiu a Pastoral Operária, e procurou separar a Pastoral das correntes marxistas, conforme as palavras de um operário:

"Veio em nome da Pastoral Operária, ele veio separar as águas um pouco.[311] achou que o movimento de oposição estava muito heterogêneo".[312] Ela havia se tornado "um guarda chuva de muitos grupos políticos." Dom Angélico então, buscou afastar as outras correntes de dentro da pastoral e, separar o que era igreja, do resto do movimento. Este momento "foi um grande divisor"[313].

---

[308] Wagner de Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[309] Aurélio Peres, 2006, entrevista, cit.
[310] Wagner de Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[311] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[312] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[313] Nelson Kokiti entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

Outro marco divisor do movimento sindical foi, segundo um operário da pastoral, o I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo,[314].realizado em 1979. Contudo, a idéia de cisão do movimento, conforme discorrido no capítulo II, somente ganhou força na Zona Sul após a morte do Coordenador da Pastoral, Santo Dias.

O operário lembra que esse Congresso "tentou enquadrar todas as pessoas em uma determinada linha", a linha do MOSMSP, afirmou que "nós da Pastoral Operária da Zona Sul, éramos diferentes, não entramos no MOSMSP e ficamos isolados. Quem foi para o MOSMSP foi mais o pessoal da Zona Leste."[315]

Relata ainda que a postura frente à entidade de classe ficou prejudicada, pois, como poderia "lutar com o sindicato, mas somos contra ou a favor a estrutura sindical?" [316], Outro metalúrgico conta que o que era propagado era que todos que se aproximavam do Sindicato eram pelegos, não importando sua posição mesmo que fosse de crítica à Diretoria e de defesa da Instituição.[317]

O operário Kokiti, relata que pensou, durante muito tempo, que fora a intervenção do Bispo Dom Angélico no movimento sindical, a responsável pelas profundas divisões da oposição,[318] mas mudou de opinião e agora, pensa que foi o MOSMSP ao transformar "o movimento de oposição" em uma instituição paralela, que dividiu o movimento sindical de oposição:

> "se estruturou como uma organização, com uma estrutura própria, com recursos, não recursos que o pessoal de fábrica dava, com recursos que vinha do exterior: o MOSMSP, um sindicato paralelo. A sede na Silveira Martins, outra (...), depois perto da Praça das Bandeiras. Alugaram um prédio inteiro com vários departamentos (...), mas era um pouco fora do que se pensava: sustentado pelos próprios trabalhadores. A organização deveria ser mais fluída porque nem todo mundo pensava igual e nós estávamos muito fragilizados

[314] Nelson Kokiti entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[315] Nelson Kokiti, entrevista, concedida à autora 2007, cit.
[316] Nelson Kokiti, entrevista, concedida à autora 2007, cit.
[317] Wagner de Almeida, 2005 entrevista, concedida à autora, cit.
[318] Nelson Kokiti entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

> pela Ditadura Militar. Então nós tínhamos que ter um espaço, que pudesse, mesmo que a gente não concordasse, participar todas as idéias, todas as correntes de oposição, foi aí que cortou. Mas eu também acho que a gente tinha muita debilidade, apesar de fazer este discurso, a gente também era muito basista."[319]
>
> "Nós rachamos naquela época, e a oposição continua já como uma entidade e não como um movimento. Como uma instituição, ficou muito complicado para ela lutar pela conquista do sindicato. Ela mesmo era sindicato."[320]

Embora criticando o fechamento às diversas idéias e o tempo de permanência das lideranças na fábrica: "Se pegar todos os militantes de oposição vai ver que permaneceram na fábrica pouco tempo, tem gente que ficou três meses na fábrica e virou coordenador da oposição." Kokiti defendeu que o trabalho realizado pelo MOSMSP: "foi bom," e falou que "foi muito competente o trabalho do Silva, do Neto e do Carlúcio" e o MOSMSP se tornou majoritário.[321]

Desde então, predominaram entre os trabalhadores da Zona Sul, as posições do MOSMSP. Esta organização era liderada na cidade "por Rossi, Hélio Bombardi, o Adalberto, Stanislau, o Anísio, (...) que ganharam força com a CUT, e o PT.", e da região, o Chico Gordo,"[322] liderança que se projetou na categoria com "a primeira greve contra a reestruturação produtiva que aconteceu na Zona Sul,(...) a greve da Telefunken. Ela foi tão importante que até surgiu uma grande liderança na categoria que foi o Chico Gordo."[323]

A partir do momento em que "grupos de ultra-esquerda começaram a ver a comissão como o embrião de um partido revolucionário:" a negociação com o patrão, que ocorria sempre dentro da lógica do capital, passou a ser problemática "não pode negociar, você está fazendo concessões à burguesia, com o patrão". Um operário

---

[319] Nelson Kokiti, 2007, entrevista concedida à autora, cit.
[320] Nelson Kokiti entrevista concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[321] Nelson Kokiti entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit. e Nelson Kokiti, 2007, entrevista, concedida à autora, cit.
[322] Wagner de Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[323] Entrevista de Nelson Kokiti, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

conta que, para estes grupos, quem estivesse negociando com os patrões, era estigmatizado para o conjunto dos trabalhadores, como pelego e traidor, "porque na visão deles, seria criado o verdadeiro partido da classe operária a partir da comissão de fábrica," como o embrião de um partido[324]

A participação dos trabalhadores nas assembléias sindicais era pequena, a Sede do Sindicato, local de ocorrência das assembléias, nunca lotava. Além disso, durante as assembléias, cerca de metade dos presentes era de aposentados, que votavam sempre com a diretoria, eram suas bases de apoio.[325] Os aposentados apoiavam a diretoria:

> "porque as diretorias, principalmente do regime militar, fizeram o sindicato deixar de ser um órgão de luta porque não podia lutar, e passou a ser um órgão assistencial e toda a diretoria que abraçou isso, levou isso para os operários, é claro que nenhum operário vai rejeitar isso e o aposentado muito menos, afinal ele não está mais na ativa, não tem mais força de luta, não tem mais como reivindicar, então a única coisa que sobra para ele é receber a proteção da diretoria do sindicato e o que ele pode retribuir é apoiar. Qualquer diretoria mesmo da oposição que entrasse, teria como obrigação continuar com esse trabalho, porque era realmente uma necessidade, e talvez tenha sido até um erro algumas correntes sindicais terem radicalizado nesse sentido, em dizer que iriam acabar com a assistência médica e com tudo isso, porque o sindicato não era INPS, (...). Além disso, predominava a mentalidade de sindicalizar só quem tivesse politizado." [326]

Manter-se no emprego era outro problema para os ativistas da oposição, já que os patrões demitiam os trabalhadores grevistas, pois as greves sempre foram ameaça aos seus lucros e interesses, as lideranças eram perseguidas. Um metalúrgico afirma que para voltar a trabalhar em novo emprego, os sindicalistas de oposição precisavam tomar certos cuidados, principalmente no período de experiência, "trabalhar de certa forma na clandestinidade." Mas, para um ativista

---

[324] Wagner de Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.
[325] Wagner de Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.
[326] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

ligado ao PC do B isso nem sempre era possível por causa da delação de elementos da Diretoria do Sindicato. Ele conta que estava trabalhando em uma empresa boa, mas pequena, quando conseguiu vaga para ser contratado na Villares. Pediu então demissão "porque a Villares tinha aqueles milhares de trabalhadores e eu sentia saudades de estar no meio de uma massa compacta" e era uma fábrica importante. Já na Villares, conta que, cruzou com um Diretor do Sindicato que também trabalhava lá. Este então, ao ver seu "novo colega de trabalho" o olhou com a cara fechada. Posteriormente, foi a uma Assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos na Zona Sul, naquele momento, como ainda estava no período de experiência na empresa, ficou no fundo da assembléia, escondido:

> "(...) era um dos líderes da oposição, (...) ele lá do (...) falou pelo microfone, e estava lá um dos diretores do sindicato, o Cremilton, (...) que foi o interventor em 64 estava de olho nas lideranças da zona sul, aí o (...) falou assim: 'e lá, Wagner, na Villares é possível parar em solidariedade do ABC?[327]' No dia seguinte eu cheguei à fábrica e fui demitido, meus chefes todos caíram a cara, só faltaram chorar na minha frente, - Wagner, não sabemos como isso aconteceu, você era o cara que tava dando aqui mais certo no serviço. Eu falei, não precisa explicar, aí eu peguei um desemprego feio com isso, eu tinha pedido a conta em uma firma e fui demitido na experiência, acabou comigo, já visado e numa época já de desemprego, então olha só, foi (...) o cara da oposição que fez isso."[328]

Em outra ocasião, conta o mesmo operário, que estava trabalhando na Hyster,[329]

> ,"veio o cara da oposição sindical, (...) na máquina eu era novo na fabrica e ele era antigo e era ativista da oposição sindical, começou a discutir comigo e me atacar por causa da chapa 3, (...) o chefe vendo tudo, que ele discutia pra caramba comigo, quer dizer tava me queimando lá na frente do chefe." .[330]

---

[327] Naquele momento estavam ocorrendo grandes greves no ABC.
[328] Wagner de Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.
[329] A fábrica localizada na Avenida das Nações Unidas, local de maior concentração fabril da Zona Sul, era o momento em que fora lançada a Chapa 3, em 1981, chapa que tinha Aurélio Peres como candidato a presidente e representava parte do movimento de oposição.
[330] Wagner de Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.

O operário conta que, apesar de ter se mantido quieto, no primeiro corte demissional, foi mandado embora.[331]

O operário afirma ainda que, a social democracia fez, na Zona Sul,

> "uma intervenção muito pesada para tirar a influência dos comunistas mesmo do movimento operário, e vieram com um linguajar de esquerda, de ultra-esquerda, propondo um sindicalismo paralelo, atacando as alianças para derrubar a Ditadura Militar, falando que quem defendia a aliança era burguês, isso confundiu muito os operários, dividiu, aquelas comissões que tinha na fábrica, dividiu os ativistas mesmo"

Chegaram a impedir "Aurélio Peres, deputado federal operário e liderança metalúrgica reconhecida, de entrar na Igreja do Socorro para uma assembléia dos metalúrgicos da oposição.[332] Um outro operário afirma que "Era um briga de foice no escuro. Era uma disputa pela liderança e muita disputa por posições."[333]

Kokiti relata uma divergência de método entre a atuação dos comunistas (PC do B e Trotiskistas) e a atuação da Igreja, pois, para esta, qualquer ação dependia das massas, "qualquer ação você deve ir saber delas o que fazer. Os marxistas e os trotskistas defendem que há a vanguarda e esta dirige". Kokiti, ao exemplificar esta divergência, conta que certa vez uma empresa chamou a Comissão de Fábrica e disse que iria demitir trezentos trabalhadores. Assim, numa reunião da Comissão de Fábrica, propôs fazer uma caravana pelas seções para comunicar aos trabalhadores da demissão da empresa.[334]

Kokiti afirma que sua posição era a de informar e de ouvir os trabalhadores:

> "que a comissão fosse passando pelas seções e comunicando a proposta da empresa de demissão e colheríamos do pessoal qual a ação nós deveríamos fazer.
> (...) era sempre a minha idéia. Fazer uma assembléia e ver o que o pessoal estava pensando, para depois fazer alguma coisa." (...) "Mas os trotskistas e marxistas eram vanguarda, um afirmou 'Se a

[331] Wagner de Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.
[332] Wagner de Almeida, 2005, entrevista concedida à autora, cit.
[333] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[334] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

> empresa demitir faremos greve'. Enquanto eu ia perguntar ele já estava dizendo o que fazer..."[335]

Conta, ainda, que o outro, para demonstrar que também era vanguarda, que não poderia ficar para trás, disse:

> "Tem que ser uma greve de vinte dias." Para ele, havia uma "disputa (...) o tempo todo. Você queria fazer um processo mais democrático, já não dava. O outro vinha com uma idéia que estava certa. E então o outro para não ficar para trás e parecer menos radical, já tentava dizer além do que o outro disse (...)"[336]

Pelo relato deste operário, nota-se que as diversas correntes de oposição, transformavam os embates internos e o espaço de discussão deles, em espaço de disputa apenas de poder. Evidencia que não tinham maiores preocupações da busca de um debate ideológico que viabilizasse o entendimento de suas posições para a base da categoria.

Segundo Kokiti, a questão da formação da consciência crítica dos trabalhadores não era importante para as correntes de oposição, o importante era ter trabalhadores que votassem com a posição defendida. "Você era de determinado grupo e tinha uma assembléia para discutir não sei o que, então você pegava o pessoal da MWM, como era fácil de mobilizar, você levava para um churrasco e chope. Levava uns duzentos caras na assembléia e você mudava qualquer uma principalmente na oposição. Você queria decidir era assim que acontecia. (...) na verdade não importava muito qual o nível de consciência e se o cara estava acreditando no que ele votava ou não."[337]

Embora houvesse várias correntes na oposição, até a Oposição Metalúrgica de São Paulo ao se estruturar, transformar-se em MOSMSP, as discussões políticas ideológicas só ocorriam fechadas, apenas nos partidos políticos aos quais os

---

[335] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[336] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[337] Nelson entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

ativistas pertenciam. Em decorrência disso, poucos sindicalistas possuíam visão mais geral da luta. Como pode ser observado no depoimento do militante sindical:

> "As questões de associações, já é um instrumento de alguns grupos políticos que também estão corretos dentro da política deles. Na Zona Sul, do pessoal que ficou na oposição, apenas alguns possuíam essa visão, o Silva que tinha a associação dos trabalhadores, já veio com essa visão. Veio de Recife por volta de 1977, já tinha um certo núcleo e não encontra dificuldade de entrar nos grupos já formados. Ele tinha uma visão muito consolidada e nós tínhamos uma visão de movimento."[338]

Mas, o mesmo operário, continuando seu raciocínio, conclui que a corrente ligada à Igreja também cometia erros em sua opinião não tinha norte para a atividade: "O pessoal ligado a Igreja era mais flexível, era basista, eu era um basista. Isto era um outro problema, não tínhamos essa formulação político ideológica. A gente ficava muito ouvindo o povo, bom, mas ouvir o povo para ir para onde?"[339]

O operário Wagner Almeida relata que caso não houvesse ocorrido

> "essa intervenção política no meio da oposição aquele momento de ascenso da classe operária, no final da Ditadura militar ainda com um grande número de operariado, facilidade de encontrar emprego, poderia ter sido mais proveitos em termos de nós avançarmos na questão do sindicato e o sindicato teria tomado outro rumo".[340]

Em 1980, o Papa João Paulo II visitou o Brasil. Primeiro Papa a visitar o país,

> "levou uma multidão de 4,5 milhões de católicos e não católicos às ruas e mexeu com o Brasil (...). Durante os dias da visita, bancos e repartições públicas fecharam, teatros atrasaram os espetáculos e esquemas rodoviários foram alterados, Essa passagem de João Paulo II foi uma das maiores movimentações populares já registradas no país."[341]

---

[338] Nelson Kokiti, 2007, entrevista, concedida à autora, cit.
[339] Nelson Kokiti, 2007, entrevista, concedida à autora, cit.
[340] Wagner de Almeida, 2005 entrevista, concedida à autora, cit.
[341] Martins, Anita. Primeira visita de um papa ao Brasil foi em 1980. http://www.abril.com.br/noticia/diversao/no_229807.shtml. Retirada em 22/10/2007.

Durante a visita, no dia 3 de março, o Papa "falou no Morumbi para 200 mil operários" [342] e Waldemar Rossi saudou o Papa no evento, em nome dos trabalhadores do Brasil. Posteriormente, durante a campanha à eleição sindical do ano seguinte, diversos panfletos foram feitos contendo a foto de Rossi, então candidato a Presidente pelo MOSMSP, abraçado ao Sumo Pontífice. Neste material ainda podia-se ler trechos do discurso de Rossi feito no Estádio do Morumbi,.[343] Segundo Bernstein, foi o Papa quem exigiu falar aos trabalhadores no Brasil. [344]

Até as eleições, de 1981, todas as correntes de oposição, a Pastoral Operária, o PCB, o PC do B, o MR 8, trabalharam juntas na Oposição, com uma concepção paralela ao Sindicato.[345]

Segundo Batistoni,[346] na preparação das eleições de 1981 integravam uma frente eleitoral:

> "a OSM, os metalúrgicos do grupo Alternativa Sindical, da Pastoral Operária, dissidência 'prestista' do PCB, militantes vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Liberdade e Luta. (..) O esforço de unificação, contudo, não foi alcançado. O deputado eleito pelo MDB, vinculado ao PC do B, o ex-metalúrgico Aurélio Peres, lançou-se para presidência da chapa de oposição, com o apoio do jornal 'Tribuna de Debates', à revelia do Movimento Pró Chapa única, que ainda tentou uma reaproximação. Mas os representantes do seu grupo, rejeitavam o encaminhamento para votação da chapa em assembléia do conjunto das oposições, exigindo a indicação de Aurélio para 'cabeça' de chapa e mais sete cargos, além do veto de nomes de militantes da OSM. com a justificativa de que um sindicalismo forte exigia maior homogeneidade na composição de chapa e direção sindical. Desligando-se do movimento unitário e de seus mecanismos democráticos, estruturou-se a Chapa 3 - liderada por Aurélio Peres, com integrantes e apoio do PC do B"[347]

---

[342] Biografia Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns, OFM. http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=Dom+Mauro+Moreli+em+S%C3%A3o+Paulo+1976&meta=cr%3DcountryBR., Retirada em outubro de 2007.
[343] Panfletos Oposição Sindical Metalúrgica Santo Dias. Chapa 2. Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, Eleições 1981, Chapa 2.
[344] Bernstein, Carl e Politi, Marco Sua Santidade – João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo. Tradução de Côrtes, M. H. C. Ed. Objetiva Ltda, RJ, 1996, p 250.
[345] João Carlos Gonçalves – Juruna, entrevista cit.
[346] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 353.
[347] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. pp. 353 e 354.

Segundo um operário, havia uma postura de boicote e rotulações ao Deputado Federal e operário, Aurélio Peres, chegaram a barrar sua entrada em "assembléia dos metalúrgicos da oposição na Igreja do Socorro, afirmando que: 'ele não é mais operário, ele era burguês' ". Entre os que tomaram esta medida de boicote, segundo ele, encontrava-se o operário Chico Gordo que mais tarde, quando eleito deputado, em 1990, foi candidato à presidência do Sindicato numa chapa apoiada pela Corrente Sindical Classista.[348]

Na eleição de 1981, foi lançada a Chapa 2, que contava com todos os componentes da frente de oposição, com exceção da corrente de Aurélio Peres. Esta chapa tinha Waldemar Rossi candidato a presidente. A Chapa 1, chapa da Diretoria do Sindicato contava; além dos tradicionais pelegos, com a aliança com a Unidade Sindical, corrente sindical ligada ao PCB.[349] No primeiro escrutínio, a Chapa 1 obteve 21.303 votos, a Chapa 2, 15.456 votos, e a Chapa 3, 7.094 votos. No segundo escrutínio, a Chapa 1 sagrou-se vitoriosa com 22.697votos, enquanto a Chapa 2, teve 20.293 votos.

Para a oposição da Chapa 2, Aurélio Peres, além de haver dividido as oposições, foi o responsável pela derrota no segundo turno.[350]

Mas, segundo Aurélio, ele e sua corrente não pretendiam concorrer com uma chapa isolada. Sua corrente vinha participando e contribuindo com todo o processo de mobilização e organização da categoria. Conta que, como deputado e membro da oposição, queria participar de uma chapa que contasse com todas as correntes de oposição juntas, com Waldemar Rossi e com os outros. Pretendia participar da diretoria executiva, mas para iniciar a negociação da formação desta chapa, reivindicou a cabeça. Tal reivindicação serviria apenas para garantir o objetivo final

[348] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[349] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 354.
[350] Batistoni Maria Rosangela, 2001, op. cit. p. 356.

de ocupar “uma secretaria geral” onde “poderia desempenhar um papel muito importante principalmente sendo deputado.” No entanto, relata que foi impedido de entrar na reunião onde ocorria a negociação. “(...) eu não tive outra alternativa senão montar a minha chapa, porque eu fui excluído.”[351] Posteriormente, houve uma assembléia. Mas foi realizada “depois que eu já tinha sido vetado”. Conta que defendia a montagem de uma chapa de consenso para ganhar a eleição. Esta chapa contaria com a oposição e também com elementos pelegos.

Conforme seu depoimento, afirma que:

> “Se tivéssemos conseguido aproveitar essas rachaduras na chapa do Joaquinzão, nós teríamos ganhado a eleição. (...) a oposição poderia ter vencido, se nós tivéssemos montado essa chapa. A Chapa 3 foi montada com o apoio do PC do B e contou com esses elementos pelegos que tiraram votos do Joaquinzão, racharam fábricas na Zona Leste e Oeste que eram base dele.”[352].

Aurélio afirma ainda que, a divisão da oposição não foi causada por ele, tampouco a derrota em 1981. Para ele, quem dividiu a oposição foi quem não quis compor com sua corrente: “diziam que eu não tinha representação nenhuma no movimento, mas se eu não tivesse representação, eu não teria tido a votação que tive.” Segundo ele, o veto se deu sob a alegação de que “um parlamentar, eu, seria nocivo à chapa.” Mas, para ele, os sindicalistas da Chapa 2, queriam uma “chapa pura (...) que comungassem com as idéias deles”. Para o ex-deputado, neste contexto é que foi lançada a Chapa 3 “porque eu fui excluído. (...)existia aquela idéia pejorativa, de que o parlamentar não ajuda em nada, que era um elemento nocivo à categoria.”[353]

Relata que a Chapa 3 não foi composta apenas pela sua corrente: “A Chapa 3 ela concorreu praticamente sozinha, era do PC do B, alguns elementos de igreja e

[351] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[352] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[353] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.

forças independentes, nós não tivemos uma força organizada além do PC do B que apoiou a gente." Também, segundo ele, a Chapa contou com a participação de alguns pelegos que racharam com o Joaquinzão.[354] Conta que a Chapa 3 entrou na disputa sem ser levada a sério pelos pelegos, mas que, a certa altura da campanha, após uma pesquisa da diretoria, concluíram que constituíra uma ameaça e que passariam a combatê-la. A "pesquisa que o sindicato fez e dava chapa três na cabeça, (...) virou o poder de fogo contra nós, e nós não tivemos recursos suficientes para manter o nível da campanha" Relata, por fim que, apesar das dificuldades, teve uma votação expressiva.

No processo eleitoral de 1981, a Chapa 1, da situação, era encabeça novamente por Joaquinzão e contou com o apoio de algumas forças da oposição, como Cândido Hilário Garcia, o Bigode, do PCB, e Ubiraci Dantas, o Bira,do MR-8. Bira, na campanha de 1978, fora candidato pela Chapa 3. A Chapa 2, encabeçada por Waldemar Rossi, que já havia concorrido como candidato a presidente nas chapas de oposição em 1967 e 1972, era a chapa do MOSMSP. A Chapa 3, encabeçada por Aurélio Peres, era a Chapa do PC do B, que também contava com apoio de setores da então diretoria. Havia 54.273 trabalhadores em condições de voto. Participaram da eleição 46.175 metalúrgicos. Foram a 2º turno a Chapa 1 e a Chapa 2. A Chapa 3, neste turno, passou a apoiar e a fazer campanha para a Chapa 2, mas a Chapa 1 saiu vitoriosa.[355]

Nas eleições seguintes, de 1984, a última corrente de oposição que havia se separado do núcleo inicial, o PC do B, aliou-se a Joaquinzão. A Chapa 1, encabeçada por Joaquinzão, é composta também por Medeiros, que se intitula "independente", pelo MR-8, com a presença novamente de Bira e pelo PCdoB, com

[354] Aurélio Peres, 2006, entrevista cit.
[355] http://www.vermelho.org.br/museu/principios/figu31/31.8-luiz.anexo.htm. Retirado em 5 de outubro de 2007.

a indicação de Vital Nolasco. Havia também o apoio de "um setor ligado à Igreja", com a indicação de Juruna. "A Chapa 2 teve à frente Hélio Bombardi, da Pastoral Operária e unificou as diferentes tendências que na época formavam o PT e a CUT, com peso maior para o MOSMSP." O universo eleitoral era de 47.848 metalúrgicos, sendo que 42.774 votaram. A Chapa 1 ganhou.[356]

Vital Nolasco, Diretor dessa gestão pela corrente ligada ao PC do B, defendeu a aliança com a diretoria pelega afirmando que "o Joaquinzão estava desgastado e havia chance da oposição entrar no sindicato e posteriormente conquistá-lo. Este foi o caminho do Lula no ABC ainda durante o fascismo".[357] Continua:

> "(...) não dá para dizer que foi o mesmo processo, porque inclusive a época histórica é outra, quando se fez a chapa que entrou no sindicato de São Bernardo era ainda um processo em que a ditadura começava a abrir, um processo de abertura, mas foi em 1980, ainda o autoritarismo estava presente, mas em 1984 quando a gente compôs já foi no bojo da luta pelas diretas e essa coisa toda, mas a gente também reflete um pouco essa tática de você aproveitar os espaços, ocupa aquele espaço e tenta alargar mais, e foi com essa perspectiva que a gente entrou no sindicato, eu acho que isso foi positivo, pois logo em 1984 a gente realizou a 1ª greve geral aqui no Brasil e foi um sucesso aquela greve, ninguém pode contestar o que ela contribuiu para democratizar mais o país. Depois daquela greve geral eu não vi outra, só vi outras tentativas, mas não vi uma que parasse tudo. Você passava no centro da cidade e parecia um feriado, então de fato jogou-se o papel e nós todos participamos daquele processo quando a gente era da diretoria do sindicato. Teve grandes lutas naquele momento de 1984 a 1987, muita luta e muita greve aqui na região Sul. Chegamos a fazer grandes passeatas aqui para a campanha salarial pelas Nações Unidas, (...)"[358]

Para esse sindicalista, as correntes de esquerda estarem na Diretoria do Sindicato seria de fundamental importância. Dadas as características do parque industrial, que contava com inúmeros trabalhadores em pequenas empresas, que na Zona Sul eram cerca de 18%. Para ele, contar com o Sindicato significava ter o apoio das massas de trabalhadores da pequena empresa, nelas o patronato também

---

[356] http://www.vermelho.org.br/museu/principios/figu31/31.8-luiz.anexo.htm. Retirado em 5 de outubro de 2007.
[357] Vital Nolasco. 2007, entrevista cit.
[358] Vital Nolasco, 2007, entrevista cit.

atuava junto com o Sindicato e explica: quando surgia uma liderança, ela era logo identificada e demitida, a Diretoria do Sindicato procurava ter tudo sob controle, "nomeava as pessoas que eram influências do sindicato e elas tinham privilégios, regalias dentro da empresa." Então isso tudo foi criando uma base de apoio.

> "Trabalhador também não é besta, não vai apoiar o sindicato contra seus interesses de classe, não, mas é porque aquele pessoal que fazia o papel, ou a política do sindicato ou da diretoria dentro da fábrica era porque tinha regalia do patronato, Então faziam isso (...) Quando chegava dia de assembléia os patrões dispensavam o pessoal mais cedo. Lotava os ônibus, iam em caravana, (...) com o dia pago, para o sindicato. Então era patronal mesmo".[359]

Ter uma Diretoria ligada aos interesses dos trabalhadores ou ao menos parte dela, fazia, para o então Diretor, grande diferença para a luta em defesa dos interesses da categoria. No entanto, agora havia também o "independente" Antônio Medeiros. Para Aurélio, Medeiros "nunca foi metalúrgico, veio de para quedas, (...) era da aeronáutica ou alguma coisa assim, ele era homem que voava, veio pra cá, arrumou emprego, nunca foi operário, ele arrumou um emprego para fazer parte da diretoria,"[360] "foi na Gradiente, na Zona Sul."[361]

No Sindicato, os elementos de oposição concluíram no final do mandato que, em decorrência do trabalho realizado na categoria, "grandes lutas e muita greve aqui na região Sul. Chegamos a fazer grandes passeatas aqui para a campanha salarial pela Avenida das Nações Unidas." Haviam quebrado a hegemonia dos pelegos na categoria, portanto havia base de apoio para ganhar as eleições. Era um momento favorecido pelo processo de democratização, na época, tanto os metalúrgicos quanto outras categorias "tiveram muitas conquista, a redução da jornada de

---

[359] Vital Nolasco, 2007, entrevista cit.
[360] Aurélio Peres,2006, entrevista cit.
[361] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.

trabalho para 44 horas semanais, o aumento de salário."[362] Um Diretor afirmou, para ilustrar o momento,que quando "a diretoria assume havia 44.000 sócios, em 1987, após 3 anos, saltou para 148.000 sócios, isso fruto do trabalho desenvolvido e a constituição de novas comissões."[363]

O conjunto das correntes sindicais de esquerda, se somados a parte que integrava a Diretoria à parte da oposição, tinha a maior força base da categoria. Tanto havia membros da Diretoria do Sindicato com base em fábricas, quanto das Comissões de Fábrica dirigidas pelo MOSMSP. Os membros da diretoria que integravam as correntes de esquerda havia se destacado em muitas lutas, como as que reduziram a jornada de trabalho de 48 para 44 horas, as contra os decretos leis da trimestralidade. "Havia uma riqueza de trabalho,"[364] Mas, mais uma vez não atuou unificada, concorreu com duas chapas distintas.

Na CUT, duas posições para o encaminhamento do processo se debatiam. Por um lado, o MOSMSP defendia que a decisão da composição da chapa deveria ser tomada em "uma convenção de todos os metalúrgicos da CUT, excluídos os setores comprometidos com a diretoria do sindicato," e definia "o conjunto da militância cutista na categoria como a direção do processo eleitoral; a Assembléia Geral dos metalúrgicos da CUT, como o único fórum" de encaminhamento, debate e decisão da formação de chapa, de programa e coordenação de campanha. Por outro lado, a Alternativa Sindical defendia:

> "uma convenção de todos os metalúrgicos 'de oposição,' com possível incorporação dos setores, defendia "a formação de uma chapa com setores da diretoria com o 'grupo dos onze', chamado 'racha' da diretoria, membros do PDT, PC do B e PCB."[365]

---

[362] Vital Nolasco, 2007, entrevista cit.
[363] João Carlos Gonçalves –Juruna, entrevista cit.
[364] João Carlos Gonçalves –Juruna, entrevista cit.
[365] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 433.

Para o MOSMSP, essa composição teria “um custo impagável”. “Para setores majoritários da CUT e do PT, o MOSMSP impunha uma ‘política sectária, de hegemonia a qualquer custo,’ opunha-se a “uma tática de frente única contra Joaquim e Medeiros.” Viam a estratégia do MOSMSP baseada numa concepção que defendia “um sindicalismo socialista e revolucionário,’que resultaria em uma central partidarizada e ideológica.’ ”[366]

O processo de formação da Chapa 2 para concorrer às eleições de 1987 foi tenso e prolongado. Ampliou as divergências existentes dentro da CUT. Para o MOSMSP, este processo, feriu sua autonomia:

> “qualquer intervenção ‘de cima para baixo’ para solucionar dificuldades presentes na base de qualquer organismo operário sindical.” Para os sindicalistas do MOSMSP as “posições políticas classistas (...), sua expressividade no movimento operário e sindical e sua força impulsionadora na constituição da CUT pela Base, esteve na raiz das restrições (...) e sectarismo que sofreu (...) na CUT.”[367]

O MOSMSP, por sua vez, lutava para garantir a hegemonia de suas posições na condução do processo. Lutava contra a transformação da “unidade da CUT em eixo estratégico principal do processo eleitoral, secundarizando a atuação nas fábricas marca de sua linha e trajetória.”[368]

As duas posições lançaram chapas. Foi aprovada por aclamação em assembléia com cerca de 2000 metalúrgicos, a chapa 2, que contava com o apoio de mais de 160 Comissões de Fábrica, era composta pelos 11 diretores “dissidentes” em aliança com uma parcela da oposição Sindical. Era encabeçada por Lúcio Bellentani. da CUT, (o Lúcio da Ford). Contava ainda com um conselho deliberativo de 90 nomes, e garantia assim a representação da base, na forma de

---

[366] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 434.
[367] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 433.
[368] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 433.

ampliação da chapa. [369]

Após "uma pré-convenção, precedida de plenárias de fábricas e regionais para votação de região, fábricas" foi aprovada numa Assembléia com 917 metalúrgicos da CUT, uma Chapa 3, que contou com Carlúcio Castanha como candidato a presidente. A chapa era formada por treze nomes distribuídos, cuja composição refletia a participação das forças que a compunham: cerca de 54% dos cargos eram do MOSMSP (8 nomes), cerca de 35%, da Alternativa Sindical (3 nomes) e cerca de 11%, da Convergência Socialista (2 nomes). Esta chapa:

> "teve o apoio 'oficial' da CUT: a Plenária da direção nacional decidiu pelo apoio a Chapa Metalúrgicos da CUT, com a condição, acordada com os dois candidatos à presidência, de que a chapa com menor número de votos no 1°. escrutínio se retirasse do pleito. (...)No entanto, a chapa oficial era 'indesejável' e o apoio não passou de uma formalidade." [370]

A Chapa 1, Chapa oficial, tinha como presidente Luís Antônio Medeiros, que já era o presidente em exercício do Sindicato e contava com apoio de Joaquinzão e do MR-8. [371]

O Ministro do Trabalho, às vésperas dos dias das eleições, convocou as três chapas para "tratar de pendências eleitorais" demonstrando claramente a interferência do governo no processo. Por outro lado, o então presidente da FIESP, Mário Amato, via e temia o crescimento da CUT e declarava que a Central "não pode ganhar as próximas eleições no sindicato dos metalúrgicos. Sarney precisa ter uma atitude firme, porém, branda, perante esta questão"[372]

---

[369] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 438.
[370] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 438 e 439.
[371] Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p 487.
[372] Jornal Estado de São Paulo, 24/03/87, apud Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 439

Para a eleição, estavam aptos ao voto cerca de 78 mil trabalhadores, dos quais, aproximadamente 64.000 votaram. No primeiro escrutínio, a Chapa 1 recebeu 30.086 votos , a Chapa 2, 19.171 votos e a Chapa 3, 14. 879 votos. A soma dos votos das duas chapas de oposição totalizou 34.050 votos, ou seja, a maioria (50,02% dos votos válidos). No segundo escrutínio o número de votantes caiu para 59.648 e a chapa 2 recebeu apenas 25.858 votos, 43,35%. Luis Antônio Medeiros venceu com 33.790 votos, cerca de 56,64% do total.[373]

A Chapa 3, a menos votada, retirou-se do processo eleitoral no 2º turno e não transferiu os votos para a chapa 2, sob a alegação de que as "bases, que não aceitavam a saída da chapa 3 das eleições e muito menos qualquer apoio à chapa 2."[374]

Nessas eleições, não obstante a força majoritária das correntes de esquerda na categoria, além da disputa inicial cindida, houve negativa de aliança no 2º turno, não houve transferência de votos para a chapa que poderia vencer Medeiros, ou seja, que poderia impedir o processo de transformação do Sindicato em trincheira do capital.

Sem deixar de lado a importância eleitoral do apoio de parcela da CUT, o resultado da presença dos sindicalistas de esquerda na Diretoria pôde ser sentido no grande número de votos obtido pela Chapa 2. Segundo o então Diretor Juruna:

> "o pessoal da Chapa 2 havia feito um trabalho positivo. O pessoal do MOSMSP também tinha trabalho, mas o Medeiros ganha por causa de estarmos divididos. (...) Se a Chapa 2 tivesse ganhado o sindicato seria outro. Mas quem venceu foi a chapa 1, ligada ao Medeiros Há quem diga que São Bernardo jogou nas duas chapas para tirar possíveis opositores, porque o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é o maior sindicato da América Latina".[375]

---

[373] Cálculos a partir de dados de Batistoni, M. R. 2001, op. cit. p. 440 e http://www.vermelho.org.br/museu/principios/figu31/31.8-luiz.anexo.htm. Retirado em 5 de outubro de 2007.
[374] Batistoni, Maria Rosangela op. cit. 2001, p. 445.
[375] João Carlos Gonçalves –Juruna, entrevista cit.

Para Kokiti, o que levou a não buscar a unidade entre as várias correntes de oposição, foi a falta de:

> "uma visão do futuro. Se a gente tivesse clareza de que alimentando o Medeiros a gente iria gerar a Força Sindical, a gente teria acertado nossos ponteiros antes. Havia também a questão da vaidade entre nós. Havia muito cacique para pouco índio. Nossa organização era muito frágil para ter tanto cacique." [376]

Para ele, o trabalho deficiente com as bases "ocorreu não só entre os comunistas, mas também entre o pessoal da Igreja" que criticava os comunistas por não fazê-lo. [377]

Embora tenha havido a redução do número de trabalhadores na categoria, cresceu o número de filiados ao sindicato, que passaram de 78 mil "sócios quites" em 1987 para mais de 100 mil em 1990.[378]

Ao ter para si a estrutura sindical por toda uma gestão, Medeiros já detém a hegemonia da categoria no processo eleitoral seguinte. Nas eleições de 1990, a Chapa 1 foi encabeçada novamente por Medeiros, no campo dito de esquerda com apoio apenas de sindicalistas ligados ao MR-8, a quem expulsaria da Diretoria poucos meses depois. Esta chapa contou com a adesão de Lúcio Belantani, que encabeçou a Chapa 2 em 1987. Lúcio era da Articulação e dessa vez declarou-se neutro, mas trabalhou discretamente pela situação. A Chapa 2, Oposição, Unidade e Luta, foi definida em convenção onde o MOSMSP teve a maioria absoluta. Foi indicado para encabeçá-la, o já deputado estadual pelo PT, Chico Gordo.[379] A Corrente Sindical Classista (PC do B), a Articulação e outras correntes também

---

[376] Nelson Kokiti, entrevista. concedida à autora, cit.
[377] Nelson Kokiti, entrevista. concedida à autora, cit.
[378] Joffily, Bernardo. Medeiros e seu "*sindicalismo de negócios*" http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=31&cod_not=1019. Retirado em 8 de novembro de 2007.
[379] Ressalte-se a mudança de atitude de setores da oposição sindical que no processo eleitoral de 1981 afirmavam ser incompatível um deputado ser candidato ao sindicato.

participaram. Em condições de votar havia 100.877 metalúrgicos, dos quais votaram 82.177. Medeiros vence no 1º escrutínio.[380] Naquele momento, ainda que tardiamente juntas, as correntes de oposição já não faziam frente à hegemonia de Medeiros.

Medeiros implantou a política de que o Sindicato deveria disputar as fábricas, puxar greves, porém, "evite greves por categoria e repudie greves gerais." Nas fábricas, criou "uma base organizada de ativista" inicialmente o "Décio Malho". Posteriormente, essa base passou a ser formada por delegados sindicais indicados, sem que sua delegação passasse por qualquer crivo eleitoral. Reformulou totalmente a imprensa do Sindicato, bem como a relação deste com a mídia. "A formação passa a ser priorizada, com abundantes cursos regulares, ministrados no sítio da entidade."[381]

Em 1993, Medeiros encabeçou novamente a Chapa 1, na primeira eleição havida sob a bandeira da Força Sindical, sem o apoio de qualquer organização de esquerda. "A chapa 2 é definida em negociações em que a Articulação Sindical indica o encabeçador (Mauro Farabotti). Participam também o MOSMSP, CSC e outras tendências do campo da CUT." Bira do MR-8, que fora afastado do Sindicato por Medeiros, encabeçou a chapa 3. Na eleição votaram 65.420 metalúrgicos. Medeiros obteve esmagadora maioria, recebeu 54.013 votos (82,6% dos votos válidos), a chapa 2 contou com 5.946 votos e a chapa 3 com 2.819.[382]

O Parque Industrial era relativamente novo, pois o processo de industrialização já havia ocorrido em momentos históricos anteriores em outros

---

[380] http://www.vermelho.org.br/museu/principios/figu31/31.8-luiz.anexo.htm. Retirado em 5 de outubro de 2007.
[381] Joffily, Bernardo. Medeiros e seu "sindicalismo de negócios" http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=31&cod_not=1019. retirado em 8 de novembro de 2007.
[382] http://www.vermelho.org.br/museu/principios/figu31/31.8-luiz.anexo.htm. Retirado em 5 de outubro de 2007.

pontos da cidade. Os operários não tinham a tradição dos metalúrgicos das regiões central e leste de São Paulo.

Os militantes das correntes sindicais de oposição da Zona Sul tiveram, a partir da década de 1970, destacado papel no movimento sindical metalúrgico de São Paulo. Em decorrência da concentração de grandes e modernas fabricas a Zona Sul tornou-se o centro da luta de classe na cidade de São Paulo.

Havia grande perseguição dos operários pelo o Regime. Quando a força do movimento da região se sobressaiu, os sindicalistas de oposição estavam forçados a usar métodos de ação clandestinos ou semiclandestinos, forçados a usar alternativas de organização fora do Sindicato, pois seu instrumento de luta, o Sindicato, estava tomado por interventores e por agentes do DOPS.

Criou-se uma cultura contra a participação no Sindicato. Esta cultura foi agravada com a postura dos militantes do MOSMSP, que tinham a posição de um sindicato livre fora da estrutura para agir, e levara a que esta posição predominasse. Em que pese a experiência e a influência das Comissões de Fábrica do ABC sobre setores da oposição sindical.

Para o MOSMSP, o trabalho com as bases era o elemento chave, o que fosse executado deveria anteriormente ser decidido em assembléia para que pudesse ser ouvida a opinião “de cada um que quisesse se manifestar” e depois votado. Mas é bom lembrar que dessas assembléias só podiam participar aqueles que tinham o mesmo pensamento ideológico, pois os “traidores não podiam chegar perto dos puros”. Por outro lado, para as correntes ligadas aos partidos comunistas era fundamental o entendimento geral da luta de classes e a aliança entre as várias correntes sindicais contra o inimigo principal, mas as decisões eram tomadas em suas instâncias partidárias de poder, não em assembléias com a categoria.

Houve a ação da Igreja que procurou afastar os comunistas dos espaços dos católicos, fechou seus espaços para essa parcela da oposição que não era católica. Ressalte-se a exceção das correntes trotskistas, inimigos de Partidos Comunistas desde problemas surgidos na Revolução Russa[383], correntes que ficaram aliadas à Igreja no MOSMSP.

Inicialmente, o MOSMSP era minoritário na Zona Sul porque os sindicalistas da Pastoral racharam, mas após o assassinato de Santos Dias esta situação se modificou. O apoio externo possibilitou ao MOSMSP grande infra-estrutura, pôde ser criado um embrião de Sindicato Independente. Este embrião disputava a categoria com o Sindicato através das fábricas e procurava eliminar seus opositores, ainda que de correntes de esquerda, nas fábricas. A partir de então, o maior trabalho nas fábricas foi desenvolvido por ele.

Embora as organizações político-ideológicas não sejam objeto desse trabalho, cabe lembrar que, em 1979, houve o advento da Lei de Anistia, assim, alguns dirigentes das organizações perseguidas, desestruturadas pelo regime, regressaram ao país. A busca de sua reorganização implicava na conquista de espaços e de quadros, contexto que teria reflexos no movimento sindical. No entanto a Igreja Católica, diferentemente das organizações político-ideológica de esquerda, mesmo nos anos do Regime Militar, teve no movimento sindical metalúrgico uma importante atuação.

No início do processo eleitoral ora pesquisado, a maioria dos trabalhadores estava com a oposição, mas quando havia eleições, era a minoria de sindicalizados, dentre eles grande número de aposentados, que votava. Cabe ressaltar, ainda, que Joaquinzão utilizou-se, também, de fraudes nas apurações.

---

[383] Em decorrências das divergências históricas havidas na URSS.

No processo eleitoral para gestão 1987 a 1990, onze diretores concluíram que havia condições de afastar o velho pelego do sindicato, Joaquinzão, já enfraquecido e evitar Medeiros, que estava em ascensão. Para esta árdua empreitada, chamaram as forças da CUT e até ofereceram a Presidência. No entanto, o MOSMSP não aceitou a composição com os “elementos da diretoria”. Defendia que a decisão sobre a chapa de oposição deveria ser tomada em assembléia na qual somente cutistas poderiam entrar. Desta forma, foi perdida a última grande chance daquele momento histórico, que as correntes sindicais de esquerda tiveram para conquistar o Sindicato. Assim, num acirrado segundo turno, ganhou Medeiros.

Enquanto as correntes de oposição se dividiram, ao longo dos processos eleitorais, a entidade de classe dos metalúrgicos permaneceu a serviço da Ditadura e do Capital. A Ditadura tinha seus agentes agindo dentro do sindicato, e ainda mais, a Cia treinava estes sindicalistas. O estranho é que pouco se sabe sobre estes agentes.

Capítulo V – O Avanço do Neoliberalismo e o Desmonte do Parque Industrial: 1989 a 2000

O Neoliberalismo teve como objetivo prioritário, na América Latina, criar as condições necessárias para a ampliação da exploração financeira que era desenvolvida na região, em substituição aos "investimentos diretos privados", cujos rendimentos haviam caído, enquanto os "investimentos indiretos privados de tipo financeiro tiveram seu rendimento incrementado e passaram a predominar no fluxo norte-americano de exportação de capitais. (...). A economia mundial havia entrado em nova fase, em que as transações financeiras especulativas e parasitárias, típicas do imperialismo na caracterização de Lenin, crescem de modo inaudito." [384] Juntamente com esse objetivo, havia também a necessidade de "adequar tais economias aos interesses das grandes empresas industriais estadunidenses, européias e japonesas."[385]

Atendendo às exigências do capital internacional, as principais economias da América Latina tiveram seus setores industriais reformados por seus governos para a aplicação de políticas neoliberais, que reforçaram suas antigas funções de fornecedoras de matérias-primas, apesar de alguns países já se encontrarem em um processo avançado de industrialização, que os havia retirado dessas funções.[386] Com isso, a indústria desses países passou por um processo de "desindustrialização" e de "desnacionalização". Uma das formas como a desindustrialização se fez presente foi através da redução da "participação relativa da produção industrial na produção total dos países latino-americanos e da redução

[384] Boito Jr., A. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Xamã. São Paulo, 1999, p. 39.
[385] Boito Jr., A. 1999, p. 41.
[386] Boito Jr., A. 1999, p. 41.

da participação relativa da produção metal-mecânica, de bens de capital, de instrumentos eletrônicos (...)" [387]

Faz parte desse processo de desindustrialização, o aumento das importações de componentes para "setores como o eletrônico, automobilístico, de eletrodomésticos e outros." Esta é uma parte do processo pouco visível e às vezes entendida como desenvolvimento industrial, uma vez que há a montagem, no país, de produtos industriais, porém utilizando-se de componentes importados. No Brasil, as indústrias de material de informática, de produtos eletrônicos de consumo e de montadoras de automóveis tiveram uma expansão com base em modelo semelhante. [388] Entre 1995 e 1996, o setor que produz bens eletrônicos de consumo - televisão, video-cassete, aparelhos de som - cresceu 43,9%; nesse mesmo período, o setor que produz componentes eletrônicos decresceu 3,2%. Ao lado disso, a importação de componentes eletrônicos aumentou, entre 1990 e 1995, cerca de 211%. As tarifas de importação foram reduzidas no país inteiro e na Zona Franca de Manaus elas se tornaram menores ainda que as do restante do país e, com isso, ela foi transformada "num parque de montagem de componentes importados."[389]

A política de desindustrialização foi iniciada no Brasil pelo governo Sarney, mas foi acelerada com a implantação do Plano Real, que provocou um grande crescimento das importações, atingindo os produtos manufaturados num nível que não existia desde 1954/1955, quando Café Filho, na Presidência, tentou retroceder o industrialismo implantado no segundo governo de Getúlio Vargas.[390]

---

[387] Boito Jr., A. 1999, p. 42.
[388] Boito Jr., A. 1999, p. 43.
[389] Dados da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee). Apud: BOITO JR. 1999, p. 43.
[390] Boito Jr., A. 1999. 1999, p. 45-47.

Os segmentos de máquinas e equipamentos, material e aparelhos eletrônicos e material de comunicação foram particularmente atingidos: em 1995, foi acima de 35% e o crescimento continuou em 1996. Entre diversos outros segmentos afetados estão os de tratores, de máquinas rodoviárias e de equipamentos para a produção e distribuição de energia elétrica.[391] Em 1996, respondendo às pressões dos industriais dirigidos pela Fiesp e pela CNI, o governo Fernando Henrique Cardoso criou, para proteger esses produtos, barreiras tarifárias e não-tarifárias.[392]

Ao longo da década de 1990, os investimentos na economia do país cresceram, mas não para abrir novas indústrias. Em 1989, o investimento estrangeiro direto foi de 184 milhões de dólares; em 1992, saltou para 1.324 milhões e, em 1995, para 3.285 milhões de dólares. No entanto, grande parte deste capital se destinou à compra de empresas nacionais, que passaram para as mãos do capital estrangeiro.[393]

No ramo de autopeças, no início de 1996, já haviam sido ou estavam sendo vendidas em torno de 1.000 empresas, com o capital estrangeiro sendo o principal comprador. Na estimativa do Sindicato da Indústria de Autopeças, o Sindipeças, em 1997 subsistiam apenas 930 das 3.200 indústrias de autopeças que existiam em 1991; devido à onda de vendas, fusões e falências no setor, cerca de 71% havia desaparecido. A política neoliberal adotada no Brasil foi, portanto uma exigência do capital financeiro internacional para adaptar toda a América Latina a sua nova demanda de exploração.[394]

---

[391] Boito Jr.,,A. 1999, p. 47.
[392] Boito Jr., A. 1999, p. 47.
[393] Boito Jr., A..op. cit. p. 48.
[394] Boito Jr., A..op. cit. p. 48 e 40.

A abertura da economia, parte essencial do Plano Real, levou a um aumento das importações, que Segundo a Folha de São Paulo, o governo, através de seu ministro da Fazenda, Ciro Gomes, defendia como "um bom negócio para a maioria da população", e quem discordava disso, era rotulado de "minoria (...) poderosa e privilegiada.". O fato de a enxurrada de importações eliminar os empregos brasileiros, fechando empresas locais, só se deu em decorrência da incompetência da indústria do país de competir com as mercadorias importadas.[395]

As mudanças neoliberais colocaram a economia brasileira em "situação de extrema vulnerabilidade externa e fragilidade", subordinando "sua evolução aos interesses dominantes e incertezas dos mercados financeiros globalizados". Ao lado disso, essas mudanças aprofundaram "o processo de ajuste, abertura e desregulamentação da economia", que foi realizado com uma política socialmente predatória e a situação ocupacional, como uma expressão dos resultados dessa política predatória, foi se deteriorando. [396] A precarização do mundo do trabalho foi um dos resultados característico das transformações operadas na sociedade brasileira na década de 1990. "A abertura da economia, unida a essa política que promove a precarização do trabalho, produziu o desemprego, a informalização." [397]

A adoção, pelo país, do ideário neoliberal, iniciada na administração do presidente Collor, gerou um aumento progressivo do desemprego e da precarização das condições de trabalho. Há registros de que, em 1997, cerca de 47% das 500 maiores empresas do país, que representam 10% do PIB, haviam reduzido seu

---

[395] Sardenberg, Carlos Alberto. Ciro tenta mostrar que importação compensa. Folha de S. Paulo, Brasil, 09 de Out de 1994, p. 1-7. CD-ROM Folha edição 99. . O Plano Real e o Desemprego: alguns aspectos da evolução recente. Fev./1998. http://www.abordo.com.br/mctavares/empre98.htm.
[396] Tavares, Maria da Conceição. (captado em 01/08/2007).
[397] Sader, Emir. A era pós-Cardoso. Le Monde Diplomatique. Brasil. Out./2002 http://diplo.uol.com.br/2002-10,a455. (captado em 02/10/ 2007).

quadro de pessoal.[398] O aumento do desemprego foi acompanhado pela queda dos salários, apesar de as empresas aumentarem seus lucros. Das 500 maiores empresas, "cerca de "65% aumentaram seu faturamento, 43% tiveram lucros maiores e 81% aumentaram a produtividade, 82% deram como reajuste salarial máximo a porcentagem correspondente à inflação passada, sendo que em 30% dos casos, os reajustes foram inferiores à inflação."[399] Na década de 1990, "foram destruídos 3,3 milhões de empregos formais", sendo que, só no governo Fernando Henrique Cardoso, foram 1,8 milhões,[400] que correspondem a cerca de 54,55% dos empregos destruídos.

Com base em dados do Ministério de Ciência e Tecnologia, entre 1980 e 2000, o Brasil, por contratos de transferência de tecnologia e correlatos, remeteu ao exterior cerca de US$ 11.469.290.000. Este valor saiu do país para pagamento de fornecimento de serviços de assistência técnica e de tecnologia, marcas (licença de uso e cessão), patentes (licença de exploração e cessão) e franquias. Em pagamento dos contratos de transferência de tecnologia e correlatos, foram enviados ao exterior US$ 7.538.428.000, mas os contratos só renderam ao Brasil de cerca de US$ 4.676.490.000 e provocaram um déficit de US$ 2.861.938.000. [401]

Entre 1980, e 2000 todos os contratos, além de terem remetidos ao exterior somas vultuosas, deixaram também saldos devedores. (...) na modalidade de contrato de fornecimento de serviço de assistência técnica, foram enviados ao exterior US$ 7.133.958.000 e, ainda, ficou um déficit de US$ 321.491.000. Na modalidade de fornecimento de tecnologia, a remessa foi de US$ 3.151.533.000,

---

[398] Gazeta Mercantil, 11/12/1997. Apud: Tavares, Maria da Conceição. Op. Cit.
[399] Apud; Tavares, Maria da Conceição. Op. Cit.
[400] Coggiola, Osvaldo. América Latina, fin-de-siècle**.**
http://www.correiocidadania.com.br/ed174/internacional.htm Retirado em abril de 2004.
[401] Apud: Coelho, M. N. G. Tecnologia a Inovação no Brasil. In América Latina e a Globalização. Coggiola, Osvaldo (org.). Programa de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH – USP, SP, 2004, p. 182 – 197.

com um déficit de US$ 3.024.343.000. Na de marcas, foi de US$ 118.722.000 com um déficit de US$ 33.817.000. Na de patentes, foram enviados US$ 1.046.410.000, com um saldo devedor de 1.012.593.000. Os US$ 11.469.290.000 enviados de 1980 a 2000 deixaram um saldo devedor de US$ 4.392.199.000 e uma receita de US$ 7.077.091.000. Isso provocou uma dívida de 61,7% a mais que o seu valor. A situação pode ser mais grave ainda, uma vez que existem dados que não foram computados, como as remessas dos anos 90 e 91 no item Marcas.[402]

Para superar esta situação, um investimento na criação de tecnologia a ser utilizada pelo país seria fundamental; no entanto, o investimento feito, tinha como vistas a adequar a empresa ao mercado, travava-se de copiar tecnologias e não criar novas tecnologias que garantissem a independência tecnológica,

> "As empresas gastaram em atividades inovadoras 3,84% das suas receitas líquidas, (R$582.406.146.000,00). Mais da metade, 2%, foram empregados em aquisição de máquinas e equipamentos, o que corresponde a 52,1% desses 3,84%. O restante foi para treinamento - 0,07%; introdução das inovações tecnológicas no mercado - 0,24%; projeto industrial e outras preparações técnicas - 0,57%; atividades internas de pesquisa e desenvolvimento - 0,64%; aquisição externa de pesquisa e desenvolvimento - 0,11%; aquisição de outros conhecimentos externos - 0,2%. Estes gastos se concentram principalmente nas empresas da faixa que possuem acima de 500 pessoas ocupadas em aquisição de maquinas e equipamentos - 1,03%; em treinamento - 0,04%; em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento - 0,48%; em aquisição externa de pesquisa e desenvolvimento - 0,09% e em aquisição de outros conhecimentos externos - 0,15%. Nesse grupo de empresas se concentra cerca de 62,6% da renda líquida de toda a indústria." [403]

No geral, as transformações em tecnologia implementadas pelas empresas já existiam no mercado nacional, sendo que "apenas 2,8 % das empresas implementaram algo realmente novo." [404]

"A abertura comercial, a desregulamentação financeira e o elevado montante pago ao longo dos anos 90 a título de serviços da dívida externa," acrescidos de

[402] Apud Coelho, M. N. G. 2004.
[403] Apud Coelho, M. N. G. 2004.
[404] Apud Coelho, M. N. G. 2004.

elementos da política econômica neoliberal, ao fazerem crescer o déficit externo e os investimentos financeiros internacionais entrados no Brasil para compensar o déficit, compeliram os governos a alçarem a taxa de juros para patamares cada vez mais altos, o que tornou o país dependente do capital financeiro internacional, que garantia uma das mais elevadas taxas de juros do planeta. Essa dependência financeira privilegiou não só o capital financeiro internacional, mas também o capital bancário brasileiro. A política de juros altos e de abertura comercial prejudicaram os negócios do setor industrial da fração monopolista da burguesia brasileira e a abertura comercial atingiu algumas vezes seus interesses até mesmo de setores imperialistas com capital investido na indústria no Brasil.[405]

Muitas empresas retrocederam em suas atividades e passaram a substituir parte ou toda a sua produção por importação de produtos que anteriormente fabricavam; outras venderam ou abriram suas empresas ao capital estrangeiro. Afetado pela abertura, particularmente comercial, o setor de autopeças inicialmente tentou resistir. A partir da venda da fábrica Metal Leve foi desencadeada uma verdadeira corrida a (...) uma eventual associação ou venda."[406] O Sindipeças, depois de tentar organizar a resistência das indústrias de autopeças, criou um projeto, o All Invest, com o objetivo de "orientar a associação ou a venda de empresas do ramo ao capital estrangeiro." [407]

É, portanto, em decorrência da política de juros e da abertura comercial que ocorreram, na década de 1990, as pressões e os protestos dos empresários da indústria mobilizados pela Fiesp e pela CNI. A fração monopolista do setor industrial utilizou-se do "trunfo" de que dispunha: "Ele alinha, ao redor de si, as pequenas e

---

[405] Boito Jr., A. 1999. p.59-61.
[406] Aquisições mudam o perfil da indústria instalada no país. Revista da Indústria. Fiesp, São Paulo, 15/07/1996, Apud: Boito Jr., A. 1999, p. 66.
[407] Apud: Boito JR. ,A. 1999, p. 66.

médias empresas industriais, também prejudicadas pela política de juros e pela abertura." [408]

Os empresários queriam nivelar os salários pelos mais baixos do país. Ariovaldo Lunardi, coordenador da comissão de negociação do Grupo 19-3 da FIESP, afirmava que a "empresa não [podia] mais bancar um aumento na folha de pagamentos" e defendia uma mudança nas características da empresa, juntamente com as mudanças na economia e no setor metalúrgico, que enfrentasse dificuldades em decorrência da concorrência dos produtos importados e do "valor da mão-de-obra, que no Sudeste [era] cerca de 40% mais alta do que em outras regiões brasileiras." [409]

Até 1993, os trabalhadores tinham seus salários reajustados mensalmente. O Plano Real pôs fim à indexação dos salários e os empregados, sem ajuda do governo, tiveram de, a partir de então, negociar com os patrões, que livremente puderam estabelecer os índices de aumento dos salários. Como a economia estava fraca, em decorrência da abertura comercial e da política de juros, havia uma grande oferta de mão-de-obra, devido à taxa de desemprego existente e aos patrões, que mantinham os salários baixos. A partir de 1999, com a desvalorização do Real, a inflação passa a afetar a vida da família do trabalhador. [410]

O neoliberalismo trouxe as privatizações, a flexibilização do mercado de trabalho, a redução dos direitos sociais, a abertura comercial e a política de juros altos. Atingidos pela abertura comercial e pela política de juros altos, os industriais sem procurarem se defender e enfrentar os que os hauriam, o imperialismo e os bancos, dirigiram-se contra os direitos dos trabalhadores e as empresas estatais; os

---

[408] Boito Jr. A. 1999, p. 61.
[409] Lunardi, Ariovaldo.Apud: Sanches, Cristina. O duro embate entre empresas e empregados. RH Em Síntese nº 13 nov/dez 1996 - ano II – pp. 28 a 30.
http://www.gestaoerh.com.br/site/visitante/artigos/remu_007.php.Retirado 1 de setembro de 2007.
[410] Trabalhadores perdem força. Correio Brasiliense. Brasília, 06 /04/2003.

diretores da FIESP, em suas manifestações, sempre exigiram "a aceleração da privatização e a redução dos gastos sociais e dos direitos dos trabalhadores" como compensação aos sacrifícios que foram impostos à indústria pela política neoliberal.[411]

Segundo depoimento de um operário a abertura do governo Collor para a importação levou à falência de muitas indústrias na Zona Sul:

> "abalou muito as indústrias da zona sul, que a maioria delas de auto-peças. As montadoras também foram afetadas, mas foram em Brasília, brigar, depois o governo recuou para as montadoras, mas as auto-peças não, ele deixou elas em mais situação difícil ainda, então, no governo Collor uma boa parte da indústria brasileira desapareceu e aqui na Nações Unidas, Santo Amaro, tudo está nesse meio, boa parte não sobreviveu, mas ainda restavam algumas, aí o governo Fernando Henrique fez o resto, deu cabo do resto, primeiro com a abertura das importações, os produtos vinham muito baratos para cá, depois, com a política dos juros altos. As empresas que tinham mais porte, tinham mais recursos, que não faliram, foram vendidas para estrangeiros. [412]

Grupos grandes venderam suas empresas. Como diz um operário, "A Metal Leve, do Mindlin, esse é um grupo grande, mas ela foi vendida para o grupo Mahle, alemão. De 8 mil funcionários, caiu para menos de mil e foi mudando aos poucos para outras cidades. No Socorro, "atrás das Nações Unidas, onde havia uma Capelinha, existia várias empresas médias, fechou tudo ou mudaram ou faliram, a Traub, quase não sobrou mais nada." [413]

Entre 1990 e 1996 fecharam 1.125 empresas na região,[414] várias brasileiras, e até médias empresas de autopeças entraram em falência ou não pagavam mais os encargos, o fundo de garantia, o INSS, os impostos e até os salários dos funcionários. Essas empresas eram passadas para empresários laranjas; em um dia determinado, o operário chegava à empresa e não havia mais maquinário. O empresário laranja havia dado o golpe, tirara todo o maquinário da empresa. "Essa

---

[411] Boito Jr. ,A. 1999, p. 66.
[412] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[413] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[414] Cálculos feitos a partir do Material fornecido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Assessoria Técnica.

demanda era assumida pelo sindicato, mas tratava-se de um processo lento, que demorava um ano, dois anos, um tempo de agonia do trabalhador." [415]

Na vanguarda da luta pela implantação e implementação dessas políticas e medidas neoliberais, estava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical, central criada a partir do sindicato, que passaram a usar a classe operária como massa de manobra dos empresários.

Segundo a imprensa no dia 2 de março de 1994 foi realizada uma greve de 24 horas pelos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, como advertência contra as perdas salariais, cuja conversão dos salários em URV foi, conforme o DIEESE, igual à inflação de fevereiro, corroendo 40% dos salários. Segundo os sindicatos a greve parou 138 mil dos cerca de 350 mil trabalhadores e 642 empresas. No entanto, para Jayme Gamboa, diretor-titular do Departamento de Relações do Trabalho da Fiesp, o movimento grevista foi "insignificante". Diversos arrastões dirigidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ocorreram pela cidade de São Paulo. No Ipiranga, o arrastão partiu da fábrica de caminhões da Ford, chegou a ter 4.000 trabalhadores. Entre eles, encontrava-se o vice-presidente do sindicato, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. Em Santo Amaro, o arrastão começara na Villares, onde ocorreram paralisações de operários e contou aproximadamente com 2.000 metalúrgicos. Nele estava o Presidente do Sindicato, Presidente da Força Sindical e pré-candidato a senador ou governador do Estado pelo Partido Progressista (PP), Luiz Antônio de Medeiros. Este, colocou o movimento operário a serviço de sua campanha política. Conforme a Folha de São Paulo, para:

> "que todas as imagens fossem captadas pela imprensa (...) convocou os jornalistas para estarem na fábrica da Villares às 5h da manhã, embora os funcionários só chegassem às 6h. O próprio

[415] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.

> Medeiros chegou meia hora depois da imprensa, que o aguardava sob uma garoa fria." [416]

Na fábrica, foram abertos os portões para que ele pudesse convocar pessoalmente a massa de trabalhadores, cerca de 600 empregados no turno que ele convocava para aderir à greve. Cercado de jornalistas, Medeiros, ordenava: "Tomem o café, mas não troquem de roupa." Fez, na porta da fábrica, um discurso em que afirmava que a greve tinha como objetivo "'quebrar a unanimidade burra' em favor do Plano FHC e que a conversão dos salários em URV, pela média dos últimos quatro meses, teria comido 40% dos salários da categoria." Incorporaram ao arrastão os trabalhadores da fábrica Rolamentos Fag e da Sandvik. Mas a chuva atrapalhou muito os grevistas, e quando do seu discurso no Largo !3 de Maio havia apenas uns 1000 trabalhadores. A intenção dos organizadores era de reunir cerca de 5.000 trabalhadores, mas para o Presidente da Força Sindical, e pré-candidato pelo PP, a greve havia sido vitoriosa, pois a Força Sindical fora a primeira que saiu às ruas, marcara posição e "Com toda a imprensa aqui, terão que prestar atenção em nós" afirmara o pré-candidato, que esteve o tempo todo preocupado em aparecer na TV ao vivo, não tendo poupado nem os operários na Villares. Para que os fotógrafos melhorassem as imagens fez os operários repetirem a votação em que decidiam a adesão à greve, e chegou a acenar "para o helicóptero da TV Globo, durante a passeata."[417]

Em 23 de março de 1994, conforme a imprensa, por todo o país foi realizado o Dia Nacional de Protesto contra o Plano Fernando Henrique Cardoso, organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e CGT (Confederação

---

[416] Lobato, Elvira et Lucchesi, Cristiane Perini. Metalúrgicos de SP fazem greve parcial. Folha de São Paulo, Dinheiro, 03/Mar/94 p. 1-8. e Da Reportagem Local. Medeiros transforma passeata em comício. Folha de São Paulo, Brasil, 03/Mar/94, p. 1-8. CD-ROM Folha edição 99.

[417] Da Reportagem Local. Medeiros transforma passeata em comício. . Folha de São Paulo, Brasil, 03/Mar/94, p. 1-8, e Lucchesi, Cristiane Perini. Metalúrgicos fazem primeira greve contra governo FHC. Folha de São Paulo, Brasil1, 03/Fev/95, p. 1-4. CD-ROM Folha edição 99.

Geral dos Trabalhadores). Reivindicava a reposição das perdas salariais que foram entre 28,63% e 36,53%, ocorridas a partir de 1º de março, provocadas pela conversão dos salários em URV. Segundo a impressa, em São Paulo, foi feita uma carreata que saiu do Centro Cultural Vergueiro e atravessou a avenida Paulista chegando ao centro da cidade. Os metalúrgicos da capital, promoveram paralisações nas empresas. Algumas fábricas não voltaram a trabalhar, continuaram em greve, na capital cerca de cinco, 2 médias com 600 operários cada e duas pequenas com cerca de 300 empregados e uma grande, a Wapsa, com 2.500 trabalhadores, localizada em Santo Amaro. As outras pertenciam a outras regiões. [418]

De acordo com o Presidente do Sindicato, a FIESP não havia concordado em negociar a reposição para a categoria enquanto conjunto. Em decorrência dessa postura da FIESP a estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos era negociar "fábrica por fábrica". Mas as pequenas e médias empresas já haviam reconhecido as perdas da inflação provocadas pelo plano e em 40 empresas a reposição estava acertada e seria feita “em parcelas mensais, como antecipação salarial". Previa que, em 15 dias, mais de 200 acordos teriam sido realizados. No entanto, já estava marcada uma reunião com uma grande empresa, a Villares. Caso os empresários se negassem a negociar, Segundo a Folha de São Paulo, o Presidente do Sindicato calculava que, a partir de abril, cerca de 40 metalúrgicas entrariam em greve por dia, porque na categoria a disposição de ir à luta estava muito grande. [419]

---

[418] Da Reportagem Local. Centrais organizam protesto contra plano. Folha de São Paulo, Dinheiro, 23/Mar/94, p. 1-9. E Pereira Filho, Arthur. Greves pipocam para repor perda salarial. Folha de São Paulo, Brasil-25/Mar/94, p. 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

[419] Da Reportagem Local. Centrais organizam protesto contra plano. Folha de São Paulo, Dinheiro, 23/Mar/94, p. 1-9. E Pereira Filho, Arthur. Greves pipocam para repor perda salarial. Folha de São Paulo, Brasil-25/Mar/94, p. 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

Em 28 de abril, a fábrica Rolamentos Fag, na Avenida das Nações Unidas em Santo Amaro e a Hoesch (no Sacomã) estavam em greve e reivindicavam as perdas salariais.[420]

No final de maio de 1994, cerca de 9000 metalúrgicos tiveram férias coletivas devido à queda das vendas e acúmulo de estoques nas fábricas. Na fábrica de Bicicletas Caloi os 2.500 trabalhadores entraram em férias coletivas no período de 23 de maio a 8 de junho.[421]

Em 1994, uma onda de demissões invadiu a indústria em todo o Estado. Em abril, foram perdidas 5.972 vagas de trabalho e, em maio, já nas três primeiras semanas a redução foi de 8.391, conforme um levantamento da FIESP.[422]

Na capital, a situação na categoria metalúrgica não foi diferente. O ano já começou com as demissões aumentando progressivamente. Em janeiro, 400 rescisões de contrato foram homologadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no mês de abril, 559 e, nos primeiros 20 dias do mês de maio, foi para 1.120 o número de demissões. Segundo Paulo Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o processo foi desencadeado com as expectativas de saber se o Real daria ou não certo e se haveria sinalização do governo de que os juros aumentariam. Em decorrência disso, nada controlava as demissões, "Nem os acordos que prevêem pagamento de um a três salários no caso de demissão sem justa causa conseguem manter o emprego", tampouco obrigar, em caso de

---

[420] Da Reportagem Local. Empresas de autopeças param em SP. Folha de São Paulo, Brasil, 29/Abr/94, p. 1-11. CD-ROM Folha edição

[421] Lucchesi, Cristiane Perini. 9.000 trabalhadores têm férias coletivas. Folha de São Paulo, Dinheiro. 27/Mai/94, p. 2-7. CD-ROM Folha edição 99.

[422] Apud Lucchesi, Cristiane Perini. Dobra demissão de metalúrgicos. Folha de São Paulo, Brasil, 01/Jun/94, p1-10. CD-ROM Folha edição 99.

demissão sem justa causa, o patrão a pagar ao trabalhador 50% do último salário, os patrões “demitem de qualquer forma."[423]

Nas negociações de outubro de 1994, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, os empresários apresentaram ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo uma lista extensa de reivindicações. O coordenador, Ariovaldo Lunardi, do grupo 19-3, empregador no Estado de cerca de 400 mil metalúrgicos, afirmava que possuíam condições de contratar trabalhadores só para os momentos de picos de produção e defendia a jornada anual flexível como forma de evitar horas-extras em períodos de pico e o desemprego. O Presidente do Sindicato, Paulinho, declarava que não discordava dessas propostas dos empresários, pelo fato de muitas empresas nos países desenvolvidos já funcionarem nessas condições. No entanto, “por questões culturais, ‘no momento, este ano, ainda não estamos preparados para isso’”. Propunha um grupo permanente de negociação para "ver como a coisa funciona legalmente e discutir com a categoria". Além disso, via a possibilidade de aplicar a flexibilização dos encargos para os trabalhadores que estavam desempregados.[424]

Segundo a imprensa pela Zona Sul carros do Sindicato eram utilizados em campanhas de candidatos “ao governo de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros (PP-PPR), e Esperidião Amin (PPR), candidato à Presidência”[425]

Após a derrota nas eleições ao governo de São Paulo em 1994, de acordo com a imprensa, Luiz Antonio de Medeiros “marca a volta (...) à ativa no sindicalismo”, convocando uma greve, denominada “andorinha.” A greve foi iniciada

---

[423] Lucchesi, Cristiane Perini. Dobra demissão de metalúrgicos. Folha de São Paulo, Brasil, 01/Jun/94, p1-10. CD-ROM Folha edição 99.
[424] Lucchesi, Cristiane Perini. Empresário também reivindica Folha de São Paulo, Dinheiro, 24 outubro de 1994, p. 2-3.
[425] Da Reportagem Local. Carro de Sindicato ajuda Amin e Medeiros. Folha de São Paulo, Brasil, 09/Jun/94, p. 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

em 31 de outubro na Zona Sul de São Paulo, onde estavam concentrados em torno de 130 mil trabalhadores. A data-base da categoria era no dia 1º de novembro, e a greve reivindicava 69,69% de reajuste salarial, mas os empresários se dispunham a pagar apenas índices que iriam de 15,67% previstos pela lei a 18%, além de descontarem as antecipações salariais de cerca de 10% a 44%, que os trabalhadores haviam recebido, o que significava que muitos ficariam sem reajuste. De acordo com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a greve seria de longa duração. Foi denominada “Andorinha", porque iria migrar “para Piracicaba, Americana e Sta. Bárbara do D'Oeste, onde trabalhavam cerca de 21 mil metalúrgicos” e englobaria todos os setores patronais que estivessem envolvidos nas negociações, com exceção das montadoras, que queriam atingir os empregadores através do setor de autopeças, pois “Sem componentes, as montadoras param sozinhas.” Segundo o Presidente da Força Sindical, Luis Antônio Medeiros, o objetivo do movimento era demonstrar força e pretendia ir com ele até o Natal, conforme suas própria palavras, "Ainda não queremos o confronto total. A intenção é mostrar força."[426]

Embora sendo Presidente da Força Sindical, Medeiros não tinha mais no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo nenhuma função para a qual tivesse sido eleito mas esteve diretamente à frente de todas as assembléias. Através delas e do arrastão cerca de 119 mil dos 130 mil trabalhadores da Zona Sul, pararam em 2.800 das 3.000 fábricas da região..."Muitos trabalhadores, cientes do movimento, nem compareceram ao local de trabalho durante a manhã de ontem. ‘No ônibus da empresa, só estava presente um terço do pessoal,’ afirmou Edvandro Valoto, torneiro mecânico da Villares. Com uma assembléia às 5h10, o Presidente da Força

[426] Lucchesi, Cristiane Perini. Greve de metalúrgicos pára empresas da zona sul de SP. Folha de São Paulo, Brasil, 01/Nov/94, p. 1-5. e Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros volta à ativa hoje em greve. Folha de São Paulo, Brasil, 31/Out/94, p. 1-6. CD-ROM Folha edição 99.

Sindical, Luiz Antonio de Medeiros parou a Monark, “antigo reduto seu.” Depois seguiu de carro até a Villares onde já estava o Presidente do Sindicato, Paulinho, onde pararam os 600 trabalhadores do turno na fábrica. Segundo a própria empresa nem os funcionários da área administrativa trabalharam. Seguiram às 8h15, com o Presidente do Sindicato em passeata em direção à Rolamentos FAG, onde foi feita uma assembléia, às 9h30 e às 10h25 a passeata que saiu da Monark se encontrou com a que saiu da Villares, passando pela Fag. Na Metal Leve os trabalhadores não pararam e o arrastão não foi até a empresa, porque a polícia foi chamada pelo seu Presidente-executivo, Sérgio Mindlin, para dar proteção ao patrimônio da empresa. Para Ariovaldo Lunardi do grupo 19-3 (eletroeletrônicos e máquinas), da FIESP, apenas 7% das fábricas desse grupo pararam na região. Para Wilson Começanha, do Sindipeças, apenas 17 das 40 empresas da região pararam. Além disso, tratava-se de uma greve "sem sentido, com empresas paralisadas na marra e o coitado do trabalhador sendo oprimido por seus representantes". Para Ciro Gomes, o ministro da Fazenda, a greve tratava-se de "um expediente legítimo" e aguardava que as partes entrassem em acordo.[427] Em 2 de fevereiro de 1995, Vicentinho defende a ação unida das centrais sindicais.[428]

No início de 1995, Segundo a imprensa, o sindicalismo de resultados se aprofunda. “Os assessores da Força Sindical, elaboraram uma nova marca para uma nova liderança,” o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que é também diretor da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, Paulinho. Essa nova marca era, segundo a Força Sindical, o sindicalismo de compromisso, que se constituía em “aceitar a parceria que os empresários [propunham],” e deveria ir além

[427] Lucchesi, Cristiane Perini. Greve de metalúrgicos pára empresas da zona sul de SP. Folha de São Paulo, Brasil, 01/Nov/94, p. 1-5. e Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros volta à ativa hoje em greve. Folha de São Paulo, Brasil, 31/Out/94, p. 1-6. CD-ROM Folha edição 99.
[428] Lucchesi, Cristiane Perini. Metalúrgicos fazem primeira greve contra governo FHC. Folha de São Paulo, Brasil1, 03/Fev/95, p. 1-4. CD-ROM Folha edição 99.

de “conseguir acordos salariais favoráveis”. E diferentemente do sindicalismo de resultados de Medeiros, passaria a buscar “soluções e propostas para a sociedade, fixando compromisso entre capital e trabalho”. A partir de então, os trabalhadores não lutariam mais por seus direitos. "Em uma economia globalizada, empresários e trabalhadores [precisariam] se defender conjuntamente, por exemplo, da competição externa. E [buscarem] formas de [melhorarem a] produtividade e qualidade."[429] Os trabalhadores deveriam lutar pelo interesse do capital.

Em 8 de fevereiro de 1995, segundo a imprensa, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mobilizou os metalúrgicos da Zona Sul para uma greve em defesa das reformas, conforme as próprias palavras, do Presidente, Paulinho: "A greve é apenas um dos protestos que vamos realizar se o governo continuar se negando a negociar as reformas constitucionais com os trabalhadores." [430] Embora afirmasse que era “contra o fim da aposentadoria por tempo de serviços e queremos participar do debate sobre reforma na Previdência", deixava claro que a greve tinha como objetivo apressar as reformas e as privatizações, que conforme a imprensa era o que os empresários pleiteavam e que assim, a greve estabelecia “uma parceria capital/trabalho”. Foram contratados 70 ônibus por R$ 160 cada veículo para transportar os trabalhadores das fábricas mais distantes até a fábrica Rolamentos FAG, na avenida das Nações Unidas, local onde estava programada a realização de um ato com 30 mil trabalhadores após serem paradas 50 empresas grandes e médias na região. [431] Defendendo os patrões, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos declarava que essa greve seria apenas o início de um processo,

---

[429] Lucchesi, Cristiane Perini. Nasce a marca 'sindicalismo de compromisso'. Folha de São Paulo, Brasil, 07/Fev/95, p. 1-9. CD-ROM Folha edição 99.

[430] Lucchesi, Cristiane Perini. Metalúrgico pára contra reformas. Folha de São Paulo, Brasil, 08/Fev/95, p. 1-6. CD-ROM Folha edição 99.

[431] Lucchesi, Cristiane Perini. Metalúrgico pára contra reformas. Folha de São Paulo, Brasil, 08/Fev/95, p. 1-6. CD-ROM Folha edição 99. Lucchesi, Cristiane Perini. Greve tem objetivo político. Folha de São Paulo, Brasil, 07/Fev/95, p. 1-9. CD-ROM Folha edição 99.

segundo ele, "os patrões não têm culpa, mas vão ter de enfrentar greves e manifestações crescentes até o dia em que o governo tomar uma atitude e nos chamar para negociar as reformas constitucionais." [432] A greve parou das 6h às 9h, cerca de 25 mil metalúrgicos.[433]

Segundo a Folha de São Paulo, o governo havia convocado um seminário, com as centrais sindicais para o dia 14 de fevereiro, mas estava claro, para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que era "só para nos amaciar. Não haveria negociação." A Força Sindical queria intensificar as manifestações que tinham como mote, para mobilizar os trabalhadores, contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, desta vez na Zona Leste. Pretendia que ela fosse mais ampla, envolvendo não só os metalúrgicos, mas também outras categorias: costureiras, comerciários, têxteis e o setor de alimentação. Além dessas categorias seriam fundamentais os químicos e plásticos para fazer uma greve o mais ampla possível, de toda a cidade ou talvez do Estado de São Paulo, como pretendia a Força Sindical. Para tal objetivo era necessário negociar com a CUT, porque não havia possibilidade de uma central fazer sozinha, mas consciente das divergências existentes entre as posturas das duas centrais, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ressalvava: "Mas os dirigentes da CUT podem participar da greve e falarem o que quiserem".[434]

Quando do aumento do IPI sobre os carros então denominados “populares” tanto as lideranças sindicais dos metalúrgicos de São Paulo, da Força Sindical e do ABC, da CUT, quanto os empresários, o Sindipeças, representante da indústria de

---

[432] Lucchesi, Cristiane Perini. Greve tem objetivo político. Folha de São Paulo, Brasil, 07/Fev/95, p. 1-9. CD-ROM Folha edição 99.
[433] Lucchesi, Cristiane Perini. Força Sindical marca nova greve de protesto. Folha de São Paulo, Brasil, 11/Fev/95, p. 1-8. CD-ROM Folha edição 99.
[434] Lucchesi, Cristiane Perini. Força Sindical marca nova greve de protesto. Folha de São Paulo, Brasil, 11/Fev/95, p. 1-8. CD-ROM Folha edição 99.

autopeças, ameaçaram abandonar a câmara setorial, porque com o governo tomando as medidas sem levá-los em conta, não viam sentido na permanência. Paulinho, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e diretor da Força Sindical, afirmava que "Se as decisões vão ser tomadas de cima para baixo, a câmara setorial perde o sentido" e ameaçava que a partir dali tanto o reajuste dos salários quanto a participação nos lucros dos trabalhadores do setor automotivo que estavam sendo reivindicados pela Força Sindical, seriam buscados por meio de paralisações. O que seria iniciado na semana seguinte. O Presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, que, anteriormente já havia ameaçado sair da câmara setorial, volta a fazê-lo. "Se o governo não discutir salários, emprego e contrato coletivo, estamos fora." E o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, Heiguiberto Guiba Navarro afirmava que com essa medida "O governo oficializou o ágio, passou a ser agiota." O Presidente do Sindipeças, Paulo Butori, afirmava que "Os trabalhadores e a indústria são contrários à decisão, que foi tomada unilateralmente pelo governo". Sua posição era de sair, e seria levada à diretoria do Sindipeças e caso ela concordasse sairiam da câmara setorial.[435]

Em uma manifestação, em 15 de fevereiro, na Praça Ramos, Vicentinho, Presidente da CUT denunciou que, durante a reunião em Brasília, alguém, não deu nome, da Força Sindical “atropelou quando eu falava contra as privatizações, para defendê-las" e afirmou que aqueles que defendem as reformas do governo são os empresários, os próprios governantes e puxa saco. Vicentinho que, após as explicações dos ministros sobre a reforma constitucional, não havia ficado para o almoço com o Presidente e justificava que o almoço seria indigesto, foi criticado pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da executiva da Força

[435] Lucchesi, Cristiane Perini. Força Sindical marca nova greve de protesto. Folha de São Paulo, Dinheiro 18/Fev/95 p. 2-1. CD-ROM Folha edição 99.

Sindical, Paulinho: "Achei um desrespeito ao Presidente o Vicentinho não participar do almoço com FHC. (...) Esse tipo de atitude só seria aceitável se a mãe dele morresse."[436]

Em março de 1995, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulinho, desistiu do mecanismo de "gatilho" salarial, trocando pela “livre negociação de salários após a extinção do IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor reduzido) e a inclusão dos Sindicatos nas negociações para a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas.” Declarava que iria “dar uma trégua e um voto de confiança ao governo", disse Paulinho. "Se o governo aprovar a livre negociação e se apoiar os Sindicatos na participação nos resultados, abriremos mão de discutir agora o gatilho".[437]

Os líderes da Força Sindical foram elogiados pelo ministro do Trabalho Paulo Paiva porque haviam desempenhado importante papel em defesa do Plano Real. O ministro defendeu o fim da indexação dos salários como “o melhor caminho para a estabilidade no país,” e Paulinho, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, informou que os acordos já obtidos para o "gatilho" em algumas empresas haviam sido cancelados. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos afirmou ser contrário a qualquer tipo de indexação e que "a lei da selva é melhor".[438]

Em 28 de março de 1995, a Força Sindical realizou uma manifestação “em defesa das reformas constitucionais propostas pelo governo, mas contra as mudanças na Previdência Social”. Medeiros percebia haver "um certo perigo de o Plano Real não dar certo", entendia que havia "certa indecisão do governo e da

---

[436] Lucchesi, Cristiane Perini. Sindicalistas trocam acusações. Folha de São Paulo, Brasil, 16/Fev/95, p. 1-4. CD-ROM Folha edição 99.
[437] Seidl, Antonio Carlos. Governo faz acordo e metalúrgicos recuam. Folha de São Paulo Brasil 25/Mar/95 Antonio Carlos Seidl.
[438] Seidl, Antonio Carlos. Governo faz acordo e metalúrgicos recuam. Folha de São Paulo Brasil 25/Mar/95 Antonio Carlos Seidl.

sociedade em defesa das reformas" e embora afirmasse ser contra o governo acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, mobilizou os trabalhadores para defender as reformas do governo. A manifestação contou com cerca de 1.000 trabalhadores e foi iniciada em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Os manifestantes carregavam tochas, gritavam "um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos que as reformas modifiquem o Brasil", e percorreram as ruas centrais indo até o Teatro Municipal. Para realizar a campanha pelas reformas do governo e contra as mudanças da Previdência Social, que foi denominada pela própria Força Sindical de "Jornadas Cívicas", criou bônus a serem vendidos à população, nas fábricas e aos empresários com diversos valores: R$ 1, R$ 5, R$ 10, R$ 1.000, R$ 5.000 e R$ 10.000. No dia seguinte em uma audiência, em Brasília com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, iria levar a posição de sua entidade a respeito das reformas.[439]

Em um encontro denominado, "Café para as Reformas", promovido pela Força Sindical e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no Palácio do Trabalhador, de acordo com a imprensa, reuniram-se cerca de cem empresários e trabalhadores para começar a preparar as manifestações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1995, com o objetivo de transformá-lo em uma grande manifestação de pressão ao governo e ao Congresso para aprovar as reformas: tributária, da Previdência Social e a quebra dos monopólios estatais. Por esses objetivos, diversas personalidades da indústria declaravam que não teriam nenhum constrangimento em ir à batalha junto com os trabalhadores e defendiam a necessidade de estarem com eles até mesmo nas ruas. Nildo Masini, Presidente da empresa Aços Ipiranga, declarou estar disposto a subir em palanques ou caminhões de som com

[439] Da Reportagem Local. Força Sindical apóia reformas. Folha de São Paulo, Brasil, 29/Mar/95, p. 1-10. Da Reportagem Local. Força Sindical fará passeata dia 28 em SP. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, p. 1-4.CD-ROM Folha edição 99.

trabalhadores. Elvio Aliprandi, Presidente da ACSP, afirmou "Temos que ir juntos às ruas para mudar o país". Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, enunciou "Vamos nos juntar aos trabalhadores para ter um país moderno", e Max Schrappe, o Presidente em exercício da FIESP revelou: "Caminharemos juntos para tirar o entulho da Constituição". Medeiros e Paulinho, extasiados, proclamaram que esse dia 1º de maio com capital e trabalho juntos representaria a "a queda do muro de Berlim" entre o capital e o trabalho.[440] Para o ato do dia 1º de maio realizado pela Força Sindical, "em defesa das reformas constitucionais", foi convidado além do Presidente da FIESP, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. [441]

O 1º de maio, realizado no Palácio do Trabalhador contou com uma platéia de 1500 pessoas. Estava presente o ministro do Trabalho, Paulo Paiva e também diversos empresários dentre os quais, a imprensa registrou, o Presidente do Sindicato da Indústria de Máquina, Sindmaq, Sérgio Magalhães, o Presidente da Associação Comercial de São Paulo Élvio Aliprandi, o Presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Empresas, Simpe, Joseph Couri. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulinho, no seu discurso de 1º de maio, ameaçou a CUT, caso realizasse a greve programada “contra o fim do monopólio nos setores do petróleo e telecomunicações”. Disse que os metalúrgicos de São Paulo parariam por "dois ou três dias" caso a greve da CUT fosse realizada. "Fundamentou sua posição afirmando tratar-se de "uma greve dos privilegiados, que têm estabilidade no emprego, e contra a população." Afirmou que “os metalúrgicos estão ‘cansados de levar o país nas costas’ e vão parar ‘para acabar com os privilégios,’ de um ‘bando

[440] Canzia, Fernando. Força e empresários se unem. Folha de São Paulo, Brasil, 07/Abr/95, p. 1-6. CD-ROM Folha edição 99.
[441] Da Reportagem Local. CUT e Força fazem manifestações hoje. Folha de São Paulo, Brasil, 02/Mai/95, p. 1-6 CD-ROM Folha edição 99.

de vagabundos'". José Ibrahim, outro diretor da Força Sindical afirmou que "nós vamos radicalizar contra os que vão às ruas badernar."[442]

Em 19 de maio de 1995, conforme a Folha de São Paulo, era convocada, pela Força Sindical, mais uma manifestação de apoio às reformas à Constituição que estavam sendo feitas pelo governo, esse contando com o apoio dos comerciantes das "zonas Leste, distritais Penha, Moóca e Tatuapé e Sudeste" que paralisariam o comércio por uma hora. Segundo o Presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Elvio Aliprandi tratava-se de "uma paralisação simbólica, de apoio ao governo na questão das reformas propostas". O Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Abram Szajman estimava que 42 mil lojas e pontos comerciais fechariam suas portas. E o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o Paulinho, contava com a presença de cerca de 100 mil trabalhadores na manifestação. A Força Sindical preparara uma paralisação de quatro horas nas indústrias metalúrgicas, têxteis, alimentícias e nas padarias e havia também os empregados no comércio. A manifestação seria entre as fábricas Lorenzetti e Arno, na "Ilha do Sapo". Os comerciantes sentiam-se prejudicados com impostos e juros elevados, defendiam uma reforma tributária e fiscal, estavam decididos a articular outras ações que denominavam "locaute", em outro pontos da cidade.[443]

Em final de março de 1995, Medeiros, presidente da Força Sindical, foi acusado, de haver criado, com ajuda do então presidente Fernando Collor de Mello, um esquema financeiro para viabilizar a Força Sindical. A denúncia foi feita por um dos participantes do esquema, Wagner Cinchetto, ex-tesoureiro do Instituto

---

[442] Lucchesi, Cristiane Perini. Força Sindical promete paralisação pela reforma. Folha de São Paulo, Brasil, 02/Mai/95, 1-6. CD-ROM Folha edição 99.
[443] Patú, Gustavo. Lojas vão fechar 5ª em apoio a reformas. Folha de São Paulo, Brasil, 09/Mai/95, 1-11. CD-ROM Folha edição 99.

Brasileiro de Estudos Sindicais (IBES), criado por Medeiros para arrecadar dinheiro dos empresários de forma legalizada. Além do IBES fora criado, com o mesmo objetivo, também, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades). Cinchetto, um dos participantes do esquema, sentia-se lesado porque Medeiros o havia substituído no esquema e deixara de entregar seu quinhão por um período, cuja dívida chegava a US$ 300 mil. Posteriormente, denunciou, também, mandara uma carta de cobrança a Medeiros e este o ameaçara de morte. Cinchetto afirmava que fora substituído por Luiz Fernando Emediato, com quem havia travado uma luta "pelo poder de controlar os institutos" , Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais, IBES e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, Ibrades, para também participar desse esquema lucrativo. Ele passou, então, a ser o principal agente de captação de recursos da Força, e a empresa da qual era proprietário se envolveu em vários projetos. Emediato também foi indicado para o CONDEFAT, o Conselho do FAT.[444]

Conforme a Folha de São Paulo, através desse esquema eram angariados recursos financeiros junto aos empresários, inclusive de multinacionais, com a ajuda do presidente Collor e do empresário do grupo OK, ex-senador cassado, Luiz Estevão de Oliveira Neto. Este era encarregado, para essa função, pelo próprio presidente, mas houve casos em que o presidente Collor participou diretamente, como no contrato com a Alcoa. Toda a ilegalidade era feita dentro da legalidade com contrato.

> "Isso aqui é uma modalidade de contribuição perfeitamente legal. Pode ser imoral do ponto de vista de usar esse dinheiro para organizar a Força Sindical. Mas é legal do ponto de vista das empresas. As empresas precisavam ter um caminho jurídico legal para repassar esse dinheiro. Nós tínhamos a responsabilidade de também ter um caminho legal para que esse dinheiro chegasse à

[444] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.Entrevista Wagner Cinchetto apud Ramos, Alberto. Correio Brasiliense, 1° Caderno Política. 10/out/2001.

> Força. Como é que você ia pegar uma multinacional e depositar dinheiro na tesouraria da Força Sindical? Isso é impossível de fazer."[445]

A Força Sindical funcionou desde o início ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, durante um período funcionou na rua Galvão Bueno, velha estrutura do Sindicato. Para sua criação contribuíam diversas multinacionais, tais "como a Rhodia, White Martins, Grupo Ticket, Alcoa, Souza Cruz, Brasinca, Cataguazes-Leopoldina, Grupo Iochpe, Pial Legrand." No contrato com a Alcoa, o Presidente Collor participou diretamente. Também houve ajuda pessoal do empresário do grupo OK, o ex-senador cassado, Luiz Estevão., que a pedido de Collor fez "uma série de 14 depósitos na conta 040045-71 do Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais, no Banco Cidade, agência 0019, matriz, da primeira quinzena de novembro de 90 até a segunda quinzena de maio de 91".[446]

Segundo Wagner Cinchetto, não existia uma tesouraria funcionando na Força Sindical e Medeiros queria uma estrutura paralela, um poder paralelo, um caixa dois "O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, Ibrades era ligado à Força Sindical, basicamente ao esquema político do Medeiros. Este, afirma Wagner Cinchetto "sempre procurou ter o esquema dele protegido de outras coisas." E os recursos, que eram muitos, financiaram as atividades da Força, mas também foram utilizados para a compra de ações das empresas "a Geração, de comunicação, e a Florada, de torrefação de café".[447]

---

[445] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

[446] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

[447] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

Também Paulo Pereira da Silva, Paulinho, teria montado seu próprio esquema de arrecadação, com uma diferença: substituiria a contribuição das empresas, por verbas federais do FAT. De acordo com um inquérito policial que apurava “os desvios de recursos da Força Sindical,” as empresas “Trading, Geração Editorial, Sig Gráfica e Ipec” pertenciam ao esquema. E o Jornalista, Luiz Fernando Emediato dono da Geração Editorial assessor de imprensa de Medeiros, que substituiu Cinchetto no esquema de arrecadação. era ligado a Paulinho, indicado pela Força sindical, pertenceu ao conselho gestor do FAT. “Sob sua influência, o FAT, que usa dinheiro do PIS/Pasep, teria beneficiado a central em repasses de verbas.”[448]

A Força Sindical e seus aliados precisavam fazer frente à CUT, mas logo que criada ainda não tinha como usar os recursos da estrutura do Estado , então criou um instituto, conforme declara Cinchetto:

> "A Força Sindical precisava funcionar e não tinha ainda aquela estrutura de funcionamento nem o imposto sindical. Não tinha nada. Nós começamos a fazer esse trabalho de arrecadação de fundos. A Força não ia ter condições de fazer isso abertamente. Nós fundamos então o Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais, Ibes. Esse instituto tinha que funcionar não só como um instituto técnico para a formação sindical, mas tinha que efetivamente angariar recursos."[449]

Enilson Simões de Moura, o Alemão, o secretário-geral da Força, convocara uma reunião para 25 de setembro, com dirigentes e simpatizantes e 20 Presidentes regionais da central em Brasília, sem a presença do Presidente e dos diretores Paulinho e José Ibrahim. Alemão pretendia a antecipação para outubro de 1995, do Congresso dessa Central que estava previsto para setembro de 1996, onde seria

---

[448] Entrevista Wagner Cinchetto apud Ramos, Alberto. Correio Brasiliense, 1° Caderno Política. 10/out/2001.

[449] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.

eleita a direção. justificava que a Central estava sendo induzida a “uma estratégia errada” em decorrência da subordinação demasiada de “alguns dirigentes” a uma entidade localizada na Avenida Paulista (a FIESP). Acusava Medeiros de aliar-se aos empresários e afirmava que Vicentinho, Presidente da CUT, possuía um discurso “mais coerente”. Enilson objetivava fechar um acordo e propô-lo à executiva da Central. [450]

O Sindicato dos Empregados em Centrais de Alimentos de São Paulo, do qual Alemão era o Presidente, bancou as despesas do encontro “R$ 14 mil em passagens e estadia”. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o Paulinho, ligado ao grupo de Medeiros, afirmou que iria sugerir a expulsão de Alemão da executiva e declarou que o alemão estava era pretendendo a presidência da entidade. Em uma “reunião tumultuada” a direção nacional da Força Sindical manteve a data da realização do Congresso. Segundo Paulinho, havia votado 42 diretores dos 62 existentes, o que havia garantido “o quorum mínimo.”. Alemão declarou que não votaram bancadas de diversos estados, declarou ainda que havia no quorum "gente até representando morto" e que fora forjada "uma maioria eventual na reunião". Houve acusação de ambos os lados, se por um lado, Paulinho afirmava que chamou “a PM para revistar gente” porque percebera que o Alemão havia “levado um capanga armado", por outro, Alemão declarava que "Eles encheram a sala de bandido armado". Após essa reunião, foi divulgado pelos dirigentes da Força Sindical de Minas Gerais um documento intitulado de "Carta de Minas", que defendia a antecipação da data de realização do Congresso,

[450] Lucchesi, Cristiane Perini. Reunião racha Força Sindical. Folha de São Paulo, Brasil, 29/Set/95, 1-6. Da Sucursal de Brasília. Força Sindical pode adiantar congresso. Folha de São Paulo, Brasil, 30/Set/95, 1-6. Lucchesi, Cristiane Perini. Direção mantém congresso em 96 e Alemão não reconhece resultado. Folha de São Paulo, Brasil, 06/Out/95, 1-4. Lucchesi, Cristiane Perini. Sindicalistas contestam líder da Força. Folha de São Paulo, Brasil, 02/Fev/96, 1-8CD-ROM Folha edição 99.

manifestava-se contrário à mudança da sede da entidade para o prédio onde é localizado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cuja decisão havia sido tomada na citada reunião da executiva, também propunha uma auditoria nas contas da Central Sindical.[451]

Embora alguns dirigentes da Força Sindical dissessem que não sabiam do esquema financeiro de Medeiros, Cláudio Camargo Crê, o Magrão, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, afirmou que a Direção Nacional sabia que havia sido pedido aos empresários, por Medeiros, recursos para a organização do Congresso de 91. Negavam conhecer, porque eram "covardes e ficavam atrás do muro, fazendo arranjozinho para derrubar o Medeiros." Mas nem todos tinham essa posição o diretor da Força Sindical, José Ibrahim, negava saber, mas afirmava que o apoiaria caso soubesse.[452]

As multinacionais financiavam uma entidade de trabalhadores cujos líderes se ofereciam para trabalhar contra a própria classe, conforme o próprio Cinchetto: "Nós falamos (para os empresários): 'olha, nós vamos ter que ter uma central diferente, de parceria, sem aquela posição de conflito como é a CUT. Os empresários não tinham interesse naquele sindicalismo selvagem, estavam interessados num sindicalismo de parceria, onde eles pudessem atuar conjuntamente. E o Medeiros, naquele

---

[451] Lucchesi, Cristiane Perini. Reunião racha Força Sindical. Folha de São Paulo, Brasil, 29/Set/95, 1-6. Da Sucursal de Brasília. Força Sindical pode adiantar congresso. Folha de São Paulo, Brasil, 30/Set/95, 1-6. Lucchesi, Cristiane Perini. Direção mantém congresso em 96 e Alemão não reconhece resultado. Folha de São Paulo, Brasil, 06/Out/95, 1-4. Lucchesi, Cristiane Perini. Sindicalistas contestam líder da Força. Folha de São Paulo, Brasil, 02/Fev/96, 1-8CD-ROM Folha edição 99.

[452] Lucchesi, Cristiane Perini. "Força sabia", afirma Magrão. Folha de São Paulo, Brasil1, 28/Mar/95, p. 1-10. e Contas da Força Sindical têm auditoria. Folha de São Paulo, Brasil1, 09/Abr/95, 1-20.CD-ROM Folha edição 99.

momento, representava isso. Representava esse tipo de sindicalismo que as multinacionais queriam ver progredindo aqui no país."[453]

Com o objetivo de criar "uma estrutura em São Paulo que fosse (...) forte e que combatesse a CUT" e de ocupar o espaço tanto dela quanto do Lula, o Presidente Collor intermediou junto aos empresários contribuições financeiras para a formação da Força Sindical. Como se não bastasse, contribuiu de outras formas: Rogério Magri, por exemplo, foi Ministro por indicação do Medeiros. [454]

Para esta empreitada, o Governador Fleury também contribuiu. "O Fleury contatou a Andrade Gutierrez e repassou esse dinheiro."[455] Além disso, empregou elementos da Força Sindical que não se apresentavam no trabalho, foram "funcionários fantasmas" de maio de 91 a abril de 92 numa subsidiária do Banespa, a Baneser. Através dela, sem passar por concurso público, funcionários eram contratados para Estado de São Paulo.[456]

"O objetivo seria contrapor a ação sindical combativa da CUT em defesa dos trabalhadores e dos interesses do país, com um sindicalismo de negócio, sintonizado com os desejos patronais e as políticas governamentais antipopulares. As denúncias dão conta também de que o mesmo utilizou tais verbas para fins pessoais".[457]

---

[453] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.
[454] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.
[455] Entrevista de Wagner Cinchetto Folha de São Paulo apud Lucchesi, Cristiane Perini. Medeiros é acusado de esquema paralelo. Folha de São Paulo, Brasil, 25/Mar/95, 1-10. CD-ROM Folha edição 99.
[456] Lucchesi, Cristiane Perini. Força Sindical empregou seis no Baneser. Folha de São Paulo, Brasil1, 24/Abr/95, p. 1-10. CD-ROM Folha edição 99.
[457] Silva, Vicente Paulo da. Pela ética no movimento sindical. Folha de São Paulo Nacional, Tendências/Debates, 21/Abr/95, 1-3. CD-ROM Folha edição 99.

Situação atípica surgira em 1995, a utilização de férias coletivas, licenças remuneradas e até a suspensão parcial de linhas de produção. Esses mecanismos foram usados em grandes empresas de bicicletas e de eletroeletrônicos no país inteiro. A associação que reúne a indústria de bicicletas, Abraciclo, declarava que em maio as vendas haviam caído, em relação aos três primeiros meses do ano, 40%. Citava como exemplo da gravidade da situação, a Caloi, que, em 1994, já havia dado férias aos seus funcionários coletivamente, de 23 de maio a 8 de junho e de 26 de dezembro a 8 de janeiro de 95. Passou, em 1995, a dar três períodos, entre 17 de abril e 5 de maio, de 5 junho a 3 de julho e de 18 de dezembro a 8 de janeiro. A empresa, passou a revezar os turnos de trabalho. A Monark suspendeu, parte das linhas de montagem e acabamento de bicicletas, por uma semana. O diretor de marketing desta empresa, Daniel Galindo, declarava que era a "segunda parada parcial" naquele ano, a primeira havia sido no mês de maio. O vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ramiro de Jesus Pinto, declarava que havia, na Walita, também a possibilidade de férias coletivas, apesar da empresa negar qualquer intuito de férias coletivas para seus 1.400 trabalhadores até meados do mês de agosto.[458] A fábrica de lâmpadas Silvânia, dos seu 300 trabalhadores, 120 entraram em férias a partir do dia 8 de maio.[459]

As fábricas deram férias coletivas afirmando que a produção caiu, que não havia vendas, pararam linhas de produção e a entidade de classe dos trabalhadores, divulgou em 18 de julho de 1995 o telefone Disk Participação nos Lucros: (011 239-1470). O Presidente do Sindicato, Paulinho, afirmou que o objetivo era obter as

---

[458] De Chiara, Márcia. Indústria ataca estoque com férias. Folha de São Paulo, Dinheiro, 21/Jun/95, p. 2-1 e Da Reportagem Local. Ameaça de demissões preocupa metalúrgicos. Folha de São Paulo, Dinheiro, 19/Mai/95, p. 2-9, e Lucchesi, Cristiane Perini. Férias coletivas crescem em São Paulo e no ABC. Folha de São Paulo, Dinheiro-14/Jan/96, p2-10. CD-ROM Folha edição 99.

[459] Da Reportagem Local. Ameaça de demissões preocupa metalúrgicos. Folha de São Paulo, Dinheiro, 19/Mai/95, p. 2-9CD-ROM Folha edição 99.

informações, que os empresários ocultavam, sobre o lucro e a produção das empresas.[460]

[3]

O Sindicato dos Metalúrgicos, através de um acordo sobre participação nos lucros com a empresa Metal Frio, fábrica com 900 trabalhadores, encerrou uma greve que ocorria há 17 dias na qual os operários reivindicavam um abono "a título de participação nos lucros".[461]

Em 21 de agosto, os trabalhadores da Caloi pararam, reivindicando a participação nos lucros. Segundo o Sindicato, toda a empresa parou, eram cerca de 2.000 empregados. Mas para Bruno Caloi, Presidente da Empresa, a greve foi parcial.[462]

Nesse mesmo período, entre 6500 a 10.000 trabalhadores metalúrgicos do ABC, mobilizados pelo seu Sindicato, ligado à CUT, protestaram contra o fato de o governo haver reduzido, de 18% para 2%, as alíquotas para importação de autopeças e reivindicaram que os carros de fabricação brasileira utilizassem componentes, nacionais em mais de 70%, no menor limite. Sem esse índice, alertava o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, Luiz Marinho, em torno de cem mil trabalhadores perderiam seus empregos. Depois de não terem sido "recebidos no ministério e fizeram passeata até a Praça da República. A essa manifestação foi dado apoio informal pelo Sindipeças"[463]

---

[460] Lucchesi, Cristiane Perini et Do Val, Graziele. Metalúrgicos protestam contra demissões. Folha de São Paulo, Brasil, 03/Ago/95, p. 1-11. CD-ROM Folha edição 99.
[461] Lucchesi, Cristiane Perini et Do Val, Graziele. Metalúrgicos protestam contra demissões. Folha de São Paulo, Brasil, 03/Ago/95, p. 1-11. e Da Reportagem Local. Continental e Papaiz param, Dinheiro, 18/Jul/95, p. 2-7. CD-ROM Folha edição 99.
[462] Da Reportagem Local. Metalúrgicos da Caloi param. Folha de São Paulo, Dinheiro, 22/Ago/95, p. 2-3. CD-ROM Folha edição 99.
[463] Lucchesi, Cristiane Perini et Do Val, Graziele. Metalúrgicos protestam contra demissões. Folha de São Paulo, Brasil, 03/Ago/95, p. 1-11.. CD-ROM Folha edição 99.

Em 04 de outubro de 1995, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo apresentou duas propostas aos empresários da FIESP, com o objetivo de reduzir o desemprego. Segundo o próprio Presidente, as propostas eram ilegais naquele momento, mas poderiam ser legalizadas: “Vamos acertar com os empresários e depois levar as propostas ao governo para regulamentá-las." A primeira proposta é a contratação temporária para trabalhadores com idade abaixo de 18 anos e acima de 45; a segunda é a “jornada flexível de trabalho em troca da redução dessa jornada de 44 horas semanais para 40 horas”. De acordo com o Presidente do Sindicato, esse contrato de trabalho não seria registrado na carteira de trabalho e deveria ser feito diretamente entre a empresa e o Sindicato. De acordo com essa proposta seriam garantidos: as férias, o 13º salário, o aviso prévio e o pagamento dos feriados.[464]

No início da década cresceu o número de empresas que passaram a dar férias coletivas aos seus empregados. Em 1994, foram 233 empresas que utilizaram este tipo de férias para 15.685 trabalhadores. Em 1995 o Sindicato recebeu a comunicação de 247 empresas que deram férias para 22.088 trabalhadores. Em 1996, no começo do ano, 106 fábricas já haviam informado ao Sindicato que dariam férias coletivas para 9.814 trabalhadores. Tratavam-se, em sua maioria, de empresas médias e pequenas do setor de autopeças, mas havia também fornecedoras de peças para a indústria eletrônica. Este processo ocorreu em outros setores: “nos setores de autopeças, parafusos, bicicletas e máquinas também houve uma ampliação dos períodos dessas férias" [465]. Os períodos das férias coletivas

[464] Lucchesi, Cristiane Perini . Metalúrgicos pedem contrato temporário. Folha de São Paulo, Dinheiro, 04 de outubro de 1995, p. 2-14. CD-ROM Folha edição 99.
[465] Lucchesi, Cristiane Perini et Moreira, Marcelo. Férias coletivas crescem em São Paulo e no ABC. Folha de São Paulo, Dinheiro, 14 de Jan de 1996, p. 2-10. CD-ROM Folha edição 99.

foram ampliados também nos setores de autopeças, máquinas, parafusos e bicicletas.[466]

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo começou o ano de 1996 preocupado em encontrar uma alternativa para resolver os problemas enfrentados pelos empresários, alegando que 20% dos 80 mil trabalhadores empregados em 582 empresas de autopeças na cidade de São Paulo seriam demitidos. O Presidente do Sindicato, já no primeiro mês do ano, passou a procurar as empresas para fazer um contrato que flexibilizaria a jornada de trabalho e permitiria a redução dos gastos das empresas. O contrato garantiria que, quando houvesse necessidade de maior produção, os trabalhadores trabalhariam mais sem o pagamento de hora extra e quando a produção estivesse em baixa seria reduzido o custo de manutenção. Mas em outubro, no Dissídio Coletivo, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), concedeu aos trabalhadores metalúrgicos das indústrias de autopeças, fundição e forjaria, 120 dias de estabilidade, além dos 16,94% de reajuste reivindicados apesar dos empresários pretenderem conceder apenas 12%.[467]

Em 13 de fevereiro de 1996, foi assinada a Convenção Coletiva estabelecendo um contrato especial de trabalho entre, de um lado, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e de outro lado os Sindicatos patronais ligados a FIESP (o Sindimaq, Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas; o Sinaees, Sindicato da Indústria de

---

[466] Almeida,Eduardo Freitas de secretário-geral do Sindicato apud Lucchesi, Cristiane Perini et Moreira, Marcelo. Férias coletivas crescem em São Paulo e no ABC. Folha de São Paulo, Dinheiro, 14de Jan de 1996, p. 2-10 e Férias dobradas; Folga antecipada; Os responsáveis; Pedra sobre pedra; Dinheiro de plástico; Pensando no futuro; Com metas; Na frente; Fusão. Folha de São Paulo, Dinheiro, 28/Nov/96, p. 2-2. CD-ROM Folha edição 99.

[467] Da Sucursal de Brasília: Metalúrgicos de SP negociam flexibilização. Folha de São Paulo, Dinheiro, 13/Jan/96 p. 2-3. CD-ROM Folha edição 99.

Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo; o Sindratar, Sindicato da Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo; o Sicetel, Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos; o Sindicel, Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos no Estado de São Paulo; o Simefre, Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários; o Siamfesp, Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não-Ferrosos no Estado de São Paulo e o Sindbalanças, Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas de São Paulo).

Esta Convenção teve como objetivos, conforme o próprio texto:

> "estimular e facilitar a admissão de trabalhadores, convencionar novas formas e condições de contratação, de acordo com as necessidades das empresas, nos seguintes termos: Cláusula 1ª: As contratações dar-se-ão através dos seguintes instrumentos:
> I) Contrato de trabalho individual flexível - CTIF, quando se tratar de um único trabalhador.
> II) Contrato de trabalho coletivo flexível - CTCF, quando a contratação se der em relação a vários trabalhadores.
> Cláusula 2ª: Estes contratos passam a integrar o sistema global de contratação coletiva de trabalho, tendo validade legal de prova individual quanto à vida profissional do empregado.
> Cláusula 3ª: Por ter validade de que trata a cláusula 2ª acima, os contratos deverão ser firmados pelo(s) empregado(s), pela empresa, pelo Sindicato profissional e pelo Sindicato patronal.
> Parágrafo único: Esta forma de contratação dispensará a anotação na CTPS do empregado, devendo a prova da relação de emprego, inclusive para efeito previdenciário, ser feita mediante cópia dos contratos de que tratam os incisos I e II da cláusula 1ª acima.
> Cláusula 4ª: A contratação será por tempo determinado, pelo período mínimo de 3 (três) meses, podendo ser renovada sucessivamente até o limite máximo de 2 (dois) anos.
> Parágrafo único: Serão considerados como período de experiência os primeiros 30 (trinta) dias, não se aplicando a multa prevista na cláusula 7ª caso o empregado não seja aprovado no citado período.
> Cláusula 5ª: O trabalhador contratado nesta modalidade receberá de acordo com as horas efetivamente trabalhadas, sendo que o descanso semanal remunerado de que trata a lei nº 605/49 será pago proporcionalmente a essas horas.
> Cláusula 6ª: Ficam os contratantes empregadores dispensados, relativamente aos contratos celebrados na forma desta convenção,

do recolhimento do FGTS em nome dos contratados, desde que observadas as condições instituídas nesta cláusula:
Parágrafo 1º: Obriga-se o contratante empregador a abrir conta bancária especial, em instituição financeira de sua livre escolha, a que se denominará Fundo de Garantia do Trabalhador da empresa empregadora, com expressas instruções à direção do banco para aplicação remuneratória dos depósitos nela efetuados, obedecidas as seguintes condições:
a) Mensalmente, será creditado em favor do trabalhador contratado na forma desta convenção o valor equivalente a 10% (dez por cento) de sua remuneração;
b) O trabalhador, ao término do contrato, ou antes, mas a cada três meses no caso de a contratação ultrapassar esse período, poderá levantar o saldo existente em seu nome, sem qualquer justificativa;
c) Na conta bancária consistente naquele fundo privado de garantias, os depósitos serão identificados mediante a qualificação completa de cada beneficiário, de forma a assegurar o saldo e o rendimento atribuíveis a cada empregado;
d) Na hipótese de vir-se a empresa empregadora compelida a recolher, em nome dos empregados contratados na forma desta convenção, o FGTS, da lei nº 5.107/66, as obrigações e direitos instituídos nesta cláusula cessarão imediatamente os saldos da conta bancária referida pelo parágrafo 1º.
Parágrafo 2º: O Sindicato profissional poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação dos recolhimentos efetuados de acordo com esta cláusula.
Cláusula 7ª: No caso de rescisão antecipada por parte do empregador, sem justa causa, dos contratos celebrados de acordo com esta convenção, será este obrigado a pagar multa contratual em valor equivalente ao último salário nominal percebido pelo empregado, sem quaisquer outros acréscimos.
Parágrafo 1º: No caso de o empregado ter interesse em rescindir antecipadamente o contrato, deverá comunicar a empresa por escrito com a antecedência de 30 (trinta) dias, sob pena de multa igual à estabelecida para o empregador no caput desta cláusula.
Parágrafo 2º: No caso de rescisão por justa causa, incidirão as disposições dos artigos 482 e 483 da CLT, ficando a empresa e o empregado expressamente isentos das multas contratuais previstas nesta cláusula.
Cláusula 8ª: A contribuição do empregador ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) será rigorosamente igual ao valor descontado do empregado, respeitando-se as faixas salariais determinadas pela Previdência Social.
Cláusula 9ª: No que se refere aos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados contratados nesta modalidade, as empresas ficam isentas dos seguintes recolhimentos: salário-educação, Sebrae e Incra.
Cláusula 10ª: A jornada de trabalho nesta modalidade não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas semanais ou 4 (quatro) horas diárias de segunda-feira a sábado, nem superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 8 (oito) horas diárias.
Parágrafo único: As horas excedentes a 44 (quarenta e quatro) semanais ou 8 (oito) horas diárias, serão remuneradas com os adicionais previstos no instrumento normativo da categoria, independentemente da jornada contratada.

> Cláusula 11ª: As empresas poderão utilizar-se desta modalidade para a contratação de empregados, obedecendo a seguinte proporção:
> I) Empresas com até 50 empregados: 25% do efetivo regular;
> II) Empresas com 51 até 500 empregados: 20% do efetivo regular;
> III) Empresas com mais de 500 empregados: 10% do efetivo regular.
> Parágrafo 1º: Em relação às faixas II e III supra, fica garantido como mínimo o total máximo de trabalhadores permitido na faixa imediatamente anterior.
> Parágrafo 2º: Ficam as empresas rigorosamente obrigadas a observar os percentuais fixados nesta cláusula, sob pena de se considerarem rescindidos, por culpa e com as respectivas sanções, os contratos que excederem os limites aqui estabelecidos.
> Cláusula 12ª: Os empregados sob o regime de contratação flexível, individual ou coletivo, farão jus às férias, um terço constitucional e 13º salário de maneira proporcional à jornada contratada.
> Cláusula 13ª: Aos trabalhadores contratados nesta modalidade, serão aplicadas as cláusulas constantes da vigente norma coletiva da categoria que não conflitem com as regras estabelecidas no contrato celebrado de acordo com este contrato especial de trabalho.
> Cláusula 14ª: As partes declaram que esta convenção entrará em vigor na forma do artigo 614 de CLT, comprometendo-se a enviar ao Congresso Nacional cópia desta avença ao que o legislador possa adequar a legislação brasileira às modernas necessidades e realidades do mercado de trabalho, prevenindo-se eficazmente o desemprego.
> Parágrafo único: Na hipótese de legislação superveniente que consagre os preceitos adotados nesta convenção, as partes contratantes comprometem-se a adequá-la às normas legais que vierem a regê-las, independentemente do direito adquirido pelo ato jurídico perfeito do contrato, adotando-se o permissivo do parágrafo 2º do art. 615 da CLT.
> Cláusula 15º: No que tange ao cumprimento das cláusulas 6ª, 8ª e 9ª, estas ficam condicionadas à edição pelo governo federal de legislação e regras específicas.
> Por estarem justas e acertadas, e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente convenção coletiva de trabalho.
> São Paulo, 13 de fevereiro de 1996”[468]

O empresário de uma fábrica com 850 trabalhadores, Lucia, afirmou que depois de discutir por cerca de um mês com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulinho, “elaboraram [um] contrato conjuntamente, “a quatro mãos”. que, só após sua elaboração, apresentaram ao Sindicatos patronais. Para o empresário e o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos esta seria “a forma de viabilizar o problema do desemprego e de começar a combater o custo Brasil”.

[468] Folha de São Paulo, Dinheiro, 14de Fev de 96, p. 2-3. CD-ROM Folha edição 99.

Segundo o empresário, o Presidente do Sindicato já possuía essa idéia e ambos reviram "todos os itens de custo da empresa e, obviamente, o custo Brasil passa pelas conquistas sociais e pelos impostos." Para o empresário, a redução de gastos de imediato era muito pequena. Mas, "se o Brasil inteiro [entrasse], se a gente [conseguisse] mudar a legislação, [teríamos] uma redução de custo em cascata."[469] Afirmavam que era a forma que possuíam de ficarem competitivos. No entanto, o Ministério Público do Trabalho concluiu que esse acordo coletivo firmado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e os representantes patronais, reduzindo os encargos sociais, não possuía validade para a Justiça do Trabalho uma vez que rompia com CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e com a Constituição Federal no seu artigo 7º, em função disto solicitava à Justiça a anulação do acordo.[470]

Em dezembro de 1996, o TRT, ao julgar o Dissídio Coletivo solicitado pelos Sindicatos Patronais, que buscavam eliminar o adicional noturno, a hora extra e cerca de 70% das cláusulas da Convenção, decidiu manter todas as Cláusulas e também não homologou os Acordos em que a manutenção das cláusulas sociais estivesse condicionada a reajuste zero.[471]

Apesar de uma liminar da Justiça ter imposto a contratação conforme as normas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o empresário Paulo José Lucia continuou contratando empregados com base no Acordo Coletivo considerado pela justiça ilegal e ainda afirmou que "O juiz também cancela a cláusula de contratação temporária. Mas posso contratar por quanto tempo quiser. É inócuo o que o juiz está

---

[469] Entrevista com Paulo José Lucia principal executivo da Aliança Metalúrgica, realizada por Barelli, Suzana. Metalúrgica quer mudar lei e manter as contratações. Folha de São Paulo, Brasil, 20 de Fev de 96, p. 1-4. CD-ROM Folha edição 99.
[470] Sucursal de Brasília Procurador vai pedir anulação de acordo. Folha de São Paulo, Dinheiro, 15 de fev de 1996, p. 2-7. CD-ROM Folha edição 99.
[471] Lírio, Sérgio. Cláusulas sociais são mantidas pelo TRT .Folha de São Paulo, Dinheiro, 13de dez de 1996, p. 2-7. CD-ROM Folha edição 99.

falando. (...) O contrato não pode mudar. Temos de ter uma legislação guarda-chuva, que garanta os direitos macros." Esse empresário afirmou também que "se falarmos que vamos lutar pelo desemprego e que o único jeito é ter encargo mais barato haverá uma movimentação muito maior por esse tipo de contrato. Se não mudar, este país não vale nada." Disse que o FGTS, entre outros itens, era "um despautério e deve ser suprimido e que foi eliminado, juntamente com a carteira de trabalho no contrato redigido a quatro mãos com o Presidente do Sindicato. O empregado é, nesse contrato tratado em condições iguais ao patrão, se em alguma hipótese (pouco provável que venha a existir) o patrão quiser rescindir o contrato pagará uma multa ao empregado igual ao último salário e se operário precisar ou quiser deixar o emprego, deverá comunicar a empresa com 30 dias de antecedência, ou pagar multa de um salário à empresa".[472]

Satisfeito com a ação do Presidente do Sindicato em defesa dos interesses dos empresários, Paulo José Lucia declarava que o mesmo era um excelente líder e que em sua lógica, não abria mão das conquistas sociais, como o 13º salário e as férias. Para ele, Paulinho era um líder sindical que "entendia o lado da empresa e o do empregado, (...) tinha futuro". Contudo, outros empresários que estavam dispostos a admitir empregados com base neste Contrato Coletivo, com a liminar da justiça desistiram de fazê-lo e aguardaram a chegada de legislação que garantisse a contratação sem registro.[473]

---

[472] Lírio, Sérgio. Cláusulas sociais são mantidas pelo TRT. .Folha de S. Paulo, Dinheiro, 13de Dez de 96, p. 2-7 e Folha de São Paulo Os Pontos Mais Polêmicos .Folha de S. Paulo, sub-retranca, Dinheiro 13/fev/96, , p. 2-7. Barelli, Suzana. Metalúrgica quer mudar lei e manter as contratações Folha de S. Paulo, Brasil, Entrevista da 2ª.20 de Fev de 96, p. 1-4. CD-ROM Folha edição 99.

[473] Entrevista com Paulo José Lucia principal executivo da Aliança Metalúrgica, realizada por Barelli, Suzana. Metalúrgica quer mudar lei e manter as contratações. Folha de São Paulo, Brasil, 20/Fev/96, p. 1-4. e Barelli, Suzana. Empresa já recua no acordo trabalhista. Folha de São Paulo, Dinheiro 15/Fev/96, 2-1CD-ROM Folha edição 99.

Mas para a CUT essa “proposta de cortar encargos sociais é dos empresários” e o objetivo é cortar salário indireto do trabalhador. O caminho para gerar emprego passava, para o Presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho por “uma política de crescimento econômico aliada à redução da jornada de trabalho". O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, Heiguiberto Guiba Navarro, defendia que a cobrança de certos encargos deveria sair da folha de pagamento e ser taxada sobre o faturamento das empresas e exemplificava: “Salário educação, contribuições ao Incra, Senai, Sebrae e auxílio enfermidade”.[474]

O Presidente do Sindicato, Paulinho, afirmava que propusera esse contrato com o objetivo de negociar sua eventual legalidade. "A forma pode ser uma MP (medida provisória) ou uma nova lei". O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, considerou o Acordo um exemplo para ser seguido por outras categorias. Enquanto isso, a FIESP alertava aos empresários para avaliar o aspecto legal do Acordo e informava que poderia haver problemas trabalhistas.[475]

Segundo a Folha de São Paulo, Paulinho, empenhado em implantar as medidas que o TRT de São Paulo considerou ilegais e contra os direitos dos trabalhadores, passou a realizar intensa campanha com o objetivo de convencer e mobilizar os trabalhadores e os empresários para a implementação dessas medidas, defendidas por ele como: “condição de gerar emprego”. Afirmava que visitaria durante o dia mais de cem fábricas contando nessa agitação e propaganda com

---

[474] Lucchesi, Cristiane Perini et Moreira, Marcelo’Estão querendo tirar salário do trabalhador'. Folha de São Paulo, Brasil, 05/Fev/96, p. 1-2. CD-ROM Folha edição 99.
[475] Metalúrgica é 1ª a aderir a contrato que reduz encargos. Folha de São Paulo, Dinheiro 13/Fev/96, p. 2-7. CD-ROM Folha edição 99.

cerca de 80 carros de som. Estava também programada, para a semana seguinte uma manifestação em frente à Procuradoria Regional do Trabalho.[476]

Conforme a imprensa, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos estava indignado com a ação da Procuradoria contra o contrato ilegal, afirmava que era “uma intromissão indevida". Sobre a audiência de conciliação convocada pelo TRT, afirmava que não poderia haver acordo, "porque já há acordo entre o Sindicato e as empresas". Para ele, o TRT deveria apresentar uma proposta alternativa que possibilitasse a contratação de mais trabalhadores. Tanto no Departamento Jurídico do Sindicato, quanto no do grupo 19-3 da FIESP, eram estudadas alternativas para legalização das cláusulas suspensas.[477]

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tornava-se cada vez mais querido pelos empresários. O Diretor-Presidente da empresa Tormee, Fabrizio Giovannini, declarou que após a implantação de uma política de redução dos custos, do aumento de produtividade, da queda no número de empregados de 850 no final da década de 80 (1989) para 360 em 1996 a empresa deixou de ter o relacionamento complicado com o Sindicato. Segundo ele, "Os dirigentes do Sindicato passavam primeiro pela nossa empresa, chamavam nossos trabalhadores para greve e depois iam para as companhias vizinhas, como a Villares". Em 1996, a postura do grupo proprietário da empresa havia mudado muito na relação com seus funcionários. Em 1995, passou a pagar, como participação nos lucros, a cada empregado meio salário, posteriormente, a partir de acordo com o Sindicato passaram a distribuir 10% dos lucros. O diretor Presidente, afirmou também que foi adotada “uma postura de

---

[476] Cézari, Marcos Metalúrgicos iniciam campanha por emprego. Folha de São Paulo, Dinheiro, 22/Fev/96, p. 2-3 e Barelli, Suzana. Empresa já recua no acordo trabalhista. Folha de São Paulo, Dinheiro 21/Fev/96, 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

[477] Cézari, Marcos Metalúrgicos iniciam campanha por emprego. Folha de São Paulo, Dinheiro, 22/Fev/96, p. 2-3. CD-ROM Folha edição 99.

maior transparência dos números da empresa. Informações sobre situação do grupo e do mercado são passadas aos funcionários a cada dois meses".[478]

Em abril de 1996, empresários e sindicalistas elaboraram uma proposta de reforma tributária em conjunto com a FIESP e mais 91 entidades, entre elas estava a Força Sindical. Em um ato na sede da Força Sindical, Palácio do Trabalhador, o Presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, se sentiu à vontade para defender entre as outras reformas objeto do ato, "as reformas nas relações trabalhistas". O Congresso Nacional foi o objeto da crítica. Para o Coordenador da Ação Empresarial, responsável pela defesa, no Congresso, dos interesses dos empresários, Jorge Gerdau Johannpeter, o Congresso era "o maior limitador do desenvolvimento no país é o sistema tributário, que encarece produção e exportações." Luiz Antônio de Medeiros, Presidente da Força Sindical, afirmou que "Governo e Congresso foram fracos, fisiológicos e débeis na reforma da Previdência, que manteve privilégios. Precisamos nos mobilizar, empresários e trabalhadores, para que isso não se repita".[479]

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo propôs aos empresários que criassem uma central nacional com o nome de Força Empresarial ou Central Única dos Empresários.[480]

Em junho de 1996, a CUT, através do seu jornal O Metalúrgico, denunciou: "A família Villares controla uma multinacional brasileira que representa um dos maiores capitais do país. Ela explora nos quatro cantos do Brasil e em outros países milhares de trabalhadores. Impõe um regime de trabalho dos tempos da ditadura (...). Utiliza

---

[478] Da Reportagem Local. Empresa muda relação com funcionário. Folha de São Paulo, Dinheiro, 27/Mai/96, p. 2-12. CD-ROM Folha edição 99.
[479] Lucchesi, Cristiane Perini . FIESP e Força criticam falta de rapidez do governo FHC. Folha de São Paulo, Brasil, 04/Abr/96, p. 1-5. CD-ROM Folha edição 99.
[480] Lucchesi, Cristiane Perini . FIESP e Força criticam falta de rapidez do governo FHC. Folha de São Paulo, Brasil, 04/Abr/96, p. 1-5. CD-ROM Folha edição 99.

seu poder econômico para massacrar e impedir qualquer resistência dos trabalhadores nas suas fábricas. Não aceita diálogo, combate as CIPAS que tentam funcionar e não admite sequer a idéia de Comissão de Fábrica." E declarou que "a CUT do Estado de São Paulo vai jogar toda a força para organizar e unificar todos os trabalhadores das empresas Villares" e informou que no dia 11 de junho os trabalhadores da fábrica de motores e elevadores entraram em greve por aumento salarial de 20%, por equiparação salarial, por aumento nas faixas de salários de 50%, por Comissão de Fábrica, por direito à horário para café sem aumentar a jornada de trabalho. Além disso, denunciou que a fábrica estava impedindo que os trabalhadores levassem lanches ao local de trabalho e estava punindo os insubordinados, dando advertência aos que encontrava mastigando.[481]

A Greve Geral de 21 de junho de 1996 parou apenas 30% dos trabalhadores da Metal Leve, segundo assessoria de imprensa da empresa. Na fábrica de Elevadores Atlas, que pertencia ao grupo Villares, todos os trabalhadores, cerca de 1.000, não foram ao trabalho. Segundo José Menino de Miranda, assessor de imprensa do grupo Villares, "o grupo de diálogo" decidiu, após uma consulta aos trabalhadores, evitar qualquer conflito no dia da greve. Na MWM, de acordo com o Eduardo de Luca gerente de Recursos Humanos, a fábrica funcionou normalmente, por causa de transporte, talvez alguns não tenham conseguido chegar ao trabalho. "Os piquetes nas fábricas da região de Santo Amaro não surtiram efeito."[482]

Em 10 de setembro de 1996, os Sindicatos dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, vinculados as centrais CUT e Força Sindical, tomaram a decisão de unificar a campanha salarial dos setores que tinham data-base em novembro. Com

---

[481] Jornal Metalúrgico da CUT, grupo Construir a CUT pela base, junho de 1986, CPV, Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, Pasta da Vilares.

[482] Da Reportagem Local. Villares cria "feriado" para evitar conflitos. Folha de São Paulo, Dinheiro, 23/Jun/96, p. 1-7. CD-ROM Folha edição 99.

essa decisão, passou a ser cerca de 1,02 milhões de metalúrgicos, organizados em 63 Sindicatos, lutando unidos na campanha salarial. Este número que poderia ter aumentado, caso a data base dos Metalúrgicos dos setores Eletroeletrônicos e de Máquinas ligados à CUT tivesse sido transferida para novembro como a Central pretendia fazer. A negociação conjunta ocorrera pela última vez em 1979. Seu objetivo era combater o desemprego, que só em São Paulo, atingia 33 mil metalúrgicos desde a implantação do Real. Para o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, representante de 128 mil metalúrgicos a conjuntura econômica dava "medo na categoria." Com as demissões que ocorreram no decorrer de um ano a ação seria "uma campanha de resistência." Essa ação conjunta buscava principalmente reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, uma vez que, para ele "A redução da jornada é fundamental para conter as demissões". Mas estavam também presentes outras reivindicações, como a mudança do piso salarial de "R$ 261 para R$ 500, a reposição da inflação do período, que deve ficar em torno de 14%, aumento real do salário, representação sindical no local de trabalho, participação nos lucros e resultados e a aplicação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho", norma que proibia demissões sem justa causa e que havia sido regulamentada em janeiro daquele ano.[483]

Em 6 de novembro de 1996, foi iniciado um processo de greve nas fábricas. No dia 12, 122 empresas, que empregavam cerca de 46 mil trabalhadores dos 350 mil da capital já haviam fechado acordo. Ainda permaneciam paradas 35 unidades produtivas e o processo continuava.[484]

---

[483] Fernandes, Daniela. CUT e Força fazem acordo inédito. Folha de São Paulo, Dinheiro, 10/Set/96, p. 2-12. CD-ROM Folha edição 99.

[484] Da Reportagem Local e da Folha Sudeste e da Folha Sudeste. 36 empresas fecham acordo em São Paulo Folha de São Paulo, Dinheiro, 13/Nov/96, p. 2-11. CD-ROM Folha edição 99.

Naquele ano, os Sindicatos estavam “fragilizados e em busca de novas ações diante da massa de trabalhadores ameaçados constantemente pelo medo do desemprego, que já atinge 13% da força de trabalho na cidade de São Paulo e as empresas não aceitavam dar nenhum reajuste e queriam uma redução drástica na pauta de reivindicações, baseadas em justificativas que vão desde a estabilização econômica e inflacionária até a dificuldade de competir com empresas nacionais e internacionais tanto no preço dos produtos como na mão-de-obra.” As negociações entre os Sindicatos e os empresários ocorreram com os trabalhadores reivindicando os reajustais salariais e a permanência no emprego e os empresários, além de continuarem sem querer reajustar os salários, queriam também reduzir de forma extrema as reivindicações. [485]

As negociações dos dissídios coletivos traziam a discussão sobre a participação nos lucros ou nos resultados conquistados pelas empresas, as greves buscavam essa questão. Os Sindicatos defendiam que o empregado estava trabalhando mais e que gerava lucros e recursos para novos investimentos na empresa. O empregador alegava ser o lucro insuficiente para discutir a manutenção de emprego e menos ainda para o aumento de salário. No entanto, pesquisas do IBGE e outros institutos, constataram que houve, em 1996, um aumento na produtividade industrial de cerca de 11,53%, em oposição aos cerca de 3,8% ocorridos em 1995. Além disso, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) mostrou, através de uma pesquisa que, em 1996, o faturamento seria 5% maior do que o obtido em 1995.[486]

---

[485] Sanches, Cristina. O duro embate entre empresas e empregados. RH Em Síntese nº 13 nov/dez 1996 - ano II – pp. 28 a 30.http://www.gestaoerh.com.br/site/visitante/artigos/remu_007.php.Retirado 1 de setembro de 2007

[486] Amorim, Wilson, coordenador do DIEESE, apud Sanches, Cristina, op. cit.

Um exemplo do desmonte do Parque Industrial da Zona Sul, pôde ser visto no caso da Metalúrgica Instron. Em 13 de março de 1997, foi leiloada a Metalúrgica, empresa do grupo Matarazzo, situada à Avenida das Nações Unidas, 22.069. Esta empresa foi aberta em 2 de janeiro de 1985 e possuía cerca de 189 trabalhadores em 1991, mas estava devendo ao Estado de São Paulo cerca de R$ 50 milhões em ICMS,. Seu prédio foi avaliado em R$ 4,14 milhões e arrematado por 1,5 milhão. No entanto, a empresa pode ter continuado a funcionar até o início da década seguinte, porque só em 15 de janeiro de 2002 foi dada baixa no Sindicato e nela constavam 82 empregados.[487]

A Força Sindical propôs ao Congresso um projeto de contrato temporário e o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, passou a cobrar do Presidente Fernando Henrique Cardoso empenho na aprovação desse projeto[488]

O desemprego, trazido pela reestruturação, atingiu os parques industriais de toda a Grande São Paulo. No ABC, a base do Sindicato dos Metalúrgicos, que no início da década de 90 chegara a possuir 200 mil trabalhadores, foi reduzida para 118 mil no final de 1997.[489]

Na Região Metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego em dezembro de 1994 era de 7,8% da População Economicamente Ativa (PEA); em dezembro de 1996, era de 9,8% e em dezembro de 1997 era de 10,2%. Mas, com a inclusão dos desempregados ocultos, essa taxa passava para 12,6% em dezembro de 1994, 14,2% em dezembro de 1996 e 16,6% em 1997. Concomitante à redução do número de assalariados, aumentou a informalização, essa já superava, em 1997 a 50% do

---

[487] Da Reportagem Local. Metalúrgica foi leiloada. Folha de São Paulo, Dinheiro, 12/Mar/97, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99, SMSP doc. cit., Cadastro Industrial do SENAI 1991, banco de dados cit.
[488] Paulinho cobra contrato temporário. Folha de São Paulo, 14 de Mar de 1997, Dinheiro p.2-15. CD-ROM Folha edição 99.
[489] Espósito, Mauricio. Reestruturação trouxe desemprego. Folha de São Paulo, Dinheiro, 18 de Jan de 1998, p. 2-7. CD-ROM Folha edição 99.

PEA.[490] "A queda no nível de atividade econômica derivada da elevação da taxa de juros – o caminho escolhido para frear a expansão do déficit comercial e, via aumento do desemprego, reduzir os salários ¯ torna ainda mais sombrias, para os trabalhadores, as perspectivas do futuro."[491]

Em novembro de 1997, com o anúncio pelo governo do pacote fiscal às empresas, as indústrias do setor de eletrodomésticos, que estavam com as vendas em queda desde maio e que possuíam estoques acumulados, passaram a demitir e dar férias coletivas aos empregados. Na Zona Sul, a Continental, indústria de eletrodomésticos que possuía 2,4 mil trabalhadores, apesar de haver, segundo o diretor do Sindicato Miguel Eduardo Torres, prometido ao Sindicato dar férias coletivas para tentar evitar as dispensas, demitiu 240 empregados em três dias úteis. As demissões surpreenderam. O Sindicato afirmava que aguardava outro comportamento dos empresários[492]. Para discutir as demissões, cerca de 1000 empregados participaram na frente da fábrica, de uma assembléia. Até então, "a empresa não discutiu com o Sindicato algumas alternativas às demissões" como a flexibilização da jornada de trabalho.[493]

Empresários da FIESP propuseram que fossem incluídos no acordo de trabalho, cláusulas que permitissem a negociação direta por empresa, entre patrões e empregados, e que nessas negociações fosse permitido desrespeitar clausulas (que explicitavam direitos conquistados pela categoria), existentes nas Convenções

---

[490] DIEESE, apud Tavares, Maria da Conceição. O PLANO REAL E O DESEMPREGO: alguns aspectos da evolução recente. Fev de 1998. http://www.abordo.com.br/mctavares/empre98.htm. Retirado em 1 de agosto de 2007

[491] Maria da Conceição. Fev de 1998, op. cit.

[492] Fábricas iniciam processo de demissões. Folha de São Paulo, Dinheiro, 19 de novembro de 1997, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

[493] Apud Fábricas iniciam processo de demissões. Folha de São Paulo, Dinheiro, 18 de novembro de 1997, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

Coletivas.[494] A FIESP pretendia que, caso um patrão quisesse, por exemplo, aumentar a produção aos sábados e domingos, poderia negociar com os seus empregados formas que lhes possibilitassem reduzir o custo das horas extras decorrentes destes aumentos. Para o representante dos setores de máquinas e equipamentos, Ariovaldo Lunardi, as empresas estavam imobilizadas pela Convenção Coletiva, sem poder lutar para reduzir custos da produção. Ariovaldo afirmava que sua classe não queria "acabar com os direitos dos trabalhadores, mas sim fazer com que o acordo coletivo se adapte às especificidades de cada empresa." E o Presidente do Sindicato, Paulinho, não via nenhum problema em possibilitar aos patrões a liberdade que ambicionavam. Achava que isso era possível uma vez que o Sindicato participaria dela e até via a negociação estimulada. Atitude oposta tomava o Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM-CUT), Paulo Sérgio Ribeiro Alves, para quem as mudanças buscadas nas regras da convenção eram uma "ameaça aos direitos dos trabalhadores."[495]

Conforme o Presidente do Sindipeças, Paulo Butori, o Acordo firmado entre a Força Sindical e a indústria de autopeças, em dezembro de 1997, permitia a redução de 10% nos salários e 25% na jornada de trabalho. Apesar do interesse de outros setores pelas vantagens desse acordo, as adesões só começariam a ocorrer no início do ano seguinte, após as vendas do natal, porque as programações das empresas e as férias coletivas já se encontravam definidas quando o acordo foi assinado. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com a mesma opinião do Presidente do Sindipeças, afirmava que cerca de 70% das fábricas da indústria de autopeças, em que os trabalhadores eram filiados à Força Sindical

---

[494] Convenções Coletivas de Trabalho, ou norma privado-coletiva, são contratos coletivos firmados entre sindicatos (patronal e de empregados).

[495] Lírio, Sérgio. FIESP quer acordo de trabalho mais flexível. Folha de São Paulo, Dinheiro, 06/Out/97, p. 2-. CD-ROM Folha edição 99.

adeririam ao contrato, um total entre 150 e 200 empresas. Muitas indústrias manifestavam que, se no final do ano as vendas fossem recuperadas, o problema dos altos estoques seria resolvido, ou com o prolongamento das férias coletivas, ou com o uso do banco de horas, que criava uma jornada flexível, assim, as folgas passavam a ser compensadas com horas extras. Também a indústria eletrônica já havia se manifestado sobre a redução de salário e da jornada como uma boa escolha para adequação da oferta à procura. Algumas das empresas do setor já haviam iniciado negociação. Na Zona Sul, a Semp Toshiba estava programando para, a partir de fevereiro, reduzir o salário dos empregados e em 25% a jornada de trabalho. Na indústria de eletrônicos, o Presidente da Eletros, entidade que reúne os empresários do ramo, já estava com reunião marcada para discutir implementação do contrato, pois, segundo seu Presidente, Roberto Macedo, "A produção e o salário precisam ser flexíveis". Para o Presidente da Abimaq, Sérgio Magalhães, o banco de horas era uma alternativa, “porque o setor não tem encomendas para 32 semanas de trabalho, mas apenas para 16 semanas”.[496]

Em novembro de 1997, com a alta dos juros, algumas empresas que já vinham apresentando queda nas vendas, começaram a reduzir a produção, com férias coletivas ou demissões. Entre essas empresas, estavam três fábricas grandes. Novembro é período em que tradicionalmente as indústrias trabalham, a todo vapor, produzindo as encomendas do natal. Entre essas fábricas encontrava-se a Monark, que possuía 4 mil empregados.[497]

Segundo a imprensa, após a ratificação, em assembléia, pelos trabalhadores de uma fábrica em São Paulo, do Acordo feito entre a Força Sindical e a Indústria de

---

[496] Fernandes, Fátima e Lírio, Sérgio. Férias coletivas adiam ajuste no salário. Folha de São Paulo, Dinheiro, 14/Dez/97, p. 2-14. CD-ROM Folha edição 99.
[497] Lírio, Sérgio. Alta dos juros leva 3 indústrias a anunciar férias coletivas neste mês. Folha de São Paulo, Dinheiro, 06/Nov/97, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

Autopeças, reduzindo a jornada de trabalho e os salários dos trabalhadores, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, concluiu que o processo de desregulamentação das leis trabalhistas com o objetivo de reduzir os custos da produção, do qual ele era vanguarda, estava desencadeado. Ele calculava que já nos dois primeiros meses de 1998, esse Acordo firmado entre a Força Sindical e a Indústria de Autopeças, estaria implantado, em, no mínimo, 70% das Indústrias de Autopeças do Estado de São Paulo.[498] Após 40 dias da assinatura do Acordo que tanto a Força Sindical, quanto os patrões haviam alardeado que reduziria o desemprego e os custos da produção e que era necessária para todos, a adesão foi insignificante. O Presidente do Sindicato afirmava que existiam mais três empresas médias e pequenas que adeririam e que se mantinham no anonimato com receio de como repercutiria frente aos fornecedores. Mas o Presidente do Sindicato, o articulador principal desse contrato de flexibilização, reconheceu que fizeram "uma avaliação errada da conjuntura", e que a situação não era tão mal quanto era defendida. O representante do Sindipeças, Drausio Rangel, afirmou que "a situação não é tão grave quanto se alardeava".[499]

Para executar a jornada flexível, a Diretoria do Sindicato propunha a criação de um banco de horas, que possibilitaria ao empregador ter o operário trabalhando jornadas semanais acima de 40 horas quando houvesse demanda de produção e sem pagar as horas-extras. Pois estas horas acima da jornada seriam computadas e quando houvesse queda da demanda, o trabalhador teria as horas compensadas com folgas. Ariovaldo Lunardi, coordenador do grupo 19-3 da FIESP, que congregava oito Sindicatos patronais (das indústrias de máquinas, de

---

[498] Arbex, Mauro. Metalúrgica fecha acordo e diminui salários e jornada. Folha de São Paulo, Dinheiro, 24 de Dez de 1997, p. 2-3 e Paulinho espera 70%de adesão de empresas. (pág. Cit.). CD-ROM Folha edição 99.

[499] Esposito Mauricio. Acordo antidesemprego fica no papel. Folha de São Paulo, Dinheiro, 23/Jan/98, p. 2-1. CD-ROM Folha edição 99.

eletroeletrônicos, de balanças, de refrigeradores de ar, de material ferroviário, de torneiras e panelas, de trefilação de metais ferrosos e de trefilação de metais não-ferrosos), afirmou que nas últimas negociações apresentara propostas semelhantes Para ele "O fato de os Sindicatos estarem propondo isso hoje é um reflexo da modernização nas relações de trabalho".[500]

No dia 3 de novembro de 1998, ano em que Medeiros, Presidente da Força Sindical, foi eleito deputado federal pelo PFL[501], o Presidente da República assinou a Medida Provisória 1.726/98. Ela autorizava ao empregador a suspensão temporária do contrato de trabalho "por um período de dois a cinco meses," sem o pagamento de salário. Estabelecia que, durante o período de suspensão, o empregador deveria oferecer ao trabalhador, "curso ou programa de qualificação profissional" (Art. 1º: ART. 476-A**)**. Criou a bolsa de qualificação profissional, financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT[502]. Durante o período em que o trabalhador estivesse com o contrato suspenso, o empregador ficaria desobrigado legalmente de qualquer ônus, e até "poderia conceder ao empregado ajuda compensatória mensal" (Art. 1º: ART. 476-A § 3º e § 4º). Mas o salário do trabalhador com o contrato suspenso teria uma queda que, em muitos casos, chegaria a 70%. Segundo um empresário, haveria duas alternativas para "enfrentar a queda nas vendas", o contrato ser suspenso temporariamente ou a demissão dos trabalhadores.[503]

Tanto essa "ajuda compensatória" quanto a suspensão só poderiam ser

---

[500] Lucchesi, Cristiane Perini. Metalúrgicos pedem contrato temporário. Folha de São Paulo, Dinheiro, 04 de outubro de 1995, p. 2-14. CD-ROM Folha edição 99. e Espósito, Mauricio. FIESP quer negociar contrato padronizado. . Folha de São Paulo, Dinheiro, 03 de Fevereiro de 1998, p. 2-6. CD-ROM Folha edição 99.

[501] Força On-line, http://www.fsindical.org.br/institucional/arquivo/000274.html. Retirados em 10 de agosto de 2007. Lucchesi, Ana Florence; Cristiane Perini. Eleições emperram campanhas salariais. Folha de São Paulo, Dinheiro, 27 de Set de 1998, p. 2-10. CD-ROM Folha edição 99

[502] O FAT é originário de recursos do PIS/PASEP e instituído em 1990 com a Lei 7.998 que regulou o Seguro Desemprego e o Abono Salarial.

[503] Espósito, Mauricio. Sai o 1º acordo de 'demissão temporária'. Folha de São Paulo, 24 de Nov de 1998, Dinheiro, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

realizadas com a autorização do Sindicato da Categoria. A autorização para a viabilização da suspensão deveria ser feita em Convenção ou Acordo Coletivo. Após a aceitação formal do trabalhador o empregador deveria comunicar a suspensão do contrato ao Sindicato da categoria com antecedência de quinze dias, no mínimo, de seu início (Art. 1º: ART. 476-A, e § 1º). Também a "ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial" deveria ter seu valor acordado em convenção ou acordo coletivo (Art. 1º: ART. 476-A § 3º). Esta bolsa era destinada não só aos empregados que tivessem seus contratos suspensos, mas também aos desempregados (Art. 2º).

No dia 24 do mesmo mês, segundo a Folha de São Paulo já estava sendo assinado o primeiro acordo de "suspensão temporária do contrato de trabalho" pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Os trabalhadores suspensos tiveram uma redução em seus salários de até 70%. Aqueles que não aceitaram a alternativa foram demitidos e a empresa, com essas medidas, conseguiria "cortar 20% dos gastos totais com a folha de pagamento". O Presidente do Sindicato, Paulo Pereira da Silva, Paulinho, afirmara que seu objetivo e dos empresários era "garantir a sobrevivência no período de crise" e que outras empresas já estudavam a suspensão de seus trabalhadores.[504]

Em 21 de julho de 1998 segundo a Folha de São Paulo foi inaugurado, pela Força Sindical, na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, uma agência de emprego, que tinha "como objetivo principal aproximar o trabalhador desempregado das empresas que estão contratando". O Centro entrevistava, preenchia cadastro dos desempregados, e

[504] Espósito, Mauricio. Suspensão do contrato reduz ganho mensal em até 70%. Folha de São Paulo, Dinheiro, 22 de Nov de 1998. p. 2-1. CD-ROM Folha edição 99.

realizava cursos de requalificação profissional.[505] Nesta Agência de Emprego do Sindicato, a fila de desempregados em frente ao Sindicato, era diariamente, segundo registro na imprensa em novembro de 1998, sempre grande, chegava a 5 mil pessoas. No Centro, embora houvesse muitos desempregados cadastrados e passando por cursos, as vagas existentes não eram preenchidas em decorrência do "excesso de exigências das empresas".[506] O "Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), respondia por 80%" das verbas que sustentavam o Centro de Solidariedade ao Trabalhador[507].

O Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou, em 21 de Janeiro de 1998, lei que ampliava a utilização do contrato temporário para todas as atividades da economia. A lei começaria a vigorar a partir da publicação no Diário Oficial da União, o que poderia ter ocorrido a partir do dia seguinte, mas numa cerimônia realizada no Palácio do Planalto no mesmo dia 21 "o Presidente assistiu a assinatura do primeiro contrato por prazo determinado", na qual um operador de máquina que se encontrava desempregado representou os trabalhadores contratados por tempo determinado e afirmou estar satisfeito porque há seis meses estava sem trabalho.[508] O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo passou a intermediar a contratação de mão-de-obra por prazo determinado.[509]

---

[505] Serviço anteriormente prestado para os desempregados da década de 70 (os trabalhadores que chegavam a São Paulo em busca de trabalho) pela Secretaria do Bem Estar Social através do NUCOP.

[506] Quem pode ajudar na busca da vaga. Folha de São Paulo, Caderno Especial 22 de Nov de 1998, p. A-9. CD-ROM Folha edição 99.Sobrando vagas. Folha de São Paulo, Caderno Especial 22 de Nov de 1998, p. A-6. CD-ROM Folha edição 99.

[507] Centro de Solidariedade ao Trabalhador. http://www.fsindical.org.br/institucional/arquivo/000274.html, e O Estado de S. Paulo, 13/09/05 http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/primeiro/noticias/ge160905.htm#1. Retirados em 10 de agosto de 2007.

[508] Sindicato quer intermediar contratação. Folha de São Paulo Dinheiro Sub-Retranca, em 22 de Janeiro de 1998, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

[509] Sindicato quer intermediar contratação. Folha de São Paulo Dinheiro Sub-Retranca, em 22 de Janeiro de 1998, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

O Presidente do Sindicato afirmou, em 22 de Janeiro de 1998, que iria fazer uma lista com o nome dos desempregados que se dispusessem a encontrar um trabalho por esse tipo de contrato. Mas, para que o desempregado conseguisse trabalhar teria que, além de se sujeitar ao contrato com perda de direitos, assinar a ficha de filiação ao Sindicato. [510]

Na Zona Sul, conforme a Folha de São Paulo, a FAG Rolamentos Ltda, empresa que possuía 890 trabalhadores, foi a primeira empresa a utilizar a nova lei de contrato por tempo determinado. Contratou 20 operários para trabalhar na produção. Esses contratos deveriam ser de quatro meses, mas poderiam ter mais quatro meses de prorrogação. O Sindicato já havia acertado no Acordo Coletivo que a empresa garantiria a cesta básica, transporte e refeições subsidiados, educação e treinamento no local de trabalho e o pagamento de assistência médica.[511]

Segundo a imprensa, a suspensão temporária do contrato de trabalho vinha sendo discutida pelo Sindicato com empresários desde agosto de 1998, a autorização para utilizá-la saiu através da MP e em 24 de novembro foi assinado o primeiro contrato de suspensão temporária do trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e uma empresa (TGM). Tratava-se de uma fábrica com 103 empregados que antes da crise das montadoras tinha um faturamento mensal médio de novecentos mil reais, com a venda de sensores e interruptores. Pelo Contrato, seriam afastados 28 trabalhadores que iriam para programas de qualificação profissional administrados “pela Força Sindical, Senai e pela própria TGM.”. Nele, faltava apenas encontrar a forma de pagamento da bolsa salário no

---

[510] Sindicato quer intermediar contratação. Folha de São Paulo Dinheiro Sub-Retranca, em 22 de Janeiro de 1998, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

[511] Sindicato quer intermediar contratação. Folha de São Paulo Dinheiro Sub-Retranca, em 22 de Janeiro de 1998, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99. e Espósito, Mauricio. Indústrias contratam mais 32 por tempo determinado. Folha de São Paulo, Dinheiro, 03 de fevereiro de 1998, p. 2-6. CD-ROM Folha edição 99.

primeiro mês, uma vez que os recursos do FAT só estariam disponíveis a partir de janeiro.[512]

Com o objetivo de pressionar os empresários a negociar com a Diretoria do Sindicato, em novembro de 1998, segundo a imprensa, foram realizadas paralisações de uma até duas horas nas fábricas metalúrgicas, reivindicando 3,5% de reajuste salarial. O Sindipeças, organização representante dos empresários do setor de autopeças, propunha até 2% de reajuste e a extinção de alguns benefícios, como a estabilidade do empregado que fora acidentado no trabalho. Segundo estimativa do Sindicato, na categoria, 15% dos trabalhadores possuíam estabilidade no emprego porque já se acidentaram. Imediatamente após as paralisações as negociações diretas da Diretoria com as empresas foram iniciadas e onde isso não aconteceu iriam ocorrer paralisações no dia seguinte.[513]

Em 9 de fevereiro de 1998, a Metal Leve assinou contrato com o Sindicato para contratar, por prazo determinado, 150 operários no mês de maio. Pela lei 9.601/98, havia a possibilidade de contratar até 300 trabalhadores, mas completar esse número dependeria da demanda do mercado. No entanto, segundo a Folha de São Paulo, antes de admitir o empregado pelo contrato por tempo determinado e obter outras vantagens fiscais oferecidas pelo governo, a empresa, que demitira 40 trabalhadores na unidade, deveria contratar outros 15 trabalhadores dentro das normas da CLT. Mas, de acordo com o professor de direito trabalhista da USP, Octávio Bueno Magano,[514] caso a empresa abrisse mão dos benefícios fiscais,

---

[512] Espósito, Mauricio. Sai o 1º acordo de 'demissão temporária'. Folha de São Paulo, 24 de Nov de 1998, Dinheiro, p. 2-5. CD-ROM Folha edição 99.

[513] Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho apud Espósito, Mauricio. Sai o 1º acordo de 'demissão temporária'. Folha de São Paulo, Dinheiro, 24 de Nov de 1998, p. 2-5 e Sindicato pressiona por reajuste. Dinheiro 25 de Nov de 98 p.21.CD-ROM Folha edição 99.

[514] Cavalcanti, Simone. Metal Leve vai contratar 150. Folha de São Paulo, Dinheiro, 10/Fev/98, p. 2-3. CD-ROM Folha edição 99.

poderia utilizar o contrato por tempo determinado sem a necessidade de contratação prévia de outros pela CLT.

Os trabalhadores da fábrica de bicicletas Monark, em dezembro de 1998 em protesto contra o teto salarial que lhes foi proposto, utilizaram, em suas faixas, a imagem de um personagem deficiente mental, Jamanta, de uma novela da rede Globo.[515]

Segundo a Folha de São Paulo A crítica da FIESP à política de juros avançou, articulou os expoentes da indústria e conjuntamente com as principais lideranças sindicais passaram a pressionar o governo para que desse, ao setor produtivo, uma atenção maior. Seu Presidente, Horacio Lafer Piva, convidou para esta luta, as duas lideranças sindicais, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da Força Sindical, Paulinho e o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CUT, Luiz Marinho, que também atacaram a política econômica de juros altos afirmando tratar-se de "insensibilidade da equipe econômica para a economia real". Além disso, a FIESP aumentou suas articulações com políticos buscando um nome para ocupar o Ministério da Produção que estava sendo criado e apresentou ao Presidente da Republica a proposta dos empresários de política industrial.[516]

Demorou certo tempo para que os trabalhadores entendessem o porquê das mudanças propostas e implantadas nas relações de trabalho. Esta percepção somente ocorreu depois de testemunharem o ocorrido em algumas fábricas. O depoimento do operário Nelson Kokiti é esclarecedor:

> "Só começamos entender na era Collor quando esse projeto veio para valer (...) na Rolamentos FAG. Um dia, de repente começou a chegar muitos computadores o ambiente da fábrica era muito agressivo para os computadores e achávamos uma bobagem.

[515] Da Reportagem Local. VIDA REAL. Folha de São Paulo, Brasil, 17/Dez/98, p. 1-6. CD-ROM Folha edição 99.
[516] Espósito, Mauricio. Indústria arma lobby contra recessão. Folha de São Paulo, Dinheiro, 13/dez/98, p. 2-1. CD-ROM Folha edição 99.

> Colocaram computadores em todas as máquinas, deu problemas no começo, mas eles sanaram. Nós começamos a perceber que alguma coisa estava mudando, mas não sabíamos o que era. Só fomos entender na MWM, quando veio o processo de terceirização e o módulo flexível. Nós achávamos um absurdo o que eles estavam fazendo, acostumados a ver a fábrica: linha de furadeira, de torno e de repente há uma mudança e os caras começam a montar ilhas. Foi um negócio totalmente estranho para nós. (...)Teve o processo de terceirização, lança um projeto de competitividade através de dar idéias e aí o processo de demissão. Na época que eu entrei lá tínhamos 3.600 funcionários e a idéia era ficar com 600 funcionários. Nem nós acreditávamos que era verdade, um diretor falou em off para nós: - Nós não acreditamos que fosse desse jeito.
> Mas foi desse jeito. Só que muitas coisas não deram certo, mas ela esta com mil e poucos funcionários."[517]

Segundo esse operário a empresa começou a pedir idéias aos empregados e a Comissão de Fábrica logo percebeu que a empresa só aceitava idéias que atendesse, aos seus interesses e que estivesse dentro de "uma determinada direção" em que empresa estava se encaminhando. Eram rejeitadas as idéias, que sugerissem, levando em conta objetivos não programados por ela, como por exemplo, aproveitar "70% da capacidade produtiva ociosa," "para fazer determinada coisa." que fossem ser útil à sociedade e garantiria produção e emprego, ou economizar no uso do papel utilizando outro tipo de material, para garantir redução dos custos. Os operários perceberam que queriam apenas controlá-los e colocá-los a pensar para elas, "além de produção."

> "discutir um fundo social para pensar a questão do desemprego."
> "aos operários que ela estava desempregando. Ela só aceita coisas que estão dentro da reestruturação produtiva. Que o capital experimentou este tempo todo. Na verdade estes grupos servem mais para legitimar uma determinada mudança, do que gerar um processo de mudança a partir daquele espaço daquele local."[518]

Os trabalhadores da MWM, tão logo o processo se iniciou na fábrica,lançaram-se à luta.

> "Contra essas mudanças fazíamos greve toda semana. A empresa realizava uma mudança e nós íamos lá e pau; eles paravam. Eles iniciavam outra e nós fazíamos outra greve. O tempo todo nós estávamos em conflito, até haver desgaste. Quando isso acontecia eles nos mandavam embora sem direito. (...) de 1993 até 1994,

[517] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[518] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

> quando não era greve era uma assembléia. (...) era uma greve por semana,, (...) o tempo todo correndo atrás. Tentávamos formular alguma coisa, mas a empresa não queria saber de idéias dentro da empresa" que não fossem as que ela queria[519]

.

Relata, ainda, que os engenheiros também foram convocados a dar idéias e se iludiram com a possibilidade da empresa ouvir suas propostas:

> "Fizeram um grupo para discutir as questões da engenharia, enquanto as propostas eram eliminar papéis eram aceitas, mas quando foram tratar de salários, foi criada uma comissão o melhor jeito de barrar uma idéia (...) fica discutindo, discutindo. Os engenheiros chamaram a Comissão de Fábrica, e a comissão foi e participou, mas os engenheiros concluíram que era inconveniente, a Comissão de Fábrica só vem aqui para brigar. (...) a empresa está disposta a nos ouvir..."
> "A chefia deu autonomia total para os engenheiros. Foram discutir o problema de férias. Todos os engenheiros queriam férias em janeiro, por causa dos filhos e outras questões, o chefe pediu uma solução para viabilizar que todos saíssem de férias e o setor continuasse funcionado, 'Aí um engenheiro disse: Nesse período poderíamos contratar uma empresa de terceiro.'. O chefe contente disse que aquela era 'a idéia' e parabenizou-os. A terceirização da engenharia partiu dos próprios engenheiros, que quando perceberam a besteira que haviam feito foram correndo atrás da Comissão de Fábrica,que nada pode fazer porque havia sido proposta dos próprios engenheiros".[520]

Esse operário afirma, que não só os trabalhadores como suas organizações mais avançadas, como no caso da CUT, não conseguiram encontrar alternativa para enfrentar essas transformações:

> "Na verdade nós tínhamos que construir uma proposta, mas não conseguimos (...) nem o movimento sindical estava preparado para isso." O conteúdo da discussão feita era "muito técnica da reestruturação produtiva." "A CUT fazia a discussão e só concluía que era inevitável, se era inevitável não precisava discutir alternativa."

No entanto, embora tarde para aplicar, esse mesmo operário relata que, discutindo com os trabalhadores da MWM, surgiram algumas idéias de ação alternativas que poderiam ter contribuído muito:

> "Na época eu havia lido um educador chamado Vygotsky, que é um psicólogo que fundamenta na área de pedagogia (...) impressionado com uma coisa que ele falava (...) que nós criamos conceitos

---

[519] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[520] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.

> espontâneos e que a fala é uma forma de organizar o pensamento da gente. (...) achei que era importante escrever o que estava acontecendo na empresa através da fala das pessoas e eu fui escrevendo um texto, depois do texto saiu uma proposta alternativa à modernização, só que o processo já estava muito adiantado e não deu tempo de discutir uma proposta desta natureza. Nossas organizações tinham que ter pensado uma proposta alternativa já que era inevitável, como é que se conviveria com isso. No Sindicato do ABC havia um grande departamento de formação. Na CUT havia o grupo de trabalho da Reestruturação Produtiva, a conclusão era de que era inevitável, também não se discutiu alternativa."[521]

A resistência oferecida pelos operários não foi capaz de barrar o processo que tinha como quartel general o próprio sindicato, ocupado por inimigos e à frente de uma aliança poderosa, decidida a implantar as políticas neoliberais. Quando, fruto da execução destas políticas, a fábrica estava no final do processo de fechamento, o Sindicato montava acampamento nas empresas para não deixar que roubassem o maquinário, pois os antigos patrões sumiam com o mesmo. Neste momento, não restava quase mais nada, pois, como dizem 'o Brasil completou seu ciclo'. "As empresas são estrangeiras na maioria, mais modernas, e os operários que nelas trabalham são mais jovens."[522]

Na Avenida das Nações Unidas, na Chácara Santo Antonio, na Avenida Sabará , na Avenida João Dias, depois dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, encontram-se no lugar das fábricas "muitos templos de igrejas nos lugares das fábricas, bingo, revendedoras ou shopping, o parque industrial virou isso aí ou galpões abandonados mesmo. Muita loja de vender carro, (...) é o resultado" desses governos neoliberais.[523] (Ver ANEXO R).

No prédio onde funcionava a fábrica de tratores Caterpillar, foi inaugurado entre setembro e começo de outubro de 1994, o Shopping SP Market Center. As estruturas da fábrica foram aproveitadas na construção do Shopping "Foi uma obra-

---

[521] Nelson Kokiti, entrevista, concedida a Cristiano dos Reis Souza, cit.
[522] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.
[523] Wagner Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit.

relâmpago", neste Shopping há centro de convenções, pavilhão de feiras, salão da criança, com parque, área de lazer e lojas de brinquedos, salão de automóveis nacionais e importados, supermercado, além de muitas lojas. Trata-se de um shopping com um custo de manutenção baixo. Com um piso apenas, e sem gastos com escadas rolantes, elevadores e ar-condicionado. [524] Há também um estacionamento com 4.000 vagas.[525]

Na edificação onde funcionava a Metal Leve foi instalado Sam's Club, empresa norteamericana do Grupo Wal-Mart, que "Atualmente no Brasil conta com 302 lojas em todo o País (sendo 19 Sam's) e mais de 55 mil funcionários." [526] Em 2005 encontrava-se no Ranking das 500 maiores empresas do mundo, pela Financial Times GLOBAL 500 de 2005 está no quinto lugar, com um faturamento mundial de 315.654 bilhões de dólares, e um lucro de 11.231 bilhões de dólares com 1,8 milhões de funcionários espalhados pelo mundo."[527]

O filme, "Wal-Mart: O alto custo do preço baixo"**,** denuncia que o grupo Wal-Mart importa mercadorias do mundo inteiro, muitas vezes porduzidas em condições de semi-escravidão e, também, que "nos Estados Unidos o Wal-Mart se beneficia de fortes investimentos e incentivos do Estado." Em decorrência disso, onde se instalam, suas mercadorias não têm concorrentes. Nos Estados Unidos, esse grupo tem destruíudo economias de diversas cidades, o que tem levado a levantes populacionais contra a implantação de lojas nas cidades daquele país.[528] Além da

---

[524] Da Reportagem Local. SP ganha 2 'shoppings de fábrica'. Folha de São Paulo, Cotidiano, 20/Set/94, p. 3-1. Da Reportagem Local. SP ganha 2 'shoppings de fábrica'. Folha de São Paulo, Cotidiano, 20/Set/94, p. 3-1. CD-ROM Folha edição 99.
[525] Da Reportagem Local. SP MARKET TEM MAIS VAGAS. Folha de São Paulo, Tudo, 26/Jun/94, p. 9-1. CD-ROM Folha edição 99.
[526] Wikipédia,, retirado em 8 de agosto de 2007.
[527] http://money.cnn.com/magazines/fortune/global500/2006/snapshots/1551.html
[528] Greenwald, Robert (diretor). Wal-Mart - O Alto Custo do Preço Baixo (2005). EUA. http://www2.uol.com.br/mostra/30/p_exib_filme_89.shtml Retirado em 22 de setembro de 2007

presença do Sam's Club, existe outra loja do grupo em Santo Amaro, O Supercenter Washington Luis, localizado na Av. Washington Luís, 1130 .

Se as lojas normais do grupo Wal-Mart causam todo esse dano, o caso do Sam's Club, é questão mais grave, pois, além de entrar na concorrência vendendo a preços que no mercado são inviáveis, indiretamente onera o consumidor com uma taxa anual para ter acesso a essas mercadorias."[529]

Onde funcionou a fábrica CLARIDON foi instalado o "Gonzagão", primeiro espaço próprio do fenômeno religioso Padre Marcelo, que mais tarde, por ser espaço pequeno, mudou-se para onde funcionou a Instron. Ali, o espaço, para as missas do Padre, recebeu o nome de "Santuário Terço Bizantino do padre Marcelo".[530]

> "Ninguém sabe com exatidão quantas pessoas freqüentam as missas no santuário. Fala-se em 30 mil, 40 mil, 60 mil fiéis. Vêm não só de todo o Brasil, como também da Argentina e do Paraguai." No local são consumidas cerca de '100 mil hóstias por mês. Lotam o galpão de 8.000 metros quadrados e, com freqüência, se espalham pelos arredores do edifício -uma área livre que soma mais 12 mil metros quadrados. Antes, durante e depois das quatro missas semanais, cinco barracas localizadas dentro do santuário vendem uma série de produtos, incluindo terços bizantinos' 'Entre as mercadorias comercializadas nas cinco barracas que rodeiam o galpão, chama atenção a revista 'Católicos', publicação mensal da diocese de Santo Amaro, (...) oferece um pôster autografado do padre Marcelo,' 'Padre Marcelo costuma pregar que o terço bizantino 'é instrumento de cura física e arma contra a depressão e o maligno'. Trata-se de um rosário que se origina da tradição teológica oriental. Exibe 110 contas, e

---

[529] Texto citado foi retirado da Wikipédia, em 8 de agosto de 2007

[530] Wagner de Almeida, 2005, entrevista, concedida à autora, cit. e http://www.padremarcelorossi.org.br/principal/home/?sistema=conteudos|conteudo&id_conteudo=10, retirada em 21 de setembro de 2007.
Está sendo construído novo espaço "numa área de 30 mil metros quadrados e acolherá 100 mil pessoas". Espaço denominado Santuário Theótokos, Mãe de Deus. "A previsão é de 5.400 pessoas sentadas, mais 15 mil em pé na área interna. E numa eventual missa ou celebração que tenha uma demanda maior, a gente pode usar a chamada "área externa" da igreja, que tem capacidade para mais 75 mil" informa o engenheiro que responde pela obra.
Há no terreno das obras uma enorme "cruz de 46 metros de altura", com iluminação especial. Passando-se perto do cruzamento da Avenida Marginal Pinheiros com a Avenida Interlagos. À noite vê-se uma cruz "flutuando. Ela tem duas cores, no alto branco e a haste em azul, e os holofotes" que jogam "luz nela." "Os fiéis poderão assistir às missas de qualquer parte do santuário, seja ela interna ou externa. (...) 'não há obstáculo, pilares, é um grande vão livre na parte interna. As pessoas vão poder enxergar o padre Marcelo do lado de fora."
(http://www.padremarcelorossi.org.br/principal/home/?sistema=conteudos|conteudo_menu&id_categoria=16. Retirado em 21 de setembro de 2007).

> pode-se rezá-lo mais rapidamente que o da liturgia ocidental, com 165 contas."[531]

A região do entorno do Parque Industrial, foi densamente povoada e sem política adequada de urbanização. Como reflexo desta desordenada urbanização para atender à necessidade de mão-de-obra deste parque, ou seja, as necessidades do capital, por toda a região da Zona Sul, locais que eram áreas de mananciais e de lazer, (Ver ANEXO S) foram desordenadamente ocupados e habitados. (Ver ANEXO T). A Região terminou a década de 1950 com 29 favelas, a década de 1960, com 129 novos núcleos de favelas, a década de 1970, com 449 novos núcleos, a década de 1980, com o surgimento de 263 novos núcleos, na década de 90, surgiram mais 77 núcleos. No ano 2000, a região contava com 947 favelas, (Ver ANEXO U). sendo que a maioria delas, em área de proteção ambiental, em especial área de mananciais.[532]

O crescimento do parque na década de 1970 ocorreu com os trabalhadores submetidos "à política de arrocho salarial dos governos militares que provocou uma queda do poder aquisitivo dos salários e o aumento do custo de vida e em decorrência, uma redução do padrão de vida dos assalariados, que já era baixo." Com essa deterioração dos salários, a qualidade de vida dos trabalhadores foi drasticamente atingida. "Não conseguiam se manter e pagar os aluguéis e tão pouco comprar um terreno na periferia para construir a casa própria aos poucos, forma tradicional de construção da moradia da classe operária em São Paulo,"[533]. Levando o operário para a favela, a Favela Jardim Icaraí, na região de Parelheiros, que foi

---

[531] Antenore, Armando et al. Padre Marcelo registrou empresa em São Paulo. Folha de São Paulo, Brasil, 13 de dez de 98, p 1-14. CD-ROM Folha edição 99.
[532] Coelho, M. N. G. A Urbanização da Favela do Autódromo, 1983 a 1996: decisão, ação e conflito. Dissertação de Mestrado em História Econômica da FFLCH da USP. São Paulo, dezembro de 2001.
[533] Bonduki, N. E Rolnik, R. – "Periferia da Produção do Espaço na Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho", apud Coelho, M. N. G. opt. Cit. 2001.

ocupada em 1981 por operários metalúrgicos. Isto demonstra a face da alta exploração a que foram submetidos os trabalhadores[534],

Ao longo da década de 90, os investimentos na economia do país cresceram, mas não se dirigiram para abrir novas indústrias. Em 1989, o investimento estrangeiro direto foi de 184 milhões de dólares. Em 1992, saltou para 1.324 milhões e, em 1995, para 3.285 milhões de dólares. No entanto, grande parte desse capital se destinou à compra de empresas nacionais que passaram para as mãos do capital estrangeiro.[535]

Ao criar a Força Sindical, Medeiros estava executando a tarefa que lhe fora delegada por Fernando Collor de Mello, que queria ver criada uma central com uma estrutura poderosa que se contrapusesse à ação de defesa dos trabalhadores e dos interesses do país implementada pela CUT.

Medeiros usou os trabalhadores com um sindicalismo de negócio, a serviço dos interesses do Capital (nacional e internacional) e que ocupasse o espaço da CUT, bem como o de Lula. Collor estava empenhado na tarefa de implantar a política neoliberal no Brasil. De onde teriam saído essas estratégias, quem teria associado nesta empreitada Medeiros a Collor, a CIA?

Para esses objetivos, Medeiros recebia quantias dos empresários, tanto nacionais quanto estrangeiros. Além disso, tinha vários elementos à disposição da Força Sindical, pagos com recursos públicos, como “funcionários fantasmas” do Estado de São Paulo. Mas esta podridão era escondida a sete chaves. Somente houve denúncia porque um auxiliar do esquema não recebeu sua parte. Eram cerca de US$ 5 mil mensais, que eram guardados em contas no exterior. Antes desse

---

[534] Ribeiro, V. M. – Jardim Icaraí, Desenho Urbano da Periferia de São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada na FAU-USP, São Paulo, 1996. apud Coelho, M. N. G. opt. Cit. 2001.
[535] Boito Jr., A. op. cit. p. 48.

dinheiro, Medeiros já guardava dinheiro em conta no exterior, de onde teria vindo esse dinheiro anterior que Medeiros depositava no estrangeiro?

Em seu segundo mandato, um Sindicato diferente havia surgido. Medeiros havia construído suas bases e se imposto. O velho Sindicato pelego ameaçado por oposições sindicais com bases nas fábricas já não existia. As várias correntes de esquerda não possuíam mais a mesma representatividade, não jogavam mais peso na categoria, Medeiros estava livre para manobrar. Para defender os interesses com os quais era comprometido. Decididamente seus interesses não tinham nada a ver com os interesses daquela classe na qual ele havia sido enxertado e que possuía a direção da sua organização de sua estrutura sindical. Pôde assim, lançar a estratégica luta para enfraquecer os trabalhadores contra a nova escalada do capital. O Sindicato já estava sob controle, um substituto à altura já havia sido preparado e o capital internacional precisava dele agindo nacionalmente em todos os centros de decisão.

Medeiros, em 1994, ainda sem saber por onde trilhar, em campanha como pré-candidato a cargo majoritário pelo Partido Progressista (PP) no estado de São Paulo, mobilizou metalúrgicos em uma greve de 24 horas e convocou a imprensa para estar nos portões da Villares com 2 mil operários, às 5 horas da manhã. A imprensa registraria os portões se abrirem para ele entrar e ainda mais, para que a foto ficasse boa, presenciou os operários repetirem o gesto de votação da greve. A greve era contra perdas salariais provocadas pela conversão em URV, mas no discurso do líder, ao falar do objetivo da greve, não apresentou conteúdo ideológico que tendesse em direção ao proletariado "quebrar a unanimidade burra' em favor do Plano FHC". Como continuidade de seu teatro, dirigiu-se para o Largo 13 em passeata que contou com somente mil participantes, 20% do propagado. Toda esta

movimentação foi amplamente usada na campanha eleitoral de Medeiros, candidato ao governo do Estado, aliado da chapa de Esperidião Amin à Presidência pelo PPR, inclusive os operários e os carros do Sindicato.

Após ser derrotado nas eleições de 1994, Medeiros, embora não sendo mais Presidente do Sindicato, retornou novamente, através de greve iniciada na Zona Sul, ao movimento sindical. Organizou uma greve, em suas palavras, “andorinha”, para voar por todo o Estado. Esse movimento grevista tinha um único sórdido objetivo, demonstração de sua força política por todo o Estado até o Natal.

Nas negociações de outubro de 1994, Ariovaldo Lunardi, o coordenador do grupo 19-3, afirmou que possuíam condições de contratar trabalhadores só para os momentos de picos de produção, defendia a jornada anual flexível como forma de evitar horas-extras em períodos de pico e o desemprego. Levantava, também, a possibilidade de aplicar a flexibilização dos encargos para os trabalhadores que estavam desempregados. Paulinho, o Presidente do Sindicato e da Força Sindical, respondeu-lhe que ainda não estava preparado para isso e propôs um grupo permanente com os empresários para verificar a viabilidade legal e como deveria encaminhar a discussão na categoria.

A partir de 1995, o sindicalismo implantado por Medeiros havia se tornado tão subserviente que a denominação de sindicalismo de resultado já dificultava seus movimentos. Os empresários solicitavam novos serviços de seus agentes, que destruíssem direitos sociais, direitos fruto da conquista que trabalhadores do mundo inteiro pagaram com muito sangue. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, havia proposto o grupo permanente para viabilizar sua ação. Isto ocorreu em outubro de 1994.

Em fevereiro de 1995, a assessoria da Força Sindical ao elaborar “uma nova marca para uma nova liderança,” apresentou a solução: o Sindicalismo de Compromisso, os Diretores do Sindicato passariam a ser parceiros da exploração do trabalhador, para Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, esta nova marca se constituía em “aceitar a parceria que os empresários estão propondo” e deveria ir além de “conseguir acordos salariais favoráveis” como no sindicalismo de resultados de Medeiros, passaria a buscar “soluções e propostas para a sociedade, fixando compromisso entre capital e trabalho”. A partir de então, os trabalhadores não lutariam mais por seus direitos. "Em uma economia globalizada, empresários e trabalhadores precisam se defender conjuntamente, por exemplo, da competição externa. E buscar formas de melhoria da produtividade e qualidade."[536]

A partir de então, no Sindicato, não haveria mais interesse dos operários, desatrelado do interesse do patrão. A necessidade do operário seria atendida apenas como migalha do capital. Os interesses dos operários só seriam realizados se subordinados aos do patrão; o Sindicato deixaria de cuidar das necessidades do trabalho, porque elas não existiriam separadas das do capital e passaria a ser vanguarda das lutas pela implantação das medidas neoliberais; os mestres do Presidente do Sindicato seriam os empresários, seus companheiros de luta. O Capital assume o Sindicato.

Para exigir que o governo se apressasse nas reformas e nas privatizações, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical mobilizaram mais de 25 mil metalúrgicos em um ato em frente à fábrica Rolamentos FAG, na Avenida Nações Unidas. Para a mobilização dos trabalhadores utilizaram o mote “contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço”. Com o objetivo de retirar os

---

[536] Lucchesi, Cristiane Perini. Nasce a marca 'sindicalismo de compromisso'. Folha de São Paulo, Brasil, 07/Fev/95, p. 1-9. CD-ROM Folha edição 99.

trabalhadores de empresas grandes e médias, das 6h00 às 9h00 para o ato, foram contratados 70 ônibus. Utilizaram os trabalhadores como massa de manobra dos interesses do capital, esta relação, é definida pelo Presidente do Sindicato, como “parceria capital/trabalho.” Outras manifestações, embora pequenas, ocorreram nas diversas regiões da cidade.

Para começar a preparar as manifestações do Dia 1º de maio de 1995, a Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, promoveram, no Palácio do Trabalhador, o "Café para as Reformas” onde se reuniram cerca de cem empresários e trabalhadores. O objetivo era transformar o 1º de maio, dia internacional de luta do trabalhador em uma grande manifestação de pressão ao Governo e ao Congresso para aprovar as reformas tributária e previdenciária, bem como a quebra dos monopólios estatais. Isto foi um acinte à classe operária, uma vez que o dia 1º de Maio é o dia internacional de luta da classe operária contra a exploração burguesa.

Ressalte-se que a data foi estabelecida em memória aos trabalhadores que, no dia 1º de maio de 1886, deflagraram uma greve geral em Chicago pela jornada de 8 horas de trabalho e nas manifestações que se seguiram por todo país, milhares de trabalhadores foram mortos e feridos e dezenas de operários e militantes anarquistas foram presos pela violenta repressão na defesa dos patrões que se abateu sobre os trabalhadores. O mundo inteiro comemora esta data, exceto os Estados Unidos. Teria vindo de lá a orientação para este tipo de parceria comemorativa?

Nessa reunião, “Café para as Reformas”, estavam presentes os empresários que compunham o sistema de poder sobre o conjunto da economia, como o Presidente da FIESP, Antonio Ermírio de Moraes e outros. Declaravam que se

dispunham a subir em palanques ou caminhões de som com trabalhadores para conseguir os objetivos pelos quais pugnavam. Estavam decididos a "ir juntos às ruas para mudar o país". "para ter um país moderno", a caminharem com os trabalhadores "juntos para tirar o entulho da Constituição." Medeiros e Paulinho, extasiados, proclamaram que capital e trabalho juntos no dia 1º de maio representaria a "a queda do Muro de Berlim" entre o capital e o trabalho!.

A Força Sindical desempenhava com eficiência a tarefa que lhe fora encomendada pelo capital. O 1º de maio, foi realizado no Palácio do Trabalhador e contou com uma platéia de 1,5 mil pessoas. Entre os presentes estavam representantes do Capital. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulinho, em seu discurso, ameaçou a CUT, caso realizasse a greve programada “contra o fim do monopólio nos setores do petróleo e telecomunicações”. Disse que os metalúrgicos de São Paulo parariam por "dois ou três dias" caso a greve da CUT fosse realizada. Seu discurso procurava mobilizar os trabalhadores contra a defesa de seus reais interesses, rotulando-a de "uma greve dos privilegiados, que têm estabilidade no emprego, e contra a população." Enfatiza que “os metalúrgicos estão ‘cansados de levar o país nas costas’ e vão parar ‘para acabar com os privilégios,’ de um ‘bando de vagabundos’". Outro diretor da Força Sindical, José Ibrahim, declarava que, em se tratando de baderna, a Força iria radicalizar contra as manifestações da CUT, demonstrando claramente que era a nova tropa de choque do capital.

Em seguida, Paulinho e um empresário de uma fábrica de 850 trabalhadores, redigiram o primeiro contrato de trabalho temporário, a quatro mãos. Depois de olharem todos os itens de custo da empresa, ambos constataram “obviamente” que a redução do custo Brasil passava pela destruição das conquistas sociais. Fazendo

a experiência piloto da destruição das conquistas, concluíam que se conseguissem propagar essa posição de mudança da legislação ficariam competitivos.

No contrato a quatro mãos com o Presidente do Sindicato fora eliminado até o FGTS, direito criado pelos militares para tirar a estabilidade de emprego do trabalhador. O FGTS havia surgido a serviço do capital, mas já era um empecilho à exploração da altíssima taxa de mais valia. A carteira de trabalho, conquista importante, poderia ser prescindida. Mais ainda, caso surgisse, ao trabalhador, uma oportunidade de contrato normal com condições mais favoráveis, caso precisasse ou ainda, caso quisesse deixar o emprego, teria que pagar multa. Difícil de acreditar, mas isso foi feito pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior Sindicato da América Latina.

Também Paulinho, como bom empregado do Capital, não vacilou em enfrentar o TRT, mobilizou suas bases e massas de manobra e passou a fazer uma intensa campanha com o objetivo de convencer e mobilizar os trabalhadores e os empresários na luta pela implementação das medidas que destruíram as conquistas dos trabalhadores e a CLT. Dizia que trazia a idéia mágica, do empresário Lucia, de lutar contra o desemprego. Visitaria durante o dia mais de cem fábricas contando para esta agitação e propaganda com cerca de oitenta carros de som. Além disso, os empresários garantiam dinheiro. Como confronto direto, havia programação para manifestação em frente à Procuradoria Regional do Trabalho.

O Presidente do Sindicato, Paulinho, estava indignado com a ação da Procuradoria contra o contrato ilegal. Como ela se atrevia a se intrometer nos negócios do capital, “uma intromissão indevida”? Suas ações demonstram que, para ele, todos deveriam servir ao senhor soberano, o Capital. Neste compasso, o TRT deveria encontrar a solução para o Capital. Paulinho mobilizava tudo que era da

categoria para atender aos interesses dos empresários. O Departamento Jurídico do Sindicato, juntamente com o do grupo 19-3 da FIESP, assinantes do Acordo, estudavam alternativas para a legalização das cláusulas suspensas.

Com a flexibilização da jornada de trabalho, foi ainda pior. O Sindicato propôs a fórmula que o capital procurava para que o trabalhador passasse a fazer horas extras sem nada receber. Pela nova fórmula, os operários continuariam a fazer horas extras quando o patrão quisesse e, ainda, o patrão não teria que pagar por elas, eis o banco de horas. Por ele, as horas acima da jornada seriam computadas e quando a produção caísse e o patrão não precisasse do trabalhador na fábrica, então seriam compensadas. Até o coordenador do grupo 19-3, Ariovaldo Lunardi ficou impressionado com a possibilidade de aquela proposta ter saído de um Presidente do Sindicato e debitou tamanho serviço ao reflexo, nas relações de trabalho, da modernização.

Neste processo de industrialização. a burguesia, que já possuía desde o início da década de 60, a hegemonia sobre o sistema de poder do país, contou com o Estado brasileiro para retirar uma alta taxa de mais valia dos trabalhadores.

Os trabalhadores não foram beneficiados com as riquezas produzidas no Parque. Os que nele moravam, perderam suas terras já na implantação da infra-estrutura e os que de outras regiões migraram, receberam salários miseráveis que não lhes possibilitaram ter acesso aos bens produzidos no mercado, e tiveram que buscá-los de forma alternativa e precária. Em decorrência disso a região cobriu-se de favelas.

A região, que era uma área de lazer e de mananciais, foi degradada já no processo de criação de infra-estrutura para a implantação do Parque Industrial. Este Parque Industrial cresceu, desenvolveu-se e foi desativado atendendo aos

interesses da produção de mais valia, mas deixou como legado a concentração de renda e a produção de miséria em abundância.

Conclusão

Começamos a trabalhar a tese com a hipótese de que os trabalhadores metalúrgicos não haviam lutado contra a destruição do seu parque industrial. No entanto, dados demonstraram que a hipótese inicial não era inteiramente verdadeira. Não era verdadeira, uma vez que houve resistência contra o desmonte do parque industrial em algumas fábricas, inclusive com greves. Estas greves ocorreram onde ainda havia Comissões de Fábrica. Este movimento ocorreu no início do processo do desmonte, no final da década de 1980 e início da década de 1990.

O estudo evidencia uma ação do Capital, que utilizou todo o seu poder e experiência nacional e internacional, na luta contra uma classe operária profundamente despreparada, para a exploração continuada com uma alta taxa de mais valia. Tendo contado com ações políticas e repressivas dos governos brasileiros, militares e civis para garanti-la.

Neste contexto, o governo, em ação conjunta com o empresariado, utilizando-se de seus agentes infiltrados no seio da classe operária, chega a criar uma organização, a Central Força Sindical para agregar todos os sindicatos e federações possíveis na luta contra a central que representava a classe operária no período, a CUT.

O estudo também demonstrou que a implantação das políticas neoliberais e a destruição dos direitos trabalhistas foram realizadas, também, através de decisões do governo, dos empresários e dos dirigentes sindicais, todos sócios da exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores, apesar de serem os prejudicados, foram

usados, até em manifestações, passeatas e outros atos que defendiam a implantação de providências contrárias a seus interesses.

Tal exploração foi possível porque os dirigentes, tanto no Regime Militar, quanto nos Governos Neoliberais tomaram decisões políticas para fazê-lo. Dessas Decisões estavam excluídos os trabalhadores.

No entanto, os trabalhadores da região não puderam vislumbrar seus inimigos. Desde a época da ditadura era sabido que a CIA treinava lideranças sindicais metalúrgicas, mas raros foram os agentes identificados. Os inimigos de classe não foram expostos e puderam agir livremente

Medeiros foi alçado ao Sindicato pelo PCB, este era ligado à URSS e conhecia o papel das instituições para as massas atrasadas. Além disso, conhecia, também, as debilidades das correntes sindicais de esquerda. Com base nesses conhecimentos,[537] Medeiros conseguiu envolver não só as massas, mas também ativistas sindicais.

Quando Paulinho da Força Sindical assumiu, o Sindicato já estava inteiramente nas mãos de Medeiros, não havia mais nenhuma resistência expressiva na categoria. Neste contexto, ele se coloca ao lado dos empresários.

O estudo dos dados revela que as bases da categoria não tiveram a possibilidade de entender que existiam duas classes em luta antagônica, com interesses opostos: a dos patrões, que lutava para explorar a mais valia e a dos trabalhadores que lutava contra esta exploração.

Isso não foi possível porque não houve um trabalho para elevar o nível geral da categoria. Os poucos trabalhos existentes, ocorreram em guetos e neles o alvo

[537] Sem se descartar outros conhecimentos e ajudas.

nem sempre era o real inimigo. Correntes opostas eram caracterizadas, às vezes, como inimigas com muito mais força que os elementos da Diretoria.

Divergências que surgiram na URSS e lá se aguçaram após a tomada do poder, nos metalúrgicos ajudaram ao capital dividir as correntes sindicais de oposição e desorientar as massas no processo de tomada do sindicato das mãos dos pelegos e assim colocar seus prepostos.

O estudo da História dos Trabalhadores Metalúrgicos da Zona Sul demonstrou que se tratava de uma categoria combativa.

Sua inserção no mercado de trabalho ocorreu, mas com o capital retirando altíssimas taxas de mais valia. Esta relação de exploração se deu sob a proteção do Estado Brasileiro que, para garantir o pagamento da mão-de-obra, nos moldes do ocorrido durante a política do "Arrocho Salarial", não possibilitou a esses brasileiros, incluídos, com superexploração no mercado de trabalho, ganhar um salário que lhes garantisse condições necessárias à sua reprodução e de sua família nas condições exigidas pela época em que vive.

Este estudo constatou que a organização MOSMSP possuía acentuada preocupação com a participação das bases no processo decisório, mas constatou, também que procurava manter essas bases "protegidas", em fóruns fechados, onde só as suas idéias ou semelhantes poderiam ser debatidas.

Sobre as outras correntes, a pesquisa evidencia a necessidade do estudo de seus métodos de trabalho, uma vez que o presente trabalho de doutorado não enfocou esta questão. Somente com o estudo dos métodos de trabalho das diversas correntes, poderá ser esclarecido o real papel de cada uma neste processo histórico, bem como o porquê do despreparo tamanho em que se encontrava a categoria. Não se pode concluir que somente uma corrente de oposição sindical é a

responsável pela ascensão e consolidação dos inimigos da classe na estrutura sindical.

“As divergências importadas” entre as correntes de esquerda ligadas ao marxismo, contribuíram para a divisão da categoria. O fato desses problemas ter interferido na luta do movimento sindical metalúrgico de São Paulo evidencia a necessidade de um estudo de suas causas para um entendimento e para que sejam evitados futuros danos.

A impossibilidade de aliança das correntes de esquerda contra o inimigo de classe possibilitou que os elementos defensores do capital tomassem e mantivessem a conquista do Sindicato, e, também, que o transformassem em trincheira dos seus amos. Isto demonstra que é fundamental às correntes sindicais de esquerda o enfrentamento de suas diferenças, mas este enfrentamento não pode provocar a divisão no seio da classe.

A convivência com as divergências, com o debate claro de idéias, em fóruns coletivos, na busca do norte, dos valores e dos princípios de classe, só poderá levar a categoria a sair do atraso, para que em conjunto possa encontrar caminhos para se apropriar daquilo que historicamente produziu e para garantir possibilidades iguais de acesso aos bens necessários à vida, sejam eles materiais ou espirituais.

O estudo da História das lutas desses trabalhadores revela que a divisão entre as diversas correntes sindicais de esquerda foi fomentada por decisões da alta hierarquia da Igreja. Fatos ocorridos em outros países, ao lado de registros bibliográficos, sugerem que tais decisões foram tomadas diretamente pelo Vaticano.

O anticomunismo da Igreja Católica tem causado profundos danos aos trabalhadores brasileiros. Ressalte-se que o Golpe de 1964 foi apoiado por ela. Este Golpe implantou o Regime Militar, que perseguiu e matou trabalhadores, colocou o

país subordinado aos interesses do capital nacional e estrangeiro Garantia-se assim, uma alta taxa de exploração da mais valia. O anticomunismo da Igreja, no período histórico estudado, colocou uma barreira ao conhecimento da ferramenta da luta de classe, o marxismo. Isto contribuiu para a reestruturação das forças produtivas, desta forma, facilitou o terreno para a implantação do neoliberalismo. Diante deste quadro, uma categoria tão combativa como fora a dos metalúrgicos, ficou bem distante da única ferramenta que lhe possibilitaria o entendimento do processo que gerava seu desemprego. Este processo não foi compreendido nem mesmo pelas lideranças do movimento.

Além disso, tiveram sua organização à frente da destruição dos seus direitos, O maior Sindicato da América Latina, foi transformado em trincheira do capital, com os agentes do capital, investidos de dirigentes, de mandatários da categoria. Podiam usar a base como “massa de manobra”. Foram usados na luta pelo fim de seus próprios direitos.

Isso foi possível porque as classes trabalhadoras foram afastadas das decisões que lhes diziam respeito, só eram chamadas para referendar posições decididas por Medeiros e por Paulinho, da Força, perante os donos do capital, em espaços guardados a sete chaves, onde além de preparar profundos golpes contra os direitos dos trabalhadores os maquiavam dando uma aparência de “necessários à categoria”.

Segundo Lenin, os teóricos Marx e Engels haviam constatado que o capital já agia, na Inglaterra no século XIX, no sentido de dividir a classe operária e reforçar o oportunismo: “a tendência do imperialismo para dividir os operários, para reforçar

entre eles o oportunismo, para provocar o fracionamento momentâneo do movimento operário surgiu muito antes do fim do séc. XIX e principio do séc. XX."[538]

Tudo isso demonstra a necessidade da participação consciente dos trabalhadores e da superação das condições que os tornam "massa de manobra". A necessidade de serem formadas e informadas e de participarem da decisão social.

Com a reestruturação da produção, não há mais alternativa para que o trabalhador tenha acesso aos bens necessários a sua vida e de sua família nas condições em que a época exige dentro do capitalismo. Nele, só existem saídas que defendam os interesses do capital como Paulinho da Força e Medeiros defenderam. Estas saídas subordinadas aos interesses do capital, como Paulinho da Força já demonstrou, não só são temporárias como levam as condições de exploração às existentes no século XIX nas quais o capital se desenvolvia e o trabalhador ainda não havia conquistado os seus direitos.

As condições de desenvolvimento das forças produtivas que possibilitaram a reestruturação da produção foram construídas e desenvolvidas historicamente pelos trabalhadores, são frutos do trabalho social. Se o desenvolvimento destas forças produziu o desemprego em massa é porque as forças produtivas se mantêm como propriedade privada. A solução desse problema, já apontada pelos primeiros revolucionários comunistas:

> "Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso, não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a sua."[539]

---

[538]. Lenine, V. I. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo Global editora 1ª edição 1979. São Paulo p. 105.

[539] Engels, F. - "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", In: Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 198?, v. 2, pp. 334. e 331.

Tanto as transformações no mundo do Trabalho, quanto todo o processo que levou a que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tenha sido transformado em trincheira do capital, colocam a necessidade dos trabalhadores deixarem de participar dos processos decisórios como reles “massa de manobra”.

Para tal, o processo decisório mais favorável é o da decisão socializada ou coletiva - é “uma decisão social tomada com todo conhecimento de causa.”[540] Esta decisão deve ocorrer em fóruns abertos a toda a classe, deve ser antecedida por um processo de informação que garanta a possibilidade de todos ao acesso às diversas informações sobre as questões em debate. Deve, também, propiciar que as diversas correntes de pensamento que defendam os interesses da classe tenham possibilidades iguais de se manifestar e de defender suas posições e embasamentos. Nesse processo, os trabalhadores colherão esclarecimentos para se posicionar conscientemente.

Esse processo deve ser, portanto, aberto à participação das massas trabalhadoras e com a possibilidade de que os participantes coloquem suas vontades e conhecimentos no debate, buscando a melhor alternativa do que deverá posteriormente ser executado.

A decisão coletiva deve ocorrer de forma organizada onde haja possibilidade de acesso às informações e ao debate, que possibilitem desvendar as causas e as conseqüências das alternativas existentes, que seja garantida a todos coletivamente. A decisão socializada ou coletiva deve ser resultante de decisões individuais tomadas consciente e coletivamente.

Um processo decisório coletivo implica na existência, também, de canais, jornais e instâncias coletivas. Demandará tempo, contudo, garante não só a

[540] Bukharin, N. – Tratado de materialismo histórico, Lisboa, Centro do livro brasileiro, p. 42.

possibilidade das decisões tomadas estarem a serviço da classe, como também possibilitará à classe se informar e avançar.

Os erros que possa vir a cometer causarão menos danos que os danos das decisões tomadas contra elas. O tempo que demandará será bem menor e mais útil que o gasto por aqueles que decidem contra o proletariado.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho demonstram que já existem as condições objetivas[541] para que as classes trabalhadoras participem da decisão social e possam enfrentar as causas da exclusão em que vivem, podendo, assim, conquistar o acesso aos bens necessários à vida nas condições da época atual e que garantam o seu desenvolvimento humano.

A liberação do homem do trabalho direto, embora tenha criado o desemprego estrutural e aprofundando a miséria das classes que vivem do trabalho, contraditoriamente, criou as condições para que o homem saia da dura atividade de transformar os objetos materiais diretamente e passe a supervisionar e regular o próprio processo produtivo e se torne "tão universal em sua produção como em seu consumo" e seu trabalho se manifeste "como pleno desenvolvimento de sua própria atividade," como previra Marx[542].

---

[541] Antunes, R. - Adeus ao Trabalho? : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho -, Editora Cortez, SP, 1995.
[542] Marx, - Grundrisse Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política 1857 – 1858, vol. I. Fundo de Cultura Econômica, México, 1985, p 203.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. - Adeus ao Trabalho? : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, Ed. Cortez, São Paulo, 1995.

----- Classe operária, sindicatos e partido no Brasil um estudo sobre a consciência de classe da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados. São Paulo 2ª ed. 1988.

ANTUNES, Ricardo A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1992.

---- Classe operária, sindicatos e partido no Brasil um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, São Paulo, 1982.

ASSIS, M. et al. (Diretoria de Pesquisa, Estudos e Avaliação). A Indústria em São Paulo sua evolução e distribuição espacial. SENAI São Paulo, SP, 1992.

ASIS, S.. Sindicato Estado. Domus Editora, Editora São Paulo, 1966,

AZEVEDO, C. M. M. de, - Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites - século XIX -: Ed. Paz e Terra, RJ, 1987.

BARBOSA, W. N. – Teoria e Empiria. Departamento de História, FFLCH - USP Mimeografado, setembro de 1992.

-----, Acerca da Superestrutura. Departamento de História FFLCH – USP, Mimeografado, agosto de 1989.

BASTISTONI, M. R. - Entre a fábrica e o sindicato: dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987) Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOBBIO, N. - O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1986.

BOITO JR., A.. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Xamã. São Paulo, 1999.

----O sindicalismo de Estado no Brasil: unia análise crítica da estrutura sindical Editora da Unicamp e HUCITEC, São Paulo 1991.

BOITO JR., A. et al. O Sindicalismo brasileiro nos anos 80. Paz e Terra, Rio de Janeiro,1991.

BUKHARIN, N. – Tratado de materialismo histórico, Lisboa, Centro do livro brasileiro.

BRUN, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 19a. edição. Ed. Vozes, Petrópolis - RJ 1998, p. 328.

CANO, W. - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. DIFEL, SP – RJ, 1987.

CARDOSO, A. M. A trama da Modernidade: Pragmatismo sindical e democratização no Brasil. Editora Revan: Universidade Candido Mendes-UCAM, Rio de Janeiro, 1999.

CHIZZITTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas. Cortez, São Paulo, 2001.

COELHO, M. N. G. - a urbanização da favela do Autódromo, 1983 a 1986: decisão, ação e conflito. Dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2002.

----------. Tecnologia a Inovação no Brasil. In América Latina e a Globalização.

COGGIOLA, Osvaldo (org.) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH – USP, SP, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. (org.); Mao Júnior, J.R. et al. – América Latina: encruzilhada da História Contemporânea. Xamã, São Paulo, 2003.

http://www.philips.com.br/About/company/global/Section

COUTINHO, C. N. – Democracia e Socialismo, Ed. Cortez, 1992, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo nº 51.

DIAS, Luciana et al. Santo Dias: Quando o passado se transforma em História. Ed. Cortez, São Paulo, 2004.

DREIFUSS, R. A. 1964: A Conquista do Estado. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1981.

ENGELS, F. - "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", In: Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 198?, v. 2.

-----A origem da família, da propriedade privada e do Estado, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

FARIA, Hamilton José Barreto de, - a Experiência Operária dos anos de Resistência, A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978), Dissertação de Mestrado, PUC, 1986.

FERNANDES, L. - URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo 1991.

------ "Democracia: valor histórico, teoria de Marx e Engels sobre o Estado", In: Revista Princípios, número 19, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, 1990.

FURTADO, C. "A Mudança do Paradigma do Emprego e a Crise dos Mercados de Trabalho" – in Economia e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do Capitalismo, Gilberto Dupas, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

-------Análise do "Modelo" Brasileiro. 7ª edição, civilização Brasileira, 1982.

GOMES, L. M. Sociedade dos socialistas vivos: ensaios contra o neoliberalismo. São Paulo, Anita, 1995.

GRAMSC, A. – Cadernos do Cárcere, Coutinho, C. N. et. al. (ed.), Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 2 e 3, 2000.

IANNI, O. - Teorias da Globalização -, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

LEITE, M. de P. (org.). O trabalho em movimento: Reestruturação produtiva e sindicais no Brasil. Papirus Campinas, SP, 1997**.**

MARX, K.. – O Capital -, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

------ Contribuição para a crítica da Economia Política, Editorial Estampa, Lisboa, 1974.

MOURA, Clovis. Dialética Radical do Brasil Negro. SP, Editora Anita, 1994.

LENINE, V. I. - "O Novo tipo de Estado que surge na nossa revolução", Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, v. 2, 1982.

------ "A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la", Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, v. 2, 1982.

------ "Uma das questões fundamentais da revolução", Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, v. 2, 1982.

------ "Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?", Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, v. 2, 1982.

------ "As tarefas imediatas do poder soviético", Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, v. 2, 1982.

------ "VIII congresso do PCR (b)", Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, v. 3, 1980.

------ - Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo Global editora 1ª edição 1979. São Paulo

LIMA, O. C. de - Meandros dos rios nos meandros do poder: Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado) FFLCH - FAC DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS São Paulo, 1987.

LOPES, C. L. E. . A. A organização Sindical Metalúrgica em São Paulo. Tese de Dotorado, FFLCH – USP, 1992.

MANFREDI, S. M. Formação Sindical no Brasil: História de uma prática cultural. Escrituras Editora, São Paulo, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. – Manual de História Oral. Edições Loiola, São Paulo, 2002.

MORTORANO, L. C. – A Burocracia e os Desafios da Transição Socialista – Anita Garibaldi, SP, 2002.

MARX, K. - Contribuição para a crítica da economia política, Editorial Estampa, Lisboa, 1974.

------ - O Capital -, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, livro 1, v. 1, 1980.

------ - O Capital -, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, livro 1, v. 1, 1980.

------ - GRUNDRISSE Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política 1857 – 1858, Fundo de Cultura Econômica, México, 1985.

------ - O 18 Brumário–, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

MOURA, C. - Dialética Radical do Brasil Negro -, Ed. Anita Garibalde, São Paulo, 1994.

MOURA E. B. B. - O Processo de Imigração em São Paulo nas Primeiras Décadas Republicanas: Questões em Aberto -, Texto 08, CEDHAL-USP, São Paulo, 1996.

MUNHOZ, S. J. A ordem do “Caos” versus o ocaso da ordem (Saques e quebra-quebras em São Paulo -1983) Dissertação de Mestrado - UNICAMP, Campinas, 1989.

NEGRI, Barjas Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Momento).

NETO, J.P. - “A crise do socialismo e a alternativa comunista”, In: Crise do socialismo e ofensiva neoliberal, Ed. Cortez, São Paulo, 1993.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Dissertação de mestrado UNICAMP, 1990.

PEREIRA, Duarte. Perfil da Classe Operaria: Ditadura nas Fabricas. Hucitec, SP. 1981.

PEDREIRA FILHO, V. S. Comissões de Fábrica: um claro enigma. Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, São Paulo, 1997.

PRADO JR., C. - a Questão Agrária no Brasil -, ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.

------ - Formação do Brasil Contemporâneo -, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

POLITI, Marco e BERNSTEIN, Carl. Sua Santidade – João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro 1996.

PINTO, M. I. M. B. - Cotidiano E Sobrevivência: A Vida do Trabalhador, Pobre na Cidade de São Paulo, 1890 a 1914 -, EDUSP, São Paulo, 1994.

RATTNER, H. “A Evolução da Economia Brasileira entre 1963 a 1976: panorama geral e a situação da pequena e média empresa”. In Rattner, H. et al, Pequena e Média Empresa no Brasil. Ed. Símbolo, São Paulo, 1979.

REZENDE FILHO, C. B.. Economia brasileira contemporânea. Coleção Manuais, Contexto, São Paulo, 1999.

RIBEIRO, V. M. – Jardim Icaraí, Desenho Urbano da Periferia de São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada na FAU-USP, São Paulo, 1996. apud

ROCHEL, R. (do Banco de Dados). Santo Amaro.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/bairros santo amaro.htm, maio, 2005.

RODRIGUES, L. M. e Cardoso, A. M. Força Sindical: Uma análise sócio-política. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

SABÓIA, João. Salário Mínimo A Experiência Brasileira. Coleção Universidade LivreL&PM. Editora Ltda. Porto Alegre, 1985.

SADER, E.. Quando novos personagens entraram em cena: experiência dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970 – 80. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995,

SIMÃO, A. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo, Dominus Editora, 1966.

SINGER, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974.

SOUZA C. S. dos. Comissão de Fábrica: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Dissertação de Mestrado FFLCH – USP 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. O PLANO REAL E O DESEMPREGO: alguns aspectos da evolução recente. Fev de 1998.

ttp://www.abordo.com.br/mctavares/empre98.htm. Retirado em 1 de agosto de 2007

TELLES, VERA SILVA. Anos 70: Experiências e Prática Cotidianas. In A igreja nas bases em tampo de transição 1974-1985. Organizado por Krischke, P. J. e Mainwaring, Editores L& PM e CEDEC, Porto Alegre 1986.

Fontes

1 - Entrevistas com:

André Vicente Nascimento da comissão de fábrica da MWM, realizada por Cristiano dos Reis Souza.

Aurélio Peres, PC do B, candidato a presidente do sindicato pela chapa 3 de 1981 e deputado federal.

João Carlos Gonçalves – Juruna , secretário geral da Força Sindical. Realiza por Cristiano dos Reis Souza Modificada e autorização para utilização em 2/4/07.

Maria Ester Martins da Vitória, ex-metalúrgica e assessora do sindicato na Gestão 1984 a 1987. Realizada 05/2007.

Nelson Kokiti (Catterpillar e MWM) a Realiza por Cristiano dos Reis Souza, autorizada utilização em 10/ 2007.

Nelson Kokiti. Realizada em 10/ 2007.

Wagner Almeida da MWM por Realiza por Cristiano dos Reis Souza.

Wagner Almeida, membro da Comissão de Fábrica da MWM. Realizada em 06/2005.

Vital Nolasco, da Sindical Classista (PC do B), membro da diretoria do sindicato na gestão 1984 a 1987. Realizada em 7 de maio de 2007.

2 - Documentos Sindicais

Coletânea dos boletins INTER-FÁBRICA de 1979.

Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, set./79.

Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, 1984.

Dossiê a Greve do Metalúrgico de São Paulo de 1979, CPV, 1983.

“Luta Sindical – Radiografia de um Jornal Operário” Dossiê CPV, SP.

Materiais das Diversas Fábricas da Zona Sul CPV Pastas das Diversas fábrica - Trabalhadores metalúrgicos de São Paulo (SP).

3 - Jornais e Revistas

Movimento anos de 1978, a 1981.

Folha de São Paulo. CD-Rom Folha edição 99 – multimídia.

Correio Brasiliense.

Luta Sindical.

O Metalúrgico – órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Voz da Unidade.

Materiais distribuídos nas fábricas arquivados no Centro Pastoral Vergueiro – CPV.

Jornais das diversas chapas de oposição.

Jornal da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Quem e Quem na Economia Brasileira 1985. Revista Visão agosto de 1985.

Revista *Exame.* Balanço Anual, 1979,

O Salário Mínimo. Pesquisa do DIEESE, nº 4 abril de 1992, Edição Especial,

Sabóia, João L. M. "A controvérsia sobre o salário-mínimo e a taxa de salários na economia brasileira: novas evidências". Revista Economia Política. Vo. 5, nº 2, abril/junho/1985 .

José Marcos de Lima. "Os caminhos de ferro" Nossa Região Revista CompanySul – Um veículo de informação oficial da Associação Empresarial da Região Sul – AESUL, São Paulo .(distribuição dirigida) Ano 0, n.3, agos 2006. p. 8 e 9.

O Salário Mínimo. Pesquisa do DIEESE, nº 4 abril de 1992, Edição Especial, p.10-11.

4 - Sites

http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/primeiro/noticias/ge160905.htm#1

Força Online, http://www.fsindical.org.br/institucional/arquivo/000274.html.

http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/primeiro/noticias/ge160905.htm#http://inventabrasilnet.t5.com.br/prada.

http://inventabrasilnet.t5.com.br/prada.htm.

Greenwald, Robert (diretor). Wal-Mart - O Alto Custo do Preço Baixo (2005). EUA.

http://www2.uol.com.br/mostra/30/p_exib_filme_89.shtml.

http://www.padremarcelorossi.org.br/principal/home/?sistema=conteudos|conteudo&id_conteudo=http://www.padremarcelorossi.org.br/principal/home/?sistema=conteudos| http://www.sampa.art.br/SAOPAULO/Bairro%20Santo%20Amaro.htm, Bairro de Santo Amaro.

http://brasil.cat.com/cda/layout?m=64120&x=12.

http://brasil.cat.com/cda/layout?m=64120&x=12.

http://www.atlas.schindler.com/sao_index/sao_kg_1.htm.

http://inventabrasilnet.t5.com.br/prada.htm.

http://pt.wikipedia.org.

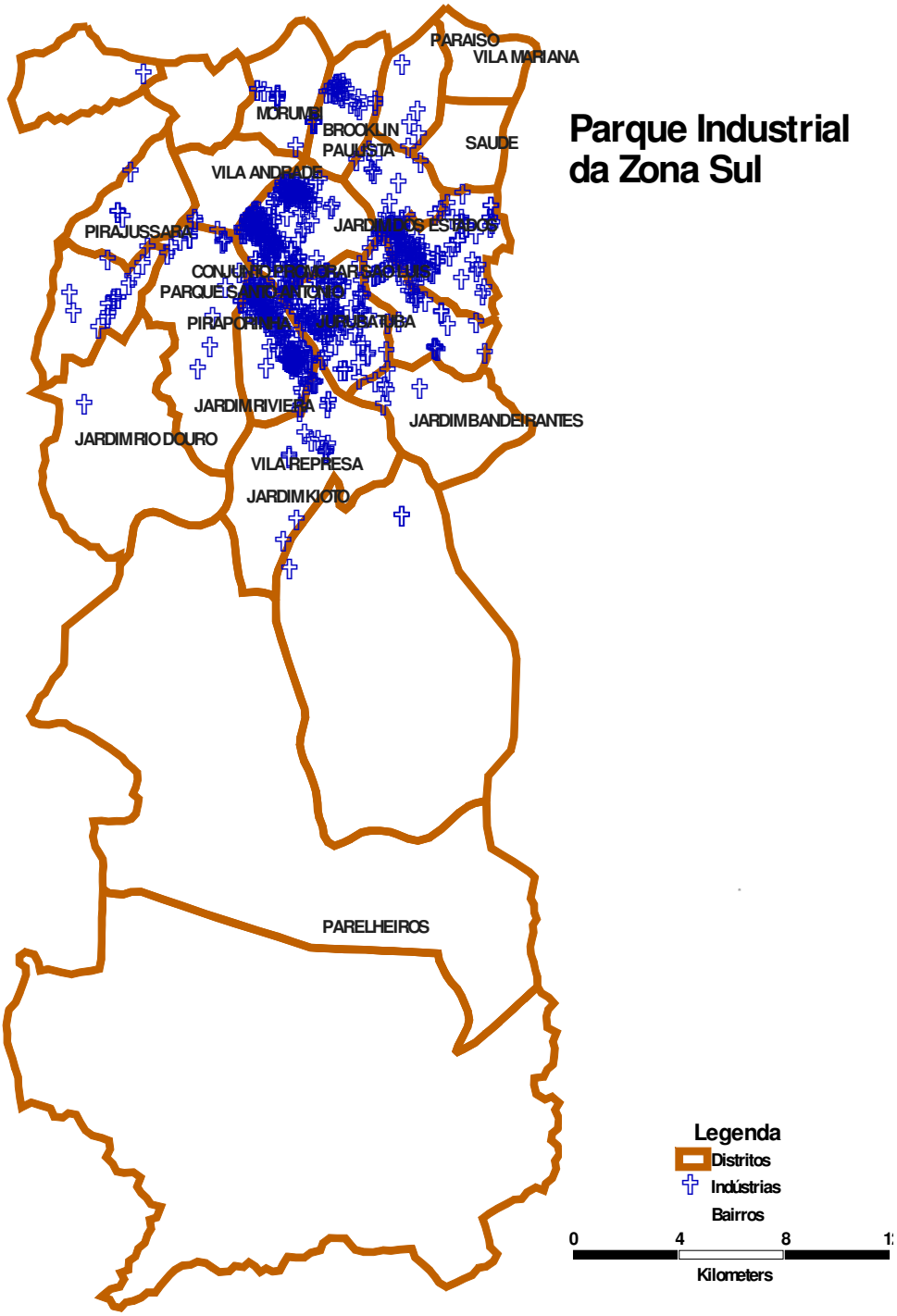
http://brasil.cat.com/cda/layout.

http://www.atlas.schindler.com/sao_index/sao.

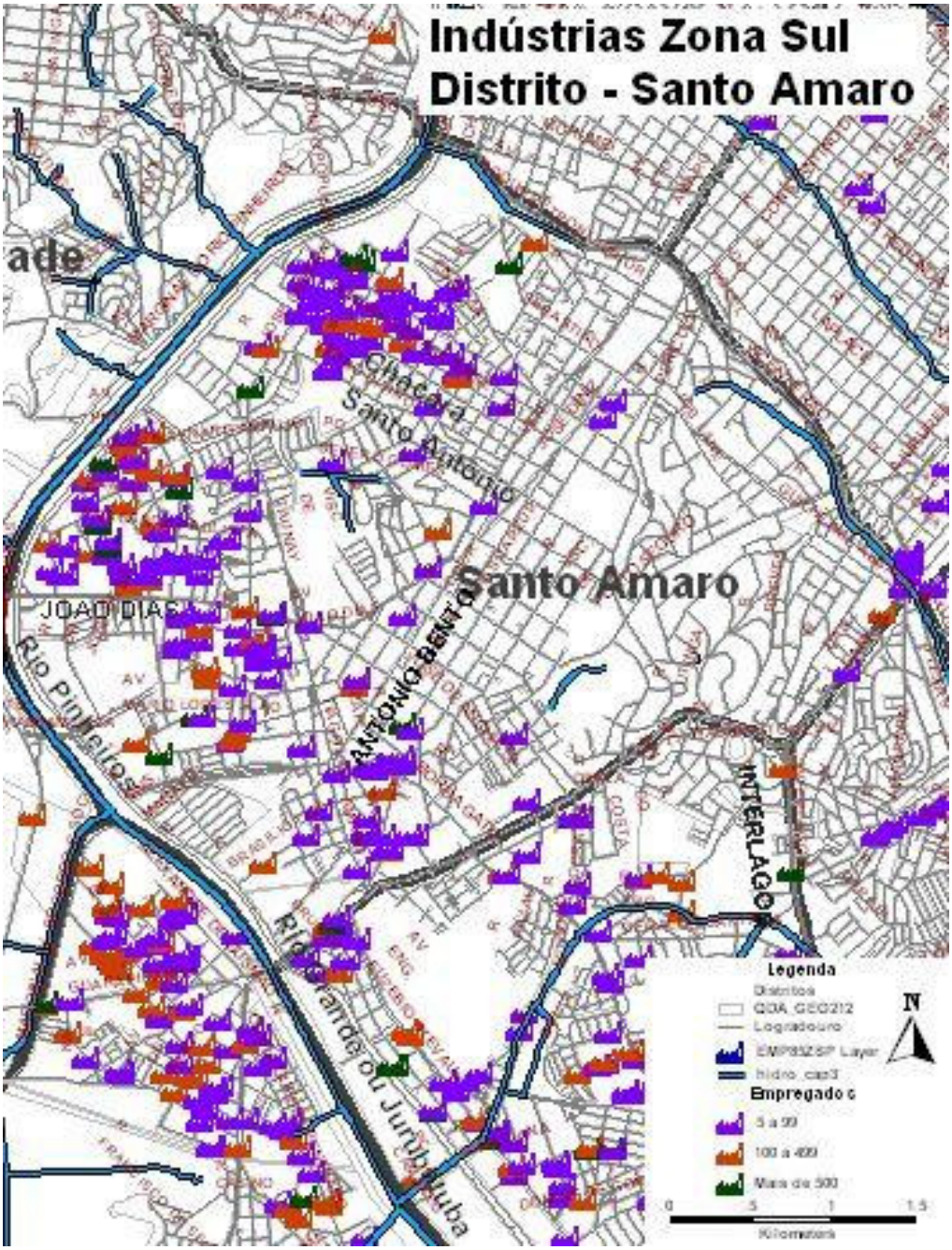
http://www.acaoereacao.net/mahle0203.html.

http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/empreendedor/.

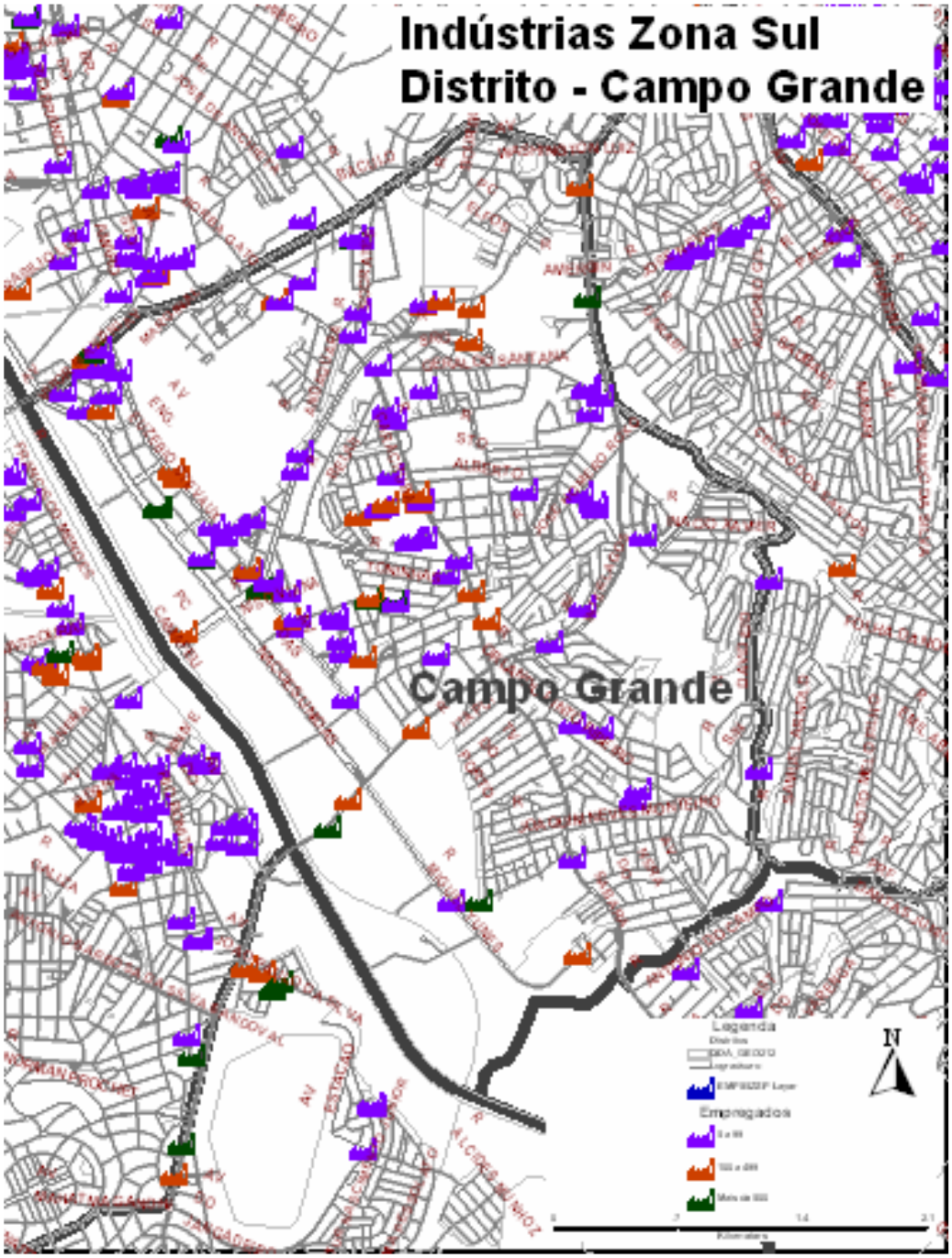
ANEXO A


Parque Industrial
da Zona Sul
PARAISO
VILA MARIANA
MORUMBI
BROOKLIN
PAULISTA
SAUDE
VILA ANDRADE
PIRAJUSSARA
JARDIM DOS ESTADOS
CONJUNTO HABITACIONAL PARELHEIROS
PARQUE SANTO ANTONIO
PIRAPORINHA
JARDIM SAPUCAIUBA
JARDIM RIVIERA
JARDIM BANDEIRANTES
JARDIM RIO DOURO
VILA REPRESA
JARDIM KIOTO
PARELHEIROS
Legenda
Distritos
Indústrias
Bairros
0
4
8
Kilometers

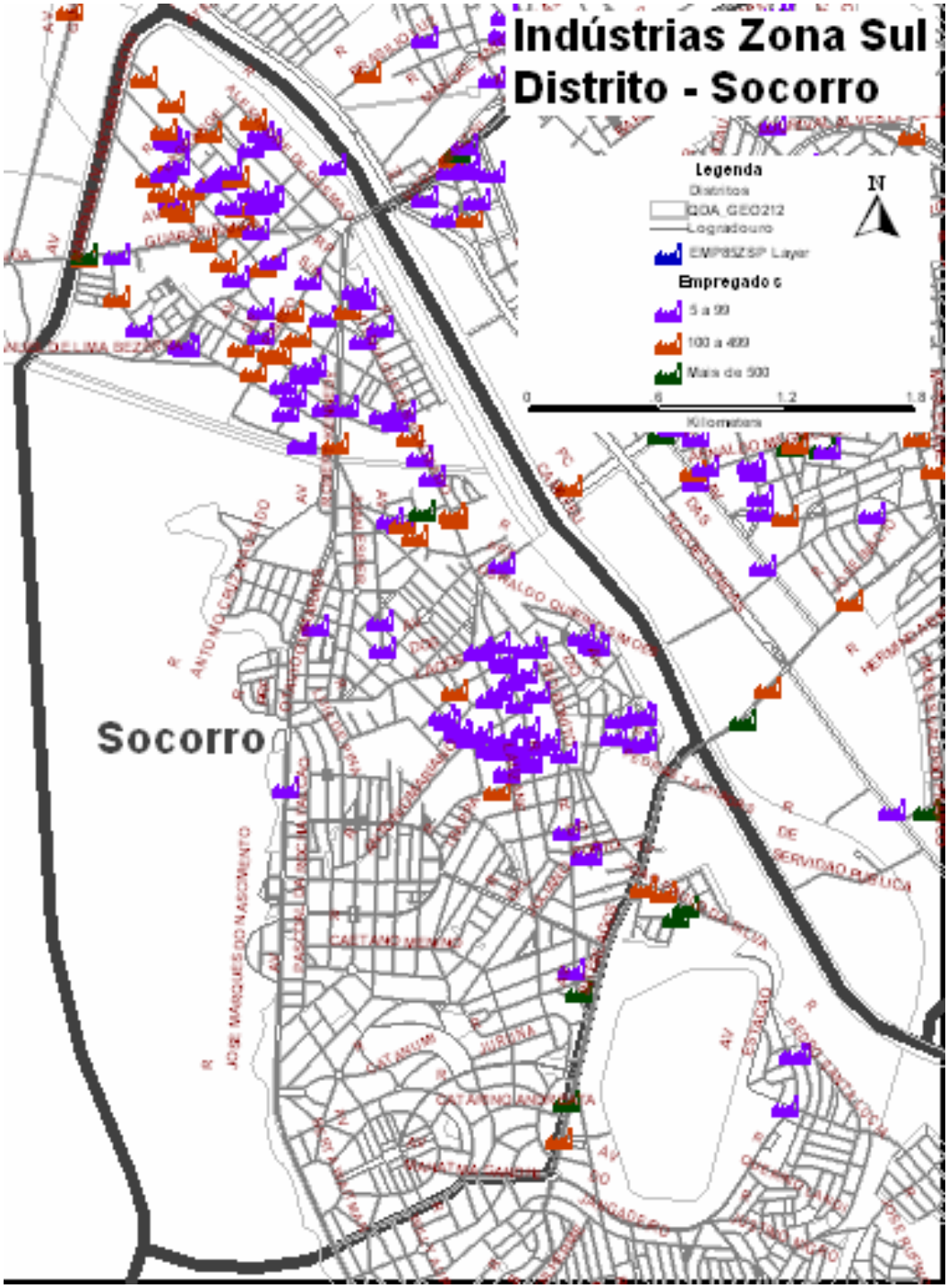
ANEXO B


Indústrias Zona Sul
Distrito - Santo Amaro
Chácara Santo Antonio
Santo Amaro
JOAO DIAS
ANTONIO BENTO
INTERLAGOS
Legenda
N
0
.5
1
1.5
Kilometers

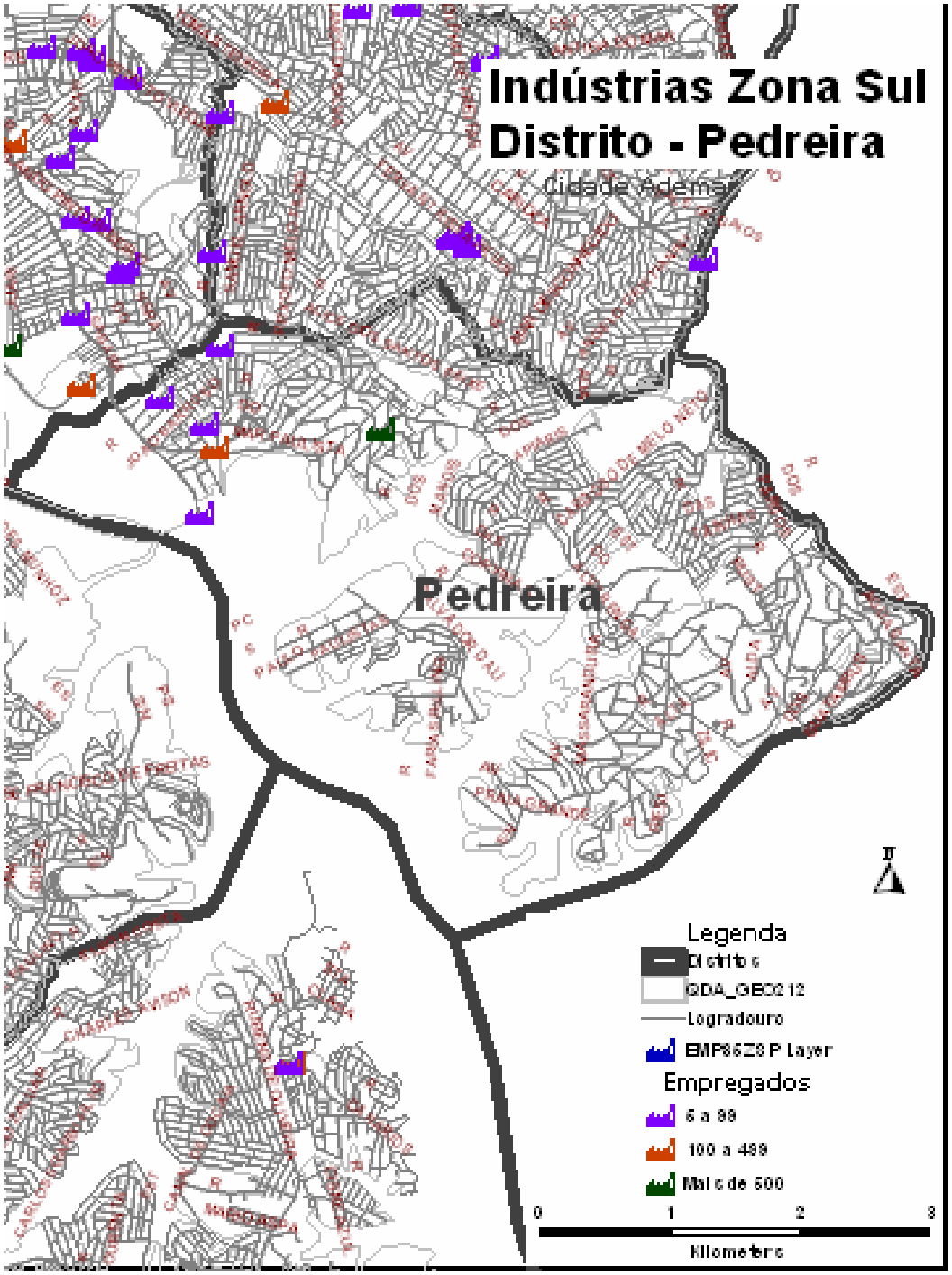
ANEXO C


Indústrias Zona Sul
Distrito - Campo Grande
Campo Grande
Legenda
Empregados
N

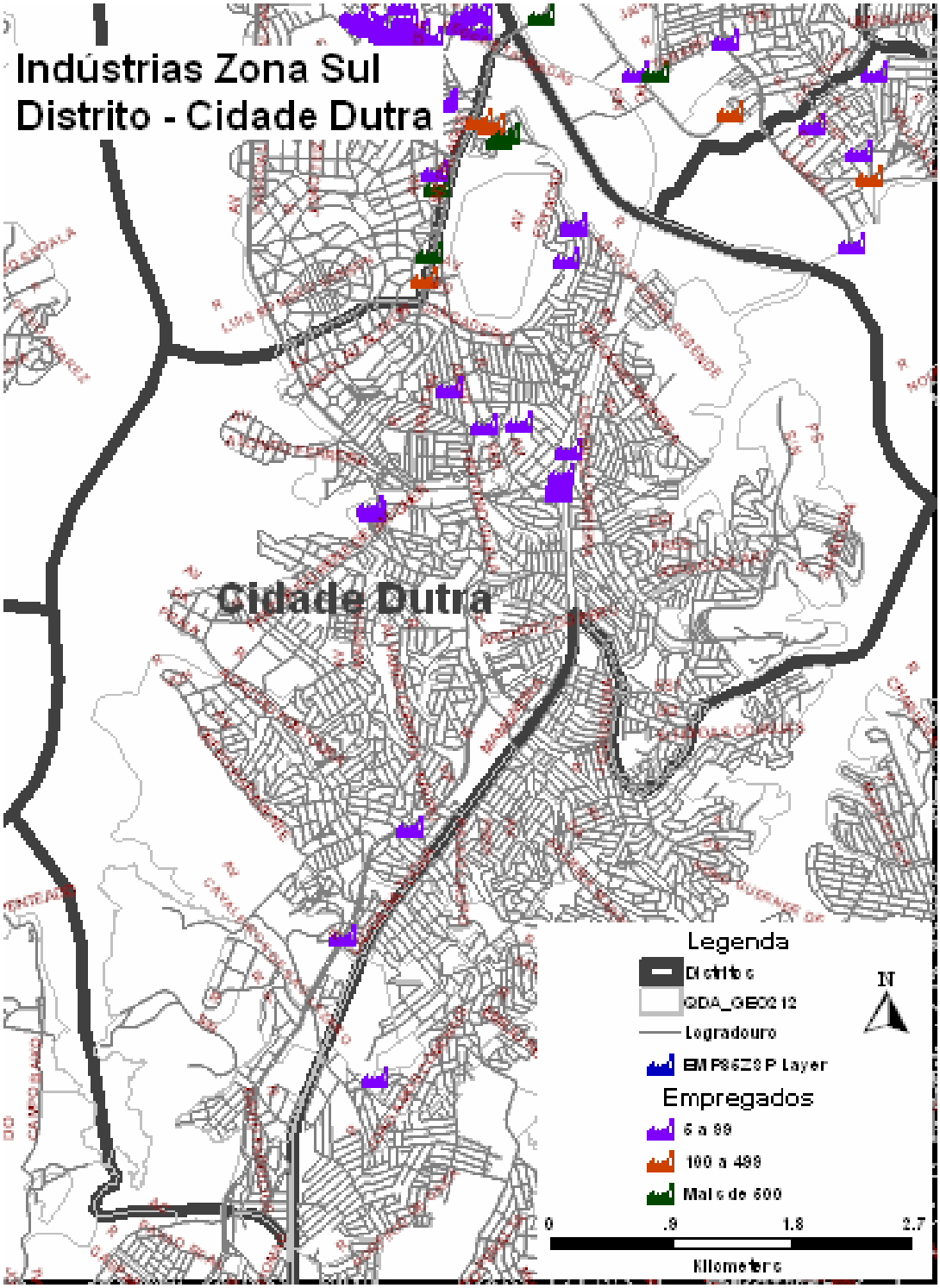
ANEXO D


Indústrias Zona Sul
Distrito - Socorro
Legenda
Distritos
QOA_GEO212
Logradouro
EMPRESZSP Layer
Empregados
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
N
0
0.6
1.2
1.8
Kilometers
Socorro

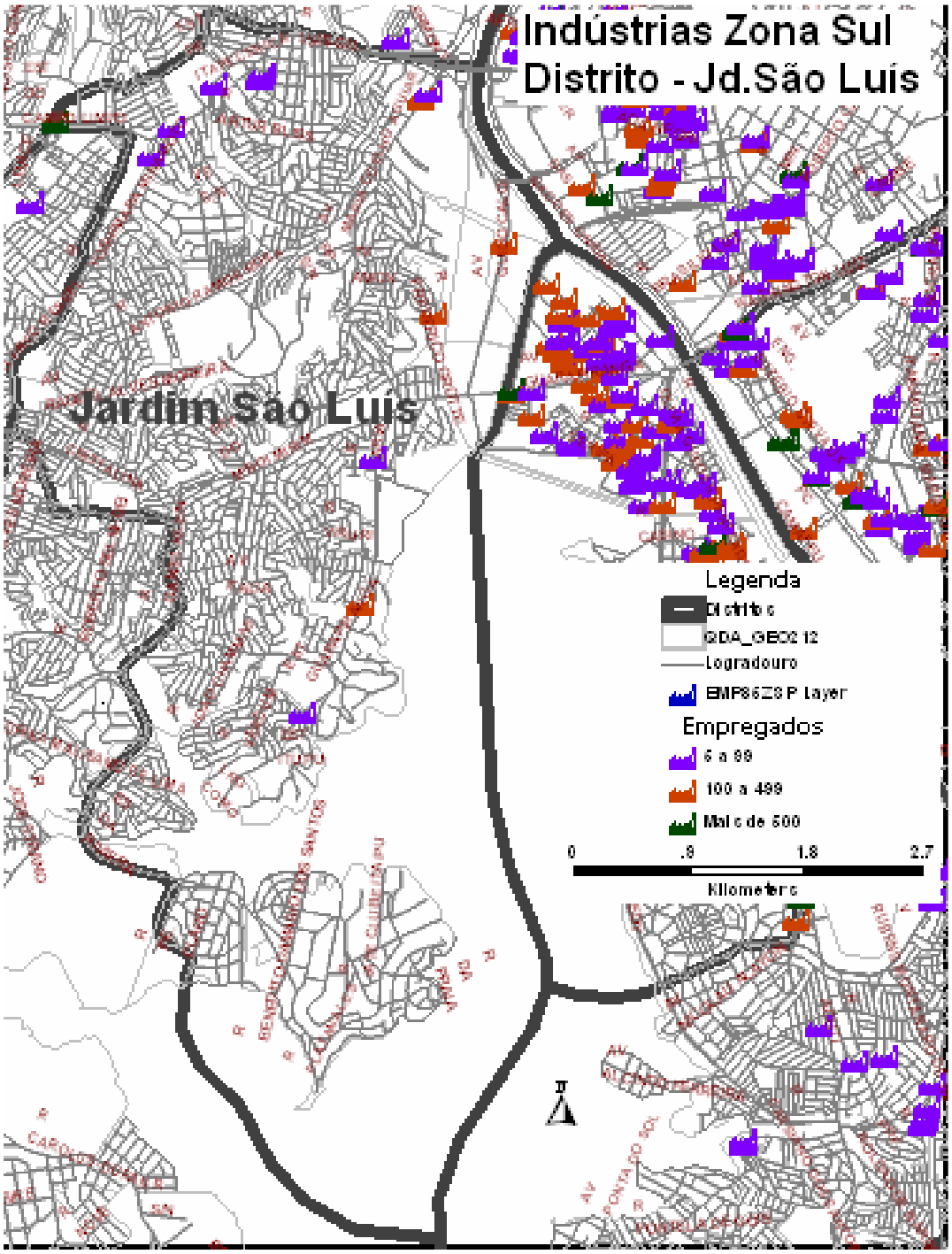
ANEXO E


Indústrias Zona Sul
Distrito - Pedreira
Cidade Ademar
Pedreira
Legenda
Distritos
QDA_GEO212
Logradouro
BMP86Z8 P Layer
Empregados
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
1
2
3
Kilometers

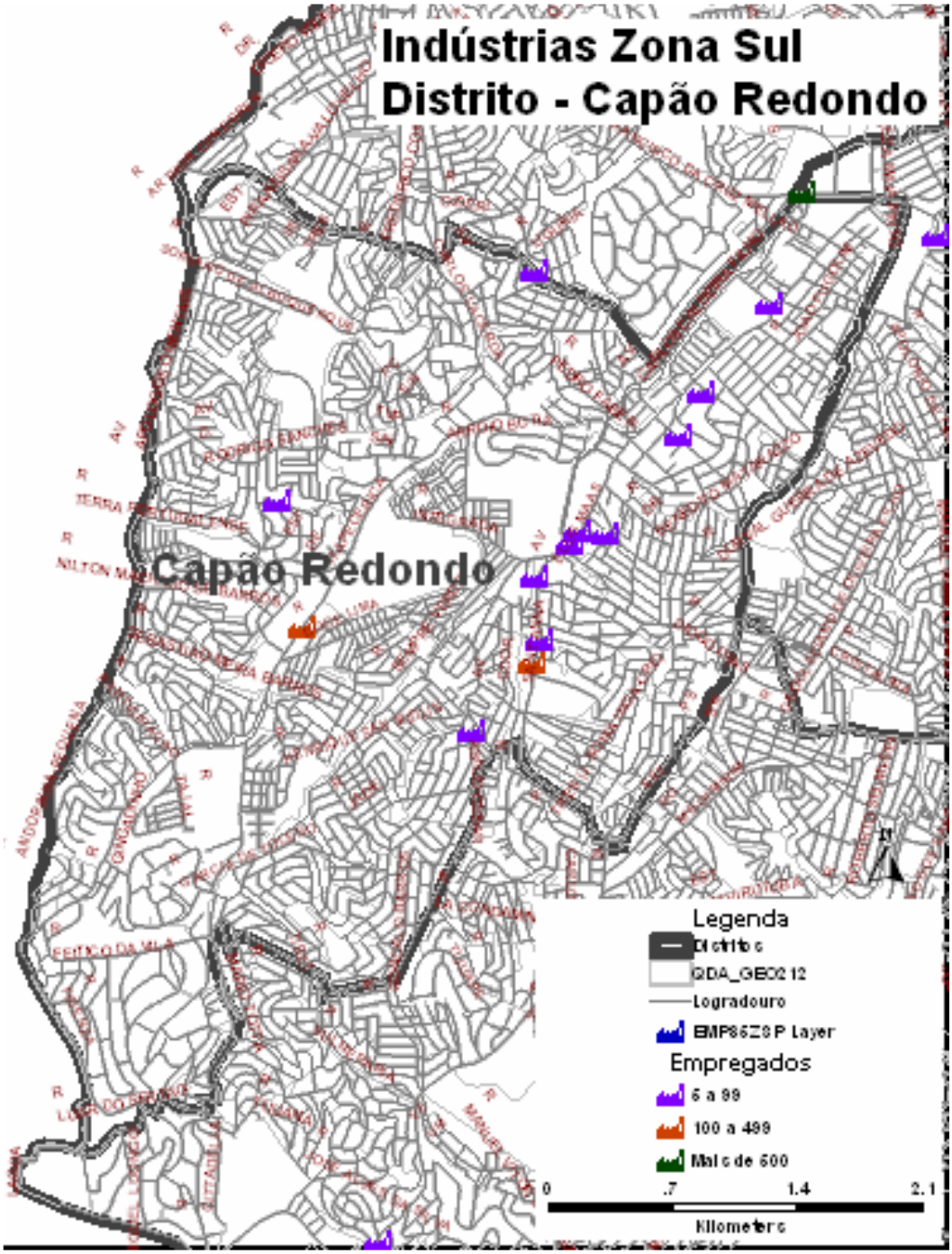
ANEXO F


Indústrias Zona Sul
Distrito - Cidade Dutra
Cidade Dutra
Legenda
Distritos
Logradouro
Empregados
6 a 99
100 a 499
Mais de 500
N
0
.9
1.8
2.7
Kilometers

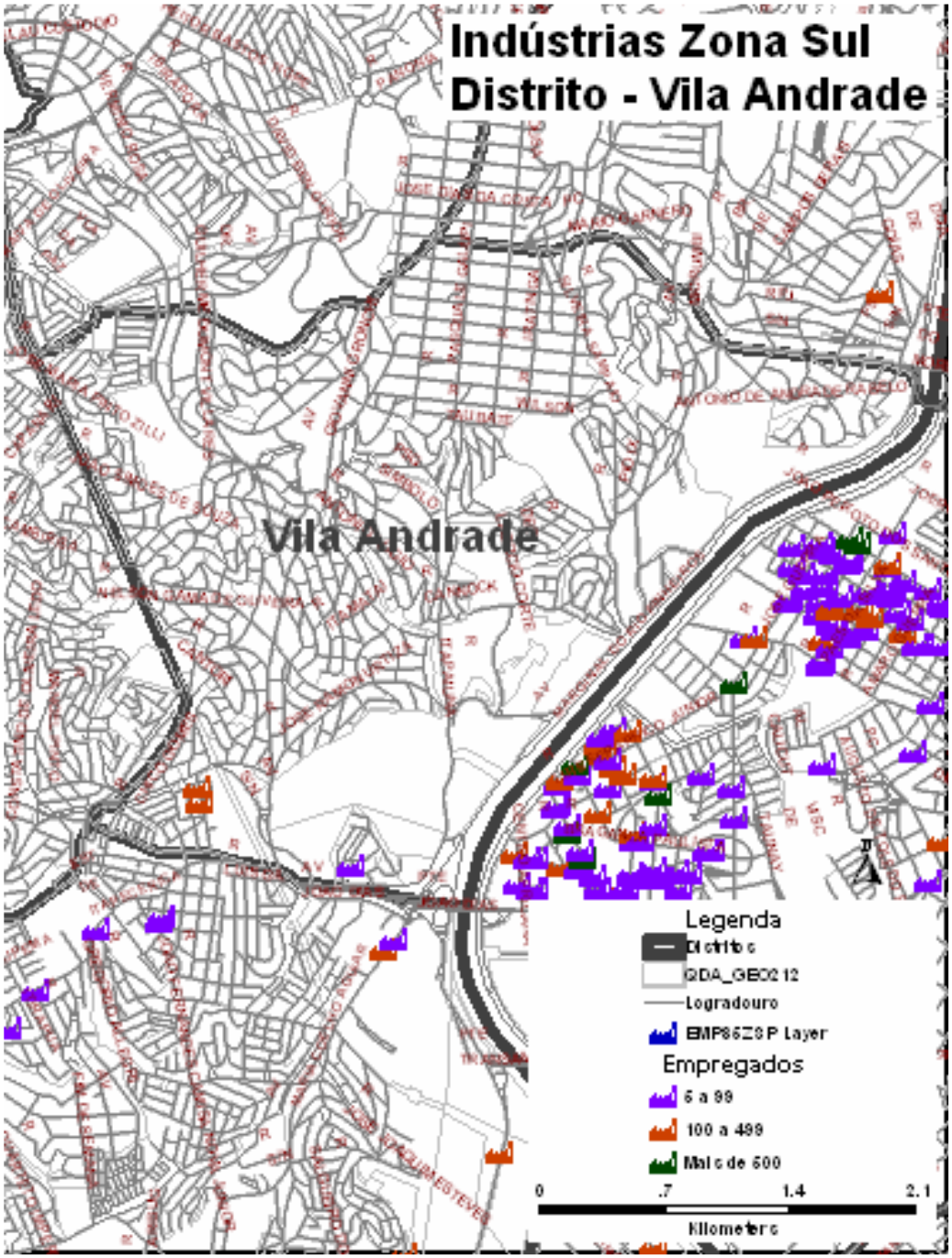
ANEXO G


Indústrias Zona Sul
Distrito - Jd.São Luís
Jardim São Luís
Legenda
Logradouro
Empregados
6 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.9
1.8
2.7
Kilometers

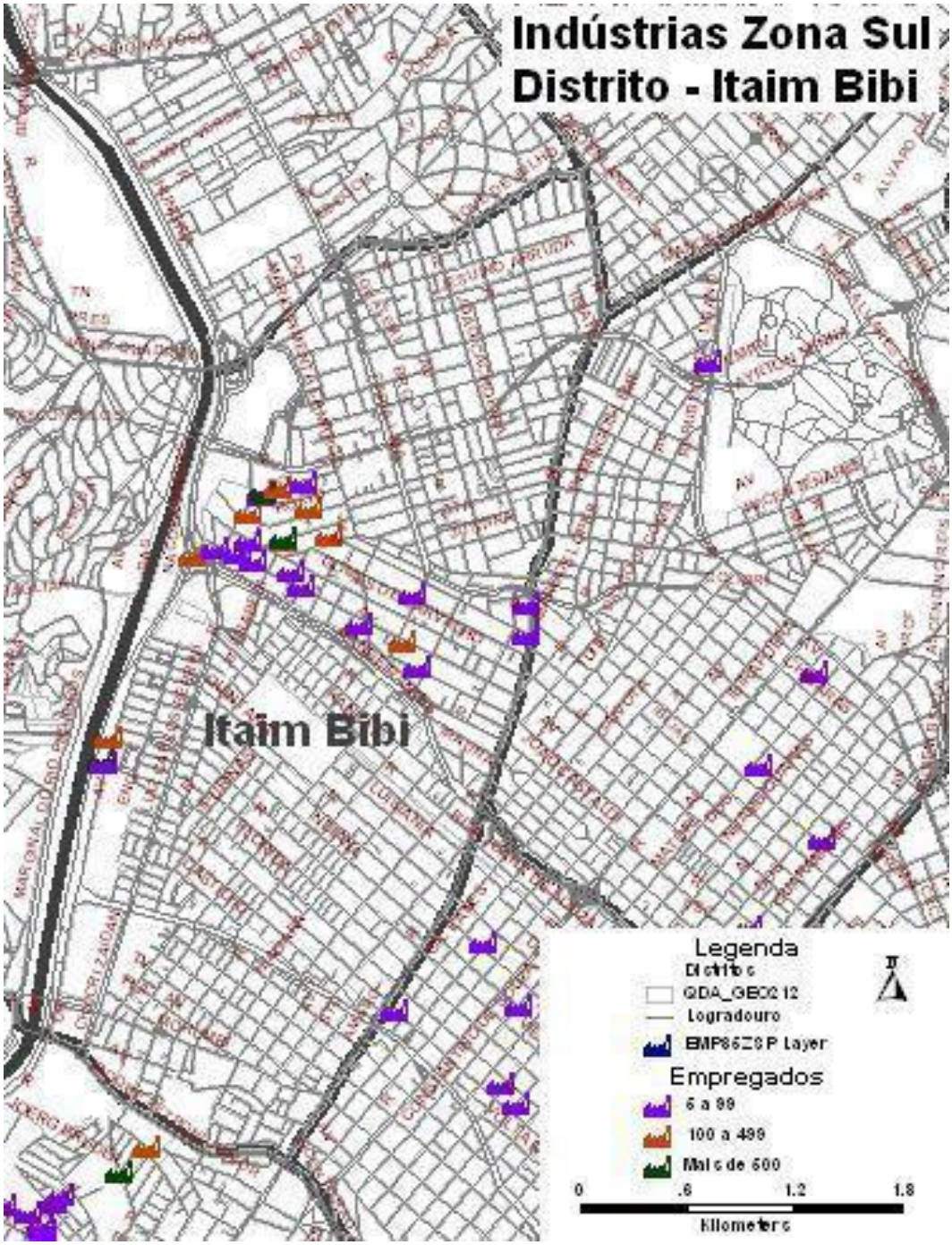
ANEXO H


Indústrias Zona Sul
Distrito - Capão Redondo
Capão Redondo
Legenda
Logradouro
Empregados
6 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.7
1.4
2.1
Kilometers

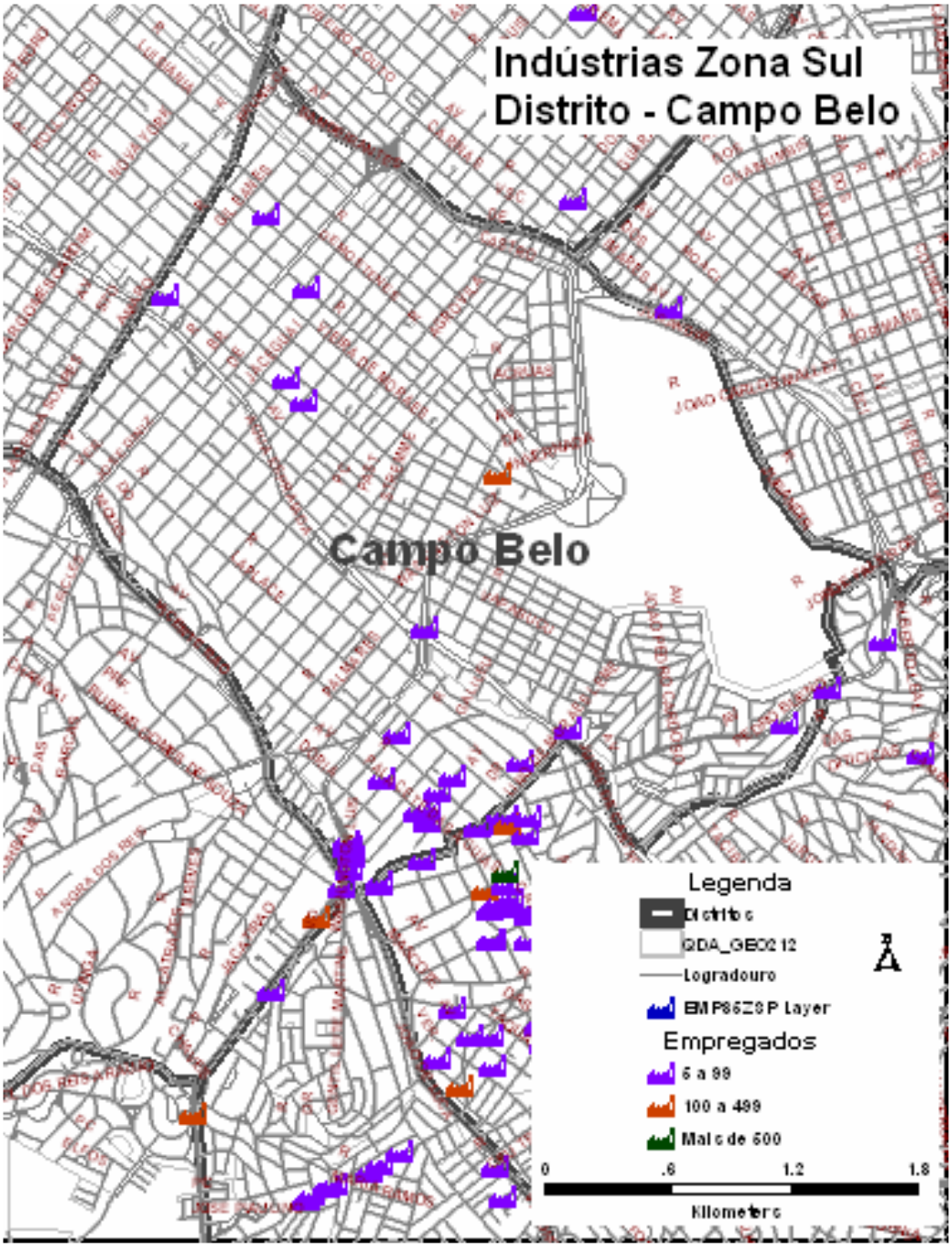
ANEXO I


Indústrias Zona Sul
Distrito - Vila Andrade
Vila Andrade
Legenda
Distrito
QDA_GEO212
Logradouro
EMP86Z8P Layer
Empregados
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.7
1.4
2.1
Kilometers

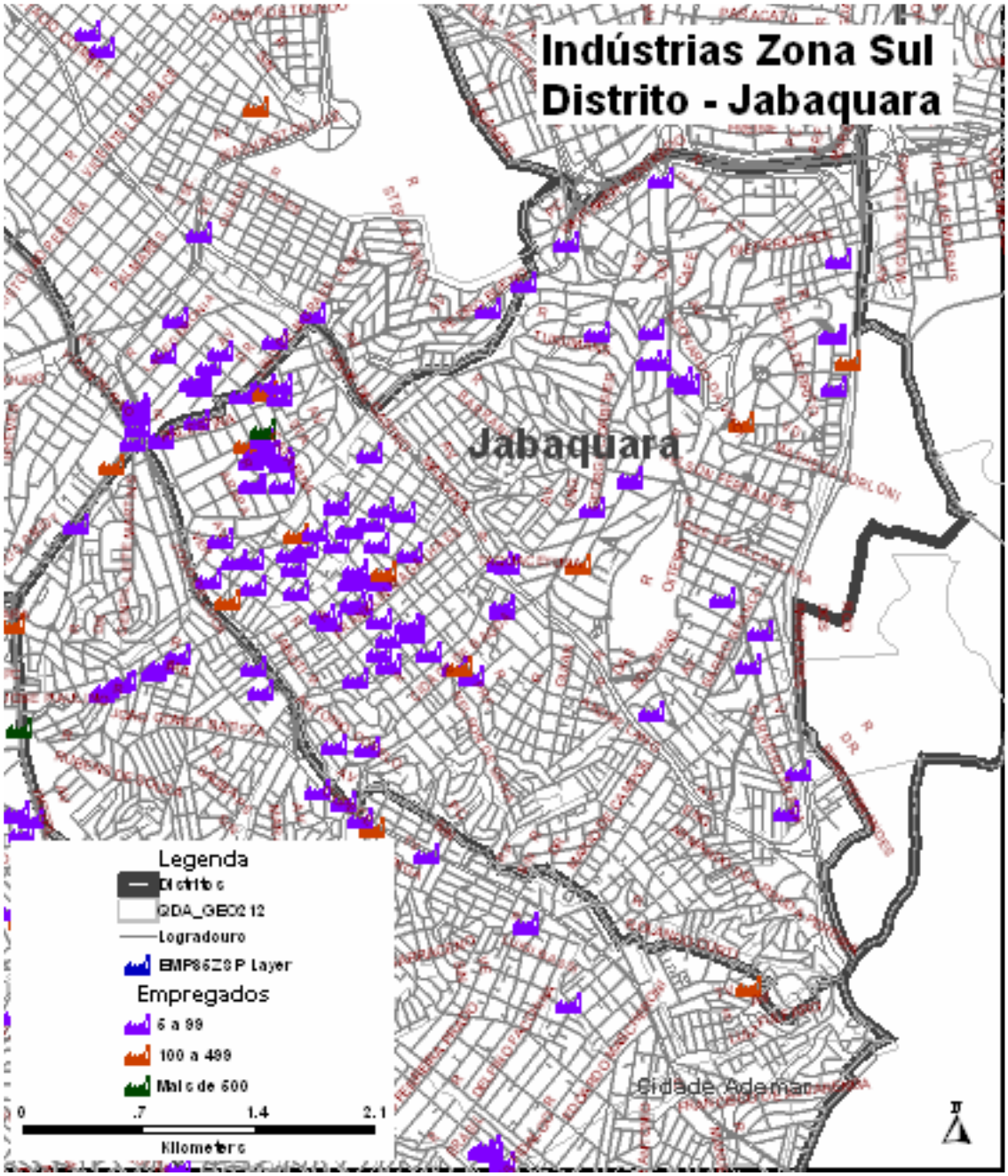
ANEXO J


Indústrias Zona Sul
Distrito - Itaim Bibi
Itaim Bibi
Legenda
Distritos
QDA_GEO212
Logradouro
BMF86ZSP Layer
Empregados
6 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.6
1.2
1.8
Kilometers

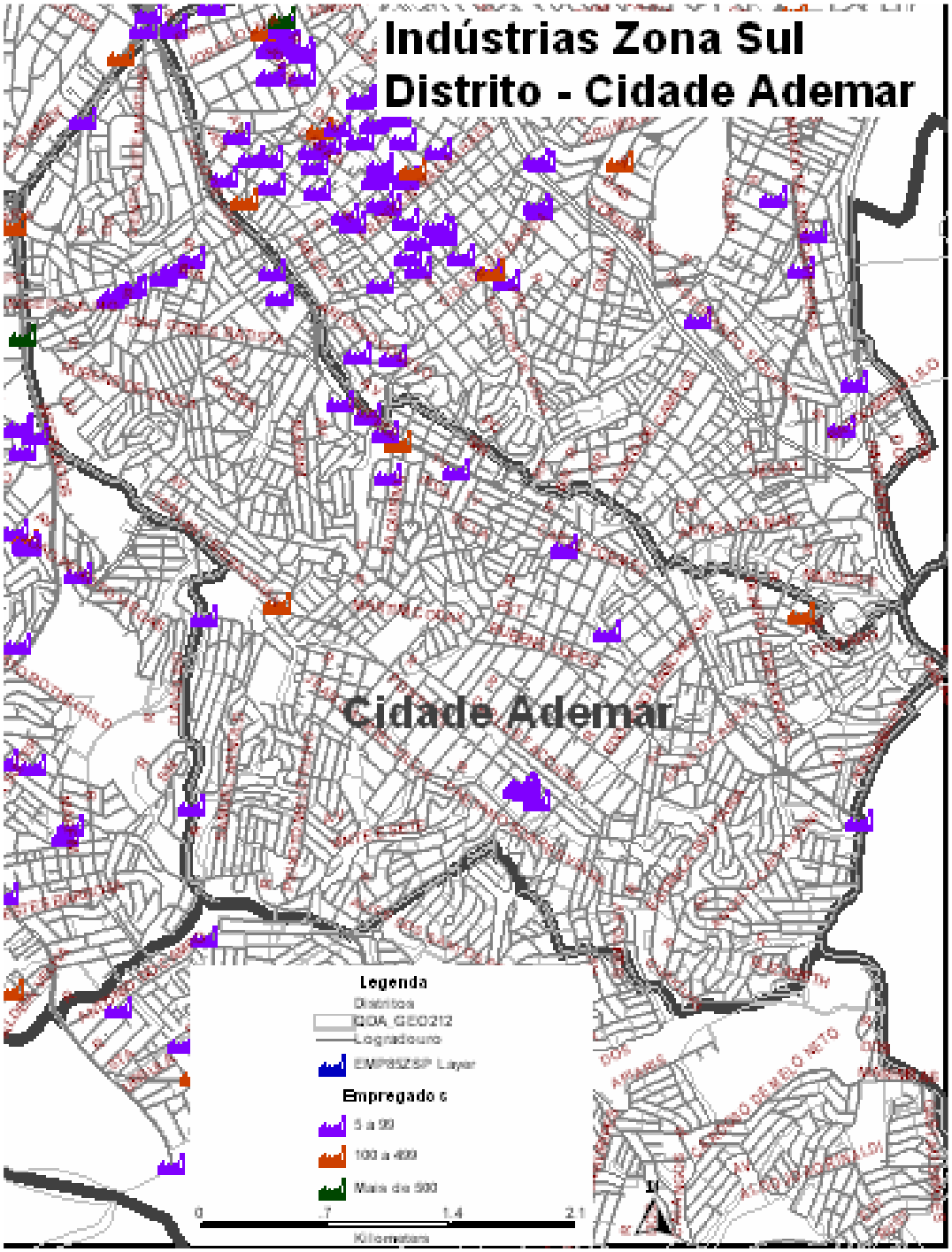
ANEXO L


Indústrias Zona Sul
Distrito - Campo Belo
Campo Belo
Legenda
Distrito
QDA_GB0212
Logradouro
EMP86Z8P Layer
Empregados
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.6
1.2
1.8
Kilometers

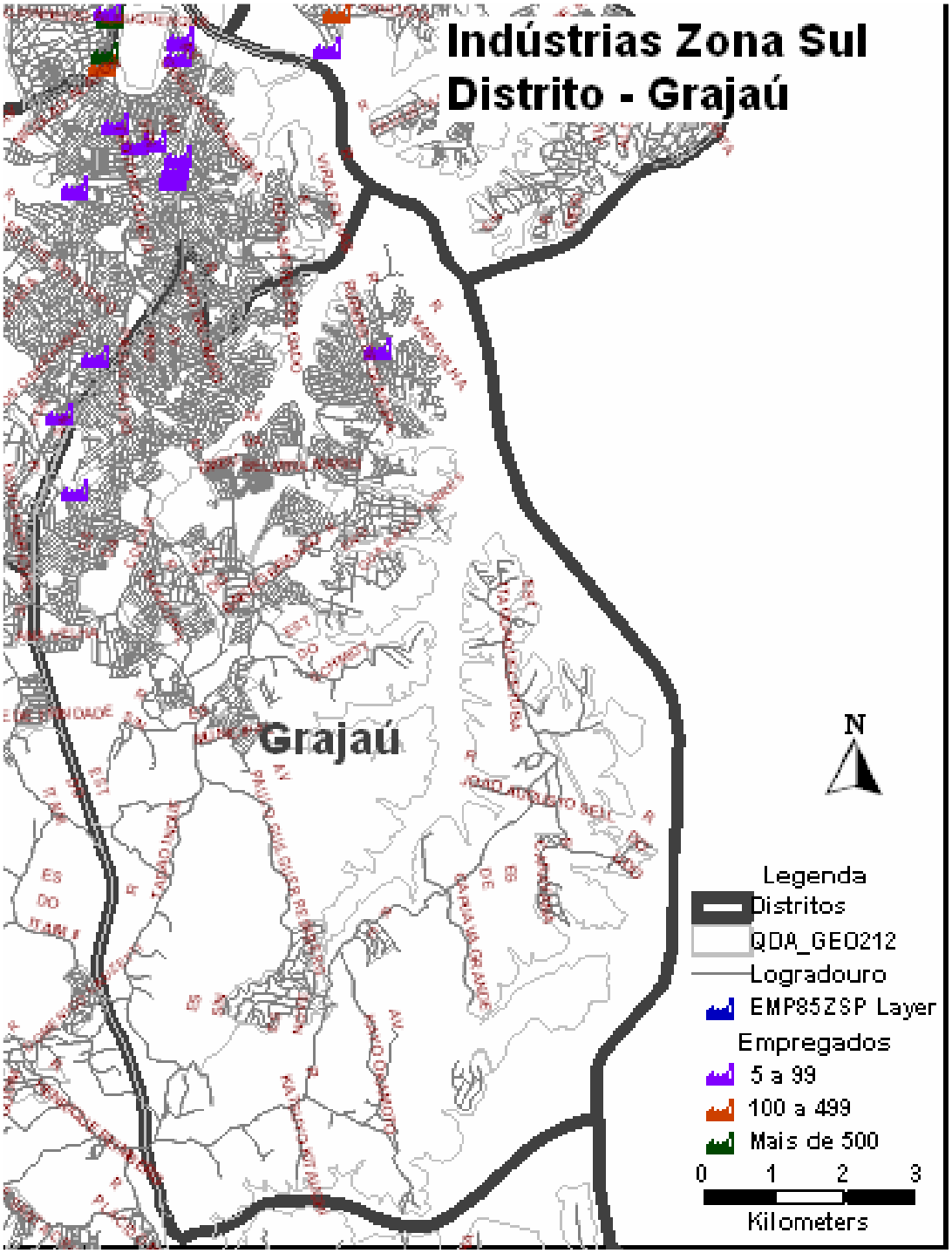
ANEXO M


Indústrias Zona Sul
Distrito - Jabaquara
Jabaquara
Legenda
Logradouro
Empregados
6 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.7
1.4
2.1
Kilometers

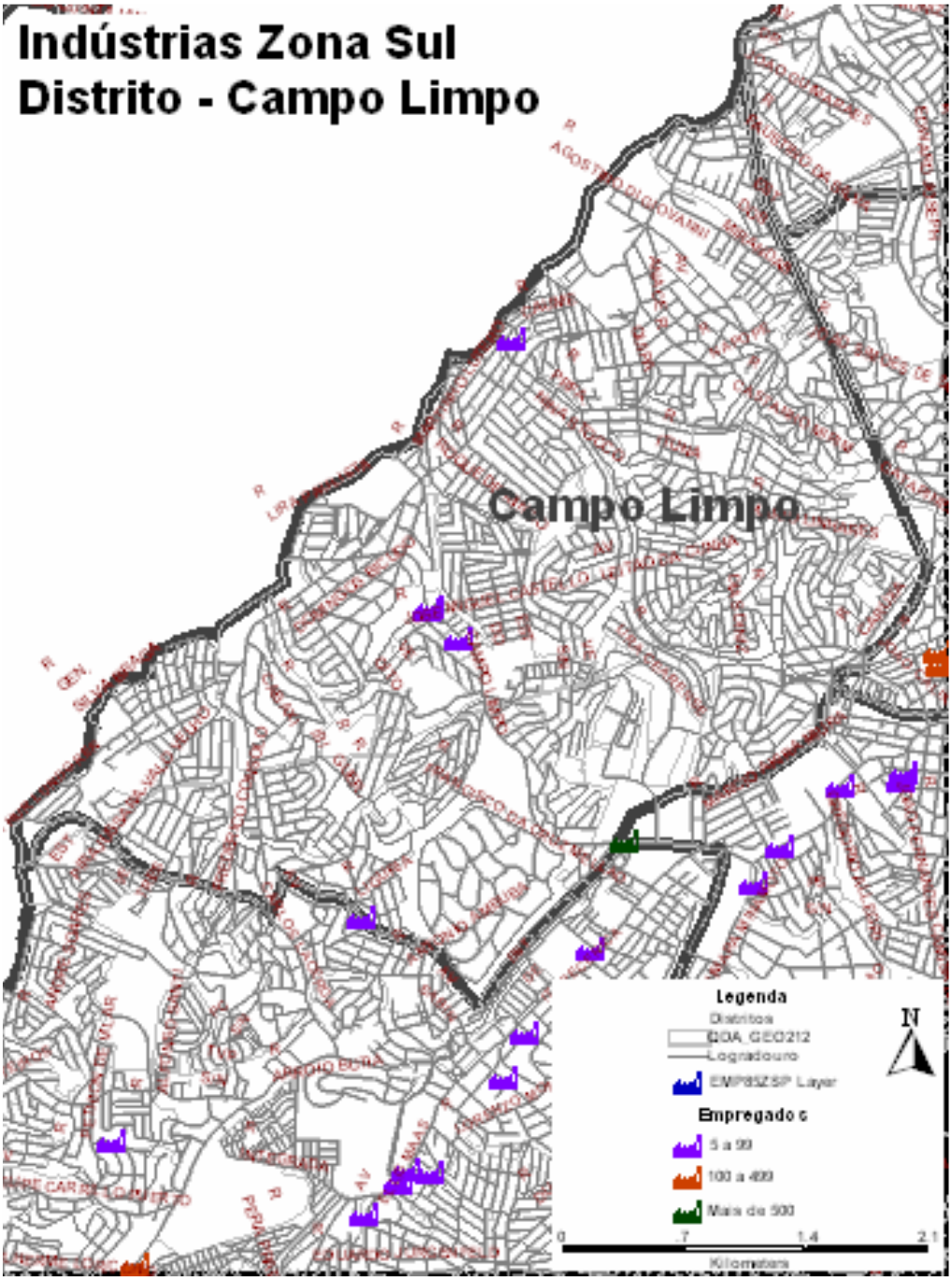
ANEXO N


Indústrias Zona Sul
Distrito - Cidade Ademar
Cidade Ademar
Legenda
Distritos
IGOA, GEO212
Logradouro
EMPRESESP Layer
Empregado s
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
0
.7
1.4
2.1
Kilometers
N

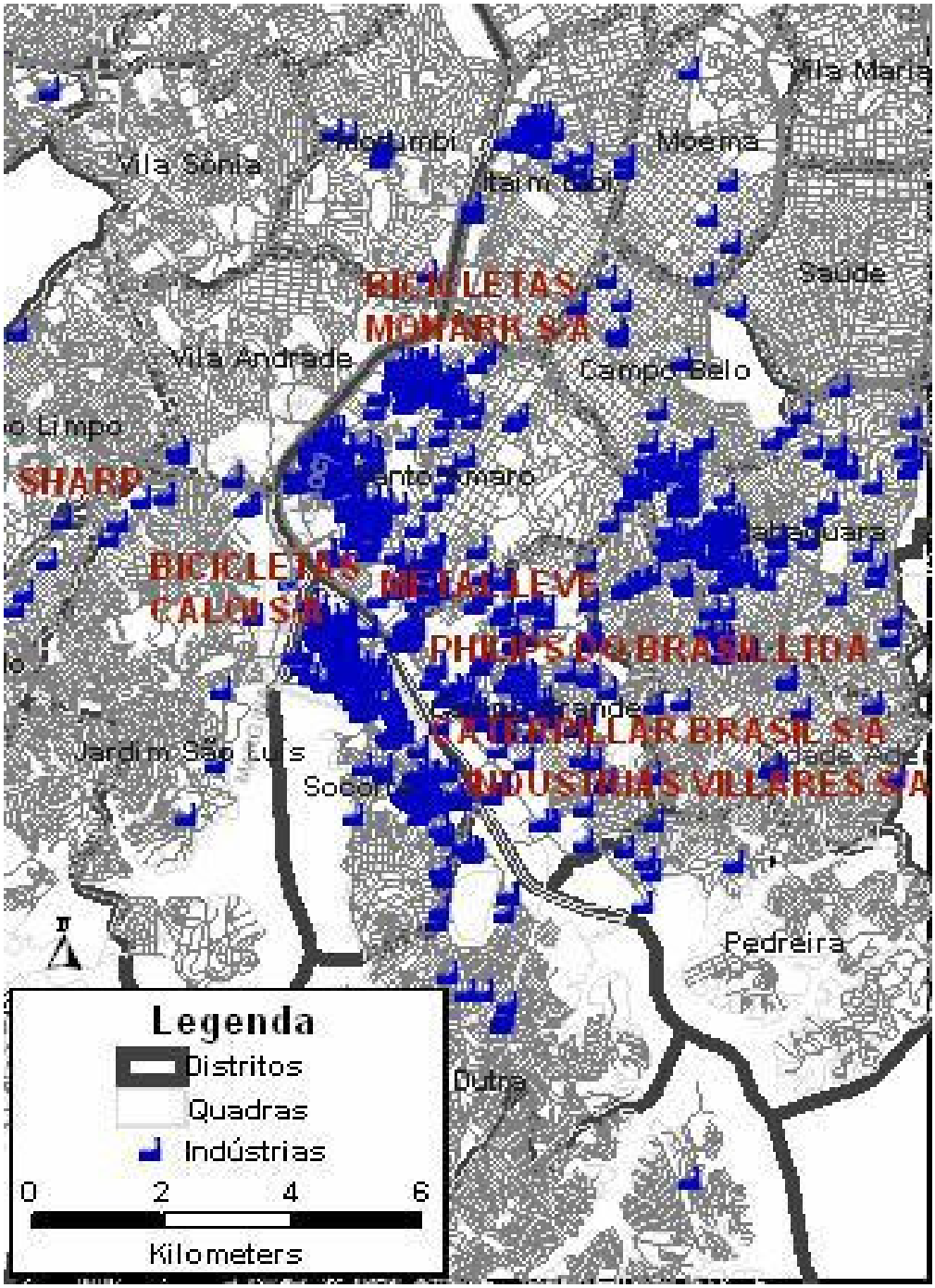
ANEXO O


Indústrias Zona Sul
Distrito - Grajaú
Grajaú
N
Legenda
Distritos
QDA_GEO212
Logradouro
EMP85ZSP Layer
Empregados
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
0 1 2 3
Kilometers

ANEXO P

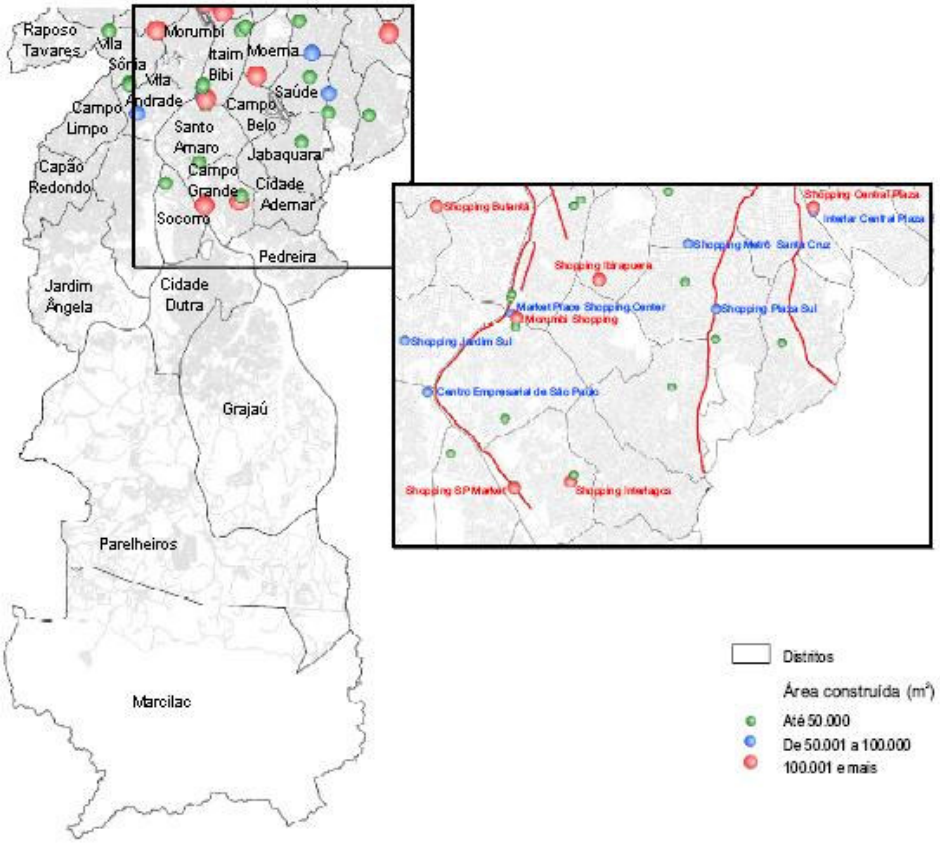

Indústrias Zona Sul
Distrito - Campo Limpo
Campo Limpo
Legenda
Distritos
GOA_GEO212
Logradouro
EMPRSZSP Layer
Empregados
5 a 99
100 a 499
Mais de 500
N
0
.7
1.4
2.1
Kilometers

ANEXO Q


Vila Maria
Moema
Vila Sônia
Saúde
BICICLETAS MONARK S/A
Vila Andrade
Campo Belo
SHARP
BICICLETAS CALOI S/A
METALLEVE
PHILIPS DO BRASIL LTDA
CATERPILLAR BRASIL S/A
INDÚSTRIAS VILLARES S/A
Jardim São Luís
Socorro
Pedreira
Outra
Legenda
Distritos
Quadras
Indústrias
0
2
4
6
Kilometers

ANEXO R

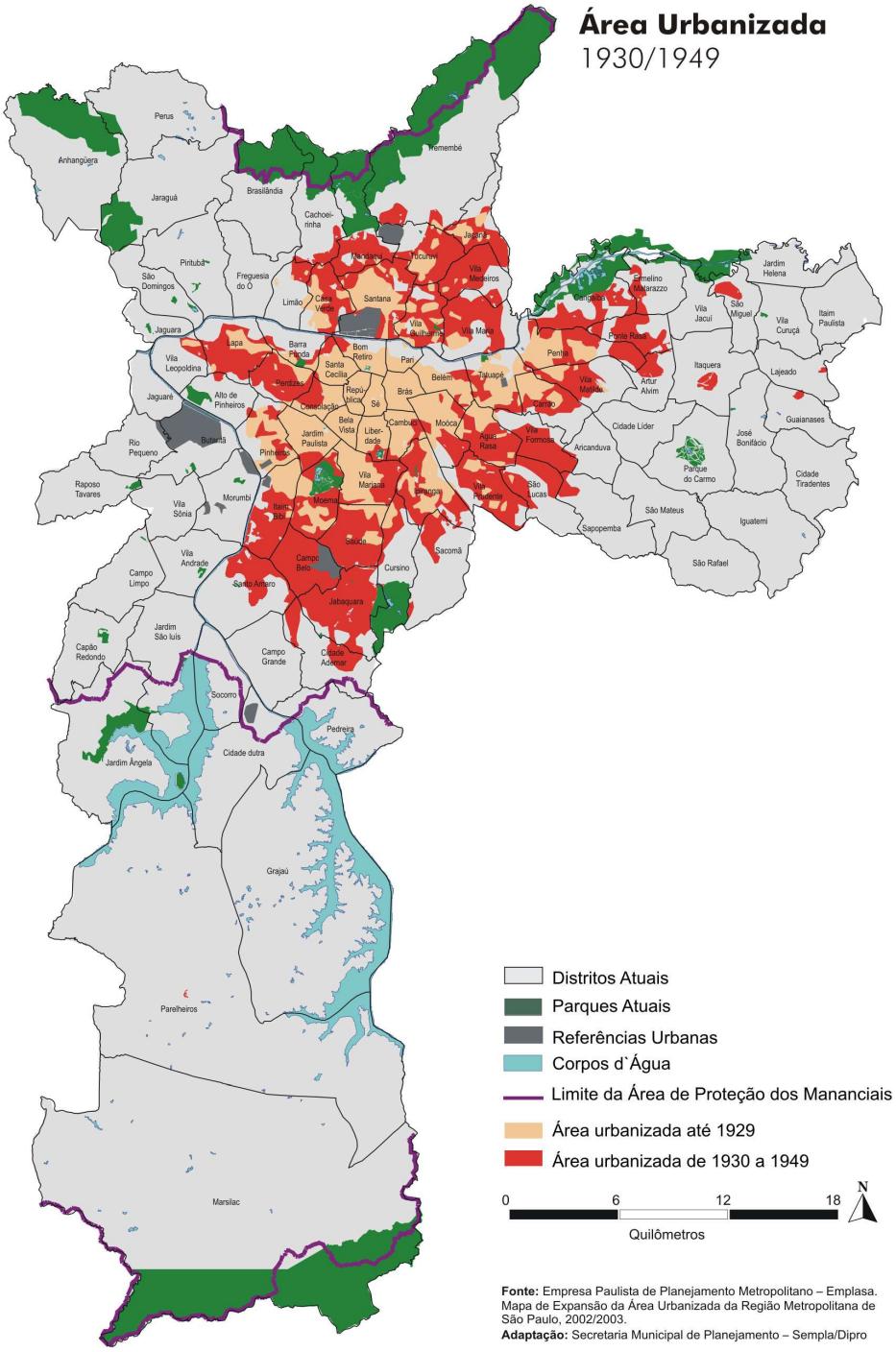
Centros Comerciais e Shopping Centers, Segundo Faixas de Área Construída
Região Sul - Município de São Paulo
2006



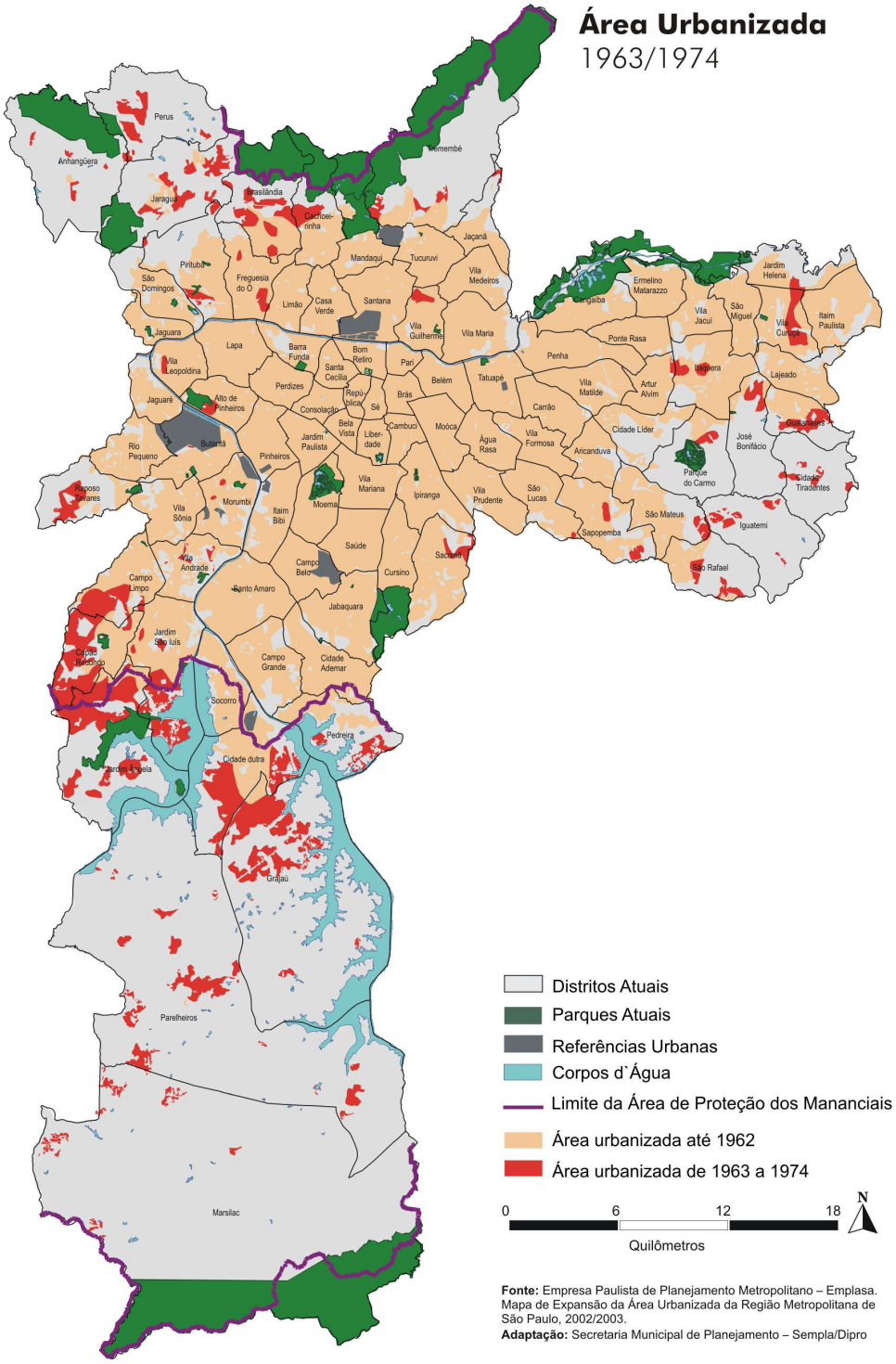
Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers - Abrasce, 2006.
Município em Mapas-Dinâmica Urbana Sempla - Dipro

N

ANEXO S

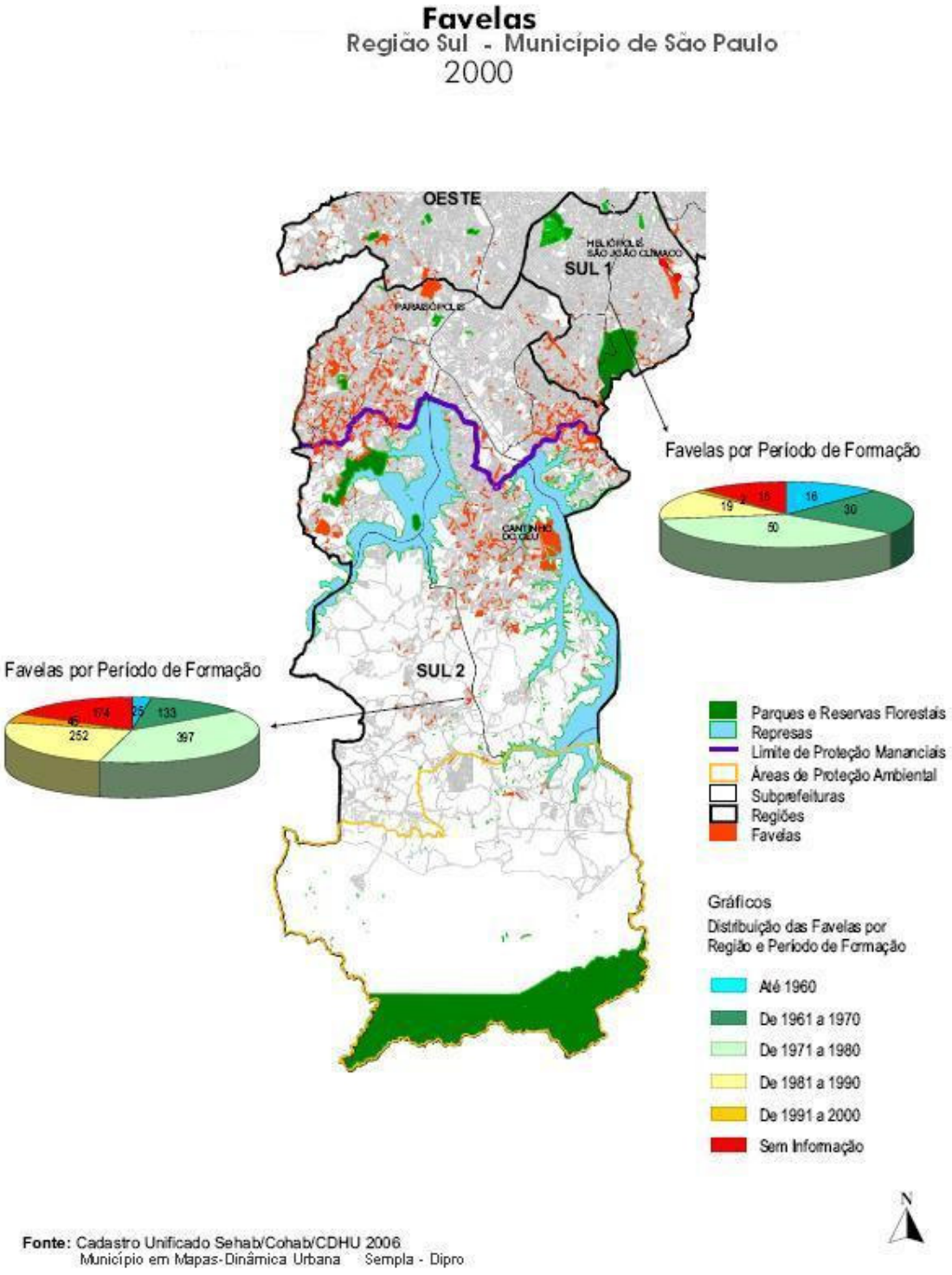

Área Urbanizada
1930/1949
Perus
Anhanguera
Jaraguá
Brasilândia
Cachoeirinha
Tremembé
Jaçanã
Vila Medeiros
Tucuruvi
Nova Cantareira
Pirituba
São Domingos
Freguesia do Ó
Limão
Casa Verde
Santana
Vila Maria
Vila Guilherme
Jaguara
Lapa
Barra Funda
Bom Retiro
Pari
Belém
Tatuapé
Vila Leopoldina
Perdizes
Santa Cecília
República
Sé
Brás
Vila Mariana
Ipiranga
Jaguaré
Alto de Pinheiros
Consolação
Bela Vista
Liberdade
Cambuci
Moóca
Água Rasa
Vila Formosa
Butantã
Rio Pequeno
Pinheiros
Jardim Paulista
Vila Prudente
São Lucas
Raposo Tavares
Vila Sônia
Morumbi
Itaim Bibi
Moema
Saúde
Sacomã
Vila Andrade
Campo Limpo
Campo Belo
Cursino
Santo Amaro
Jabaquara
Jardim São luís
Capão Redondo
Campo Grande
Cidade Ademar
Socorro
Pedreira
Cidade dutra
Jardim Ângela
Grajaú
Parelheiros
Marsilac
Jardim Helena
Vila Jacuí
São Miguel
Vila Curuçá
Itaim Paulista
Ermelino Matarazzo
Ponte Rasa
Itaquera
Lajeado
Guaianases
José Bonifácio
Cidade Líder
Aricanduva
Parque do Carmo
Cidade Tiradentes
São Mateus
Iguatemi
Sapopemba
São Rafael
Distritos Atuais
Parques Atuais
Referências Urbanas
Corpos d`Água
Limite da Área de Proteção dos Mananciais
Área urbanizada até 1929
Área urbanizada de 1930 a 1949
0
6
12
18
N
Quilômetros
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

ANEXO T



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

ANEXO U


Favelas
Região Sul - Município de São Paulo
2000
OESTE
SUL 1
SUL 2
Favelas por Período de Formação
16
30
50
19
18
Favelas por Período de Formação
25
133
397
252
45
174
Parques e Reservas Florestais
Represas
Limite de Proteção Mananciais
Áreas de Proteção Ambiental
Subprefeituras
Regiões
Favelas
Gráficos
Distribuição das Favelas por Região e Período de Formação
Até 1960
De 1961 a 1970
De 1971 a 1980
De 1981 a 1990
De 1991 a 2000
Sem Informação
N
Fonte: Cadastro Unificado Sehab/Cohab/CDHU 2006
Município em Mapas-Dinâmica Urbana Sempla - Dipro